

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ: **61.198.164/0001-60**
ENDEREÇO: AV. RIO BRANCO, 1489 – CAMPOS ELÍSEOS - CEP: 01205 -905, SÃO PAULO/SP FONE: **(011) 3366.3258** E-MAIL: edital.licitacoes@portoseguro.com.br
SITE: www.portoseguro.com.br

À
CODEVASF
SGA/NORTE, Quadra 601, Conjunto I
CEP 70.830-019 – Brasília-DF
Ref.: Edital nº 02/2021

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº 02/2021 e seus elementos técnicos constitutivos, nós abaixo assinados, oferecemos proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, Distribuídos em 10 (dez) grupos, Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília / DF, pelo valor global de R\$ 36.516,29 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Dezesesseis Reais e Vinte e Nove Centavos), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e Anexos, observando rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da CODEVASF, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato), para a realização do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para a abertura das propostas, ou seja, 09/04/2021, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à Codevasf o Sr. JACQUES FRANCISCO DA SILVA carteira de identidade nº 834636, Órgão Expedidor SSP/DF, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório, exceto assinatura de contratos.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos em causa, que conhece o local onde serão executados os serviços, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato, e que nossa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

na Constituição Federal e nas leis trabalhistas, normas infra legais, convenções coletivas de trabalho e que não serão transferidos à Codevasf a responsabilidade por seu pagamento. Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, teste e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caibam, em qualquer caso, direto regressivo em relação à CODEVAF.

Atenciosamente,

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.


Assinatura
NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RC: 25.543.390-8
CPF: 205.406.568-51


Assinatura
Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.916.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

Processo: 59500.001519/2020-79

Abertura: 08/02/2021

Horário: 10:00 Horas

Tipo: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

AV. RIO BRANCO, 1489 – CAMPOS ELÍSEOS - CEP: 01205 -905

RUA GUAIANAZES 1238 – CAMPOS ELÍSEOS - CEP: 01204 -001

SÃO PAULO - CAPITAL

C.N.P.J/M.F. 61.198.164/0001-60

INSC. ESTADUAL: 108.377.122.112

INSC. MUNICIPAL: 1.204.467-9

FONE: (011) 3366.3258

E-Mail: edita.licitacoes@portoseguro.com.br

Para obter as condições gerais acesse: <https://www.portoseguro.com.br/condicoesgerais>

REGISTRO SUSEP Nº 05886

DECRETO Nº 20138 PUBLICADO NO DOU DE 13/12/1945

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021

Processo: 59500.001519/2020-79

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas para frota de veículos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF na Sede, Superintendências Regionais e Escritórios de Representação, Distribuídos em 10 (dez) grupos.

Grupo 01 – Codevasf Sede e Escritório de Representação;

Grupo 02 – 1ª Superintendência Regional;

Grupo 03 – 2ª Superintendência Regional;

Grupo 04 – 4ª Superintendência Regional;

Grupo 05 – 5ª Superintendência Regional;

Grupo 06 – 6ª Superintendência Regional;

Grupo 07 – 7ª Superintendência Regional;

Grupo 08 – 8ª Superintendência Regional;

Grupo 09 – 9ª Superintendência Regional;

Grupo 10 – Centro de Controle e Operação do PISF – CCO.

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado anualmente até o máximo de 5 anos, na forma da lei 13.303 de 2016.

Forma de pagamento: Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega das faturas / notas fiscais pela contratada.

Informações Bancárias:

Instituição bancária: Banco do Brasil

Agência: 1912-7

Conta corrente: 3401-0
Favorecido: PORTO SEGURO CIA SEGUROS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

6 SR		Grupo 7			CNPJ = 00.339.857/0028-46			
Item	Marca	Descrição do Veículo	Ano Fab.	Ano Mod.	Placa	Chassi	Classe de Bônus	Franquia
1	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV80893	wv1dd42h0ea010230	4	R\$ 2.860,05
2	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV88666	wv1sd42h3ea027000	4	R\$ 2.860,05
3	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV83376	wv1dd42h6ea013276	4	R\$ 2.860,05
4	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV84644	wv1dd42h3ea013350	4	R\$ 2.860,05
5	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV81448	wv1sd42h1ea025116	4	R\$ 2.860,05
6	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OV88443	wv1dd42h9ea010212	4	R\$ 2.860,05
7	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2013	2013	OKQ3917	wv1db42h8ca060232	4	R\$ 2.860,05
8	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2012	2012	OKX4655	wv1db42h2ca076751	3	R\$ 2.725,83
9	VOLKSWAGEN	AMAROK (C.Dup) 4X4 2.0TDI 16v Dies. 4p	2012	2012	OKX6374	wv1db42h0ca073301	3	R\$ 2.725,83
10	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16v TB-IC Dies. 4p	2017	2017	PKJ7278	93XLNKB8THCH30163	2	R\$ 3.869,04
11	MERCEDES-BENZ	SPRINTER 311 FURGÃO (Extra Longo) (T.Alto) Dies. 3p	2012	2012	OLB7311	8AC9066555DE07098	4	R\$ 4.674,27
12	FORD	CARGO 816 Tb (EURO 5) Dies.2p	2014	2014	OZT7219	9bfveads0fbs75248	3	R\$ 2.723,41
13	AGRALE	13000 TD 4X2 Dies. 2p	2010	2010	OKU5332	9byc48a2dac000508	3	R\$ 2.837,05
14	RENAULT	SANDERO AUTHENTIQUE Hi-Power (N.Geracao) 1.0 16V A/G.	2017	2017	PKJ2528	93Y5SRF84HJ733064	2	R\$ 1.729,20
15	FIAT	UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	2012	2012	OKQ3768	9bd15822ad6795040	3	R\$ 1.511,40
16	FIAT	UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	2012	2012	OKZ2541	9bd15822ad6804591	3	R\$ 1.511,40
17	FIAT	UNO MILLE Economy 1.0 8v Flex A/G 4p	2012	2012	OKZ9151	9bd15822ad6804598	3	R\$ 1.511,40
18	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16v TB-IC Dies. 4p	2017	2017	PKJ2944	93XLNKB8THCH30164	2	R\$ 3.869,04
19	CHEVROLET	S-10 ADVANTAGE (C.Dup) 4X2 2.5 8v/16v (Flexpower) A/G 4p	2016	2017	PKF7313	9BG148TA0HC431475	4	R\$ 2.277,26
20	FORD	KA TECNÔ 1.0 12V (Flex) AG 4p	2018	2018	QNW6769	9BFZH55LJ80121786	2	R\$ 4.247,03
21	MITSUBISHI	L-200 ALL NEW TRITON SPORT GLS(C.Dup) 4X4-MT 2.4 TB DI	2017	2018	PLM7G12	93XLJL1TKCJ18733	1	R\$ 3.373,01
22	VOLVO	VOLVO/VM 270 6X4R	2015	2016	PQU5D13	93KKOR1D9GE155990	1	
23	ISIDOC	R/ISIDOC CIF 1502 - PERFURATRIZ	2016	2016	PKB3D37	98ZCLAS01GG009387	1	

Item	Prêmio	Item	Prêmio
1	R\$ 1.154,99	13	R\$ 880,71
2	R\$ 1.154,99	14	R\$ 647,21
3	R\$ 1.154,99	15	R\$ 505,07
4	R\$ 1.154,99	16	R\$ 505,07
5	R\$ 1.154,99	17	R\$ 505,07
6	R\$ 1.154,99	18	R\$ 1.210,97
7	R\$ 1.154,99	19	R\$ 1.348,53
8	R\$ 1.124,37	20	R\$ 650,85
9	R\$ 1.124,37	21	R\$ 1.498,93
10	R\$ 1.210,97	22	R\$ 654,67
11	R\$ 1.191,66	23	R\$ 366,69
12	R\$ 1.374,87		
Total Grupo 7: Vinte e Dois Mil, Oitocentos e Oitenta e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos		R\$ 22.884,94	

7 SR		Grupo 8			CNPJ = 00.339.857/0025-01			
Item	Marca	Descrição do Veículo	Ano Fab.	Ano Mod.	Placa	Chassi	Classe de Bônus	Franquia
1	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2014	2014	PIG2857	WV1DD42H5EA052702	4	R\$ 1.797,40
2	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2014	2014	PIB4558	WV1DD42H9EA052735	4	R\$ 3.203,19
3	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2014	2014	PIB4568	WV1DD42H8EA052595	4	R\$ 3.203,19
4	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2014	2014	PIB4578	WV1DD42H1EA052910	4	R\$ 3.203,19
5	FORD	RANGER XL (C.Dup) 4X4 3.0 TB-Eletr. Dies. 4p	2010	2011	NIL6981	8AFER13PB397703	4	R\$ 2.772,55
6	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16v TB-IC Dies. 4p	2017	2017	PIR6073	93XLNKB8TJCH30734	4	R\$ 3.869,04
7	TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 TB Dies. 4p	2017	2018	PIU0069	8AJDA8CD031874287	2	R\$ 5.883,05
8	TOYOTA	HILUX CD 4X4 2.8 TB Dies. 4p	2017	2018	COD0102	8AJDA8CD331874283	2	R\$ 5.883,05
9	FORD	RANGER XLS (C.Dup) 4X2 2.2 Dies. 4p	2018	2018	OEA4291	8AFAR23N6JJ071981	2	R\$ 2.767,17
10	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL (C.Dup) 4X4-MT 2.4 TB Dies. 4p	2018	2019	QRR2281	93XLJL1TKCJ17174	1	R\$ 3.801,32
11	FIAT	TORO ENDURANCER ATD4 4X4 DIESEL	2019	2020	QRT-7112	9882261N5LKC87463	0	R\$ 5.912,94
12	RENAUT	MASTER FUR L2H2 16 LUG. DIESEL	2020	2020		93YMAFEXCLJ230716	0	R\$ 9.535,15
13	MITSUBICHI	TRITON SPT GL 4X4 DIESEL MT	2020	2020		93XLJL1TMCL31921	0	R\$ 9.535,15
14	MITSUBICHI	TRITON SPT GL 4X4 DIESEL MT	2020	2020		93XLJL1TKCL31926	0	R\$ 9.535,15

Item	Prêmio	Item	Prêmio
1	R\$ 318,32	8	R\$ 743,83
2	R\$ 318,32	9	R\$ 743,83
3	R\$ 318,32	10	R\$ 743,83

4	R\$ 313,47		11	R\$ 352,48
5	R\$ 351,42		12	R\$ 352,48
6	R\$ 351,42		13	R\$ 582,40
7	R\$ 394,93		14	R\$ 582,40
Total Grupo 8: Seis Mil, Quatrocentos e Sessenta e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos				R\$ 6.467,45

8 SR		Grupo 9		CNPJ = 00.339.857/0029-27			
Item	Marca	Descrição do Veículo	Ano Fab.	Ano Mod.	Placa	Chassi	Classe de Bônus
1	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2013	2013	OJ11711	WV1DB42H0DA058394	3
2	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2013	2013	OJF5514	WV1DB42H5DA046502	3
3	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16v TB-IC Dies. 4p	2014	2015	OXZ7088	93xlnkb8tfce04800	3
4	MITSUBISHI	L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16v TB-IC Dies. 4p	2014	2015	PSA0669	93xlnkb8tfce03059	3
5	FORD	RANGER XLT (C.Dup) 4X4 3.2 20v TDCi (Aut.) Dies. 4p	2017	2017	PSY1847	8AFAR23L3HJ013996	3
6	MITSUBISHI	L-200 ALL NEW TRITON SPORT GLS(C.Dup) 4X4-MT 2.4 TB Di	2018	2019	PTI3127	93XSYKL1TKCJ14485	2
7	MITSUBISHI	L-200 ALL NEW TRITON SPORT GLS(C.Dup) 4X4-MT 2.4 TB Di	2018	2019	PTI3623	93XSYKL1TKCJ14476	0
8	TROLLER	TROLLER T-4 4X4 3.2 TDCi(T.Rigido) Dies. 2p	2018	2019	PTJ1353	94TT41353KH400185	0
9	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 MT	2019	2020		93XLJL1TLCK27246	0
10	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 MT	2019	2020		93XLJL1TLCK27267	0
11	MITSUBISHI	L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 MT	2019	2020		93XLJL1TLCK24676	0

Item	Prêmio	Item	Prêmio
1	R\$ 350,44	7	R\$ 454,17
2	R\$ 350,44	8	R\$ 494,88
3	R\$ 358,84	9	R\$ 470,00
4	R\$ 358,84	10	R\$ 470,00
5	R\$ 444,65	11	R\$ 470,00
6	R\$ 454,18		
Total Grupo 9: Quatro Mil, Seiscentos e Setenta e Seis Reais e Quarenta e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos			R\$ 4.676,44

3 SR-PISF		Grupo 10		CNPJ = 00.339.857/0037-37			
Item	Marca	Descrição do Veículo	Ano Fab.	Ano Mod.	Placa	Chassi	Classe de Bônus
1	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013	PGK9622	WV1DB42H3DA012607	4
2	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013	PGH7755	WV1DB42H2DA026725	4
3	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2012	2013	PGH7655	WV1DB42H9DA026799	4
4	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2013	2013	KII5163	WV1DB42H3DA054467	4
5	VOLKSWAGEN	AMAROK 4MOTION SE(C.Dup) 2.0TDI Dies. 4p	2013	2013	KII5253	WV1DB42H5DA054356	4

Item	Prêmio	Item	Prêmio
1	R\$ 497,49	4	R\$ 497,49
2	R\$ 497,49	5	R\$ 497,50
3	R\$ 497,49		
Total Grupo 10: Dois Mil, Quatrocentos e Oitenta e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos			R\$ 2.487,46

Total da Proposta: R\$ 36.516,29 (Trinta e Seis Mil, Quinhentos e Dezesesseis Reais e Vinte e Nove Centavos)

FRANQUIA DE VIDROS	PARA-BRISA E TRASEIRO	RETROVISORES	LANTERNA E FAROL
	250,00	250,00	250,00

DADOS PARA RETORNO DO CONTRATO, DAR PREFERÊNCIA PARA ASSINATURA DIGITAL

Formas de envio:

1º) via COL> Licitar > Gestão de processos > nº processo e clicar em pesquisar > Detalhes > campo: Complementar - escolher a opção:

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

Envio de Contratos e Aditivos, ou
Envio Nota de empenho ou Ordem de fornecimento.

2º) via email> caixa departamental: contratos.licitacoes@portoseguro.com.br, OBRIGATÓRIO informar o nº do processo Licitar (**sinalizar no e-mail o aceite para assinatura digital**)

3º) via malote ou sedex para Depto de Licitações (Matriz): Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre A - 2º andar - Campos Elíseos - CEP : 01216-010 - São Paulo - SP.
OBRIGATÓRIO informar o nº do processo Licitar.

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

OBS.: Conforme artigo 10º, Parágrafo 1º - Observando o disposto no parágrafo 5º do Ato Constitutivo, as escrituras de qualquer natureza, cito aqui os contratos, que importem em responsabilidade ou obrigações para a sociedade, serão obrigatoriamente assinados por 2 (dois) procuradores em conjunto investidos especiais e expressos poderes. Na ausência de quaisquer procuradores mencionados no Contrato, os demais têm plenos poderes p/ assinar, conforme procuração anexa ao Credenciamento.

1 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Roberto de Souza Dias	
Endereço:				Rua Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Divorciado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		18.304.552-X SSP/SP		CPF/MF:	115.838.468-83
2 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Neide Oliveira Souza	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casada	Profissão:		Securitária
Cédula de Identidade:		28.543.390 SSP / SP		CPF/MF:	205.408.568-51
3 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Mauro José	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		12.959.422		CPF/MF:	031.287.378-60
4 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Eduardo Weber Neto	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		10.911.905-5 SSP/SP		CPF/MF:	085.648.608-64
5 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Victor Hugo Romio	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Solteiro	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		29.725.337 SSP/SP		CPF/MF:	213.081.258-95
6 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Andreza Cristina de Oliveira Valdes	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casada	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		29.916.899		CPF/MF:	226.772.278-00

7 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Emerson Pinheiro Valentim	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casada	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		262.053.974 SSP/SP		CPF/MF:	176.684.738-23

OBS.: O contrato deverá ser assinado por dois procuradores. Na ausência de qualquer procurador mencionados no Contrato, os demais têm plenos poderes p/ assinar, conforme procuração anexa ao Credenciamento.

Declaro para os devidos fins de direito que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.

Declaramos que o produto ofertado atende todas as características mínimas exigidas e a empresa cumpre com os requisitos de habilitação, normas e condições exigidas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 e seus anexos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021.


Assinatura
NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 25.543.390-8
CPF: 205.406.568-51


Assinatura
Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.916.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

DECLARAÇÃO

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Eliseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seus representantes legais abaixo assinados, **DECLARA**, para devidos fins que os preços ofertados atendem efetivamente ao objeto deste Edital, amparando todas as coberturas do Termo de Referência, com atendimento necessário para todos os itens, incluindo todos os serviços de assistência 24hrs nele contido. Os preços ofertados garantem ao órgão a qualidade dos serviços e principalmente o atendimento previsto neste edital, que será atendido pela Cia Porto Seguro Cia de Seguros Gerais pelo período de 12 meses, conforme edital, Pregão Eletrônico n° 02/2021.

Certos de vosso entendimento

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura

RENATA OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-51

Assinatura

Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.918.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2021
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	27/04/2021
FGTS	Validade:	15/02/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	16/07/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/06/2021
Receita Municipal	Validade:	13/04/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2021



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR
Data Aplicação: 03/10/2011
Número do Processo: 01416000093201114 Número do Contrato: 2011NE800218
Descrição/Justificativa: A empresa se recusou a prestar o serviço após emissão de Nota de Empenho a seu favor, tendo realizado vistoria prévia no imóvel objeto do seguro.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
Data Aplicação: 28/08/2020
Número do Processo: 05318/2020 Número do Contrato: 14/2018
Descrição/Justificativa: Em razão da não assinatura do Segundo Termo Aditivo no prazo hábil, apesar de concordância prévia e os esforços da Administração neste sentido, e consequente descumprimento da alínea "h" da Cláusula Quarta do Contrato 14/2018.

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 200071 - PROCURADORIA DA REPUBLICA/AM
Data Aplicação: 25/04/2019
Número do Processo: 1.13.000.002127 Número do Contrato: 16/2018
Descrição/Justificativa: Descumprimento contratual - não entrega de apólice coletiva de seguro

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 70014 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MG
Data Aplicação: 20/02/2013
Número do Processo: 1207798/2012
Descrição/Justificativa: Aplicação sanção de ADVERTÊNCIA, com fulcro no art. 87, inc. I, da Lei n.º 8.666/93, c/c Cláusula Dezesesseis do Contrato nº 163/2012.

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 70012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Data Aplicação: 27/05/2014
Número do Processo: 16366/2013
Número do Contrato: Nota de Empenho 425/13
Descrição/Justificativa: Penalidade aplicada em razão da não entrega da apólice de seguro no prazo contratual.

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 393018 - SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data Aplicação: 09/09/2013
Número do Processo: 50617001613201317
Descrição/Justificativa: Descumprimento dos itens 10.1 e 11.7 do Edital 296/2013-17.

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 925980 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Data Aplicação: 27/07/2018
Valor da Multa: R\$ 216,00
Número do Processo: 019/2018-PGJ
Número do Contrato: 064/2017-MP/PA
Descrição/Justificativa: Aplicação de penalidade devido a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS ter cancelado as apólices de seguro de vida dos estagiários do Ministério Público do Estado do Pará, sob alegação de que não foram localizados créditos relativos ao pagamento mensal do contrato, mesmo após o envio dos comprovantes de pagamento pelo setor financeiro do órgão, o que caracterizou o descumprimento da cláusula 11.2.1

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**
Data Aplicação: **07/02/2012** Valor da Multa: **R\$ 279,72**
Número do Processo: **035/2011** Número do Contrato: **78/2009**
Descrição/Justificativa: **De acordo com a decisão do Exmo. Desembargador Presidente do TRE/PE às fls.26/27, Contrato n.º 78/2009, P.A. n.º035/2011. SADP n.º 103143/2011.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**
Data Aplicação: **07/02/2012** Valor da Multa: **R\$ 279,72**
Número do Processo: **035/2011** Número do Contrato: **78/2009**
Descrição/Justificativa: **Para registro do pagamento da multa de R\$ 279,72, Contrato n.º 78/2009, PA 035/2011, SADP 103143/2011, em 22/08/2012.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **200071 - PROCURADORIA DA REPUBLICA/AM**
Data Aplicação: **25/04/2019** Valor da Multa: **R\$ 20,96**
Número do Processo: **1.13.000.002127** Número do Contrato: **16/2018**
Descrição/Justificativa: **Não entrega de apólice coletiva de seguro**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **158412 - INST.F.DE ED.CIENC.E TEC.SUD.DE MG C.R.POMBA**
Data Aplicação: **28/02/2018** Valor da Multa: **R\$ 647,50**
Número do Processo: **23222001643201637** Número do Contrato: **202014**
Descrição/Justificativa: **Não regularizou a garantia contratual no prazo previsto no Contrato nº 20/2014 (Pregão nº 36/2014).**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **925912 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE ALAGOAS**
Data Aplicação: **20/09/2016** Valor da Multa: **R\$ 122,04**
Número do Processo: **53104.294/2015-62** Número do Contrato: **14/2015**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento dos itens: 2.2; 2.3; 2.3.1; 2.6; 2.11; 2.13 da cláusula das obrigações da contratada.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**
Data Aplicação: **12/12/2014** Valor da Multa: **R\$ 300,00**
Número do Processo: **STJ n. 5093/2014** Número do Contrato: **NÃO SE APLICA**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa moratória, conforme previsto no artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, combinado com o item 15.2 do Pregão Eletrônico nº 172/2014, devido ao atraso na entrega do objeto da nota de empenho 1641/2014.
MULTA RECOLHIDA.**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **925980 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **27/07/2018** Prazo Final: **26/07/2019**
Número do Processo: **019/2018-PGJ** Número do Contrato: **064/2017-MP/PA**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de penalidade devido a empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS ter cancelado as apólices de seguro de vida dos estagiários do Ministério Público do Estado do Pará, sob alegação de que não foram localizados créditos relativos ao pagamento mensal do contrato, mesmo após o envio dos comprovantes de pagamento pelo setor financeiro do órgão, o que caracterizou o descumprimento da cláusula 11.2.1**

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Outros Tipos de Ocorrência**
UASG Sancionadora: **80025 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIAO**
Âmbito da Sanção: **União**
Impeditiva: **Não**
Número do Processo: **17.825/2011**
Descrição/Justificativa: **POR DETERMINAÇÃO DO DIRETOR GERAL (DESP. FLS. 407), EM RAZÃO DE ATRASO 51 DIAS NA ENTREGA OBJETO DA NOTA DE EMPENHO 520/2011, REGISTRA-SE MULTA NO VALOR DE 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	925866 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado	Impeditiva:	Sim
Prazo Inicial:	15/09/2014	Prazo Final:	14/09/2015
Número do Processo:	2013/000742		
Descrição/Justificativa:	DESPACHO/OFÍCIO Nº131/2014-GP/TJAM [...]com fundamento na Cláusula Vigésima Sexta - Das Sanções administrativas do Edital do Pregão Eletrônico nº 063/2012- TJ/AM, bem como no art. 7ª da lei n. 10.520/2002, determino a aplicação de suspensão temporária para participar de licitação e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 01 (um) ano, à empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, vez que esta deixou de manter a condição de regularidade fiscal exigida no edital do certame.		

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência:	Legado
UASG Sancionadora:	80025 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIAO
Número do Processo:	TRT23R 14304/09
Descrição/Justificativa:	POR DETERMINAÇÃO DO DIRETOR-GERAL, FLS. 273, E DESPACHO DO DIRETOR DODIRETOR DO DOF, FLS. 294, REGISTRO MULTA NO VALOR DE R\$ 405,00 (QUA -TROCENTOS E CINCO REAIS) EM VIRTUDE DE ATRASO DO OBJETO.NOTIFICADA A EMPRESA MEDIANTE O OF. 694/2009/TRT/DG, (FLS. 271).LIQUIDAÇÃO DA MULTA ATRAVÉS DA GUIA RECOLHIMENTO DA UNIÃO. NÚMERO:2009GR800151 (FLS. 293). PROCESSO TRT23R 14.304/2009.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Certificação Técnica

Certificadora	Nº Certificado	Data de Validade
Superintendencia de Seguros Privados	CR05886_27072020_152619 8	27/08/2020

FILTROS APLICADOS:

Busca livre: 61.198.164/0001-60

LIMPAR

Data da consulta: 09/02/2021 10:54:12

Data da última atualização: 08/02/2021 18:02:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (09/02/2021 às 10:23) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 61.198.164/0001-60.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6022.8CBA.B3C9.E986 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ
 CNPJ: 61.188.164/0001-60 Nire: 35300041089 Scp:
 Período da Escrituração: 01/06/2018 a 30/06/2018
 Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário
 Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA
 Identificação do arquivo(hash): 6E.95.35.C1.D4.F0.E5.34.5C.14.62.BB.46.24.CA.25.B6.DD.6E.CB-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 13:48:45

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

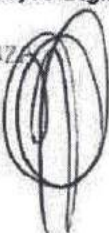
Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-3
 CPF: 205.408.568-51



Roberto de Souza Uta
 Procurador
 RG: 18.304.552-X
 Bruno da Silva Duque
 Contador
 CRC 1SP 296424/O-3

Página

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ
 CNPJ: 61.198.164/0001-60 Nire: 35300041089
 Período da Escrituração: 01/07/2018 a 31/07/2018 Scp:
 Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário
 Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA
 Identificação do arquivo(hash): 6F.EA.EC.C6.BA.E5.D3.48.7A.AC.51.B9.EF.A8.F9.A1.C9.66.90.7A-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 14:11:55

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.568-51

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Página 1

Bruno da Silva Duque
 Contador
 CRC 1SP 29642410-3

Roberto de Souza Uias
 Procurador
 RG: 18.304.552-X

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ
 CNPJ: 61.198.164/0001-60
 Período da Escrituração: 01/08/2018 a 31/03/2018 Nire: 35300041089
 Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário Scp:
 Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA
 Identificação do arquivo(hash): 98.43.DC.29.42.8C.A2.9A.0A.BE.75.0E.7D.18.D0.8E.54.5E.97.B3-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 14:41:29

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.568-51

(Handwritten signature)

Bruno da Silva Duque
 Contador
 CRC 1SP 2964240-3 1 de 1

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)
 Roberto de Souza L
 Procurador
 RG: 18.304.552-X
(Handwritten signature)

(Handwritten mark)

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ

CNPJ: 61.198.164/0001-80 Nire: 35300041089 Scp:

Período da Escrituração: 01/10/2018 a 31/10/2018

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA

Identificação do arquivo(hash): C9.8B.4C.D0.7D.C5.A2.36.8A.97.49.64.19.38.40.9F.62.E3.BE.CB-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 15:38:09

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-51

Bruno da Silva Duque
Contador
CRC 1SP 296424/O-8

Roberto de Souza Dias
Procurador
RG: 18.304.552-X

Página 1 de 1

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ
 CNPJ: 81.198.164/0001-60 Nire: 35300041089 Scp:
 Período da Escrituração: 01/09/2018 a 30/09/2018
 Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário
 Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA
 Identificação do arquivo(hash): 4D.0E.A3.5E.2D.45.8B.13.AD.CD.2A.51.E9.EB.F3.F6.6D.01.52.E5-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 15:06:12

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.568-51

Bruno da Silva Duque
 Contador
 CRC 1SP 296424/O-8 Página 1 de 1

Roberto de Souza L
 Procurador
 RG: 18.304.552-X
 RG: 115.878.408-8

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ

CNPJ: 61.198.164/0001-60 Nire: 35300041089 Scp:

Período da Escrituração: 01/11/2018 a 30/11/2018

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA

Identificação do arquivo(hash): 1A.A7.9E.47.3E.F4.4F.63.15.B5.9D.DA.20.BA.F9.50.65.15.F4.5E-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 15:49:12

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Situação Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.343.390-8
CPF: 205.408.568-51

(Handwritten signature)

Bruno da Silva Duque
Contador
CRC 1SP 296424/O-3

(Handwritten signature)

Página 1 de 1

Roberto de Souza Dias
Procurador
RG: 14.304.552-X

(Handwritten signature)

SITUAÇÃO DO ARQUIVO DA ESCRITURAÇÃO



Nome Empresarial: PORTO SEGURO CIA - MATRIZ

CNPJ: 61.198.164/0001-60 Nire: 35300041089 Scp:

Período da Escrituração: 01/12/2018 a 31/12/2018

Forma de Escrituração Contábil: Livro Diário

Natureza do Livro: TERMO DE ABERTURA

Identificação do arquivo(hash): AE.CE.1A.8B.6A.DF.0E.D6.76.24.21.D6.7C.92.91.F2.62.81.64.8D-

Consulta Realizada em: 07/05/2019 07:34:15

Resultado da Verificação

A escrituração visualizada é a mesma que se encontra na base de dados do SPED.

Atualização Atual

Escrituração com NIRE AUTENTICADA

A escrituração encontra-se na base de dados do Sped e considera-se autenticada nos termos do Decreto nº 1.800/1996, com a alteração dada pelo Decreto nº 8.683/2016. O recibo de entrega constitui a comprovação da autenticação, nos termos do art. 39-B da Lei nº 8.934/1994, sendo dispensada qualquer outra autenticação (art.39-A da Lei nº 8.934/1994).



gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital -- Sped

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 26.542.590-8
CPF: 205.408.568-51

Bruno da Silva Duque
Contador
CRC 1SP 296424/O-3
Página 1 de 1

Roberto de Souza Dias
Procurador

RG: 18.301.552-X

CPF: 115.932.458-33

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/05/2019 17:16:45 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1247172

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **14/05/2020 16:50:51 (hora local)**.

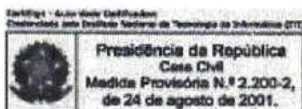
¹**Código de Autenticação Digital:** 102271405191645490350-1 a 102271405191645490350-12

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b306a2a9928d2958ac730f4ef216547217c04a006bb489a3169cff66811e61f5fc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e067f28b45b6db7e22fb81a7bd2cb0e5e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





12/07/2019

3990806

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 4799298**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 11/07/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 12 de julho de 2019.

PEDIDO Nº:**3990806**

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO

**Modalidade de Licitação
Tomada de Preços**

**Número
19/2019**

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, que recebeu o Edital e seus Anexos, referente à Licitação, na modalidade Tomada de preços 19/2019, tendo como objeto a SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme do constante do Lote único, deste edital.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome *FABIO GARCIA DE PAULA*

RG n° *4207935.0*

CPF n° *64094790937*

Processo Interno 25827/2019

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO**

**Modalidade de Licitação
Tomada de Preços**

**Número
19/2019**

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º e Artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome *FABIO GARCIA de Paula*

RG nº *4.202.935.0.*

CPF nº *640.947.90934*

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO

Modalidade de Licitação Tomada de Preços	Número 19/2019
---	-------------------

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, à partir de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome *FABIO GARCIA de Paula*

RG n.º *4292935-0*

CPF n.º *640.947.909.34*

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

Processo Interno 25827/2019

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Modalidade de Licitação Tomada de Preços	Número 19/2019
---	---------------------------

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de preços 19/2019, instaurado pelo Município de Barra do Jacaré, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e nem está suspensa em nenhum órgão público federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome *FABIO Garcia de Paula*

RG n° *42979352*

CPF n° *642.947.909-34*

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianazes, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação Tomada de Preços	Número 19/2019
---	-------------------

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes "2", sob pena de sujeição às penalidades previstas neste Edital de Licitação Tomada de preços 19/2019, referente SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme especificações constantes do Lote I do edital.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome

FÁBIO FRANCIA DE PAULA

RG n°

4297935.0.

CPF n°

64094790934

Processo Interno 25827/2019

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianazes, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianazes, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br



SEGUROS

3ANEXO II

CREDENCIAMENTO

Modalidade de Licitação
Tomada de Preços

Número
19/2019

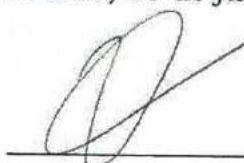
A, Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré/PR
Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

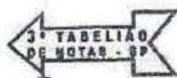
Prezados Senhores,


Pelo presente SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO, firmado entre a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, com sede na Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.198.164/0001-60 e inscrição Estadual nº 108.377.122.112, neste ato representada pelo) Sr.(a) **FABIO GARCIA DE PAULA**, portador(a) da carteira de identidade Nº **42979350** e CPF nº **640.947.909-34**, residente na AV DUQUE DE CAXIAS, Nº 1253, SL 02 - ZONA 07 - CEP: 87020-025 - MARINGA - PR, ou **JUVENILSON DE PEDRO** portador(a) da Cédula de Identidade com RG nº **4.3885588 - SSP PR** e CPF nº **616.748.349-34**, residente na AV DUQUE DE CAXIAS, Nº 1253, SL 02 - ZONA 07 - CEP: 87020-025 - MARINGA - PR, a quem SUBSTABELECE PODERES para representar empresa outorgante, junto ao Município de Barra do Jacaré, para participar na Licitação Modalidade Tomada de preços 19/2019, com poderes para representar a empresa perante ao processo licitatório, com amplos poderes de decisão, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada podendo para tanto assinar propostas e declarações, ofertar lances, negociar preço, interpor, renunciar a recursos, desistir, assinar atas, prestar esclarecimentos, firmar compromissos, receber notificações e intimações, em nome desta, defender aos seus interesses, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, exceto assinatura de contratos e ata de registro de preços.

O presente mandato tem a validade de 60 (sessenta) dias.

São Paulo, 10 de julho de 2019.


Assinatura




Assinatura



61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianases, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

VICTOR HUGO ROMIO
Procurador
RG: 29.725.337 SSP/SP
CPF: 213.081.258-95

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

Processo Interno 25827/2019

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.879-8
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro São Carlos - João Pessoa/PB - CEP 58015-000 - www.azevedobastos.net.br - Tel: (33) 3344-6464 - Fax: (33) 3344-6464

Autenticação Digital
De acordo com as artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 5.035/1994 e Art. 1º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel
do documento apresentado e conferência neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 102271007191704310865-2; Data: 10/07/2019 17:08:10

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal O-AIU41816-CDFO;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Contrata os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Cartório Azevedo de Miranda Cavalcanti
1145

504
P

3.º TABELIÃO DE NOTAS BEL. EDUARDO DA SILVA RESSUREIÇÃO
TABELIÃO INTERNO

3º Tabelião de Notas de São Paulo
AV. SÃO LUIS, 192 - 1.º - CEP 01046-913
SÃO PAULO/SP - TEL/FAX: (11) 3128-9696

AC112641

Reconheço Por Semelhança Firma COM VALOR econômico de:
VICTOR HUGO BOMIO ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA
VALDES.....

São Paulo, 10 de Julho de 2019
Em test. da Verdade

SERGIO RODRIGO DA CRUZ - ESCRIVENTE
Valor: R\$19,00. Carimbo: 1046A53-9 Cart. 064
Selo(s): 1064AA0536419

LEGITIMIDADE NOTARIAL DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
33340
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 19,00

3.º TABELIÃO DE NOTAS
Sérgio Rodrigo da Cruz
Escritor
SÃO PAULO

Handwritten signatures and initials in blue ink.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **10/07/2019 17:08:43 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1295204

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **10/07/2020 17:08:10 (hora local)**.

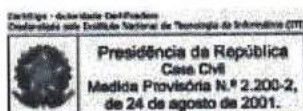
¹**Código de Autenticação Digital:** 102271007191704310865-1 a 102271007191704310865-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b51c3cc67b4df319f93b2b6724b5b81d6bf8adf9f8b282b5c7f8bca7b1ceaacccc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65
808e6ce329300fc9d4144e726ef2c95aca6f



ANEXO VII

DECLARAÇÃO

**Modalidade de Licitação
Tomada de Preços****Número
19/2019**

A Comissão de Licitação Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré

Referente a Licitação Tomada de preços 19/2019.

Prezados Senhores,

a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para os devidos fins que, o representante legal da empresa que assinará o Contrato Administrativo, referente ao objeto da Licitação Modalidade Tomada de preços 19/2019, do Município de Barra do Jacaré/PR, serão, dois dos procuradores abaixo:

1 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Roberto de Souza Dias	
Endereço:				Rua Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Divorciado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		18.304.552-X SSP/SP	CPF/MF:		115.838.468-83
2 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Neide Oliveira Souza	
Endereço:				Rua Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Casada	Profissão:		Securitária
Cédula de Identidade:		28.543.390 SSP / SP	CPF/MF:		205.408.568-51
3 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Eduardo de Oliveira	
Endereço:				Rua Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		2956567	CPF/MF:		023.080.959-62
4 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Roque Antonio Trondi Junior	
Endereço:				Rua Guaianases, nº 1238	
Estado Civil:		Solteiro	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		28.543.236	CPF/MF:		325.150.918-73

61.198.164/0001-60**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULOPorto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

504
P

5 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Lucia Moniz Liborio Serpejante	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casada	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		15.989.127	CPF/MF:	089.790.588-10	
6 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Angelo Augusto de Almeida	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		2.142.418-6 SSP/SP	CPF/MF:	108.762.208-55	
7 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Mauro José	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		12.959.422	CPF/MF:	031.287.378-60	
8 - Nome do encarregado p/ assinatura do contrato:				Eduardo Weber Neto	
Endereço:		Rua Guaianases, nº 1238			
Estado Civil:		Casado	Profissão:		Securitário
Cédula de Identidade:		10.911.905-5 SSP/SP	CPF/MF:	085.648.608-64	

OBS.: O contrato deverá ser assinado por dois procuradores. Na ausência de qualquer procurador mencionados no Contrato, os demais têm plenos poderes p/ assinar, conforme procuração anexa ao Credenciamento.

São Paulo, 10 de julho de 2019.

Assinatura

Nome FABIO GARCIA DE PAULA
RG nº 4.277.935-2
CPF nº 640.947.905-34

[61.198.164/0001-60]

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238

Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

Processo Interno 25827/2019

508
H

ENVELOPE "01"
PREFEITURA MUNICIPAL
LICITAÇÃO Tomada d
GENTE SEGU
CNPJ 90.180
DATA E HORARI
23 JULHO 2



GENTE SEGURADORA S/A

[illegible]

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 (em mil)

		Ativo	2018	2017
CIRCULANTE				
	Disponível		168.412.967,48	132.053.798,03
	Calhas e bancos		12.899,07	10.253,86
	Aplicações	4.1	142.133.115,26	113.050.457,77
	Créditos das operações com seguros e resseguros		13.095.900,78	8.003.318,21
	Prêmios a receber	10.1	11.897.532,23	7.131.730,96
	Operações com resseguradoras	10.1	1.977.437,86	901.579,25
	Outros créditos operacionais		31.291,14	427.306,42
	Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	5.428.599,20	4.033.139,41
	Títulos e créditos a receber		3.552.728,85	3.178.439,28
	Títulos e Créditos a Receber		45.487,88	278.45
	Créditos Tributários e Previdenciários		3.168.013,70	2.784.885,26
	Depósitos Judiciais e Fiscais		3.024.927,27	29.800,00
	Outros Créditos		14.215,00	363.642,42
	Outros valores e bens		541.019,00	811.657,13
	Bens à venda	2.7.1	541.019,00	811.657,13
	Outros valores e bens		-	-
	Empréstimos e Depósitos Computáveis		170.254,91	170.025,86
	Custos de aquisição diferidos	7.1	3.448.599,25	2.302.043,94
	Seguros		3.449.599,25	2.302.043,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE			8.255.530,33	13.078.530,57
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			1.945.820,61	1.184.919,14
	Aplicações		-	861,08
	Ativos de resseguro - provisões técnicas	6.1	1.944.820,61	1.184.758,06
INVESTIMENTO			294.406,92	273.242,52
	Participações acionárias - financeiras		294.406,92	273.242,52
IMOBILIZADO			6.014.493,80	11.620.428,91
	Imóveis de uso próprio	5.1	4.506.973,41	6.852.370,71
	Bens móveis		1.507.520,36	1.768.058,20
TOTAL DO ATIVO			178.968.497,79	145.132.238,50

1990

		PASSIVO	
	Nota	2018	2019
CIRCULANTE		145.655.182,77	112.731.610,30
Contas a pagar		8.027.822,35	6.316.413,61
Obrigações a pagar		3.547.702,28	1.742.332,20
Impostos e encargos sociais a recolher		456.335,10	268.334,10
Encargos trabalhistas		155.343,69	133.766,75
Impostos e contribuições		4.505.001,63	3.102.442,14
Outras contas a pagar		343.538,65	986.905,18
Debitos de operações com seguros e resseguros		6.005.164,99	3.609.539,21
Operações com resseguradoras		3.437.501,03	2.540.795,10
Corretoras de seguros e resseguros		1.520.620,59	809.817,14
Outros órgãos operacionais		47.234,26	78.970,88
Provisões técnicas - seguros	8.1	131.627.085,52	102.805.657,34
Danos		109.095.813,37	90.705.969,37
Prestações		21.626.292,15	12.039.657,97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.567.810,36	9.297.925,60
Contas a pagar		567.268,02	1.456.921,60
Tributos diferidos		967.268,02	1.456.921,60
Provisões técnicas - seguros	8.1	8.434.620,27	6.094.171,51
Danos		4.450.504,73	3.132.635,26
Prestações		3.983.515,54	2.961.536,31
Outros débitos	2.5.1	2.566.527,07	1.744.830,26
Provisões judiciais		2.566.527,07	1.744.830,26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.445.504,05	23.102.703,65
Capital social		15.181.601,60	15.181.601,00
Aumento de capital acionário em aprovação		(1.615.708,10)	90,00
Reserva de reavaliação		1.523.875,37	3.404.159,57
Reserva de lucros		4.758.999,20	4.427.019,76

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício findante em 31 de Dezembro de 2019 e 2017 (notas 10)			
		2018	2017
Primos emitidos líquidos	11.1	82.531.268,07	75.567.426,77
Variação das provisões técnicas		(24.213.180,20)	(6.622.821,22)
Prêmios ganhos		7.930.985,72	73.884.564,64
Receitas com emissão de apólices		1.897.398,95	940.684,05
Sinistros ocorridos	11.2	(44.478.636,22)	(52.252.167,07)
Custos de aquisição	11.3	366.434,69	(4.089.351,47)
Outras receitas (despesas) operacionais	11.4	(402.119,19)	(1.749.412,23)
Resultado com reavaliar		202.392,60	190.358,28
Receitas com resgate		(47.242.093,19)	(3.365.144,58)
Despesas com resgate		(2.474.214,67)	(5.145.799,21)
Despesas administrativas	11.8	(12.274.110,00)	(11.428.225,82)
Despesas em tributos		(2.958.115,22)	(3.694.947,53)
Resultado financeiro	11.8	1.338.348,05	4.851.420,29
Receitas financeiras		10.899.224,85	(12.205.901,94)
Despesas financeiras		(10.560.856,25)	(8.543.567,56)
Resultado operacional		22.425,47	68.789,93
Ganhos e perdas com ativos não correntes		8.326.040,56	6.990.842,58
Resultado antes dos impostos e participações		30.751,03	219.466,27
Resultado líquido		(3.341.077,83)	(2.295.318,95)
Resultado líquido		(3.341.077,83)	(2.295.318,95)
Contribuição social	11.9	(2.382.663,87)	(1.526.095,30)
Participações sobre o resultado	11.9	(1.572.557,33)	(1.274.462,00)
Lucro líquido do exercício		190.101,11	(207.615,67)
Quanto líquido em ações		3.994.735,52	(2.494.564,58)
Lucro por ação - R\$	12.6	3.267,92	3.267,92
		1,19	1,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - em milhões de reais

Exercícios anteriores ao mês de Dezembro de 2018 e 2017 (em mil R\$)			
	Nota	2018	2017
Atividades operacionais			
Recebimentos de Prêmios da Seguros e Outros		82.105.768,96	74.452.175,22
Recebimentos sobre Regulação de Sinistros (D&T)		10.160.906,50	18.861.135,32
Recuperação de Sinistros e Comissões		2.441.491,38	2.144.542,63
Outros Recebimentos Operacionais			
(Salvados, Resarcimentos e outros)		2.835.196,18	181.222,33
Pagamento de Sinistros e Comissões		(57.855.862,37)	(61.131.804,86)
Rebates do Prêmio/Comissões			
sobre Cessão de Risco		(5.228.277,97)	(2.116.665,66)
Pagamento de Despesas com Operações de Seguros		(862.344,29)	(759.822,06)
Pagamento de Despesas e Obrigações		(9.151.841,23)	(9.116.170,95)
Pagamento de Indenizações e			
Despesas em Processos Judiciais		(356.212,53)	(17.727,73)
Outros Pagamentos Operacionais		(352.255,28)	(348.792,81)
Recebimento de Juros e Dividendos		6.709.504,03	5.254.822,64
Correlações de Depósitos Judiciais		(508.256,26)	(102.740,02)
Resgates de Depósitos Judiciais		206.403,29	155.845,62
Pagamentos de Participações nos Resultados		(170.696,00)	(203.615,61)
Caixa gerado pelas operações		39.172.727,26	202.308.150,18
Impostos e Contribuições Pagos		(5.114.421,73)	(4.759.111,79)
Juros Pagos		(5.548.929,87)	(973.384,36)
Investimentos Financeiros	4,2	(15.988.426,07)	(12.654.897,14)
Aplicações			
Vendas e Resgates		29.012.526,25	683.484.147,44
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		12.419.099,09	36.054.297,00
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado / Investimento		56.321,08	286.870,87
Pagamento pela compra:	5,2		
Imobilizado		(306.333,11)	(475.639,69)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento		(80.012,03)	(288.768,82)
Atividades de financiamento			
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(2.978.668,33)	(1.583.119,16)
Pagamento de Empréstimos		(803.137,03)	(770.790,05)
Outros		90.769,78	334.668,27
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento		(3.491.235,57)	(1.655.239,93)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.635,21	8.305,87
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.263,66	1.957,99
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		12.898,87	10.263,86
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.635,21	8.305,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ARRANGENTES

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	3.893.735,52	4.284.546,67
Resultado da realização da reserva de reavaliação	2.972.179,26	158.452,24
Total do resultado abrangente no exercício	6.865.914,80	4.443.098,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (EM REAIS)

1 - Contexto operacional:

A Genie Seguros S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguro de danos e pagamentos, em todo o território nacional. A sede da Companhia encontra-se em Porto Alegre/RS. As demonstrações contábeis foram apresentadas à Diretoria e aprovadas para a divulgação.

2 – Resumo das principais políticas contábeis:

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis:

2.1- Base de preparação:

Em consonância às Circulares SUSGP nº 617/2016 e atualizações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as sociedades, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, se referenciadas pela SUSEP, bem como estão sendo apresentadas conforme os modelos de publicação estabelecidos pelas referidas Circulares.

2.2 - Classificação dos contratos de seguro e amparo do condutor

4.2.2.2. Contratos de seguro e apólice de resultado:

A Companhia verifica os contratos como sendo de seguro quando há transferência de risco de seguro, tendo a possibilidade de pagar benefícios relativos ao seguro pelo valor da soma segurada, tendo a certeza de que, caso ocorra sinistro de forma acidental, o resultado da Companhia é superior ao resultado da seguradora, ou, em outras palavras, quando há transferência de risco de seguro para a seguradora. Os contratos não registrados no resultado são aqueles da emissão das apólices de acordo com o prazo de validade de 12 meses, quando a seguradora não registra o resultado no resultado da Companhia. A transferência de risco para a seguradora é designada decorrente da operação de seguro no ramo DPVAT, cuja proporção é participação de 10% no resultado da Companhia.

De acordo com o Livro das Contas da Companhia DPVAT S.A., a Companhia opera exclusivamente com resseguros e não informações necessárias da seguradora. O diferencial dos prêmios de risco de seguro é a diferença entre o prêmio de risco de seguro e o prêmio de risco de seguro. O diferencial dos prêmios de risco de seguro é a diferença entre o prêmio de risco de seguro e o prêmio de risco de seguro.

2.3 - Uso de estimativas e premissas:

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use o julgamento na utilização de premissas e estimativas.

contas de certos ativos e passivos. As demonstrações contábeis da Seguradora incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos ativos imobilizados, determinação das provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, provisões técnicas, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e pressupostos são revisados periodicamente e ajustes são reconhecidos no exercício em que são realizados.

2.4 - Redução ao valor numérico

2.4 - Redução ao valor recuperável:
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável das recebíveis de prêmio quando o período de inatividade superior 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, conforme Circular SUSEP 544/16, art. 168 § 1.º.

2.5 – Ativos e Passivos contingentes

Ativos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho certo e certo.

Passivos contingentes: São constituídos e reconhecidos levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo classificados com provável, possível ou remoto.

2.5.1 - Movimentação das provisões judiciais constituídas

	31/12/2016			31/12/2017		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31º janeiro	493.600,00	1.544.230,26	1.744.830,26	414.940,37	36.375,30	79.415,76
Contribuições	470.000,00	4.095.454,13	4.565.454,13	422.817,03	1.574.472,51	2.102.009,54
Retrocessos	(141.108,73)	(3.298.446,00)	(3.380.564,00)	(41.060,37)	(367.774,90)	(408.835,29)
Pagamentos	(358.232,55)	-	(358.232,55)	(21.937,03)	(8.542,70)	(27.779,73)
Saldo em 31 de dezembro	273.260,74	2.193.241,33	2.966.522,07	406.666,03	1.344.230,23	1.779.336,26

2.6 - Transações com partes relacionadas

A administração identificou como partes relacionadas com a Genite Seguradora S/A as empresas do "Grupo Genite", que possuem como acionista majoritária o Sr. Sérgio Guitik Wais. Conforme definições contidas no CPC 05, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as saldos entre as transações com as partes relacionadas são:



Nome do arquivo: Pagina_17_DIC_2019-02-26

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO

26/02/2019 09:29:29 GMT-03:00

87124582000104
14833379015

Assinatura válida

Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Small



Nome do arquivo: Pagina_19_DIC_2019-02-26

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO
Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

26/02/2019 09:29:48 GMT-03:00

87124582000104
14833379015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Verificado em 26/02/2019 09:33:00

Página 2 de 2



Nome do arquivo: Pagina_18_DIC_2019-02-26

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO
Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

26/02/2019 09:29:37 GMT-03:00

87124582000104
14833379015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

515
P

11.7 - Despesas com tributos:

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com PIS/COFINS	2.123.201,19	2.172.861,05
Despesas com taxa de fiscalização	173.055,03	651.716,30
Impostos federais/estaduais/municipais	152.850,11	140.371,48
Total	2.449.106,33	2.964.948,83

11.8 - Resultado financeiro:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	15.889.204,85	13.225.805,84
Receitas com aplicações financeiras	8.431.675,44	6.213.364,24
Receitas com operações de seguros	44.822,03	51.603,15
Receitas financeiras DPVAT	4.126.954,14	5.743.908,33
Outras receitas financeiras	2.947.124,81	1.255.339,19
Despesas financeiras	(14.650.856,85)	(8.943.567,55)
Ajuste a valor de mercado das aplicações	(4.876.499,74)	(2.226.274,87)
Despesas com operações de seguros	(5.513.331,34)	(634.036,71)
Despesas financeiras DPVAT	(4.126.364,44)	(5.743.908,33)
Outras despesas financeiras	(10.051,33)	(33.344,64)
Total	1.338.348,06	4.691.438,29

11.9 - Imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos diferidos		
Sobre rendimentos temporários	(2.293,67)	151.801,84
Impostos devidos		
IR e CSLL devidos em corrente	(4.401.980,32)	(3.035.341,36)
Incentivos Fiscais - PAT	59.012,79	40.391,22
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.355.247,20)	(2.895.248,30)

11.10 - Reconhecimento da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes de impostos e participações		
(+) JCP pago no exercício	8.343.072,83	7.285.210,95
(-) Participação sobre os resultados	(1.253.166,17)	(1.031.003,00)
Resultado base de imposto de renda e contribuição social:	(94.151,11)	(207.015,05)
IR e CSLL às alíquotas nominais de 25% e 20%	6.965.780,55	6.058.693,92
Adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Reajuste da Reserva de Reavaliação	(3.134.605,75)	(2.725.911,39)
Despesas Individuais	2.972.179,29	156.452,24
Multas Individuais	56.276,08	83.806,56
Provisões Individuais	17.440,79	82.008,44
Dividendos Recebidos	470.000,00	401.417,77
Reversão de Provisões	(143.000,00)	(6.647,45)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(497.210,26)	(41.859,14)
Alíquota efetiva	(4.355.247,20)	(2.895.248,30)
	44,28%	41,64%

12 - Patrimônio líquido:

12.1 - Capital social e distribuição de dividendos:

O capital social está totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 15.181.501,00 (quinze milhões, cento e oitenta e um reais), representado por 3.267.020 (três milhões, duzentas e sessenta e sete mil novecentas e vinte) ações ordinárias, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 22 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pelos acionistas uma redução no capital social no montante de R\$ 1.816.709,21 (um milhão oitocentos e dezasseis mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e sete centavos), com o objetivo de reduzir o valor do patrimônio líquido da GENTE SEGURADORA S.A. para R\$ 13.364.791,79 (treze milhões, quatrocentos e setenta e sete mil e quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) e pela incorporação da reserva de contingência no valor de R\$ 3.354.069,75 (três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos), estando o ato em fase de aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Aos Acionistas e Administradores da
Gente Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as prováveis técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de adjuvência e dos limites de retenção de GENTE SEGURADORA S.A. (a seguir denominada "Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atualizada da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do auditor independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas prováveis técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de adjuvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas contidas informações que ela detém e que serão necessárias para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionada ao princípio de integridade e não planejar, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA. Estes princípios atuais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das prováveis técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de adjuvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente de ser causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
GENTE SEGURADORA S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da GENTE SEGURADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GENTE SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção 2 do Relatório de Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à GENTE SEGURADORA S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da GENTE SEGURADORA S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se fazê-lo, considerá-lo em sua totalidade, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apontar esta inconsistência de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos obrigados a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração e responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e por garantir a integridade das demonstrações contábeis, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas informações que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Não é obrigação da administração e da governança a responsabilidade pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgar quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a GENTE SEGURADORA S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da GENTE SEGURADORA S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

12.2 - Reserva de reavaliação:

Constituída em exercícios anteriores em decorrência de reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de reavaliação emitidos por peritos especializados. No exercício de 2018 a reserva de reavaliação de imóveis foi realizada no montante de R\$ 2.972.179,28 (R\$ 173.055,03 em 2017), conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Nos termos da Lei nº 11.838/2007, a Companhia optou por manter o saldo existente de reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

12.3 - Reserva de Lucros:

12.3.1 - Reserva Legal:

Constituída, ao final do exercício, mediante apropriação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social, assegurando a integridade do capital social.

12.4 - Dividendos e juros sobre o capital próprio:

De acordo com as disposições legais e estatutárias não foram aos acionistas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, calculado conforme legislação vigente e tendo como base a Taxa de Juros do Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso não sendo mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

12.5 - Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:

Nos termos das Resoluções CNSP nº 321/2015, 343/2016 e 360/2017, as sociedades seguradoras deverão apresentar a Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidar em relação ao Capital de Risco (CR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e a soma dos riscos de Risco. Liquidar em relação ao Capital de Risco (CR) caracteriza quando o montante dos ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas é superior a 20% do ano CR. Verificando o valor da carteira de ativos garantidores na data base, conforme exposto na nota explicativa 6.4, verificamos que a Companhia atingiu parâmetro superior ao requerimento mínimo previsto do normativo, apresentando Liquidez em relação ao CR de 100% em 31/12/2018, conforme Nota 12.5.1.

12.5.1 - Cálculo do patrimônio líquido ajustado:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	12.445.024,06	23.193.762,55
(+) Ajustes contábeis	(294.481,82)	(213.242,52)
(-) Participações societárias	(294.481,82)	(213.242,52)
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	20.393.688,37	22.825.920,13
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	15.000.020,06	15.000.000,00
Capital - base (I)	15.000.020,06	15.000.000,00
Capital de risco (II)	15.242.509,83	17.859.950,03
Capital de risco de subscrição	11.742.158,63	13.030.707,56
Capital de risco de crédito	2.095.277,15	735.271,22
Capital de risco operacional	469.171,70	417.247,44
Capital de risco de mercado	664.107,00	681.631,12
Capital de risco de crédito	(4.279.889,31)	(2.515.845,09)
Capital mínimo requerido (CMR) = maior entre (I) e (II)	16.242.509,83	17.859.950,03
Liquidez em relação ao CR	100%	121%

(*) Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não regulatórios, não alterando os demais capitais.

12.6 - Composição acionária:

	Quantidade de Ações	% de participação
Acionistas		
Sérgio Sushir Wais	3.204.209	98,05%
Gente Controladora e Particip. Ltda	41.127	1,25%
Tânia Wais	12.438	0,38%
Mercado Wais	10.148	0,31%
Total	3.267.020	100%

DIRETORIA
Sérgio Sushir Wais - Diretor Presidente
Tânia Wais - Diretora
Marcos Wais - Diretor

Rafael Nicoletti
Controlador GRC-SP 274958/O-T-RS
Tiago De Angelis Karlinak
Auditor Responsável Técnico - MBA 2657

de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Asseguramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as prováveis técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de adjuvência e dos limites de retenção da GENTE SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuação - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de risco de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também adotamos procedimentos procedimentais de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossos trabalhos, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de procedimentos procedimentais, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos do Sinistral, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não interferem na opinião de auditoria relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactam nossa opinião descrita anteriormente.

Porto Alegre/RS, 21 de fevereiro de 2019.

Alexandre Turk de Almeida - Atuarial MIBA nº 1034
AIM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 18.614.981/0001-21 - CIEA nº 102
Av. Têtil de Rose, 409/801B, Porto Alegre

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser ocasionadas por fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência da auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlas os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria bem planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da GENTE SEGURADORA S.A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, por base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da GENTE SEGURADORA S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis que indicam modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. No caso contrário, devemos fundamentar nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a GENTE SEGURADORA S.A. a não mais manter a continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante os nossos trabalhos não identificamos deficiências nos controles internos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2019.

Ricardo Schmidt
Contador - CRCRS no. 45.190

Carlos Alberto dos Santos
Contador - CRCRS no. 89.366

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS no. 0067090
CVM 12.360



Nome do arquivo: Pagina_20_DIC_2019-02-26

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO
Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

26/02/2019 09:30:16 GMT-03:00

87124582000104
14833379015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Verificado em 26/02/2019 09:34:04

Página 2 de 2

517
P

Porto Alegre, Quarta-feira, 5 de Junho de 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XLVI
Nº 108



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_8d8af2d5-6c7c-439e-bf59-b3cd8574611a..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO

05/06/2019 08:46:13 GMT-03:00

87124582000104

Assinatura válida

Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

14833379015

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GENTE SEGURADORA SA

Protocolo: 2019000282514

GENTE SEGURADORA S.A.**CNPJ - 90.180.605/0001-02 NIRE - 43300025934****ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 de março de 2019.**

DATA, HORA E LOCAL: Dia 18 de março de 2019, às 12 horas, na sede social da companhia, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **QUORUM:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social. **CONVOCAÇÃO:** Verificou-se em primeira convocação, a presença de acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **PUBLICAÇÕES:** As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram publicadas na edição de 26 de fevereiro de 2019: Diário Oficial da Indústria e Comércio do Estado do Rio Grande do Sul, nas páginas 17, 18, 19 e 20 e no Jornal do Comércio, nas páginas 03, 04, 05 e 06. **MESA:** Sérgio Suslik Wais, **Presidente;** Marcelo Wais, **Secretário.** **ORDEM DO DIA:** (i) Aprovar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício; (iii) Reeleger os membros da Diretoria, fixando-lhes prazo de mandato; (iv) Designar aos Diretores às funções específicas contidas nos normativos da SUSEP/CNSP; (v) Fixar a remuneração global dos Administradores da Companhia. (vi) Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal; e, **DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas: **1ª)** Aprovar, sem reservas, o Relatório e Contas da Administração, assim como as demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2018; **2ª)** Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social, findo em 31.12.2018, no valor de R\$ 2.610.549,35 (dois milhões seiscentos e dez mil quinhentos e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos) que, adicionados à R\$ 2.972.179,28 (dois milhões novecentos e setenta e dois mil cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos) referentes à realização da reserva de reavaliação, resultaram em lucros acumulados no total de R\$ 5.582.728,63 (cinco milhões quinhentos e oitenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos). Deste total, aprovar as seguintes destinações: (a) R\$ 130.527,47 (cento e trinta mil quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos) para reserva legal; (b) R\$ 1.395.682,16 (um milhão trezentos e noventa e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos) como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas e (c) R\$ 4.056.519,00 (quatro milhões cinquenta e seis mil quinhentos e dezenove reais) para reserva de distribuição adicional de dividendos. **3ª)** Reeleger, para compor a Diretoria, com mandato até 31 de março de 2020, os seguintes membros: a. Diretor-Presidente - Sr. Sérgio Suslik Wais, brasileiro, casado, empresário segurador, CI SSP/RS nº 1005619679, CPF nº 062.422.780-49, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878; b. Diretora - Sra. Tânia Wais, brasileira, casada, seguradora, CI SSP/RS nº 2001099321, CPF nº 286.049.030-20, residente e domiciliada em Porto Alegre/RS, na Rua Pedro Chaves Barcellos, nº 878; e, c. Diretor; o Sr. Marcelo Wais, brasileiro, casado, segurador, CI SSP/RS nº 7009036166, CPF nº 632.005.380-15, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, na Rua Eng. Teixeira Soares, nº 200 - Ap. 202 Bloco A. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam que estão desimpedidos, nos termos da Lei, para ocuparem os referidos cargos, não fazerem parte de sociedades concorrentes no mercado e preencherem as condições estabelecidas na Resolução CNSP nº 330/15. Ressalta-se ainda que os Diretores com mandatos vencidos permanecerão em seus cargos até que a SUSEP homologue a presente Ata da Assembleia Geral Ordinária e que haja sua publicação no Diário Oficial. **4ª)** Designar as funções específicas dos Diretores em atenção à Resolução nº 330/2015 e Carta-Circular n. 1/2016/SUSEP-CGRAT, da seguinte forma: I - Sr. Sérgio Suslik Wais: a) Responsável pelas Relações com a SUSEP; b) Responsável pelo cumprimento das obrigações contidas na Resolução CNSP nº 143/2005; c) Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade, conforme Resolução CNSP nº 321/2015. II - Sra. Tânia Wais: a) Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98 (Circulares SUSEP 234/03 e 445/12); b) Responsável pelos controles internos da Sociedade, em atendimento a Circular SUSEP nº 249/04; c) Responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (Circular SUSEP nº 344/2007). III - Sr. Marcelo Wais: a) Diretor Técnico, conforme Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321; b) Responsável administrativo-financeiro; **5ª)** Fixar remuneração global anual da Diretoria em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); **6ª)** Decidem não instalar o Conselho Fiscal. **CONSELHO FISCAL:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Foram arquivados na sede da sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral Ordinária, lavrando-se no livro próprio a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **ASSINATURAS:** Sérgio Suslik Wais, **Presidente,** Marcelo Wais, **Secretário;** Sérgio Suslik Wais, Marcelo Wais, Tânia Wais e Gente Comércio e Participações Ltda., (Representada por seu administrador, Sérgio Suslik Wais), **Acionistas e Diretores.** **DECLARAÇÃO:** Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia Geral nº 002 da Companhia e autênticas as assinaturas apostas. **SÉRGIO SUSLIK WAIS** Presidente; **MARCELO WAIS**, Secretário; **SÉRGIO SUSLIK WAIS**, Diretor-Presidente; **MARCELO WAIS**, Diretor, Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 5038896 em 21/05/2019 da Empresa GENTE SEGURADORA S/A, Nire: 43300025934 e protocolo 191439410 - 16/04/2019. Autenticação: 235BC5B62D6DBD605B2CC8616B33BBF197FA16DF. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

HIDROPAN PARTICIPAÇÕES S.A.

Protocolo: 2019000282773



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_9de092f5-8a10-460c-bb2d-129d1831f710..pdf

Autenticidade: Documento Íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

PROCERGS CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO
Responsável: ANTONIO RAMOS GOMES

05/06/2019 08:46:02 GMT-03:00

87124582000104
14833379015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto Seguro S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório da Administração 2020



Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

No ano de 2020, a Porto Seguro demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, com aumento das receitas e crescimento em duplo dígito no lucro líquido, mesmo diante dos impactos da pandemia de Covid-19.

A Porto Seguro encerra 2020 e entra em 2021 com alguns sonhos e desafios, e o principal deles é “Ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes”, oferecendo experiências relevantes no uso de seus produtos e serviços, aumentando o alcance da marca, alavancando a transversalidade e o *cross selling*, entre os produtos. Existe um grande potencial de crescimento dos mercados em que atua, e a partir de agora, a Porto Seguro passa a apresentar seus negócios agrupados em quatro verticais: Seguros, Saúde, Negócios Financeiros e Serviços. Esta nova visão da Empresa busca contribuir para a promoção do crescimento de seus negócios observando as diferentes características dos mercados, o potencial de crescimento de cada segmento e a dinâmica de cada uma dessas verticais.

Na vertical Seguros, os prêmios permaneceram relativamente estáveis em relação ao ano anterior (-0,1% vs. 2019). Os prêmios do seguro Auto recuaram 1,2% no ano, decorrente da redução da atividade econômica e da queda do risco, principalmente no segundo trimestre, com reflexos sobre o preço dos seguros. Contudo, o seguro Auto voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, favorecida pela retomada gradual da atividade econômica e por ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Assim, a frota segurada encerrou o ano com um crescimento de 0,7% em comparação a dezembro de 2019. Os prêmios dos seguros Patrimoniais, onde foi observado um aumento da procura por seguros residenciais, expandiram 4,8%, e os seguros de Vida avançaram 2,7%, com desempenho mais favorável nos seguros de Vida Individual (+12,2% vs. 2019), que cresce há mais de 5 anos em duplo dígito, enquanto a queda acentuada da procura por seguro viagem e coberturas em eventos restringiu a expansão do Vida consolidado, o que deve se normalizar a medida que a pandemia diminuir.

Na vertical Saúde, houve uma elevação de 11,3% no faturamento anual, impulsionado pelo quarto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Destaque também para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020. A jornada dos clientes deverá ser transformada no Saúde, Odonto e Ocupacional, com maior foco holístico na saúde - e menos transacional para tratar doenças. A eficácia médica e eficiência são vitais para a inclusão de uma maior parcela da população nos planos. A inteligência analítica muito sofisticada será central para o alcance deste objetivo, permitindo que a cadeia de prestação e atendimento de saúde seja usada da melhor forma.

Relatório da Administração 2020



No consolidado de todos os negócios de Seguros (incluindo Saúde), o índice combinado atingiu 90,1%, um recuo de 4,4 p.p. em relação a 2019, representando o melhor resultado da série histórica da Porto Seguro. Essa queda é explicada principalmente pelo decréscimo de 5,3 p.p. na sinistralidade, decorrente do aperfeiçoamento na subscrição e precificação de risco e pela redução da circulação de veículos, em função do isolamento social, que resultou na diminuição da sinistralidade do Auto. No Saúde, o volume de sinistrou também recuou, fruto principalmente do decréscimo dos procedimentos eletivos, principalmente no segundo trimestre.

O índice de despesas administrativas e operacionais de seguros, desconsiderando despesas e incentivos a programas sociais para combater os impactos da pandemia na sociedade (incluindo o programa “Meu Porto Seguro”), melhorou 0,5 p.p. no ano (vs. 2019), representando o quinto ano consecutivo de melhora nesse indicador.

A vertical Negócios Financeiros apresentou aumento nas receitas de 17,5% no ano, impulsionada pelo Consórcio (+18,5% vs. 2019), que registrou aumento no número de cotas e elevação do ticket médio, e pelo crescimento dos Riscos Financeiros (+49,8% vs. 2019). Nas Operações de Crédito (+8,4% vs. 2019), destaque para a expansão na base de clientes: a operação de CDC incrementou o número de contratos em 25,5% (vs. 2019) e o número de Cartões de Crédito atingiu 2,5 milhões de plásticos (+9,7% vs. 2019), com 65% dos clientes fazendo uso do cartão todos os meses. A Carteira de Operações de Crédito encerrou o ano com saldo de R\$ 10 bilhões, 24,2% superior em comparação ao final de 2019. O gerenciamento eficaz da carteira de crédito e as ações para mitigação de risco contribuíram para a redução da inadimplência (NPL +90 dias), que atingiu 4,4% ao final de 2020, apresentando melhora de 0,2 p.p. em relação a 2019, alcançando um resultado favorável mesmo quando comparado ao período anterior a pandemia.

Na vertical Serviços foi registrado aumento de 22,7% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,2% no ano (vs. 2019) e alcançou 6,5 mil contratos ativos em 2020. A linha de serviços conta também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro e com potencial de expansão atrativo, como o Porto Cuida, Health for Pet, Porto Faz e Reppara!.

O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex Previdência) superou o “benchmark”, atingindo 387% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação, renda variável e em menor escala, também as alocações em fundos multimercado.

O lucro líquido sem “business combination” alcançou R\$ 1.696 milhões em 2020, crescimento de 22,3% em relação ao ano anterior, resultando num Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,6% no período, 2,3 p.p. superior ao registrado em 2019. Como referência, a rentabilidade da Empresa ajustada com a exclusão do excesso de capital e considerando retorno de 100% do CDI sobre os investimentos foi de 24,1% em 2020.

Com o objetivo de aumentar a transparência de seus negócios e ampliar o alcance dos projetos e práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e de Governança Corporativa (ASG), a Porto Seguro ampliou os canais de comunicação e aumentou o detalhamento das informações e iniciativas ASG conduzidas pela Empresa, que estão cada vez mais alinhadas às suas estratégias de negócio e geram impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente e contribuem para a criação de valor de longo prazo para todos os seus “stakeholders”.

Relatório da Administração 2020



Dentre as principais iniciativas de ASG realizadas em 2020, estão o lançamento do programa “Meu Porto Seguro”, criado para gerar 10 mil postos de trabalho temporário para pessoas que perderam seus empregos durante a pandemia, promovendo treinamento e capacitação para voltarem ao mercado de trabalho com mais qualificação e independência, sendo que até o final de 2020 já haviam sido criados 8,2 mil postos de trabalho; a entrada em operação dos primeiros guinchos elétricos do país; o lançamento do consórcio sustentável para aquisição de placas de energia solar para residências e empresas; o investimento de R\$ 5,0 milhões no Fundo WE Ventures, para fomentar o empreendedorismo no Brasil através de investimentos em startups de tecnologia lideradas por equipes femininas. Destacam-se também os resultados alcançados em mais um ciclo de investimento social privado, que resultou num montante de R\$ 6,4 milhões que vai beneficiar mais de 34 mil pessoas.

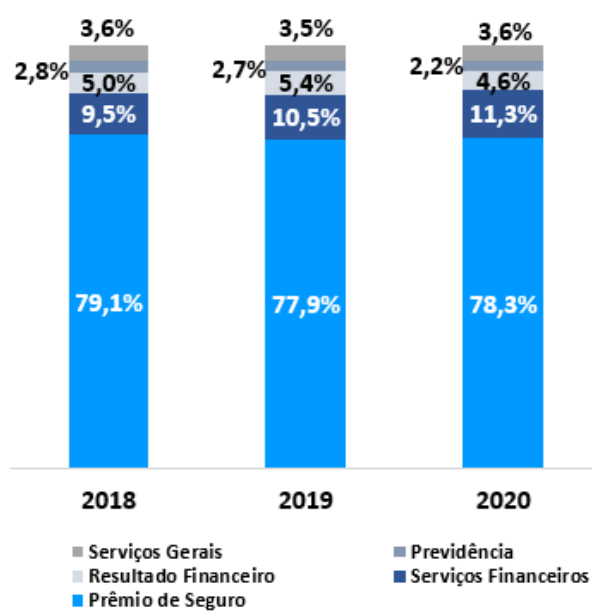
Além disso, diante da crise econômica e de saúde provocada pela pandemia de Covid-19, ao longo de 2020 a Porto Seguro promoveu ações com o objetivo de contribuir para a superação dos desafios enfrentados pela sociedade. Os principais destaques foram: a adoção de medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para mais de 95% do quadro de funcionários e o comprometimento público em não demitir nenhum colaborador durante o período agudo da crise; a complementação da renda dos prestadores de serviços através do adiantamento de pagamento de serviços; a abertura e ampliação de linhas de crédito específicas para os corretores, comerciantes no entorno do complexo matriz e clientes; a concessão de prorrogação do vencimento de parcelas de seguros, empréstimos e financiamentos para os clientes; o fornecimento de suprimentos e equipamentos para redes hospitalares; a intensificação no apoio a pessoas carentes e a doação de alimentos a entidades assistenciais.

A Empresa segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital, ampliar as práticas ASG e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece, e agradece a todos os colaboradores, corretores, prestadores de serviço, clientes, acionistas, parceiros, fornecedores, investidores e demais “stakeholders” pela cooperação e confiança.

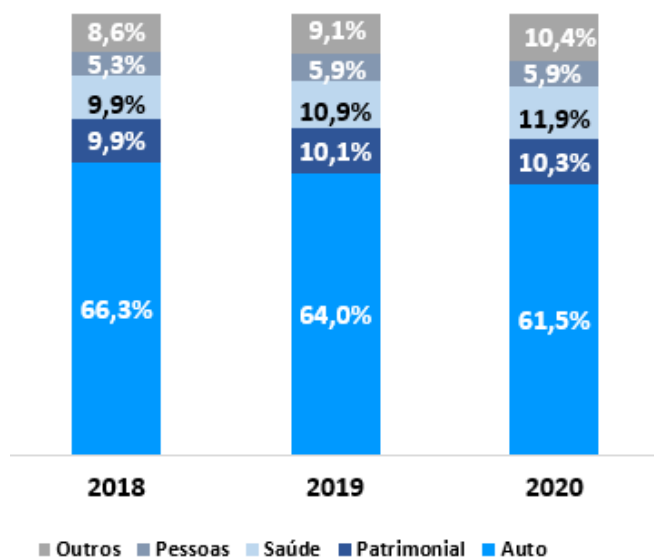
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

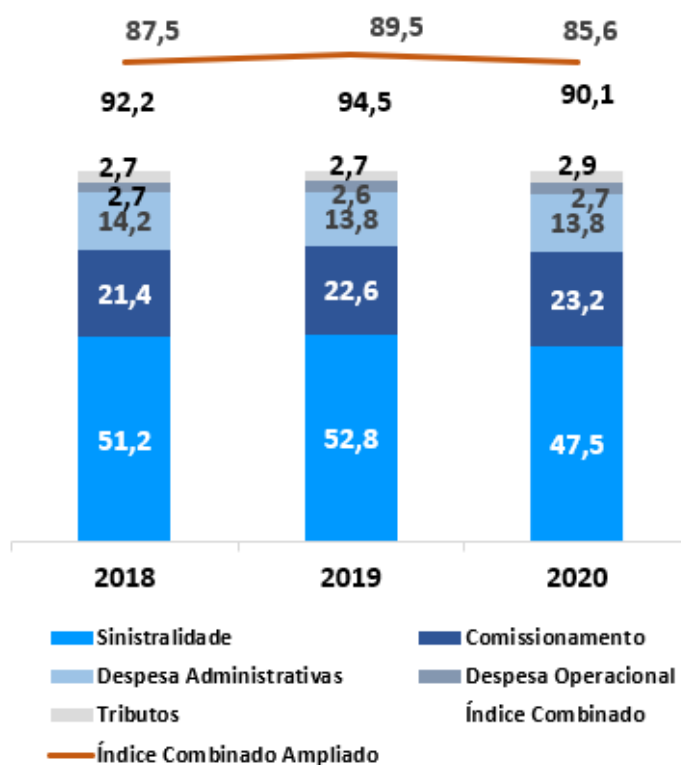
Distribuição Receita Total



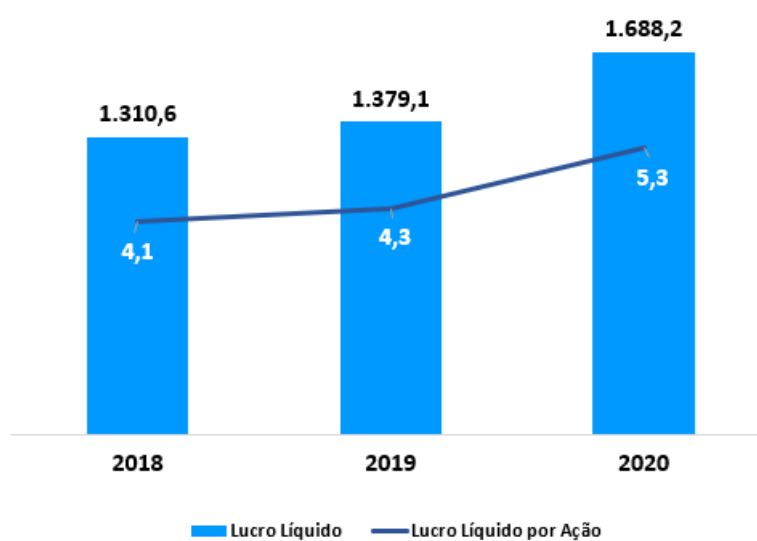
Distribuição dos Prêmios de Seguro



Índice Combinado de Seguros %



Lucro líquido com Business Combination



Relatório da Administração 2020



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2020" e "em 2019" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Operacionais

SEGUROS

Auto consolidado	2020	2019	Variação %
Prêmios auferidos	9.716,0	9.836,2	(1,2)
Sinistralidade (%)	46,9	56,1	(9,2)
Veículos segurados - frota	5.462	5.426	0,7

- Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019, compensado pelo aumento de 0,7% da frota segurada para 5.462 mil veículos em 2020 em relação aos 5.426 mil em 2019.

Prêmios auferidos - Patrimonial	2020	2019	Variação %
Patrimoniais - Porto Seguro	1.151,2	1.075,3	7,1
Patrimoniais - Itaú	479,0	480,9	(0,4)
Total Patrimonial	1.630,2	1.556,2	4,8

Sinistralidade - Patrimonial	2020	2019	Variação p.p.
Patrimoniais - Porto Seguro	37,1	31,4	5,7
Patrimoniais - Itaú	25,4	29,6	(4,2)
Total Patrimonial	33,5	30,8	2,7

- As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 439,6 milhões em 2020, redução de R\$ 72,1 milhões ou 14,1% em relação aos R\$ 511,7 milhões de 2019. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 131,5 mil em 2020, uma queda de 7,0% em relação aos 141,4 mil em 2019.
- O índice de despesas administrativas e operacionais - seguros, no ano de 2020, atingiu 16,5% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão

Relatório da Administração 2020



contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

SAÚDE

Prêmios auferidos - Saúde	2020	2019	Variação %
Saúde empresarial	1.745,2	1.540,1	13,3
Saúde odontológico	139,4	129,1	8,0
Total Saúde	1.884,6	1.669,2	12,9

Sinistralidade - Saúde	2020	2019	Variação p.p.
Saúde empresarial	74,4	78,3	(3,9)
Saúde odontológico	42,1	44,3	(2,2)
Total Saúde	72,0	75,6	(3,6)

- Destaque para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020.

NEGÓCIOS FINANCEIROS

- As receitas com crédito e financiamento totalizaram R\$ 1.709,3 milhões em 2020, aumento de R\$ 132,7 milhões ou 8,4% em relação aos R\$ 1.576,6 milhões em 2019. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 24,2%, passando para R\$ 10.019,6 milhões em 2020 em relação aos R\$ 8.065,6 milhões em 2019.
- As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 384,0 milhões em 2020, com aumento de R\$ 59,9 milhões ou 18,5%, em relação aos R\$ 324,1 milhões em 2019. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 10,5% passando para 168 mil em 2020, em relação aos 152 mil em 2019.

SERVIÇOS

- Destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,1% no ano e alcançou mais de 7 mil contratos ativos em 2020. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o Health for Pet, Porto Faz e Reppara.

Relatório da Administração 2020



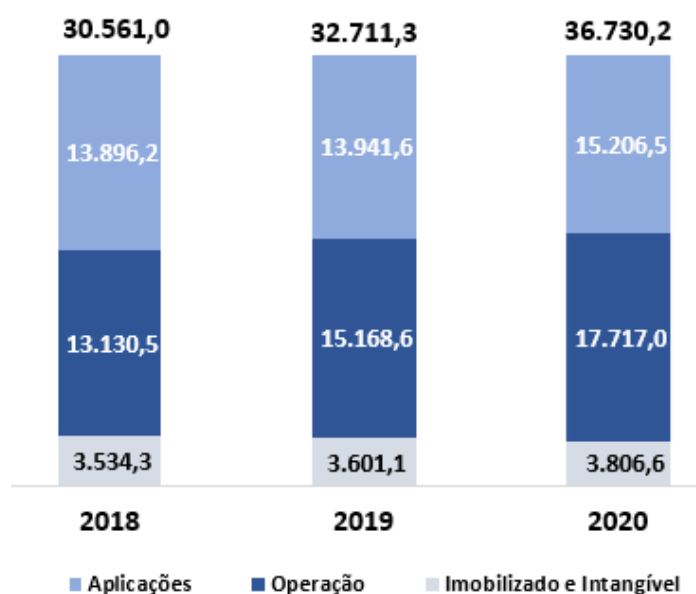
Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2020	2019	Variação %
Resultado financeiro - seguros	779,3	823,5	(5,4)
Resultado financeiro - outros negócios	141,8	216,3	(34,4)
Total resultado financeiro	921,1	1.039,8	(11,4)

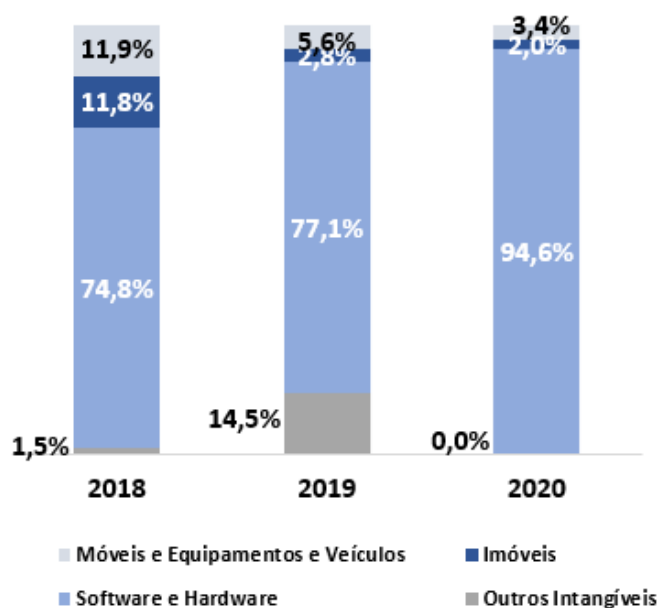
- O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras superou o “benchmark”, atingindo 412% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação e em renda variável.

Posições Patrimoniais

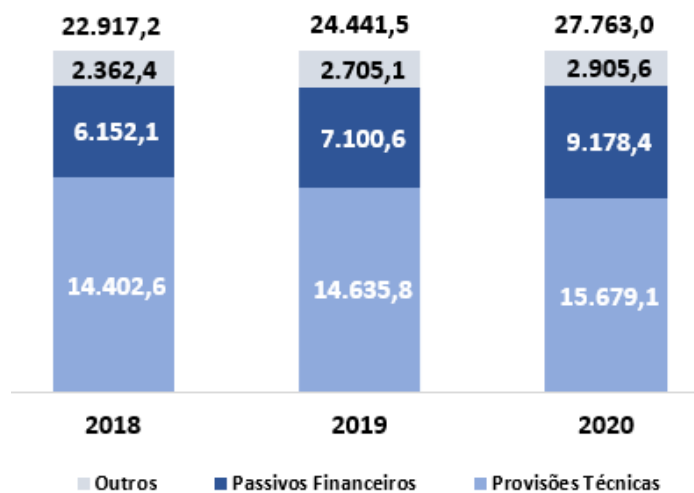
Ativos Totais



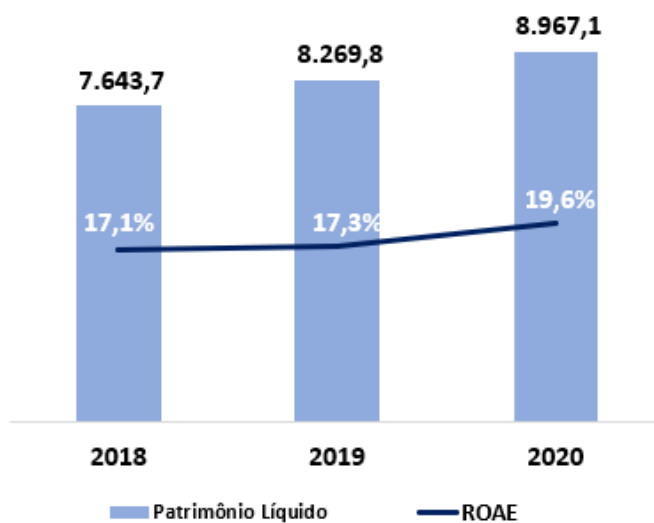
Investimentos (Capex)



Passivos Totais

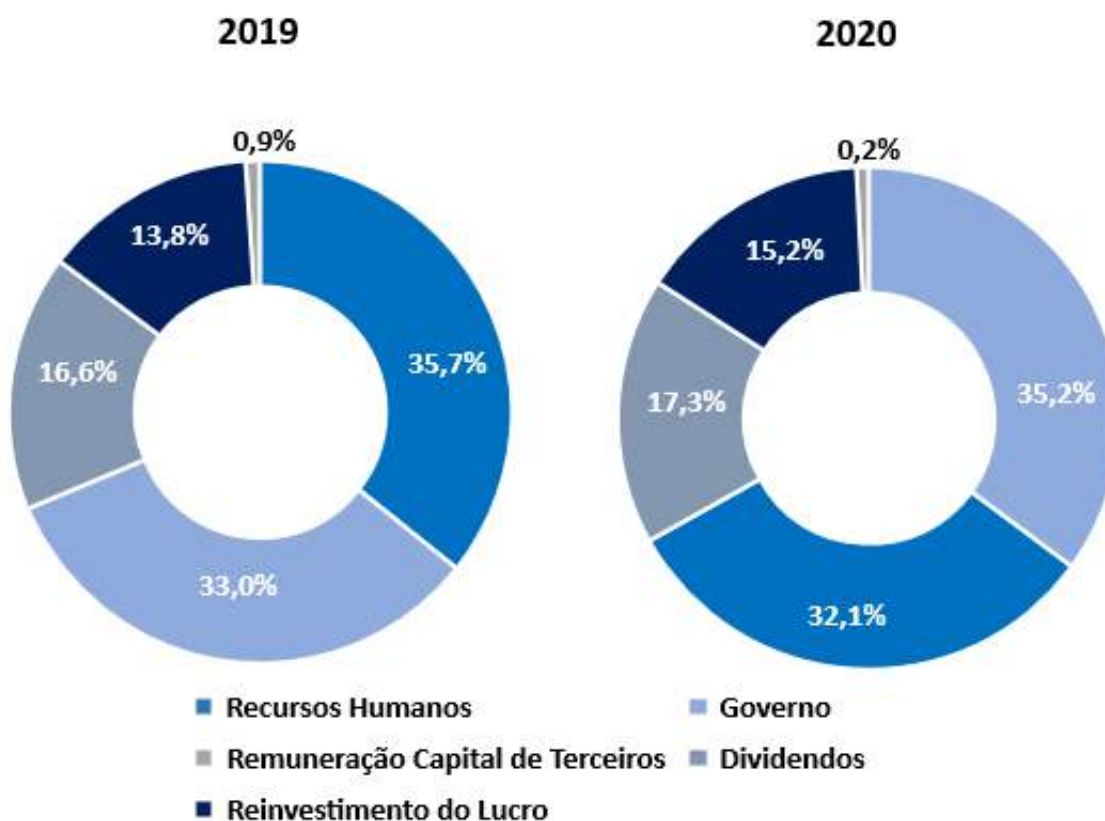


Patrimônio Líquido com Business Combination



VALOR ADICIONADO

Em 2020, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 5.193,4 milhões, com aumento de 14,5% sobre o montante de R\$ 4.535,2 milhões do ano de 2019, conforme distribuído abaixo:



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas (“Comitês”), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de auditoria:

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos

desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Marketing:

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E “MARKETING”

Em 2020, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Meu Porto Seguro: programa ofereceu 10 mil postos de trabalho, trazendo capacitação e geração de renda, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia.

Parceria com a Volkswagen: parceria entre Porto Seguro Auto e Volkswagen garante seguro gratuito por um ano para o automóvel Nivus e acesso ao app da Porto Seguro por meio do VW Play, disponível na central multimídia dos veículos Nivus e T-Cross.

Parceria com a Estapar: por meio do app Porto Seguro Auto, os clientes podem localizar os estacionamentos da Rede Estapar que possuem, até 40% de desconto.

Pix como meio de pagamento: o Porto Seguro Auto aceita o Pix, novo meio de pagamento eletrônico do Brasil, lançado em novembro de 2020, para pagamento do seguro automóvel.

Novas opções de parcelamento no Azul Seguro Auto: ao contratar ou renovar o Azul Seguro Auto, os clientes podem parcelar o valor do seguro em até 10 vezes sem juros em qualquer cartão ou em 12 vezes sem juros no Cartão de Crédito Porto Seguro.

Apólice Digital: priorizando a agilidade e a sustentabilidade, as apólices da Azul Seguros passaram a ser 100% digitais para novos clientes, renovações ou renovações congêneres.

Relatório da Administração 2020



Parceria Seguro Auto + financiamento: possibilidade de financiar um veículo e incluir o valor do Porto Seguro Auto ou Azul Seguro Auto na mesma parcela, no ato da contratação. A modalidade é exclusiva para pessoa física e automóveis de passeio com até 10 anos.

Guincho elétrico: A Porto Seguro passa a operar o primeiro e único guincho totalmente movido à energia elétrica, que emite 96% menos gases de efeito estufa.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2020, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand).
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S. Paulo) - Seguro Auto.
- Marcas Mais (O Estado de S. Paulo) – Seguradoras.
- Top Of Mind (Folha de S. Paulo) – Seguros.
- Ranking Maiores e Melhores (Exame) – Ranking Geral e Seguradoras.
- Prêmio Mobilidade (O Estado de S. Paulo) – Auto.
- Melhores Serviços (O Estado de S. Paulo) – Seguros, Residencial e Auto.
- Marcas Mais Amadas pelos Cariocas (O Globo) – Melhor Seguradora.

PROJETOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Em 2020, o Teatro Porto Seguro apresentou 18 atrações entre shows e espetáculos presenciais e on-line, em 41 sessões, atraindo um público de mais de 18 mil espectadores.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2020 com 12.081 funcionários, sendo 7.996 pessoas nas empresas seguradoras e 4.085 em outras empresas. Foram admitidos 1.963 funcionários, sendo 356 nos programas de diversidade: “Programa de Jovem Aprendiz” e “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Fechamos 2020 com 2.126 funcionários de forma efetiva no “Programa Home Office” (17,6% do total de colaboradores), além disso, durante a pandemia da Covid-19 a Companhia adotou medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para uma parcela substancial de funcionários, com altos índices de favorabilidade e produtividade.

Relatório da Administração 2020



Em 2020 foi lançada a Nova Temporada Porto Seguro 2020-2025 (Integrando Clientes e Negócios), que traz o direcionamento estratégico para os próximos 5 anos. Além disso, apresentamos a nossa Essência em ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes, e novas competências que compõem o Jeito Porto. Realizamos a disseminação para 100% do quadro de líderes e colaboradores, trazendo clareza e transparência sobre os objetivos da organização a serem alcançados nos próximos anos. Para aumentar a compreensão e engajamento de todos, realizamos ao longo do ano, ações de sustentação/desenvolvimento.

Nesse atípico ano de 2020, devido a pandemia foram necessárias adequações internas, reforço e o cuidado com a saúde e segurança de nossos colaboradores. Mantemos ao longo do ano menos de 5,0% do quadro realizando trabalho presencial nas dependências da Porto Seguro, seguindo todos os protocolos de segurança da OMS.

Uma das ações para contribuir com a segurança e saúde dos colaboradores que continuaram atuando presencialmente foi a estruturação do Centro de Testagem para Covid-19 em nosso Edifício Rosa Garfinkel. Também elaboramos protocolos sanitários, como aferição de temperaturas na recepção de nossas unidades, disponibilização de máscaras, álcool em gel e distanciamento seguro, de modo a atender as orientações do Ministério da Saúde e OMS sobre os cuidados com a pandemia. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas e também elaboramos boletins informativos semanais sobre prevenção e cuidado para os colaboradores e seus familiares sobre Covid-19.

Em paralelo às ações preventivas, também implementamos o cuidado através de tele monitoramento de nossos colaboradores, além de manter nosso time de saúde e segurança atuando de forma presencial para atendimentos ocupacionais e assistenciais.

Em abril de 2020, realizamos a campanha de vacinação da gripe para 4500 colaboradores, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e segurança de nossos colaboradores. Também vacinamos dependentes através de parceria com custos reduzidos para prevenir agravos à saúde desses também.

A área de Qualidade de Vida promoveu ações com foco na saúde, bem-estar e integração para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 47 mil participações em projetos diversos, como: corridas de rua, aulas de dança, pilates, muay thai, violão, gaita, academia, acupuntura, festival de música e gastronomia, entre outros. Em 2020, duas novas atividades foram oferecidas aos colaboradores de forma remota: aulas de Dança do Ventre e Ukulele.

Foram investidos R\$ 129 mil/mês em programas de treinamento para funcionários promovidos pelo RH, totalizando 1.281 horas/mês. Dentre os programas, destaca-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 10 mil horas/ano.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre funcionários contratados e desligados, foi de 16,85%.

Aderimos ao movimento #NãoDemita, pois, para nós da Porto Seguro, este problema precisa ser encarado com firmeza e serenidade, norteado por nossos valores e a certeza de que só chegamos à posição de uma das maiores companhias do setor foi graças ao nosso principal ativo: as pessoas.

No processo de transição de carreira, que apoia e prepara os funcionários para a aposentadoria, temos 122 funcionários elegíveis e 82% de comparecimento nas ações realizadas.

Foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referente a gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

Lançamos o projeto “Meu Porto Seguro”, que ofereceu 10 mil vagas para um programa de capacitação via EAD, e uma renda extra mensal no valor de R\$ 1.500,00 por pessoa, durante três meses. A iniciativa de impacto social teve o objetivo de gerar renda extra para as pessoas que perderam seus empregos devido à pandemia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Os seguintes projetos sociais e ambientais se destacam:

Educação socioambiental

- Realizadas 44 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 1.721 participações dos funcionários.
- Realização da primeira Maratona da Sustentabilidade da Porto Seguro, da qual 34 Agentes Socioambientais participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade da Porto Seguro. Ao final, a ideia vencedora de reformular a tradicional Campanha de Natal para o ambiente online, foi implantada na Porto Seguro. A Maratona contou também com 120 horas de formação técnica aos participantes e 406 funcionários presentes na apresentação final das ideias.
- Realização da Semana do Consumo Consciente, com palestras e oficinas para aos funcionários teve como tema central “Consumo Consciente em Casa”. O momento atual foi uma oportunidade para levarmos práticas mais sustentáveis para o dia a dia dos funcionários e suas famílias. O evento totalizou 480 participações e 223 visualizações no YouTube pós evento.

Ecoeficiência

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2020 todas essas iniciativas, somadas à redução do consumo nos prédios em função da pandemia, garantiram economia de energia de 12.119.899 kwh, o que equivale a R\$ 7.399 milhões.
- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2020, essas iniciativas representaram economia de 56.672.929 litros de água, o equivalente a R\$ 1.063 milhão.
- 31% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem e finalizamos 2020 com uma eficiência de descarte de 69%.

Projetos sociais

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem como estratégia promover diversas formas de atuação voluntária, seja individual ou coletiva, dentro ou fora do horário de expediente, com crianças, adultos ou idosos. Em 2020, foram ofertadas aos funcionários 890 vagas voluntárias em 57 ações diferentes, envolvendo crianças, idosos, animais e o bairro. O destaque foi o lançamento de 20% das vagas do Porto Voluntário em ações online, permitindo assim, a atuação do funcionário mesmo em casa.

Doações que contemplam todos os projetos que incluam recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2020, por conta da pandemia, a Porto Seguro organizou diversas campanhas na arrecadação para compra de alimentos, livros e kits de Natal. Foram realizadas 98 campanhas, totalizando a doação de 298.802 itens, para 133 instituições em todo Brasil.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos socioambientais e culturais da região e ampliar as atividades que inspiram e envolvem os públicos com as quais a Porto Seguro se relaciona, oferecendo mais de 10 tipos de cursos profissionalizantes. Em 2020, 605 alunos foram formados e 53% de alunos foram empregados por meio dos cursos de capacitação profissional.

A **Associação Crescer Sempre** se propõe a suprir a demanda de educação e capacitação profissional da comunidade de Paraisópolis realizando o atendimento a crianças em idade pré-escolar e ensino médio. Oferece cursos profissionalizantes com foco em trabalho e geração de renda. Em 2020, foram atendidas 325 crianças na educação infantil e 59 adolescentes formados no ensino médio.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2020 será lembrado por décadas em função da pandemia da Covid-19, que gerou imensa perda de vidas e um impacto econômico igualmente severo. A contração do PIB global no ano só não foi maior pois governos e bancos centrais ao redor do mundo lançaram mão de um conjunto de estímulos fiscais e monetários sem paralelo na história.

O ano termina, porém, com perspectivas promissoras no que diz respeito à disponibilidade de vacinas. Além do desenvolvimento em tempo recorde, algumas delas, cujos testes clínicos já foram concluídos, apontam para uma eficácia bastante elevada, o que sugere uma gradual retomada da normalidade econômica ao longo do primeiro semestre de 2021, à medida em que o processo de imunização avance.

Domesticamente, os efeitos econômicos da pandemia também foram bastante mitigados por uma importante redução da taxa básica de juros, a Selic, e principalmente, por um expressivo programa de transferência de renda para as camadas mais vulneráveis da população. O chamado *auxílio emergencial* contribuiu inegavelmente para a preservação de um patamar robusto do consumo de bens ao longo do ano.

Entretanto, o custo fiscal desse e de outros programas lançados ao longo de 2020 foi muito grande, um dos maiores entre o grupo dos países emergentes. Essa forte elevação do gasto público acentuou ainda mais a já frágil condição fiscal brasileira, que por sua vez pressionou a taxa de câmbio e contribuiu para a alta da inflação ao longo do segundo semestre de 2020.

Para 2021, espera-se que a vacinação da população ao longo da primeira metade do ano permita uma retomada da atividade em geral, e em particular do setor de serviços, o mais fortemente impactado pela pandemia.

Diante dessa perspectiva, espera-se o avanço da necessária e urgente agenda de ajuste fiscal em 2021, ao mesmo tempo em que a melhora da atividade deve levar o Copom a iniciar o ciclo de normalização da política monetária ainda na primeira metade do ano, reduzindo o grau atual de estímulo monetário.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Instrução CVM nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2020, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2021

A Administração

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		2.134.804	1.790.847	25.135.042	22.783.780
Caixa e equivalentes de caixa	7	146.714	214.389	915.881	893.263
Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	1.928.737	1.503.097	9.564.448	8.619.251
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	-	685.511
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	7.192.576	5.900.861
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	4.608.343	3.994.251
Receíveis de prestação de serviços		-	-	70.304	63.409
Ativos de resseguro	20.3	-	-	179.764	114.450
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	30.403	42.288	130.025	155.308
Bens à venda	12	-	-	107.899	178.690
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	1.924.421	1.815.191
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	-	-	7.440
Outros ativos	15	28.950	31.073	441.381	356.155
Não circulante		7.523.456	7.103.920	11.595.160	9.927.519
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	8.1.1	-	-	1.587	1.552
Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8.1.2	-	-	4.472.292	2.120.610
Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado	8.2	-	-	1.168.205	2.514.697
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	976.168	680.789
Prêmios a receber de segurados	10	-	-	152.449	4.275
Ativos de resseguro	20.3	-	-	6.718	4.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	-	-	333.053	264.930
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	-	-	2.295	2.281
Custos de aquisição diferidos	13	-	-	73.837	47.625
Outros ativos	15	144	176	358.512	434.204
Investimentos					
Propriedades imobiliárias de investimento		93.004	87.291	139.695	132.478
Investimento em controladas	16	7.429.730	7.016.453	-	-
Imobilizado	17	578	-	1.650.505	1.564.446
Intangível	18	-	-	2.156.123	2.036.648
Ativo de direito de uso	19	-	-	103.721	118.957
TOTAL DO ATIVO		9.658.260	8.894.767	36.730.202	32.711.299

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Circulante		423.091	351.906	20.806.607	18.000.704
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	9.568.600	9.058.721
Débitos de operações de seguro e resseguro	21	-	-	502.154	398.365
Passivos financeiros	22	-	-	8.915.922	6.861.875
Impostos e contribuições a recolher	11.2	2.399	1.950	536.800	543.892
Dividendos e JCP a pagar	16.2	398.739	322.669	406.111	328.555
Instrumentos financeiros derivativos	14	143	806	143	4.072
Passivo de arrendamento	24	-	-	20.227	19.953
Outros passivos	25	21.810	26.481	856.650	785.271
Não circulante		268.167	273.216	6.956.465	6.440.811
Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	20	-	-	6.110.483	5.577.061
Passivos financeiros	22	-	-	262.484	238.716
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.2	268.167	273.216	284.526	292.139
Impostos e contribuições a recolher	11.2	-	-	10.405	286
Passivo de arrendamento	24	-	-	115.339	124.145
Outros passivos	25	-	-	58.291	64.257
Provisões judiciais	23	-	-	114.937	144.207
Patrimônio líquido		8.967.002	8.269.645	8.967.130	8.269.784
Capital social	26 a	4.500.000	4.000.000	4.500.000	4.000.000
Reservas de lucros		3.928.950	3.773.745	3.928.950	3.773.745
(-) Ações em tesouraria	26 b	(160.061)	(19.788)	(160.061)	(19.788)
Reservas de lucros - demais	26 c	4.089.011	3.793.533	4.089.011	3.793.533
Dividendos adicionais propostos	26 d	443.298	361.418	443.298	361.418
Outros resultados abrangentes		94.754	134.482	94.754	134.482
Participação dos acionistas não controladores		-	-	128	139
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.658.260	8.894.767	36.730.202	32.711.299

- - - -

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Receitas					
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	27	-	-	15.804.951	15.470.367
(-) Prêmios de resseguros cedidos	27	-	-	(159.532)	(114.540)
(=) Prêmios e contraprestações, líquidos de resseguro	27	-	-	15.645.419	15.355.827
Receitas de operações de crédito	28	-	-	1.638.920	1.472.651
Receitas de prestação de serviços	29	-	-	1.134.405	1.029.215
Contribuições de planos de previdência		-	-	151.358	173.492
Receita com títulos de capitalização		-	-	49.858	45.731
Outras receitas operacionais	30	6.291	1.675	186.963	185.108
Equivalência patrimonial	16	1.648.501	1.248.400	-	-
Total das receitas		1.654.792	1.250.075	18.806.923	18.262.024
Despesas					
Variação das provisões técnicas - seguros		-	-	(670.142)	(449.145)
Variação das provisões técnicas - previdência		-	-	(115.700)	(189.863)
(=) Total de variação das provisões técnicas	31	-	-	(785.842)	(639.008)
Sinistros retidos bruto	32	-	-	(8.221.391)	(9.113.123)
(-) Recuperações de resseguradoras	32	-	-	137.204	54.981
(-) Recuperações de salvados e ressarcimentos		-	-	976.035	1.160.918
Benefícios de planos de previdência		-	-	(13.110)	(28.142)
(=) Despesas com sinistros e benefícios, líquidas		-	-	(7.121.262)	(7.925.366)
Custos de aquisição - seguros	33	-	-	(3.475.487)	(3.347.224)
Custos de aquisição - outros		-	-	(276.194)	(179.572)
Despesas administrativas	34	(18.594)	(25.171)	(3.158.869)	(3.083.146)
Despesas com tributos	35	(23.122)	(26.897)	(635.720)	(568.879)
Custos dos serviços prestados		-	-	(168.365)	(197.658)
Outras despesas operacionais	36	(12.621)	(11.526)	(1.501.028)	(1.333.217)
Total das despesas		(54.337)	(63.594)	(17.122.767)	(17.274.070)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.600.455	1.186.481	1.684.156	987.954
Receitas financeiras	37	274.116	218.656	1.899.844	1.739.309
Despesas financeiras	38	(191.429)	(31.103)	(978.772)	(700.207)
		82.687	187.553	921.072	1.039.102
Lucro operacional		1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Imposto de renda e contribuição social	11.4	5.049	5.049	(917.012)	(647.947)
Corrente		-	-	(992.748)	(622.218)
Diferido		5.049	5.049	75.736	(25.729)
Lucro líquido do exercício		1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		1.688.191	1.379.083	1.688.191	1.379.083
- Acionistas não controladores em controladas		-	-	25	26
Lucro por ação:					
- Básico	40	5,23992	4,26851	5,23999	4,26859
- Diluído	40	5,23992	4,26851	5,23999	4,26859

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020****(em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Outros resultados abrangentes	(39.728)	43.626	(39.728)	43.626
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(85.200)	73.680	(85.200)	73.680
Efeitos tributários	34.080	(29.472)	34.080	(29.472)
Ajustes acumulados de conversão em controladas	2.205	(3.284)	2.205	(3.284)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	9.187	2.702	9.187	2.702
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	1.648.463	1.422.709	1.648.488	1.422.735
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	1.648.463	1.422.709	1.648.463	1.422.709
- Acionistas não controladores em controladas	-	-	25	26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

Nota explicativa	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros-demaís	Lucros acumulados					
Saldo final em 31 de dezembro 2018	4.000.000	-	3.209.333	-	343.055	90.856	7.643.244	477	7.643.721
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	-	-	-	-	(343.055)	-	(343.055)	-	(343.055)
Aquisição de ações de própria emissão	-	(20.154)	-	-	-	-	(20.154)	-	(20.154)
Adoção inicial IFRS 16 e IFRIC 23	-	-	(60.471)	-	-	-	(60.471)	-	(60.471)
Ajuste de política contábil - comissão Porto Consórcio	-	-	18.041	-	-	-	18.041	-	18.041
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	-	-	2.297	-	-	-	2.297	-	2.297
Ações outorgadas - controladas	-	366	(366)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	44.208	44.208	-	44.208
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	(3.284)	(3.284)	-	(3.284)
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	2.702	2.702	-	2.702
Redução de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(364)	(364)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.379.083	-	-	1.379.083	26	1.379.109
Destinações:									
Reserva legal	-	-	68.954	(68.954)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	555.745	(555.745)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:									
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	-	-	-	(392.966)	-	-	(392.966)	-	(392.966)
Dividendos/JCP adicionais propostos	-	-	-	(361.418)	361.418	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2019	4.000.000	(19.788)	3.793.533	-	361.418	134.482	8.269.645	139	8.269.784
Aumento de capital	26 a	500.000	-	(500.000)	-	-	-	-	-
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	26 c	-	-	-	(361.418)	-	(361.418)	-	(361.418)
Aquisição de ações de própria emissão	26 b	-	(141.196)	-	-	-	(141.196)	-	(141.196)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	26 e	-	-	6.306	-	-	6.306	-	6.306
Ações outorgadas - controladas	26 b / e	-	923	(923)	-	-	-	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	(51.120)	(51.120)	-	(51.120)
Ajustes acumulados de conversão (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	2.205	2.205	-	2.205
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas (resultado abrangente)	-	-	-	-	-	9.187	9.187	-	9.187
Redução de participações de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.688.191	-	-	1.688.191	25	1.688.216
Destinações:									
Reserva legal	-	-	84.410	(84.410)	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	705.685	(705.685)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos/JCP:									
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	26 d	-	-	(454.798)	-	-	(454.798)	-	(454.798)
Dividendos adicionais propostos	26 d	-	-	(443.298)	443.298	-	-	-	-
Saldo final em 31 de dezembro 2020	4.500.000	(160.061)	4.089.011	-	443.298	94.754	8.967.002	128	8.967.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

	Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Caixa líquido atividades operacionais	1.438.758	1.233.451
Caixa gerado nas operações	1.931.245	1.628.298
Lucro líquido do exercício	1.688.216	1.379.109
Depreciações - imobilizado	103.367	119.327
Amortizações	124.519	118.032
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Resultado na venda de imobilizado	15.143	11.830
Variações nos ativos e passivos	209.823	50.612
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	(945.232)	1.426.097
Instrumentos financeiros - demais categorias	(319.679)	(1.471.516)
Prêmios a receber de segurados	(762.266)	(368.680)
Empréstimos e financiamentos	(1.587.094)	(1.068.277)
Ativos de resseguro	(68.005)	(13.739)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(75.736)	25.729
Impostos e contribuições a recuperar	25.310	1.989
Bens à venda	70.791	(5.798)
Custos de aquisição diferidos	(135.442)	(182.085)
Outros ativos	(14.701)	(169.841)
Operações de arrendamentos	6.704	25.141
Passivos de contratos de seguro e de previdência complementar	1.043.301	233.140
Débitos de operações de seguros e resseguros	103.789	47.012
Passivos financeiros	2.214.681	1.066.974
Instrumentos financeiros derivativos	13.630	932
Impostos e contribuições a recolher	655.411	576.123
Provisões	(29.270)	56.815
Outros passivos	13.631	(129.404)
Outros	(702.310)	(445.459)
Outros resultados abrangentes	(39.729)	43.626
Participação dos acionistas não controladores	(36)	(364)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(662.545)	(488.721)
Caixa líquido atividades de investimento	(448.563)	(316.032)
Alienação de imobilizado e intangível	191.396	147.236
Aquisição de imobilizado	(369.737)	(282.736)
Dividendos e JCP recebidos	-	-
Aumento de capital em controladas	-	-
Aquisição de intangível	(270.222)	(180.532)
Caixa líquido atividades de financiamento	(967.577)	(793.628)
Recompras - Ações em tesouraria	(141.196)	(19.788)
Juros sobre captação de recursos pagos	(136.866)	(118.530)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(689.515)	(655.310)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	22.618	123.791
Saldo inicial de caixa e equivalentes	893.263	769.472
Saldo final de caixa e equivalentes	915.881	893.263

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO SEGURO S.A. e Controladas
Demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Receitas	6.291	1.675	18.836.269	18.453.371
Receitas com prêmios emitidos	-	-	15.804.951	15.470.367
Receitas com operações de crédito	-	-	1.638.920	1.472.651
Prestação de serviços	-	-	1.186.119	1.078.030
Receitas com operações de previdência complementar	-	-	151.358	173.492
Outras	6.291	1.675	210.673	296.745
Provisão para perda de crédito - constituição	-	-	(155.752)	(37.914)
Variações das provisões técnicas	-	-	(785.842)	(639.008)
Operações de seguros	-	-	(670.142)	(449.145)
Operações de previdência	-	-	(115.700)	(189.863)
Receita líquida operacional	6.291	1.675	18.050.427	17.814.363
Benefícios e sinistros	-	-	(7.138.248)	(7.921.012)
Sinistros líquidos	-	-	(7.108.152)	(7.897.224)
Despesas com benefícios	-	-	(13.110)	(28.142)
Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	-	-	(16.986)	4.354
Insumos adquiridos de terceiros	(3.329)	(1.275)	(6.428.118)	(6.257.628)
Materiais, energia e outros	(2.030)	670	(1.590.156)	(1.896.959)
Custos dos produtos e dos serviços (prestados/ vendidos)	-	-	(168.365)	(197.658)
Serviços de terceiros e comissões	(1.299)	(935)	(4.761.129)	(4.236.728)
Variação das despesas de comercialização diferidas	-	-	88.911	67.720
(Perda)/recuperação de valores ativos	-	(1.010)	2.621	5.997
Valor adicionado bruto	2.962	400	4.484.061	3.635.723
Depreciação e amortização	(12.622)	(12.622)	(227.886)	(237.359)
Valor adicionado líquido produzido	(9.660)	(12.222)	4.256.175	3.398.364
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	1.733.195	1.440.476	937.270	1.136.787
Receitas financeiras	274.116	218.656	1.899.844	1.739.309
Resultado de equivalência patrimonial	1.648.501	1.248.400	-	-
Outras	(189.422)	(26.580)	(962.574)	(602.522)
Valor adicionado total a distribuir	1.723.535	1.428.254	5.193.445	4.535.151
Distribuição do valor adicionado	1.723.535	1.428.254	5.193.445	4.535.151
Pessoal	14.460	22.250	1.668.274	1.617.835
Remuneração direta	3.906	2.750	978.712	938.048
Benefícios	10.554	19.500	621.473	614.250
F.G.T.S	-	-	68.089	65.537
Impostos, taxas e contribuições	18.877	22.399	1.829.090	1.498.037
Federais	18.877	22.399	1.758.160	1.429.078
Estaduais	-	-	665	4.492
Municipais	-	-	70.265	64.467
Remuneração de capitais de terceiros	2.007	4.522	7.865	40.170
Juros	2.007	4.522	13.743	59.345
Aluguéis	-	-	(5.878)	(19.175)
Remuneração de capitais próprios	1.688.191	1.379.083	1.688.216	1.379.109
Juros sobre o capital próprio	372.382	436.638	372.382	436.638
Dividendos	525.714	317.745	525.714	317.745
Lucros retidos do exercício	790.095	624.700	790.095	624.700
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	25	26

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A Porto Seguro S.A. (“Controladora”) é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. “Porto Seguro” ou “Companhia”), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

- **Seguros, previdência complementar e capitalização:**

- (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
- (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (“Porto Seguro Uruguai”), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
- (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro saúde.
- (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.
- (vii) Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.

- **Financeiras e consórcio:**

- (viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- (ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
- (x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

- **Serviços e comércio:**

- (xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

- (xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. (“Renova”), comercializa e distribui peças automotivas.
- (xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (“Renova Peças Novas”), comercializa e distribui peças automotivas novas.
- (xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. (“Crediporto”), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. (“Franco”), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
- (xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- (xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.
- (xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.
- (xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços e Comércio”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. (“Porto Atendimento”), presta serviços de “telemarketing” e atendimento em geral.
- (xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. (“Porto Conecta”), presta serviços de telecomunicações.
- (xxii) Porto Servicios S.A. (“Porto Serviços Uruguai”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
- (xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- (xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. (“Porto Investimentos”), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
- (xxv) Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. (“Porto Locadora”), tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos.
- (xxvi) Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. (“Health For Pet” ou “H4P”), administra e oferece planos de saúde para animais domésticos, além de serviços e acessórios veterinários em geral.

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa 16.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

1.1.1 COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19.

Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2020 por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 46,9%, uma redução de 9,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de um primeiro semestre com reduções nas emissões por conta da pandemia da Covid-19, o seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, de ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Na sinistralidade, a melhora deve-se principalmente ao baixo volume de circulação de veículos em grande parte do território nacional, em função do isolamento social.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 1.884,6 milhões, aumento de R\$ 215,4 milhões ou 12,9% sobre os R\$ 1.669,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 72,0%, uma redução de 3,6 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que algumas cirurgias eletivas foram canceladas neste período de pandemia, podendo ser retomadas em períodos subsequentes.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 928,5 milhões, aumento de R\$ 24,2 milhões ou 2,7% sobre os R\$ 904,3 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 37,7%, aumento de 7,1 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento Fiança, os prêmios emitidos permaneceram estáveis, em comparação ao ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 52,9%, aumento de 24,8 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 24,4% no ano, em comparação com 2019. Adicionalmente, no ano de 2020, observamos uma degradação dos indicadores de inadimplência e por consequência, de forma a suportar o crescimento do risco de crédito, houve aumento de 27,8% nas

provisões de perdas calculadas através de modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas.

Resultado financeiro:

O resultado financeiro sofreu oscilações ao longo do ano e encerrou o exercício com um resultado de R\$ 921,1 milhões, queda de 11,4% quando comparado com 2019. Essa redução no resultado financeiro também é reflexo da queda da taxa básica de juros ao longo de 2020.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do ano oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados ao Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes ao reportado acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, iniciativa que tem por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020, sendo contratado mais de 9 mil profissionais até dezembro de 2020.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e melhor posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES GERAIS

Destacamos para o exercício de 2020, a conclusão em agosto de 2020, do cronograma de migração dos clientes de alarmes e videomonitoramento da Porto Seguro Proteção e Monitoramento para a ADT Serviços de Monitoramento Ltda (ADT), aprovada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 29 de janeiro de 2020. Esta operação de transferência de carteira resultou em uma receita bruta total no montante de R\$ 60.740 no exercício de 2020.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o “run-off” de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro em 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2020 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal, exceto para a operação da Porto Conecta, que após o compromisso firmado com a TIM Celular S.A. em 2018, as atividades nesse segmento foram encerradas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 – Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“BBA – Business Block Approach”); (ii) modelo de taxa variável (“VFA – Variable Fee Approach”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“PPA - Premium Allocation Approach”). Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS**(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9 / CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os

juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 -

Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou

“impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no

valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência”, registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método “Relief from Royalties”.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência” são testados com o intuito de avaliar a necessidade de “impairment”. Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificada necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMÓBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO – CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela

destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

- (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.
- (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
- (f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.
- (g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
- (h) A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é apurada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma premissa de expectativa de aumento na longevidade, sendo os fluxos futuros

descontados pela estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

- (i) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
- (j) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro),

opções de taxas de juros garantidas (Índice de inflação-Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M) ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração desse índice para produtos tradicionais e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (b)** As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).
- (c)** A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudança de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR, IBNR e PCC também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 15.679.083.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão

incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 29.821.922 para os quais existem R\$ 699.669 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 114.937, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 659.085.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de

riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem a Porto Seguro. Neste sentido destaca-se a revisão e aprovação anual da Política Corporativa de Gestão de Riscos, zelo pelo cumprimento das demais políticas de riscos e prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipos de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do Covid-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2020, 73,9% (80,3% em 31 de dezembro de 2019) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA” e “A” de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Risco soberano - Brasil	73,9%	80,3%
Instituições financeiras	2,5%	2,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,4%	1,2%
Outros	22,2%	15,9%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada (“impaired”). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (99,1% em 31 de dezembro de 2019) referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Não vencidos	4.584.772	3.871.787
Vencidos de 1 a 30	156.998	96.463
Vencidos de 31 a 60	34.183	24.875
Vencidos de 61 a 90	8.994	8.181
Vencidos de 91 a 180	8.147	15.569
Vencidos acima de 180	9.858	7.649
Provisão para risco de crédito	(42.160)	(25.998)
	4.760.792	3.998.526
Circulante	4.608.343	3.994.251
Não circulante	152.449	4.275

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por

dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
A vencer		
Até 30 dias	5.600.758	4.534.400
De 31 a 60 dias	8.471	8.070
Mais de 60 dias	1.015	1.151
Vencidos		
De 1 a 30	2.328.295	1.868.383
De 31 a 60	105.879	105.256
De 61 a 90	117.895	86.948
De 91 a 180	264.832	202.747
Acima de 180	383.670	277.176
Provisão para risco de crédito	(642.071)	(502.481)
	8.168.744	6.581.650
Garantias vinculadas às operações de crédito	1.798.485	1.272.758
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	85,3%	80,9%
Pessoas jurídicas	14,7%	19,1%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

- (d) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 58.515 (R\$ 20.384 em 31 de dezembro de 2019).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	1.702.345	23.391	1.812.441	24.900
Fluxo de 1 a 30 dias	8.505.762	3.057.660	7.634.546	2.652.863
Fluxo de 2 a 6 meses	3.340.806	6.200.983	2.882.934	5.291.617
Fluxo de 7 a 12 meses	1.194.935	4.094.653	1.709.901	3.375.032
Fluxo acima de 1 ano	13.268.929	13.585.850	11.908.318	13.581.856
Total	28.012.777	26.962.536	25.948.139	24.926.268

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros, R\$ 5.314.586 (R\$ 5.513.154 em dezembro de 2019) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Inflação (IPCA/IGPM)	45,6%	42,0%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	37,3%	40,8%
Prefixados	8,4%	11,9%
Ações	5,4%	3,8%
Outros	3,3%	1,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos

originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2020, nos termos das Instrução CVM nº 475/08:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(509.284)
	+ 25 b.p.	(273.509)
	+ 10 b.p.	(114.470)
	- 10 b.p.	114.470
	- 25 b.p.	273.509
	- 50 b.p.	509.284
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(7.241)
	+ 25 b.p.	(3.704)
	+ 10 b.p.	(1.498)
	- 10 b.p.	1.498
	- 25 b.p.	3.704
	- 50 b.p.	7.241
Ações	± 34%	242.599
	± 17%	121.300
	± 9%	60.650
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	17.549
	± 25 b.p.	14.683
	± 10 b.p.	11.746

(*) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

Os resultados dos fluxos de pagamento futuros são sensíveis à oscilação das taxas de juros utilizadas como taxa de desconto, a ETTJ divulgada pela SUSEP. A seguir, são apresentados os efeitos das taxas de desconto e sua variação sobre os passivos de previdência em 31 de dezembro de 2020, considerando os resultados do LAT:

Aumento de 2,5% na taxa	2.794
Aumento de 3,0% na taxa	3.346
Aumento de 3,5% na taxa	3.896
Aumento de 4,0% na taxa	4.444
Aumento de 4,5% na taxa	4.990
Aumento de 5,0% na taxa	5.534

- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Região Sudeste	64,8%	67,8%
Região Sul	14,6%	12,2%
Região Nordeste	10,3%	10,4%
Região Centro-Oeste	6,0%	6,1%
Uruguai	1,9%	2,2%
Região Norte	2,4%	1,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(364.128)	(868.601)
Sinistros - aumento de 50,0%	(59.879)	(813.997)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

	Dezembro de 2019			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	57,7%	14,4%	6,8%	21,0%
Fiança locatícia	65,7%	3,7%	12,8%	17,8%
Residencial	62,6%	11,8%	16,7%	8,9%
Empresarial	54,9%	8,7%	12,6%	23,7%
Outros riscos	60,8%	6,6%	10,3%	22,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(81.854)	(12.555)
Sinistros - aumento de 50,0%	103.910	119.242

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(7.653)	(8.160)
Sinistros - aumento de 50,0%	(8.227)	(7.295)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva**

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

- **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar**

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

- **Plano de previdência complementar tradicional**

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 6.673 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 810.271. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (“Asset Liability Management” - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

- Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.730)	25.978
Sinistros - aumento de 50,0%	46.618	82.113

- Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(120)	(117)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	5.534	(4.660)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as

oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

Seguros

Capital de risco de subscrição	2.318.451
Capital de risco de crédito	128.859
Capital de risco de mercado	534.580
Capital de risco operacional	92.205
Benefício da diversificação de riscos	(346.337)

Capital requerido - seguros (i)	2.727.758
--	------------------

Capital requerido - financeiras (ii)	965.210
---	----------------

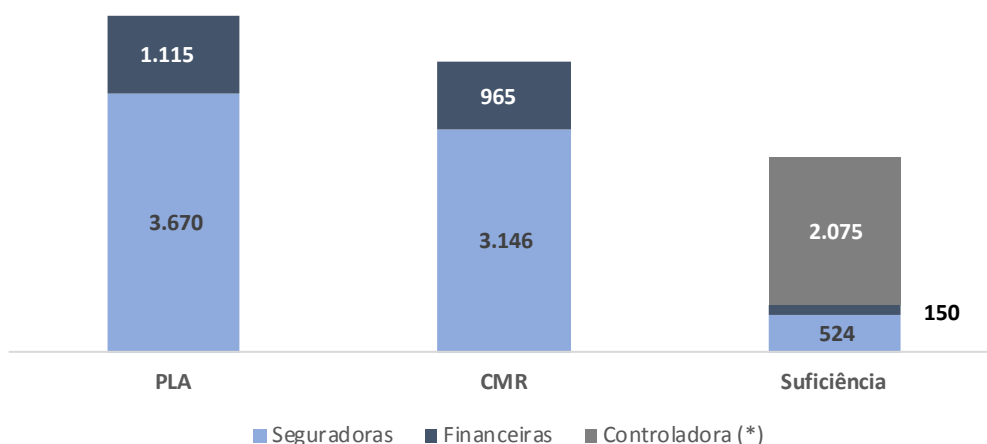
Margem de solvência (iii)	417.993
----------------------------------	----------------

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no “Conglomerado Prudencial” da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2020 (em R\$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	<u>Impacto</u>
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	21,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	11,3%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	4,7%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	25,2%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	2,6%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	<u>Índice de Basileia</u>
Inadimplência atual	10,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	9,4%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	6,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) e DPVAT emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (98,1% em 31 de dezembro de 2019) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	9.716.048	1.888.766	1.196.768	3.003.369	-	-	15.804.951	15.470.367
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(70.511)	(230)	(312.561)	(446.372)	-	-	(829.674)	(563.685)
Prêmio ganho	9.645.537	1.888.536	884.207	2.556.997	-	-	14.975.277	14.906.682
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	1.638.920	-	1.638.920	1.476.427
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	480.355	654.050	1.134.405	1.029.215
Contribuição de plano de previdência	-	-	151.358	-	-	-	151.358	173.492
Receita com títulos de capitalização	-	-	-	-	-	49.858	49.858	45.731
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(4.520.139)	(1.361.874)	(346.459)	(892.790)	-	-	(7.121.262)	(7.925.366)
Custos de aquisição	(2.177.273)	(165.408)	(313.075)	(827.088)	(189.565)	(79.272)	(3.751.681)	(3.521.731)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(168.365)	(168.365)	(197.658)
Variação das provisões técnicas de previdência	-	-	(115.700)	-	-	-	(115.700)	(189.863)
Outras receitas/(despesas)	(1.842.125)	(237.343)	(208.798)	(837.996)	(1.548.729)	(433.663)	(5.108.654)	(4.808.975)
Resultado operacional	1.106.000	123.911	51.533	(877)	380.981	22.608	1.684.156	987.954
Resultado financeiro	140.012	55.430	(34.451)	618.258	37.012	104.811	921.072	1.039.102
Resultado antes dos impostos	1.246.012	179.341	17.082	617.381	417.993	127.419	2.605.228	2.027.056
Imposto de renda e contribuição social	(481.887)	(69.708)	(17.695)	(176.756)	(140.032)	(30.934)	(917.012)	(647.947)
Lucro líquido - Dezembro de 2020	764.125	109.633	(613)	440.625	277.961	96.485	1.688.216	1.379.109
Lucro líquido - Dezembro de 2019	435.970	73.191	85.055	354.916	313.299	116.678		
Ativos e passivos							Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ativos relacionados aos segmentos	10.154.794	625.602	5.137.560	3.398.335	9.202.943	1.542.483	30.061.717	26.483.790
Ativo imobilizado e intangível (ii)	135.667	-	-	292.437	-	2.861.123	3.289.227	2.979.972
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	-	-	236.898	-	28.322	375.122	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	-	-	168.042	-	-	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	-	-	-	-	-	2.758.136	2.758.136	2.626.415
	10.478.321	625.602	5.137.560	4.095.712	9.202.943	7.190.064	36.730.202	32.711.299
Passivos relacionados aos segmentos	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	1.660.702	25.302.229	22.338.995
Demais passivos	-	-	-	-	-	2.460.843	2.460.843	2.102.520
	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	4.121.545	27.763.072	24.441.515

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos” referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos”, referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento “Outros” refere-se àquele originado da aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e da H4P.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Equivalentes de caixa (*)	145.678	213.995	576.305	721.326
Depósitos bancários	1.036	394	339.576	171.937
	146.714	214.389	915.881	893.263

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

					Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	787.232	140.371	-	927.603	772.491
Cotas de fundos de investimentos	35.301	182.759	-	281.251	499.311	148.006
Outras aplicações	29	1.587	-	-	1.616	1.828
	35.330	971.578	140.371	281.251	1.428.530	922.325
Fundos exclusivos						
LFTs	654.346	1.122.048	2.190.894	258.868	4.226.156	3.872.407
NTNs - B	382.513	104.019	816.273	14.856	1.317.661	1.727.939
Debêntures	172.364	97.293	483.249	7.373	760.279	652.048
Cotas de fundos	330.657	159.302	205.560	32.927	728.446	538.407
Ações de companhias abertas	310.620	160.391	166.393	-	637.404	257.696
Letras financeiras - privadas	39.358	45.509	213.623	1.684	300.174	317.208
DI	-	-	-	61.060	61.060	-
NTNs - C	-	23.100	31.573	-	54.673	71.495
CDBs	3.549	1.055	46.897	151	51.652	57.972
LTNs	-	-	-	-	-	166.696
	1.893.407	1.712.717	4.154.462	376.919	8.137.505	7.661.868
Carteira própria						
LFTs	-	-	-	-	-	36.610
Total	1.928.737	2.684.295	4.294.833	658.170	9.566.035	8.620.803
Circulante	1.928.737				9.564.448	8.619.251
Não circulante	-				1.587	1.552

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
			Total	Total
	Seguros	Previdência	consolidado	consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.866.536	-	3.866.536	1.754.838
NTNs - F	430.647	-	430.647	-
NTNs - C	-	175.109	175.109	365.772
LTNs	-	-	-	685.511
Total	4.297.183	175.109	4.472.292	2.806.121
Circulante			-	685.511
Não circulante			4.472.292	2.120.610

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.335.269 (R\$ 2.583.898 em 31 de dezembro de 2019), gerando assim um ganho não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ 137.023 (R\$ 222.223 em 31 de dezembro de 2019), e um efeito de R\$ -85.200 (R\$ 73.680 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração de resultado abrangente, brutos dos efeitos tributários.

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	5.598.491	2.539.015	8.137.506	7.661.870
Carteira própria	4.041.644	430.647	4.472.291	2.842.729
Fundos abertos	1.428.530	-	1.428.530	922.325
Total	11.068.665	2.969.662	14.038.327	11.426.924
Circulante			9.564.448	9.304.762
Não circulante			4.473.879	2.122.162

8.2 MENSURADO AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019
	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado
Fundos exclusivos (*)				
NTNs - C	-	715.022	-	715.022
NTNs - B	273.876	62.901	-	336.777
NTNs - F	-	-	116.094	116.094
LTN	-	-	-	-
	273.876	777.923	116.094	1.167.893
Outros investimentos				
Outros	-	-	312	312
	-	-	312	312
Total - não circulante	273.876	777.923	116.406	1.168.205

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.329.766 (R\$ 2.811.044 em 31 de dezembro de 2019).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	13.941.621	13.896.202
Aplicações	29.290.990	18.515.073
Resgates	(29.196.100)	(19.859.345)
Rendimentos líquidos	1.255.221	1.316.011
Ajuste a valor de mercado	(85.200)	73.680
Saldo final	15.206.532	13.941.621
Circulante	9.564.448	9.304.762
Não circulante	5.642.084	4.636.859

8.3.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	1,88	1,89	4,38	4,44
Fundos exclusivos				
LTNs	-	-	6,15	7,72
LFTs	0,10	0,07	0,02	0,02
NTNs B - IPCA +	1,29	2,47	4,64	4,00
NTNs C - IGPM +	-	6,25	-	6,21
NTNs F - PRÉ	-	7,57	-	8,18
Letras financeiras %CDI	121,73	152,74	109,44	110,34
Carteira própria				
LTNs	-	-	-	11,34
NTNs B - IPCA +	-	2,18	-	4,92
NTNs C - IGPM +	-	5,99	-	5,66
NTNs F - PRÉ	-	6,99	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	5.610.244	(44.278)	5.565.966	4.543.622	(34.614)	4.509.008
Financiamentos (ii)	1.815.817	(75.223)	1.740.594	1.278.720	(44.564)	1.234.156
Operações de cartão de crédito (iii)	1.137.629	(489.264)	648.365	1.022.420	(397.819)	624.601
Empréstimos	247.125	(33.306)	213.819	239.369	(25.484)	213.885
	8.810.815	(642.071)	8.168.744	7.084.131	(502.481)	6.581.650
Provisão sobre o total da carteira			7,29%			7,09%
Circulante			7.192.576			5.900.861
Não circulante			976.168			680.789

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Referem-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(iii) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

As informações de vencimento dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas na nota explicativa nº 4.1 (c).

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137.064	73.237	253.351	463.652
Novas entradas	352.916	256.157	250.391	859.464
Melhora de estágio	40.309	(25.934)	(14.375)	-
Piora de estágio	(66.373)	(112.666)	179.039	-
Liquidações (total ou parcial)	(341.342)	(142.854)	(336.439)	(820.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.574	47.940	331.967	502.481
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	-
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	-
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.482	57.460	458.129	642.071

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R\$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 363.664 em 31 de dezembro de 2019).

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.075.649	(7.935)	3.067.714	2.647.886
Ramos elementares	987.560	(9.568)	977.992	662.890
Vida	471.101	(5.932)	465.169	459.164
Saúde	143.163	(9.806)	133.357	128.661
Porto Seguro Uruguai	100.152	(7.830)	92.322	74.560
Transportes	25.327	(1.089)	24.238	25.365
	4.802.952	(42.160)	4.760.792	3.998.526
Circulante			4.608.343	3.994.251
Não circulante			152.449	4.275

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	3.998.526	3.629.846
Prêmios emitidos	16.834.251	16.167.055
IOF	907.816	872.305
Adicional de fracionamento	176.393	252.503
Prêmios cancelados	(1.170.944)	(1.093.676)
Recebimentos	(15.969.088)	(15.830.422)
Provisão para riscos de crédito	(16.162)	915
Saldo final	4.760.792	3.998.526

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	25.998	26.913
Constituições	76.487	23.311
Reversões	(56.825)	(18.240)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(3.500)	(5.986)
Saldo final	42.160	25.998

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta “Outras despesas operacionais” da Demonstração do Resultado.

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Imposto de renda	65.859	82.117
Contribuição social	22.263	35.974
PIS e COFINS	18.284	15.899
Impostos Uruguai	13.055	11.813
INSS	4.174	3.376
Outros	8.685	8.410
	132.320	157.589
Circulante	130.025	155.308
Não circulante	2.295	2.281

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
IOF sobre prêmios de seguros	285.585	234.648
PIS e COFINS	67.793	55.706
Contribuição social (ii)	49.316	67.535
Imposto de renda (ii)	41.258	89.474
INSS e FGTS	37.950	34.948
IRRF	29.893	24.510
ISS	11.001	9.182
Outros	24.409	28.175
	547.205	544.178
Circulante	536.800	543.892
Não circulante	10.405	286

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões, líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.123	171.515	(177.311)	9.327
	15.123	171.515	(177.311)	9.327
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	172.949	115.334	(47.128)	241.155
Provisão para obrigações legais	159.862	3.145	(12.086)	150.921
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	84.888	36.562	(21.222)	100.228
Provisão de participação de lucros	68.856	83.937	(79.956)	72.837
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	18.476	8.004	(6.346)	20.134
Outras provisões	79.865	93.292	(99.347)	73.810
	584.896	340.274	(266.085)	659.085
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.089)	-	-	(335.359)
	264.930	-	-	333.053

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2019	Reversão/realização	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre combinação de negócios (*)	274.691	(5.049)	269.642	275.603	28	(5.050)	270.581
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	99.226	99.736	(133.816)	65.146
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	-	4.102	51.875	212	(1.094)	50.993
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	-	-	-	33.365	11.366	(5.230)	39.501
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	-	-	-	36.023	-	(777)	35.246
Outros	8.102	-	8.102	10.127	5.012	-	15.139
	286.895	(5.049)	281.846	506.219	116.354	(145.967)	476.606
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	-	(13.679)	(214.080)	-	-	(192.080)
	273.216	-	268.167	292.139	-	-	284.526

(*) Vide nota explicativa nº 16.

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	<u>Montante</u>
Ano de realização:	
2021	494.836
2022	122.053
2023	24.996
2024	4.888
2025	9.495
2026 a 2028	7.254
Após 2028	4.890
Total - ativo	<u>668.412</u>
Valor presente (*)	<u>657.118</u>

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

11.4 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Alíquota vigente (*)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(572.268)	(467.172)	(1.042.091)	(810.822)
Equivalência patrimonial	560.490	420.880	-	-
Dividendos e JCP	45.520	53.340	140.921	165.244
Incentivos fiscais	-	-	25.641	16.703
Participação nos lucros	-	(4.875)	(21.880)	(22.421)
Outros (**)	(28.693)	2.875	(19.603)	3.350
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	577.317	472.220	125.079	162.875
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	5.049	5.049	(917.012)	(647.947)
Taxa efetiva (D/-A)	-0,3%	-0,4%	35,2%	32,0%

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal vigente das seguradoras e financeiras da Porto Seguro, que correspondem às empresas que mais contribuem para o lucro líquido consolidado.

(**) Refere-se principalmente a provisão para perda sobre prejuízos fiscais.

12. BENS À VENDA – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Salvados (*)	136.493	189.548
Veículos desativados de locações	11.214	9.756
Veículos recuperados de financiamentos	2.739	4.947
Provisão para redução ao valor recuperável	(42.547)	(25.561)
	107.899	178.690

(i) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	1.277.535	1.256.457
Patrimonial	382.918	324.158
Pessoas	111.212	109.951
Riscos financeiros	110.439	68.715
Saúde	78.229	72.890
Responsabilidades	8.989	7.125
Transportes	2.461	2.290
Outros	26.475	21.230
	1.998.258	1.862.816
Circulante	1.924.421	1.815.191
Não circulante	73.837	47.625

O prazo médio de diferimento da DAC é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 2019.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DA DAC – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	1.862.816	1.680.731
Constituição	2.970.419	3.004.496
Apropriação para despesa	(2.834.977)	(2.822.411)
Saldo final	1.998.258	1.862.816

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo
"Swap" - ponta ativa: taxa prefixada + dólar	4,28% + USD	150.200	172.853	-
"Swap" - ponta passiva: taxa pós-fixada em CDI (i)	108,50%	(150.200)	(165.613)	-
Variação de ajuste a mercado			-	7.440
Contrato futuro de juros prefixados		(28.320)	-	-
Opção futuro de dólar		(920)	-	(1.001)
Opções de renda variável		2.658	-	858
Contrato de Futuro DI x IPCA		25.179	-	-
Contrato futuro de dólar		(106.264)	-	-
Contrato futuro de índice		(129.146)	-	-
Opções de IDI		469	-	-
Opções e contratos futuros (ii)			(143)	(4.072)
Total - ativo circulante			-	7.440
Total - passivo circulante			(143)	(4.072)

(i) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa (variação do dólar + taxa prefixada) e a ponta passiva (variação do CDI), com objetivo de mitigação do risco de variação cambial nos contratos de captação em moeda estrangeira, liquidados em junho de 2020 (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

15. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos judiciais (i)	315.627	376.309
Despesas antecipadas (ii)	129.861	87.232
Comissões em processamento (iii)	93.674	75.387
Outros créditos a receber de cartão de crédito	64.787	82.953
Recebíveis de resseguro	58.515	20.384
Adiantamentos administrativos	37.370	24.915
Valores a receber - seguro	29.588	24.926
Almoxarifado	8.098	8.949
Convênio DPVAT	7.162	8.198
Cheques a depositar	2.107	19.895
Outros	53.104	61.211
Circulante	799.893	790.359
Circulante	441.381	356.155
Não circulante	358.512	434.204

(i) Vide nota explicativa 15.1.

(ii) O aumento do saldo deve se principalmente pela compra antecipada de milhas pela Portoseg para ser utilizados ao longo do ano, bem como despesas antecipadas com manutenção de sistemas.

(iii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	189.321	235.764
Sinistros judiciais	54.761	84.312
PIS e COFINS	44.983	37.638
Outros	26.562	18.595
	315.627	376.309

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23 (a).

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2019	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2020
Porto Cia	99,99	4.056.488	996.605	-	(28.395)	13.168	(892.596)	4.145.270
Portoseg	99,99	823.173	191.328	45.000	-	235	(48.532)	1.011.204
Azul Seguros (i)	67,84	552.824	220.588	15.601	(18.028)	1.376	(184.445)	587.916
Porto Consórcio	99,99	140.653	66.830	-	-	105	(12.707)	194.881
Itaú Auto e Residência	99,99	165.201	109.952	-	(3.154)	579	(86.987)	185.591
Porto Serviços e Comércio	99,99	92.389	(7.456)	66.550	-	439	-	151.922
Serviços Médicos	99,99	59.809	8.523	(2.000)	-	58	(4.000)	62.390
Porto Investimentos	99,99	22.367	28.542	-	-	107	(28.997)	22.019
Portomed	99,99	30.938	2.588	(12.526)	(1.543)	-	-	19.457
Proteção e Monitoramento	99,96	26.840	35.218	(8.000)	-	146	(36.991)	17.213
Portopar	99,99	9.416	(3.606)	-	-	(13)	-	5.797
Renova	99,99	1.667	(549)	2.850	-	-	-	3.968
Crediporto	99,80	823	(21)	-	-	13	-	815
Porto Odonto	99,98	339	(41)	85	-	-	-	383
Combinação de negócios (ii)	-	1.033.526	-	-	-	(12.622)	-	1.020.904
		7.016.453	1.648.501	107.560	(51.120)	3.591	(1.295.255)	7.429.730

(i) A "Porto Cia" possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Porto Locadora	100,00
Health For Pet	100,00
Renova Peças Novas	99,99

16.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

				Dezembro de 2020
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.495.700	8.439.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (ii)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (ii)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
	36.112.931	28.648.264	20.637.837	1.648.527
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.648.501

				Dezembro de 2019
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	11.962.994	7.997.492	9.724.055	569.664
Portoseg	8.098.711	7.242.866	1.595.948	231.799
Porto Vida e Previdência	5.483.805	5.259.311	1.021.633	20.742
Azul Seguros (ii)	3.329.713	2.606.095	3.514.658	208.690
Itaú Auto e Residência	882.855	715.693	636.360	64.095
Porto Saúde	1.107.698	673.239	1.708.490	71.323
Porto Capitalização	830.332	792.487	95.348	8.943
Porto Seguro Uruguai	276.845	208.827	343.642	2.551
Porto Consórcio	239.486	168.753	334.986	60.544
Porto Serviços e Comércio (ii)	95.392	3.001	33.222	(11.631)
Porto Conecta	13.599	5.152	19.803	(8.013)
Serviços Médicos (ii)	69.705	9.895	60.374	213
Proteção e Monitoramento	35.949	9.103	68.763	2.879
Demais empresas	534.852	372.610	793.610	26.627
	32.961.936	26.064.524	19.950.892	1.248.426
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.248.400

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
- (iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;

- (viii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Cia	835.432	768.442	195.175	239.384
Porto Atendimento	205.126	182.576	121.578	94.107
Porto Saúde	169.192	176.337	106.049	94.202
Crediporto	62.926	42.386	8.461	6.448
Porto Investimentos	12.021	11.066	6.660	4.725
Porto Capitalização	6.968	8.755	11.601	11.577
Portoseg	9.349	15.932	231.373	176.638
Porto Vida	2.214	4.417	30.317	25.760
Itaú Auto e Residência	1.414	6.830	50.539	73.178
Proteção e Monitoramento	1.043	3.606	15.548	22.383
Azul Seguros	-	-	356.307	329.190
Porto Consórcio	-	-	61.727	52.764
Demais	7.692	-	118.042	-
	1.313.377	1.243.996	1.313.377	1.243.996

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 13.333 (R\$ 19.900 em dezembro de 2019) e R\$ 900.754 no passivo da Portoseg (R\$ 330.425 em dezembro de 2019) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	398.739	322.669
	398.739	322.669

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

16.3 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração, diretores, membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participação nos lucros - administradores	10.554	19.500	93.508	93.433
Honorários e encargos (*)	4.697	3.290	31.036	19.317
	15.251	22.790	124.544	112.750

(*) O aumento deve-se principalmente por 5 novos diretores no exercício atual, bem como abono único de saída pago para diretores desligados e bônus para diretores admitidos no período.

17. ATIVO IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (i)	711.866	127	(2.902)	(18.415)	(2.303)	806.572	(118.199)	688.373	2,0
Terrenos	257.910	-	(3.729)	-	2.789	256.970	-	256.970	-
Obras em andamento	35.701	-	(3.201)	-	-	32.500	-	32.500	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	139.398	11.163	(106)	(10.370)	468	195.784	(55.231)	140.553	5,0 a 33,3
	1.144.875	11.290	(9.938)	(28.785)	954	1.291.826	(173.430)	1.118.396	
Informática	68.190	41.207	(1.249)	(47.536)	746	369.793	(308.435)	61.358	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	20.607	967	(748)	(7.189)	46	94.396	(80.713)	13.683	10,0 a 50,0
Equipamentos	10.702	1.282	(5.146)	(2.450)	(507)	38.948	(35.067)	3.881	10,0 a 14,3
Rastreadores	5.364	3.963	(2.585)	(5.084)	-	3.734	(2.076)	1.658	100,0
Veículos	2.502	484	(414)	(1.000)	(112)	7.917	(6.457)	1.460	20,0 a 25,0
	107.365	47.903	(10.142)	(63.259)	173	514.788	(432.748)	82.040	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	3,0 a 20,0
	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	
	1.564.446	369.737	(179.226)	(103.367)	(1.085)	2.267.714	(617.209)	1.650.505	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos imobilizados em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

18. ATIVOS INTANGÍVEIS – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	Outros/transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	946.275	270.222	(26.150)	(105.558)	(78)	1.620.264	(535.553)	1.084.711	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	28.497	-	-	(6.312)	-	55.135	(32.950)	22.185	20,0
	974.772	270.222	(26.150)	(111.870)	(78)	1.675.399	(568.503)	1.106.896	
Marca	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	-
Canal de distribuição	440.726	-	-	(12.622)	-	568.000	(139.896)	428.104	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	-
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (*)	1.033.526	-	-	(12.622)	-	1.160.800	(139.896)	1.020.904	
Ágio na aquisição de investimentos	28.323	-	-	-	-	28.323	-	28.323	
Outros intangíveis	27	-	-	(27)	-	652	(652)	-	20,0
Outras combinações de negócios	28.350	-	-	(27)	-	28.975	(652)	28.323	
	2.036.648	270.222	(26.150)	(124.519)	(78)	2.865.174	(709.051)	2.156.123	

(*) Vide nota explicativa nº 16.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos intangíveis em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2020, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC a que esses itens estão alocados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (i) “Seguros de automóvel” e “Seguros - demais ramos”, referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) “Outros”, referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e Health for Pet. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”).

19. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020		
		Novos contratos/ reavaliações	Baixas/ cancelamentos de contratos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Direito de uso	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721	5,0 a 12,5
	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721	

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Previdência complementar (20.2)	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
	15.679.083	15.492.601	14.635.782	14.517.305
Circulante	9.568.600		9.058.721	
Não circulante	6.110.483		5.577.061	

20.1 SEGUROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.268.073	7.199.335	6.824.813	6.777.926
Provisão matemática - seguros	2.231.882	2.231.882	2.277.791	2.277.791
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	1.703.813	1.605.791	1.450.538	1.385.752
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	926.536	926.536	770.229	770.229
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	482.535	462.813	414.682	407.878
Demais provisões	139.782	139.782	66.619	66.619
	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Circulante	9.247.109		8.697.087	
Não circulante	3.505.512		3.107.585	

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.643.756	2.643.756	2.568.911	2.568.911
Provisão matemática de benefícios concedidos	204.828	204.828	162.449	162.449
Provisão complementar de cobertura	63.311	63.311	76.128	76.128
Demais provisões	14.567	14.567	23.622	23.622
	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
Circulante	321.491		361.634	
Não circulante	2.604.971		2.469.476	

20.3 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS – CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.402.642	104.737
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.188.197	95.076
Diferimento pelo risco decorrido	(15.486.838)	(88.850)
Aviso de sinistros	8.721.938	60.378
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.037.409)	(56.366)
Atualização monetária e juros	513.699	3.522
Resgates	(396.544)	-
Portabilidades líquidas	(325.211)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	55.308	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.477
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	-
Portabilidades líquidas	(244.337)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(102.911)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.679.083	186.482
Circulante	9.568.600	179.764
Não circulante	6.110.483	6.718

20.4 ATIVOS GARANTIDORES – CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	15.679.083	14.635.782
Direitos creditórios (i)	3.934.059	3.257.104
Custos de aquisição diferidos pagos	976.872	809.535
Ativos de resseguro	117.209	71.472
Outros	9.751	8.988
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	5.037.891	4.147.099
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.641.192	10.488.683
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	522.151	535.923
Cotas de fundos de investimento	3.814.945	5.003.210
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.084.372	4.200.617
Títulos de renda fixa - públicos	4.474.874	2.827.030
Imóveis - Uruguai	19.174	20.131
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.393.365	12.050.988
Excedente (E - C - D)	1.230.022	1.026.382

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

(ii) As empresas supervisionadas pela SUSEP devem oferecer, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.186,4	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.086,5
Um ano mais tarde	1.128,3	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.475,5	-
Dois anos mais tarde	1.193,1	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.355,0	-	-
Três anos mais tarde	1.212,7	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.435,2	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.256,2	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.497,2	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.324,3	1.428,4	1.461,2	1.365,6	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.379,3	1.465,8	1.502,5	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.412,3	1.497,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	1.432,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.432,2	1.497,5	1.502,5	1.365,6	1.497,2	1.435,2	1.355,0	1.475,5	2.086,5
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.196,7)	(1.219,7)	(1.159,0)	(987,4)	(1.080,4)	(960,6)	(870,8)	(966,3)	-
Total	166,1	42,3	65,7	34,7	38,6	57,8	9,6	25,0	1.577,3
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									1.026,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									3.113,0

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Comissões sobre prêmios emitidos	404.709	321.091
Resseguradoras	80.594	52.862
Outros débitos de seguros (*)	16.851	24.412
	502.154	398.365

(*) Refere-se, principalmente, a valores a pagar de serviços de assistência oferecidos aos segurados.

22. PASSIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Operações com cartão de crédito (i)	5.349.263	4.354.424
Depósitos interfinanceiros (ii)	1.185.557	108.742
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	990.100	1.337.087
Passivos de capitalização (iii)	917.486	783.496
Outros empréstimos e financiamentos (iv)	736.000	343.789
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	9.178.406	6.927.538
Captações e financiamentos em moeda estrangeira (v)	-	173.053
Total de passivo financeiro avaliado a valor justo	-	173.053
	9.178.406	7.100.591
Circulante	8.915.922	6.861.875
Não circulante	262.484	238.716

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,1% a 0,5% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora no montante de R\$ 160.000, remunerada em CDI + 1,608% a.a., com vencimento em outubro de 2021.

(v) Captação de recursos em moeda estrangeira liquidada no segundo trimestre de 2020.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.687.084	2.465.063	6.152.147
Aquisição/constituição	35.293.588	1.234.275	36.527.863
Atualização monetária/juros	-	221.612	221.612
Liquidação/reversão	(34.626.248)	(1.174.783)	(35.801.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	-	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.349.263	3.829.143	9.178.406

23. PROVISÕES JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.308.922	17.408	29.769	1.356.099
Constituições	185	9.391	32.916	42.492
Êxitos/reversões	-	(6.114)	(23.941)	(30.055)
Pagamentos	(49.461)	(5.303)	(7.746)	(62.510)
Atualização monetária	33.853	6.144	(431)	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.293.499	21.526	30.567	1.345.592
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.217.549)	(4.440)	(8.666)	(1.230.655)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2020	75.950	17.086	21.901	114.937
Quantidade de processos	68	689	2.085	2.842

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
PIS	25.178	24.822	537.831	522.868
COFINS	116.864	115.213	309.085	294.678
Processos com adesão ao REFIS	-	-	373.854	416.988
Outros	-	-	72.729	74.388
Total	142.042	140.035	1.293.499	1.308.922
(-) Depósitos judiciais (*)	(142.042)	(140.035)	(1.217.549)	(1.197.150)
Provisão líquida	-	-	75.950	111.772

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto

Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário. A ação que discutia a “CSLL (dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ)” foi homologada em junho de 2015 (Porto Cia e Portopar) e novembro de 2016 (Porto Saúde).

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 1.531.123 (R\$ 1.104.977 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 634.658 (R\$ 458.749 de possível impacto no lucro líquido); (ii) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 367.380 (R\$ 273.410 de possível impacto no lucro líquido) e (iii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 279.349 (R\$ 208.724 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 4.711 (R\$ 6.512 em dezembro de 2019) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 169.304 (R\$ 189.501 em dezembro de 2019), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	255.302	(111.204)	144.098
Apropriação dos juros	-	15.226	15.226
Constituições/reavaliações de contratos	8.669	-	8.669
Pagamentos	(32.957)	-	(32.957)
Outros/baixas	530	-	530
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.544	(95.978)	135.566
Circulante			20.227
Não circulante			115.339

Deve se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participações nos lucros	261.364	246.178
Fornecedores	233.710	183.021
Provisão de férias e encargos	117.763	112.844
Devolução a consorciados	81.081	93.178
Programa de fidelidade - cartão de crédito	80.132	93.651
Benefícios pós emprego	57.943	63.907
Outros	82.948	56.749
	914.941	849.528
Circulante	856.650	785.271
Não circulante	58.291	64.257

(*) Os outros passivos da Controladora se referem, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA**(a) CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 4.500.000, dividido em 323.293.030 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 3.368.936 estavam mantidas em tesouraria.

A AGO/E de 31 de março de 2020 aprovou o aumento de Capital Social no montante de R\$ 500.000, advindos das reservas estatutárias para adequação das reservas de lucros conforme limites estabelecidos pela Lei nº 6.404/76, sem alteração na quantidade de ações da Controladora.

(b) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 30 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 2 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 5 milhões de ações;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R\$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.788	372.386	53,22	30
Recompras	141.196	3.013.400	46,86	-
Utilizadas no plano de remuneração e/ou comercializadas (i)	(923)	(16.850)	47,98	115
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.061	3.368.936	50,71	145

(i) Referem-se às ações utilizadas no exercício de outorga previsto no plano de remuneração em ações. Vide nota 26(e).

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 165.078 (R\$ 23.363 em 31 de dezembro de 2019). O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2020 foi de R\$ 41,12 e o preço máximo foi de R\$ 52,25.

(c) RESERVAS DE LUCROS

(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 seu saldo era de R\$ 703.270 (R\$ 618.860 em dezembro de 2019).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, seu saldo era de R\$ 3.340.201 (R\$ 3.135.105 em 31 de dezembro de 2019).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO/E de 31 de março de 2020 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 no montante de R\$ 689.541, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio (JCP) imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 371.796, líquidos de imposto de renda, desse montante R\$ 43.673 correspondem ao JCP adicional ao mínimo obrigatório; e (ii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 317.745. A Companhia aprovou o pagamento dos referidos JCP no dia 9 de abril de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em 19 de agosto de 2020, a Companhia comunicou que, em complemento ao Aviso de Acionistas divulgado em 31 de março de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativos ao exercício findo em 2019, no valor de R\$ 317.745. O pagamento foi realizado no dia 28 de agosto de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em junho e em outubro de 2020, a Companhia creditou contabilmente em 29 de junho de 2020, R\$ 192.176 e em 30 de outubro de 2020, R\$ 180.206 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de abril de 2021.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 31 de março de 2020 e pagos até 30 de abril de 2020) foram calculados como segue:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.688.191	1.379.083
(-) Reserva legal - 5%	(84.410)	(68.954)
Ajustes de IFRS	(591)	2.366
Lucro básico para determinação do dividendo	1.603.190	1.312.495
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	400.798	328.124
JCP complementar - líquido	-	43.673
Dividendos complementares propostos	443.298	317.745
Total de dividendos/JCP complementares	443.298	361.418
Total de dividendos (B)	844.096	689.542
Total por ação (R\$)	2,61996	2,13426
Distribuição total (B/A)	50,0%	50,0%

(*) Composto em dezembro de 2020 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R\$ 454.798 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 400.798 e R\$ 54.000, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES (i)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e/ou das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

- i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e
- iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/ outorgadas aos diretores após o período de “vesting” (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.931	-
Diferimento de "vesting" do período	6.306	2.297
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(923)	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.314	1.931
Valor médio ponderado de direito por ação (R\$)	61,59	52,15

	Quantidade	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	37.734	-
Diferimento de "vesting" do período	90.110	44.046
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(16.850)	(6.312)
Saldo final	110.994	37.734

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	9.716.048	-	9.716.048	9.836.234	-	9.836.234
Saúde	1.888.766	-	1.888.766	1.676.348	-	1.676.348
Patrimonial	1.630.227	(63.560)	1.566.667	1.556.143	(59.287)	1.496.856
Pessoas	928.520	(16.445)	912.075	904.324	(13.467)	890.857
Riscos financeiros	666.454	(8.236)	658.218	444.836	(5.768)	439.068
Uruguai	358.829	(1.239)	357.590	322.138	(1.850)	320.288
VGBL	288.166	(65)	288.101	338.158	(1)	338.157
Transportes	183.452	(1.037)	182.415	102.243	-	102.243
DPVAT	-	-	-	185.875	-	185.875
Outros	144.489	(68.950)	75.539	104.068	(34.167)	69.901
	15.804.951	(159.532)	15.645.419	15.470.367	(114.540)	15.355.827

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Cartão de crédito	864.333	776.192
"Interchange" (*)	404.630	383.604
Financiamentos	268.733	203.200
Empréstimos	70.574	81.790
Outras	30.650	27.865
	1.638.920	1.472.651

(*) Refere-se às remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Consórcio	383.981	324.079
Porto Atendimento	225.276	202.158
Porto Locadora	106.857	78.503
Portopar e Porto Investimentos	96.373	82.460
Crediporto	53.959	36.328
Serviços Médicos e Centros Médicos	60.648	59.820
Porto Saúde Ocupacional	53.996	61.830
Porto Serviços e Comércio	45.967	33.092
Proteção e Monitoramento	27.008	67.409
Outras	80.340	83.535
	1.134.405	1.029.215

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Venda de imóveis e Investimentos (i)	67.501	25.929
Seguros (ii)	38.589	70.890
Outras receitas com cartão de crédito	25.568	45.043
Previdência	18.609	19.014
Consórcio	13.750	13.357
Outras	22.946	10.875
	186.963	185.108

(i) Refere-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da “PMO”.

(ii) Referem-se principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do Consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática	290.260	290.260	339.259	339.259
Provisão de prêmios não ganhos	351.116	382.263	97.346	106.998
Outras provisões	(2.381)	(2.381)	2.888	2.888
Variação das provisões técnicas - seguros	638.995	670.142	439.493	449.145
Provisão de plano de previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
Variação das provisões técnicas - previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
	754.695	785.842	629.356	639.008

32. SINISTROS RETIDOS – CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	5.363.616	-	5.363.616	6.572.928	(2)	6.572.926
Saúde	1.361.099	-	1.361.099	1.264.423	-	1.264.423
Patrimonial	618.973	(84.903)	534.070	495.047	(34.722)	460.325
Pessoas	361.708	(26.692)	335.016	272.809	(10.497)	262.312
Riscos financeiros	289.666	(3.313)	286.353	176.626	(55)	176.571
Porto Uruguai	154.191	-	154.191	172.489	-	172.489
DPVAT	-	-	-	79.570	-	79.570
Outros	72.138	(22.296)	49.842	79.231	(9.705)	69.526
	8.221.391	(137.204)	8.084.187	9.113.123	(54.981)	9.058.142

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO – SEGUROS (*) - Consolidado

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	2.278.820	2.236.506
Patrimonial	469.774	446.161
Pessoas	302.241	270.579
Saúde	165.407	127.434
Riscos financeiros	109.650	113.777
Porto Seguro Uruguai	100.069	93.205
Outros	49.526	59.562
	<u>3.475.487</u>	<u>3.347.224</u>

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Pessoal e benefícios pós-emprego	1.600.745	1.578.216
Localização e funcionamento	431.072	492.883
Serviços de terceiros	618.618	538.371
Participação nos lucros	273.194	253.198
Publicidade	93.291	103.688
Donativos e contribuições	50.456	36.324
Programa Meu Porto Seguro (ii)	51.370	-
Outras	40.123	80.466
	<u>3.158.869</u>	<u>3.083.146</u>

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

(ii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, iniciativa que está oferecendo mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil. O Programa teve início no 2º semestre de 2020, sendo contratados mais de 9 mil profissionais até o momento.

35. DESPESAS COM TRIBUTOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
COFINS	458.455	407.770
PIS	77.218	69.190
Imposto sobre serviços	38.207	33.295
Outras	61.840	58.624
	635.720	568.879

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Captação de recursos	538.367	478.510
Provisão para riscos de créditos	489.629	402.492
Serviços de assistência	154.092	170.287
Cobranças e adm. de apólices e contratos	65.439	101.614
Encargos sociais de operações com seguros	37.860	38.164
Provisão para devedores duvidosos - seguros	16.162	(915)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.648	12.722
Outras	186.831	130.343
	1.501.028	1.333.217

37. RECEITAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	909.663	758.921
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	451.766	307.745
Rendimentos de operações de PGBL/VGBL	270.709	301.388
Operações de seguros	176.393	252.503
Variações monetárias dos depósitos judiciais	31.665	44.349
Outras	59.648	74.403
	1.899.844	1.739.309

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	376.917	52.043
Atualização monetária - passivos de previdência	244.486	66.021
Atualização monetária - PGBL e VGBL	117.682	286.829
Atualização monetária - passivos de seguro	103.047	160.849
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	13.743	59.345
Outras	122.897	75.120
	978.772	700.207

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à desvalorização de títulos para negociação.

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO**39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2020 e 2019, os planos contavam com cerca de 5,6 mil participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 19.180 em dezembro de 2020 (R\$ 17.379 em dezembro de 2019).

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	63.907	61.211
Custo dos benefícios	3.685	4.044
Custo de juros	4.196	5.654
Benefícios pagos	(2.465)	(4.101)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(11.393)	(2.901)
Outros	13	-
Saldo final do passivo	57.943	63.907

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2020, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	3,30%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,0%
Inflação econômica (ao ano)	4,0%
Inflação médica (ao ano)	4,0%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,5%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Vales-alimentação e refeição	173.791	171.411
Assistências médica e odontológica	154.207	141.268
Vale-transporte	20.533	32.258
Auxílio-creche	6.557	7.441
Instrução	4.824	5.525
	359.912	357.903

40. LUCRO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo (conforme definido pela IAS 33 – Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.688.191	1.379.083
Média ponderada do número de ações durante o período	322.179	323.083
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	5,23992	4,26851

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, instalado na Porto Seguro S.A., supervisionando todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente, os seguintes assuntos relevantes: (i) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) o atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Cabe à Administração da Porto Seguro S.A. a responsabilidade pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, bem como pela implementação e manutenção de controles internos adequados à complexidade das operações, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS – emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB).

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes audita as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais aplicáveis.

Tomando por base o disposto no seu Regulamento, no segundo semestre de 2020, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades e tratou de assuntos relevantes, inclusive para as sociedades supervisionadas pela SUSEP: (a) análise e acompanhamento das atividades de Auditoria Interna e Auditoria Independente e aprovação do plano anual da Auditoria Interna; (b) análise e acompanhamento das atividades de Controles Internos e de Gestão de Riscos; (c) realização de reuniões com diversas áreas da organização; (d) avaliação do nível dos trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente, bem como da política de independência mantida; (e) solicitação e análise dos principais aspectos contábeis e da evolução dos principais processos judiciais em andamento; (f) análise do cumprimento das normas especificamente aplicáveis aos setores de atuação

da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; e (g) análise e acompanhamento dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pelo Comitê de Crise, em decorrência do cenário da crise ocasionado pela COVID-19.

O Comitê reuniu-se com os Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado).

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2021.

Fernando Kasinski Lottenberg

Cynthia Nesanovis Catlett

Guy Almeida Andrade



PARECER DO CONSELHO FISCAL

“O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2021 e a ser entregue assinado em 3 de fevereiro de 2021, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.”

São Paulo, 03 de fevereiro de 2020.

Edson Frizzarim

Andréa Noceto Degli Oddi

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

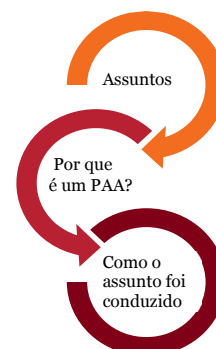
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porto Seguro S.A.

Nossa auditoria do exercício de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para riscos de crédito (*impairment*) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R\$ 8.810.815 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R\$ 642.071 mil.

A provisão para risco de crédito (*impairment*) continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR) e Previdência Complementar (PCC) (Notas 2.17, 4.4, 20, 20.1 e 20.2)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do

Porque é um PAA

destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R\$ 482.535 mil, (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R\$ 1.703.813 mil e (iii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$ 63.311 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e dos prêmios emitidos, bem como na definição de premissas para os seus cálculos.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais pelos responsáveis técnicos, bem como inspecionamos se esses técnicos tinham a qualificação e a experiência apropriada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR, PSL e PCC, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, testamos a totalidade e a integridade das bases de dados de emissão de apólices e de sinistros utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Testamos também as análises de sensibilidade preparadas pela administração para consideração dos potenciais impactos decorrentes das variações na taxa de desconto no cálculo da PCC, na sinistralidade e despesas administrativas. Essas análises de sensibilidade encontram-se descritas na Nota 4.4 às demonstrações financeiras.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais, os cálculos e as análises de sensibilidade são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Porto Seguro S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguros S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes, o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Porto Seguro S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Porto Seguro S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO CAMPOS GARFINKEL
MARCOS AMBROGIO CRESPI BONOMI
ANA LUIZA CAMPOS GARFINKEL
MARCIO DE ANDRADE SCHETTINI
PAULO SERGIO KAKINOFF
PATRICIA MARIA MURAT CALFAT
PEDRO LUIZ CERIZE

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
CELSO DAMADI
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
LENE ARAÚJO DE LIMA
MARCELO BARROSO PICANÇO
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO

DANIELE GOMES YOSHIDA
Contadora - CRC SP 255783/O-1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	8
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	20
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	21
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	22
Demonstração de Valor Adicionado	23

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	121
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	125
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	126
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	127

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente
--

128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	323.293
Preferenciais	0
Total	323.293
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.369
Preferenciais	0
Total	3.369

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	9.658.260	8.894.767	8.249.025
1.01	Ativo Circulante	2.134.804	1.790.847	1.654.400
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	146.714	214.389	115.798
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.928.737	1.503.097	1.489.290
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.928.737	1.503.097	1.489.290
1.01.02.01.03	Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.928.737	1.503.097	1.489.290
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.403	42.288	44.508
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	30.403	42.288	44.508
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	30.403	42.288	44.508
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	28.950	31.073	4.804
1.01.08.03	Outros	28.950	31.073	4.804
1.01.08.03.01	Outros ativos	28.950	31.073	4.071
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	733
1.02	Ativo Não Circulante	7.523.456	7.103.920	6.594.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	144	176	1.092
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	144	176	1.092
1.02.01.10.03	Outros ativos	144	176	1.092
1.02.02	Investimentos	7.522.734	7.103.744	6.593.533
1.02.02.01	Participações Societárias	7.429.730	7.016.453	6.501.848
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.429.730	7.016.453	6.501.848
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	93.004	87.291	91.685
1.02.02.02.01	Propriedades Imobiliárias para Investimento	93.004	87.291	91.685
1.02.03	Imobilizado	578	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	578	0	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	9.658.260	8.894.767	8.249.025
2.01	Passivo Circulante	423.091	351.906	327.516
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.399	1.950	564
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.399	1.950	564
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	2.399	1.950	564
2.01.05	Outras Obrigações	420.692	349.956	326.952
2.01.05.02	Outros	420.692	349.956	326.952
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	398.739	322.669	304.943
2.01.05.02.04	Outros passivos	21.810	26.481	22.009
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	143	806	0
2.02	Passivo Não Circulante	268.167	273.216	278.265
2.02.03	Tributos Diferidos	268.167	273.216	278.265
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	268.167	273.216	278.265
2.03	Patrimônio Líquido	8.967.002	8.269.645	7.643.244
2.03.01	Capital Social Realizado	4.500.000	4.000.000	4.000.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.372.248	4.135.163	3.552.388
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	443.298	361.418	343.055
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-160.061	-19.788	0
2.03.04.10	Reservas de Lucro	4.089.011	3.793.533	3.209.333
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	94.754	134.482	90.856

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.600.455	1.186.481	1.193.274
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.716	-52.068	-53.381
3.04.02.01	Despesas administrativas	-18.594	-25.171	-23.981
3.04.02.02	Despesas com tributos	-23.122	-26.897	-29.400
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.291	1.675	90.873
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.621	-11.526	-12.670
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.648.501	1.248.400	1.168.452
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	1.648.501	1.248.400	1.168.452
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.600.455	1.186.481	1.193.274
3.06	Resultado Financeiro	82.687	187.553	108.545
3.06.01	Receitas Financeiras	274.116	218.656	122.645
3.06.02	Despesas Financeiras	-191.429	-31.103	-14.100
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.683.142	1.374.034	1.301.819
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.049	5.049	8.801
3.08.01	Corrente	0	0	12.704
3.08.02	Diferido	5.049	5.049	-3.903
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.688.191	1.379.083	1.310.620
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.688.191	1.379.083	1.310.620
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,23992	4,26851	4,05397
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,23992	4,26851	4,05397

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.688.191	1.379.083	1.310.620
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39.728	43.626	17.750
4.02.01	Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	-85.200	73.680	32.595
4.02.02	Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários	34.080	-29.472	-13.038
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	2.205	-3.284	9.382
4.02.05	Outros ajustes de avaliação patrimonial	9.187	2.702	-11.189
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.648.463	1.422.709	1.328.370

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-405.228	190.894	-440.884
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.312	143.305	154.790
6.01.01.01	Lucro líquido do Exercício	1.688.191	1.379.083	1.310.620
6.01.01.02	Amortizações	12.622	12.622	12.622
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	-1.648.501	-1.248.400	-1.168.452
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-457.329	59.232	-566.689
6.01.02.01	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-425.640	-13.807	-574.882
6.01.02.02	Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0	0	10.206
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	11.885	2.220	-23.100
6.01.02.06	Instrumentos derivativos	-663	1.539	124
6.01.02.07	Outros ativos	-4.136	-8.060	-188
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	660	13.029	28.420
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.049	-5.049	3.903
6.01.02.11	Outros passivos	-34.386	69.360	-11.172
6.01.03	Outros	-211	-11.643	-28.985
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-211	-11.643	-28.985
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.168.264	582.795	1.536.841
6.02.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos	1.275.824	508.803	1.470.386
6.02.03	Aumento/(redução) de capital em controladas	-107.560	73.992	66.455
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-830.711	-675.098	-1.240.347
6.03.01	Ações em tesouraria	-141.196	-19.788	0
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-689.515	-655.310	-1.240.347
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-67.675	98.591	-144.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214.389	115.798	260.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	146.714	214.389	115.798

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-140.273	-412.737	-898.096	0	-951.106
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-141.196	0	0	0	-141.196
5.04.08	Reconhecimento pagamento em ações	0	0	6.306	0	0	6.306
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos (ano anterior)	0	0	-361.418	0	0	-361.418
5.04.10	Ações outorgadas, canceladas e perda de direito	0	923	-923	0	0	0
5.04.11	Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	0	0	0	-454.798	0	-454.798
5.04.12	Dividendos adicionais propostos	0	0	443.298	-443.298	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.688.191	-39.728	1.648.463
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.688.191	0	1.688.191
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-39.728	-39.728
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-51.120	-51.120
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.205	2.205
5.05.02.06	Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	0	0	0	0	9.187	9.187
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	790.095	-790.095	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	84.410	-84.410	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	705.685	-705.685	0	0
5.07	Saldos Finais	4.500.000	-160.061	4.532.309	0	94.754	8.967.002

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-19.788	-22.136	-754.384	0	-796.308
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.154	0	0	0	-20.154
5.04.08	Reconhecimento pagamento em ações	0	0	2.297	0	0	2.297
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos (ano anterior)	0	0	-343.055	0	0	-343.055
5.04.10	Ações outorgadas, canceladas e perda de direito	0	366	-366	0	0	0
5.04.11	Dividendos/JCP adicionais propostos	0	0	361.418	-361.418	0	0
5.04.12	Ajuste de política contábil - comissão Porto Consórcio	0	0	18.041	0	0	18.041
5.04.13	Adoção inicial IFRS 16 e IFRIC 23	0	0	-60.471	0	0	-60.471
5.04.14	Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	0	0	0	-392.966	0	-392.966
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.083	43.626	1.422.709
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.083	0	1.379.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.626	43.626
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	44.208	44.208
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.284	-3.284
5.05.02.06	Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	0	0	0	0	2.702	2.702
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	624.699	-624.699	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	68.954	-68.954	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	555.745	-555.745	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	3.984	4.137.274	0	73.106	7.714.364
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	3.984	4.137.274	0	73.106	7.714.364
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-3.984	-1.169.080	-726.426	0	-1.399.490
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	-3.984	-496.016	0	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais (ano anterior)	0	0	-975.698	0	0	-975.698
5.04.09	Dividendos/JCP - mínimos obrigatórios	0	0	0	-383.371	0	-383.371
5.04.10	Dividendos/JCP - adicionais propostos	0	0	343.055	-343.055	0	0
5.04.11	Adoção inicial IFRS 9	0	0	-40.421	0	0	-40.421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.310.620	17.750	1.328.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.310.620	0	1.310.620
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17.750	17.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	19.557	19.557
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-11.189	-11.189
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.382	9.382
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	584.194	-584.194	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	65.531	-65.531	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	518.663	-518.663	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	6.291	1.675	90.873
7.01.02	Outras Receitas	6.291	1.675	90.873
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.329	-1.275	-2.361
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.030	670	-1.010
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-1.010	0
7.02.04	Outros	-1.299	-935	-1.351
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.962	400	88.512
7.04	Retenções	-12.622	-12.622	-12.622
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.622	-12.622	-12.622
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.660	-12.222	75.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.733.195	1.440.476	1.281.780
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.648.501	1.248.400	1.168.452
7.06.02	Receitas Financeiras	274.116	218.656	122.645
7.06.03	Outros	-189.422	-26.580	-9.317
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.723.535	1.428.254	1.357.670
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.723.535	1.428.254	1.357.670
7.08.01	Pessoal	14.460	22.250	21.140
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.906	2.750	2.638
7.08.01.02	Benefícios	10.554	19.500	18.502
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.877	22.399	21.127
7.08.02.01	Federais	18.877	22.399	21.127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.007	4.522	4.783
7.08.03.01	Juros	2.007	4.522	4.783
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.688.191	1.379.083	1.310.620
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	372.382	436.638	477.703
7.08.04.02	Dividendos	525.714	317.745	248.723
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	790.095	624.700	584.194

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	36.730.202	32.711.299	30.560.958
1.01	Ativo Circulante	25.135.042	22.783.780	21.952.361
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	915.881	893.263	769.472
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.564.448	9.304.762	10.042.399
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.564.448	8.619.251	10.042.399
1.01.02.01.03	Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	9.564.448	8.619.251	10.042.399
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	685.511	0
1.01.03	Contas a Receber	11.871.223	9.958.521	8.725.327
1.01.03.01	Clientes	11.871.223	9.958.521	8.725.327
1.01.03.01.01	Prêmios a receber de segurados	4.608.343	3.994.251	3.628.196
1.01.03.01.02	Empréstimos e Financiamentos	7.192.576	5.900.861	5.029.569
1.01.03.01.04	Recebíveis de prestação de serviços	70.304	63.409	67.562
1.01.06	Tributos a Recuperar	130.025	155.308	154.759
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	130.025	155.308	154.759
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	130.025	155.308	154.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.653.465	2.471.926	2.260.404
1.01.08.03	Outros	2.653.465	2.471.926	2.260.404
1.01.08.03.01	Ativos não financeiros mantidos para venda	107.899	178.690	172.892
1.01.08.03.02	Custos de aquisição diferidos	1.924.421	1.815.191	1.653.034
1.01.08.03.03	Outros ativos	441.381	356.155	326.650
1.01.08.03.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	7.440	5.002
1.01.08.03.05	Ativos de resseguro	179.764	114.450	102.826
1.02	Ativo Não Circulante	11.595.160	9.927.519	8.608.597
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.545.116	6.074.990	4.975.113
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.587	1.552	4.501
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	1.587	1.552	4.501
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	4.472.292	2.120.610	2.871.569
1.02.01.02.04	Instrumentos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	4.472.292	2.120.610	2.871.569
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.168.205	2.514.697	977.733

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.01.03.01	Instrumentos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	1.168.205	2.514.697	977.733
1.02.01.04	Contas a Receber	1.128.617	685.064	485.454
1.02.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	976.168	680.789	483.804
1.02.01.04.02	Prêmios a Receber de Segurados	152.449	4.275	1.650
1.02.01.07	Tributos Diferidos	333.053	264.930	278.468
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	333.053	264.930	278.468
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	441.362	488.137	357.388
1.02.01.10.03	Ativos de Resseguro	6.718	4.027	1.912
1.02.01.10.04	Custos de aquisição diferidos	73.837	47.625	27.697
1.02.01.10.05	Impostos e Contribuições a Recuperar	2.295	2.281	4.819
1.02.01.10.06	Outros ativos	358.512	434.204	322.960
1.02.02	Investimentos	139.695	132.478	99.233
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	139.695	132.478	99.233
1.02.03	Imobilizado	1.754.226	1.683.403	1.533.154
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.650.505	1.564.446	1.533.154
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	103.721	118.957	0
1.02.04	Intangível	2.156.123	2.036.648	2.001.097

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	36.730.202	32.711.299	30.560.958
2.01	Passivo Circulante	20.806.607	18.000.704	16.798.875
2.01.03	Obrigações Fiscais	536.800	543.892	456.490
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	536.800	543.892	456.490
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	536.800	543.892	456.490
2.01.05	Outras Obrigações	20.269.807	17.456.812	16.342.385
2.01.05.02	Outros	20.269.807	17.456.812	16.342.385
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	406.111	328.555	309.668
2.01.05.02.04	Passivos de contratos de seguros e previdência complementar	9.568.600	9.058.721	8.880.323
2.01.05.02.05	Débitos de operações de seguro e resseguro	502.154	398.365	351.353
2.01.05.02.06	Passivos financeiros	8.915.922	6.861.875	5.985.433
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	143	4.072	689
2.01.05.02.08	Outros passivos	856.650	785.271	814.919
2.01.05.02.09	Passivo de Arrendamento	20.227	19.953	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.956.465	6.440.811	6.118.362
2.02.02	Outras Obrigações	6.557.002	6.004.465	5.751.022
2.02.02.02	Outros	6.557.002	6.004.465	5.751.022
2.02.02.02.03	Passivos de contratos de seguros	6.110.483	5.577.061	5.522.319
2.02.02.02.04	Passivos financeiros	262.484	238.716	166.714
2.02.02.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	13
2.02.02.02.06	Outros passivos	68.696	64.543	61.976
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	115.339	124.145	0
2.02.03	Tributos Diferidos	284.526	292.139	279.948
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	284.526	292.139	279.948
2.02.04	Provisões	114.937	144.207	87.392
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	114.937	144.207	87.392
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	75.950	111.772	52.964
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.086	11.470	14.341
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	21.901	20.965	20.087

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.967.130	8.269.784	7.643.721
2.03.01	Capital Social Realizado	4.500.000	4.000.000	4.000.000
2.03.04	Reservas de Lucros	4.372.248	4.135.163	3.552.388
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	443.298	361.418	343.055
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-160.061	-19.788	0
2.03.04.10	Reservas	4.089.011	3.793.533	3.209.333
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	94.754	134.482	90.856
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	128	139	477

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	18.619.960	18.076.916	17.821.958
3.01.01	Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	15.804.951	15.470.367	15.271.327
3.01.02	(-) Prêmios de resseguros cedidos	-159.532	-114.540	-108.952
3.01.03	Receitas de operações de crédito	1.638.920	1.472.651	1.348.468
3.01.04	Receitas de prestações de serviços	1.134.405	1.029.215	1.092.421
3.01.05	Contribuições de plano de previdência	151.358	173.492	180.796
3.01.06	Receita com títulos de capitalização	49.858	45.731	37.898
3.03	Resultado Bruto	18.619.960	18.076.916	17.821.958
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.935.804	-17.088.962	-16.581.806
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.794.589	-3.652.025	-3.336.424
3.04.02.01	Despesas administrativas	-3.158.869	-3.083.146	-2.778.542
3.04.02.02	Despesas com tributos	-635.720	-568.879	-557.882
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	186.963	185.108	301.004
3.04.04.01	Outras receitas operacionais	186.963	185.108	275.535
3.04.04.02	Receitas com imóveis de renda	0	0	25.469
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-13.328.178	-13.622.045	-13.546.386
3.04.05.01	Variação das provisões técnicas - seguros	-670.142	-449.145	-817.873
3.04.05.02	Variação das provisões técnicas - previdência	-115.700	-189.863	-170.206
3.04.05.03	Sinistros retidos - bruto	-8.221.391	-9.113.123	-8.555.313
3.04.05.04	Benefícios de planos de previdência	-13.110	-28.142	-29.874
3.04.05.05	Recuperação de resseguradores	137.204	54.981	57.585
3.04.05.06	Recuperações de salvados e ressarcimentos	976.035	1.160.918	1.008.783
3.04.05.07	Custos de aquisição - seguros	-3.475.487	-3.347.224	-3.136.829
3.04.05.08	Custos de aquisição - outros	-276.194	-179.572	-188.497
3.04.05.09	Custos dos serviços prestados	-168.365	-197.658	-306.191
3.04.05.10	Outras despesas operacionais	-1.501.028	-1.333.217	-1.407.971
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.684.156	987.954	1.240.152
3.06	Resultado Financeiro	921.072	1.039.102	925.927
3.06.01	Receitas Financeiras	1.899.844	1.739.309	1.500.291

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.06.02	Despesas Financeiras	-978.772	-700.207	-574.364
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.605.228	2.027.056	2.166.079
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-917.012	-647.947	-856.702
3.08.01	Corrente	-992.748	-622.218	-673.266
3.08.02	Diferido	75.736	-25.729	-183.436
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.688.216	1.379.109	1.309.377
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.688.216	1.379.109	1.309.377
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.688.191	1.379.083	1.310.620
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	25	26	-1.243
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,23999	4,26859	4,05012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,23999	4,26859	4,05012

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.688.216	1.379.109	1.309.377
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-39.728	43.626	17.750
4.02.01	Ajustes de títulos e valores mobiliários	-85.200	73.680	32.595
4.02.02	Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários	34.080	-29.472	-13.038
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	2.205	-3.284	9.382
4.02.05	Outros ajustes de avaliação patrimonial	9.187	2.702	-11.189
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.648.488	1.422.735	1.327.127
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.648.463	1.422.709	1.328.370
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	25	26	-1.243

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.438.758	1.233.451	1.031.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.931.245	1.628.298	1.531.190
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.688.216	1.379.109	1.309.377
6.01.01.03	Depreciações	103.367	119.327	150.598
6.01.01.04	Amortizações	124.519	118.032	102.302
6.01.01.05	Resultado na venda de imobilizado	15.143	11.830	-31.087
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	209.823	50.612	64.779
6.01.02.01	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	-945.232	1.426.097	-136.786
6.01.02.02	Ativos financeiros - demais categorias	-319.679	-1.471.516	-1.528.915
6.01.02.03	Prêmios a receber de segurados	-762.266	-368.680	-31.774
6.01.02.04	Empréstimos e Financiamentos	-1.587.094	-1.068.277	-550.570
6.01.02.06	Ativos de resseguro	-68.005	-13.739	21.109
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-75.736	25.729	183.436
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recuperar	25.310	1.989	-47.759
6.01.02.09	Operações de arrendamentos	6.704	25.141	0
6.01.02.10	Bens à venda	70.791	-5.798	4.917
6.01.02.11	Outros ativos	-14.701	-169.841	58.318
6.01.02.12	Custos de aquisição diferidos	-135.442	-182.085	-97.794
6.01.02.13	Passivos de contratos de seguro e previdência complementar	1.043.301	233.140	828.726
6.01.02.14	Débitos de operações de seguros e resseguros	103.789	47.012	-11.109
6.01.02.15	Passivos financeiros	2.214.681	1.066.974	802.129
6.01.02.16	Instrumentos financeiros derivativos	13.630	932	-5.962
6.01.02.17	Impostos e contribuições a recolher	655.411	576.123	618.798
6.01.02.18	Provisões	-29.270	56.815	-12.094
6.01.02.19	Outros passivos	13.631	-129.404	-29.891
6.01.03	Outros	-702.310	-445.459	-564.244
6.01.03.01	Outros resultados abrangentes	-39.729	43.626	17.750
6.01.03.02	Participação dos acionistas não controladores	-36	-364	-15
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-662.545	-488.721	-581.979

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-448.563	-316.032	-168.114
6.02.01	Alienação de imobilizado e intangível	191.396	147.236	224.305
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-369.737	-282.736	-219.135
6.02.04	Aquisição de intangível	-270.222	-180.532	-173.284
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-967.577	-793.628	-1.360.714
6.03.01	Ações em tesouraria	-141.196	-19.788	0
6.03.04	Juros sobre captação de recursos pagos	-136.866	-118.530	-120.367
6.03.05	Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	-689.515	-655.310	-1.240.347
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	22.618	123.791	-497.103
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	893.263	769.472	1.266.575
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	915.881	893.263	769.472

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645	139	8.269.784
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645	139	8.269.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-140.273	-412.737	-898.096	0	-951.106	-36	-951.142
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	0	-500.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-141.196	0	0	0	-141.196	0	-141.196
5.04.08	Reconhecimento pagamento em ações	0	0	6.306	0	0	6.306	0	6.306
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos (ano anterior)	0	0	-361.418	0	0	-361.418	0	-361.418
5.04.10	Ações outorgadas, canceladas e perda de direito	0	923	-923	0	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	443.298	-443.298	0	0	0	0
5.04.13	Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	0	0	0	-454.798	0	-454.798	0	-454.798
5.04.14	Redução de participações de não controladores em controladas	0	0	0	0	0	0	-36	-36
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.688.191	-39.728	1.648.463	25	1.648.488
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.688.191	0	1.688.191	25	1.688.216
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-39.728	-39.728	0	-39.728
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-51.120	-51.120	0	-51.120
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.205	2.205	0	2.205
5.05.02.06	Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	0	0	0	0	9.187	9.187	0	9.187
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	790.095	-790.095	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	84.410	-84.410	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	705.685	-705.685	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.500.000	-160.061	4.532.309	0	94.754	8.967.002	128	8.967.130

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244	477	7.643.721
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244	477	7.643.721
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-19.788	-22.136	-754.384	0	-796.308	-364	-796.672
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.154	0	0	0	-20.154	0	-20.154
5.04.08	Reconhecimento pagamento em ações	0	0	2.297	0	0	2.297	0	2.297
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais propostos (ano anterior)	0	0	-343.055	0	0	-343.055	0	-343.055
5.04.10	Ações outorgadas, canceladas e perda de direito	0	366	-366	0	0	0	0	0
5.04.11	Dividendos/JCP adicionais propostos	0	0	361.418	-361.418	0	0	0	0
5.04.12	Ajuste de política contábil - comissão Porto Consórcio	0	0	18.041	0	0	18.041	0	18.041
5.04.13	Adoção inicial IFRS 16 e IFRIC 23	0	0	-60.471	0	0	-60.471	0	-60.471
5.04.14	Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	0	0	0	-392.966	0	-392.966	0	-392.966
5.04.15	Redução de participações de não controladores em controladas	0	0	0	0	0	0	-364	-364
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.083	43.626	1.422.709	26	1.422.735
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.083	0	1.379.083	26	1.379.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.626	43.626	0	43.626
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	44.208	44.208	0	44.208
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.284	-3.284	0	-3.284
5.05.02.06	Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	0	0	0	0	2.702	2.702	0	2.702
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	624.699	-624.699	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	68.954	-68.954	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	555.745	-555.745	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	-19.788	4.154.951	0	134.482	8.269.645	139	8.269.784

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.500.000	3.984	4.137.274	0	73.106	7.714.364	1.735	7.716.099
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.500.000	3.984	4.137.274	0	73.106	7.714.364	1.735	7.716.099
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.000	-3.984	-1.169.080	-726.426	0	-1.399.490	-15	-1.399.505
5.04.01	Aumentos de Capital	500.000	-3.984	-496.016	0	0	0	0	0
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos (ano anterior)	0	0	-975.698	0	0	-975.698	0	-975.698
5.04.09	Adoção inicial IFRS 9	0	0	-40.421	0	0	-40.421	0	-40.421
5.04.10	Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	0	0	0	-383.371	0	-383.371	0	-383.371
5.04.11	Dividendos/JCP adicionais propostos	0	0	343.055	-343.055	0	0	0	0
5.04.12	Redução de participações de não controladores em controladas	0	0	0	0	0	0	-15	-15
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.310.620	17.750	1.328.370	-1.243	1.327.127
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.310.620	0	1.310.620	-1.243	1.309.377
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17.750	17.750	0	17.750
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	19.557	19.557	0	19.557
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-11.189	-11.189	0	-11.189
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	9.382	9.382	0	9.382
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	584.194	-584.194	0	0	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	65.531	-65.531	0	0	0	0
5.06.05	Reserva estatutária	0	0	518.663	-518.663	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.000.000	0	3.552.388	0	90.856	7.643.244	477	7.643.721

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	10.912.179	9.893.351	9.403.476
7.01.02	Outras Receitas	11.067.931	9.931.265	9.761.685
7.01.02.01	Operação de seguros	15.804.951	15.470.367	15.271.327
7.01.02.02	Operações de crédito	1.638.920	1.472.651	1.348.468
7.01.02.03	Prestação de serviços	1.186.119	1.078.030	1.164.589
7.01.02.04	Operações de previdência privada	151.358	173.492	180.796
7.01.02.07	Variação das provisões técnicas - seguro	-670.142	-449.145	-817.873
7.01.02.08	Variação das provisões técnicas - previdência	-115.700	-189.863	-170.206
7.01.02.09	Sinistros retidos	-7.108.152	-7.897.224	-7.488.945
7.01.02.10	Despesas com benefícios	-13.110	-28.142	-29.874
7.01.02.11	Provisão para redução ao valor recuperável (salvados)	-16.986	4.354	0
7.01.02.12	Outras	210.673	296.745	303.403
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-155.752	-37.914	-358.209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.428.118	-6.257.628	-5.451.915
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-168.365	-197.658	-306.191
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.590.156	-1.896.959	-1.249.669
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	2.621	5.997	5.569
7.02.04	Outros	-4.672.218	-4.169.008	-3.901.624
7.02.04.01	Serviços de terceiros e comissões líquidas	-4.761.129	-4.236.728	-3.999.556
7.02.04.02	Variação das despesas de comercialização diferidas	88.911	67.720	97.932
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.484.061	3.635.723	3.951.561
7.04	Retenções	-227.886	-237.359	-252.900
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-227.886	-237.359	-252.900
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.256.175	3.398.364	3.698.661
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	937.270	1.136.787	978.566
7.06.02	Receitas Financeiras	1.899.844	1.739.309	1.500.291
7.06.03	Outros	-962.574	-602.522	-521.725
7.06.03.01	Despesas financeiras	-962.574	-602.522	-521.725
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.193.445	4.535.151	4.677.227

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.193.445	4.535.151	4.677.227
7.08.01	Pessoal	1.668.274	1.617.835	1.602.046
7.08.01.01	Remuneração Direta	978.712	938.048	928.608
7.08.01.02	Benefícios	621.473	614.250	608.181
7.08.01.03	F.G.T.S.	68.089	65.537	65.257
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.829.090	1.498.037	1.699.730
7.08.02.01	Federais	1.758.160	1.429.078	1.614.523
7.08.02.02	Estaduais	665	4.492	26.639
7.08.02.03	Municipais	70.265	64.467	58.568
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.865	40.170	66.074
7.08.03.01	Juros	13.743	59.345	26.753
7.08.03.02	Aluguéis	-5.878	-19.175	39.321
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.688.216	1.379.109	1.309.377
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	372.382	436.638	477.703
7.08.04.02	Dividendos	525.714	317.745	248.723
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	790.095	624.700	584.194
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	25	26	-1.243

Relatório da Administração 2020



Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e controladas e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório dos Auditores independentes, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020.

Mensagem da Administração

No ano de 2020, a Porto Seguro demonstrou mais uma vez a solidez de suas operações, com aumento das receitas e crescimento em duplo dígito no lucro líquido, mesmo diante dos impactos da pandemia de Covid-19.

A Porto Seguro encerra 2020 e entra em 2021 com alguns sonhos e desafios, e o principal deles é “Ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes”, oferecendo experiências relevantes no uso de seus produtos e serviços, aumentando o alcance da marca, alavancando a transversalidade e o *cross selling*, entre os produtos. Existe um grande potencial de crescimento dos mercados em que atua, e a partir de agora, a Porto Seguro passa a apresentar seus negócios agrupados em quatro verticais: Seguros, Saúde, Negócios Financeiros e Serviços. Esta nova visão da Empresa busca contribuir para a promoção do crescimento de seus negócios observando as diferentes características dos mercados, o potencial de crescimento de cada segmento e a dinâmica de cada uma dessas verticais.

Na vertical Seguros, os prêmios permaneceram relativamente estáveis em relação ao ano anterior (-0,1% vs. 2019). Os prêmios do seguro Auto recuaram 1,2% no ano, decorrente da redução da atividade econômica e da queda do risco, principalmente no segundo trimestre, com reflexos sobre o preço dos seguros. Contudo, o seguro Auto voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, favorecida pela retomada gradual da atividade econômica e por ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Assim, a frota segurada encerrou o ano com um crescimento de 0,7% em comparação a dezembro de 2019. Os prêmios dos seguros Patrimoniais, onde foi observado um aumento da procura por seguros residenciais, expandiram 4,8%, e os seguros de Vida avançaram 2,7%, com desempenho mais favorável nos seguros de Vida Individual (+12,2% vs. 2019), que cresce há mais de 5 anos em duplo dígito, enquanto a queda acentuada da procura por seguro viagem e coberturas em eventos restringiu a expansão do Vida consolidado, o que deve se normalizar a medida que a pandemia diminuir.

Na vertical Saúde, houve uma elevação de 11,3% no faturamento anual, impulsionado pelo quarto ano consecutivo de crescimento em duplo dígito nos prêmios do Saúde Empresarial. Destaque também para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020. A jornada dos clientes deverá ser transformada no Saúde, Odonto e Ocupacional, com maior foco holístico na saúde - e menos transacional para tratar doenças. A eficácia médica e eficiência são vitais para a inclusão de uma maior parcela da população nos planos. A inteligência analítica muito sofisticada será central para o alcance deste objetivo, permitindo que a cadeia de prestação e atendimento de saúde seja usada da melhor forma.

Relat

Relatório da Administração 2020



No consolidado de todos os negócios de Seguros (incluindo Saúde), o índice combinado atingiu 90,1%, um recuo de 4,4 p.p. em relação a 2019, representando o melhor resultado da série histórica da Porto Seguro. Essa queda é explicada principalmente pelo decréscimo de 5,3 p.p. na sinistralidade, decorrente do aperfeiçoamento na subscrição e precificação de risco e pela redução da circulação de veículos, em função do isolamento social, que resultou na diminuição da sinistralidade do Auto. No Saúde, o volume de sinistrou também recuou, fruto principalmente do decréscimo dos procedimentos eletivos, principalmente no segundo trimestre.

O índice de despesas administrativas e operacionais de seguros, desconsiderando despesas e incentivos a programas sociais para combater os impactos da pandemia na sociedade (incluindo o programa “Meu Porto Seguro”), melhorou 0,5 p.p. no ano (vs. 2019), representando o quinto ano consecutivo de melhora nesse indicador.

A vertical Negócios Financeiros apresentou aumento nas receitas de 17,5% no ano, impulsionada pelo Consórcio (+18,5% vs. 2019), que registrou aumento no número de cotas e elevação do ticket médio, e pelo crescimento dos Riscos Financeiros (+49,8% vs. 2019). Nas Operações de Crédito (+8,4% vs. 2019), destaque para a expansão na base de clientes: a operação de CDC incrementou o número de contratos em 25,5% (vs. 2019) e o número de Cartões de Crédito atingiu 2,5 milhões de plásticos (+9,7% vs. 2019), com 65% dos clientes fazendo uso do cartão todos os meses. A Carteira de Operações de Crédito encerrou o ano com saldo de R\$ 10 bilhões, 24,2% superior em comparação ao final de 2019. O gerenciamento eficaz da carteira de crédito e as ações para mitigação de risco contribuíram para a redução da inadimplência (NPL +90 dias), que atingiu 4,4% ao final de 2020, apresentando melhora de 0,2 p.p. em relação a 2019, alcançando um resultado favorável mesmo quando comparado ao período anterior a pandemia.

Na vertical Serviços foi registrado aumento de 22,7% nas receitas anuais, com destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,2% no ano (vs. 2019) e alcançou 6,5 mil contratos ativos em 2020. A linha de serviços conta também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro e com potencial de expansão atrativo, como o Porto Cuida, Health for Pet, Porto Faz e Reppara!.

O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras (ex Previdência) superou o “benchmark”, atingindo 387% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação, renda variável e em menor escala, também as alocações em fundos multimercado.

O lucro líquido sem “business combination” alcançou R\$ 1.696 milhões em 2020, crescimento de 22,3% em relação ao ano anterior, resultando num Retorno sobre o Patrimônio Líquido de 21,6% no período, 2,3 p.p. superior ao registrado em 2019. Como referência, a rentabilidade da Empresa ajustada com a exclusão do excesso de capital e considerando retorno de 100% do CDI sobre os investimentos foi de 24,1% em 2020.

Com o objetivo de aumentar a transparência de seus negócios e ampliar o alcance dos projetos e práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e de Governança Corporativa (ASG), a Porto Seguro ampliou os canais de comunicação e aumentou o detalhamento das informações e iniciativas ASG conduzidas pela Empresa, que estão cada vez mais alinhadas às suas estratégias de negócio e geram impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente e contribuem para a criação de valor de longo prazo para todos os seus “stakeholders”.

Relat

Relatório da Administração 2020



Dentre as principais iniciativas de ASG realizadas em 2020, estão o lançamento do programa “Meu Porto Seguro”, criado para gerar 10 mil postos de trabalho temporário para pessoas que perderam seus empregos durante a pandemia, promovendo treinamento e capacitação para voltarem ao mercado de trabalho com mais qualificação e independência, sendo que até o final de 2020 já haviam sido criados 8,2 mil postos de trabalho; a entrada em operação dos primeiros guinchos elétricos do país; o lançamento do consórcio sustentável para aquisição de placas de energia solar para residências e empresas; o investimento de R\$ 5,0 milhões no Fundo WE Ventures, para fomentar o empreendedorismo no Brasil através de investimentos em startups de tecnologia lideradas por equipes femininas. Destacam-se também os resultados alcançados em mais um ciclo de investimento social privado, que resultou num montante de R\$ 6,4 milhões que vai beneficiar mais de 34 mil pessoas.

Além disso, diante da crise econômica e de saúde provocada pela pandemia de Covid-19, ao longo de 2020 a Porto Seguro promoveu ações com o objetivo de contribuir para a superação dos desafios enfrentados pela sociedade. Os principais destaques foram: a adoção de medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para mais de 95% do quadro de funcionários e o comprometimento público em não demitir nenhum colaborador durante o período agudo da crise; a complementação da renda dos prestadores de serviços através do adiantamento de pagamento de serviços; a abertura e ampliação de linhas de crédito específicas para os corretores, comerciantes no entorno do complexo matriz e clientes; a concessão de prorrogação do vencimento de parcelas de seguros, empréstimos e financiamentos para os clientes; o fornecimento de suprimentos e equipamentos para redes hospitalares; a intensificação no apoio a pessoas carentes e a doação de alimentos a entidades assistenciais.

A Empresa segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital, ampliar as práticas ASG e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece, e agradece a todos os colaboradores, corretores, prestadores de serviço, clientes, acionistas, parceiros, fornecedores, investidores e demais “stakeholders” pela cooperação e confiança.

Relat

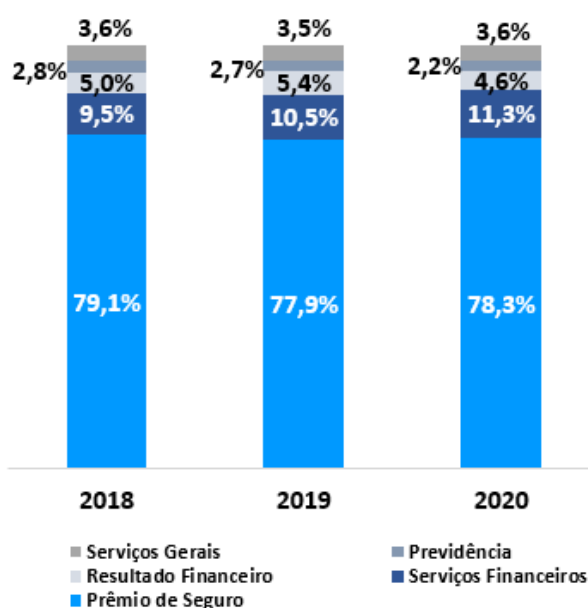
Relatório da Administração 2020



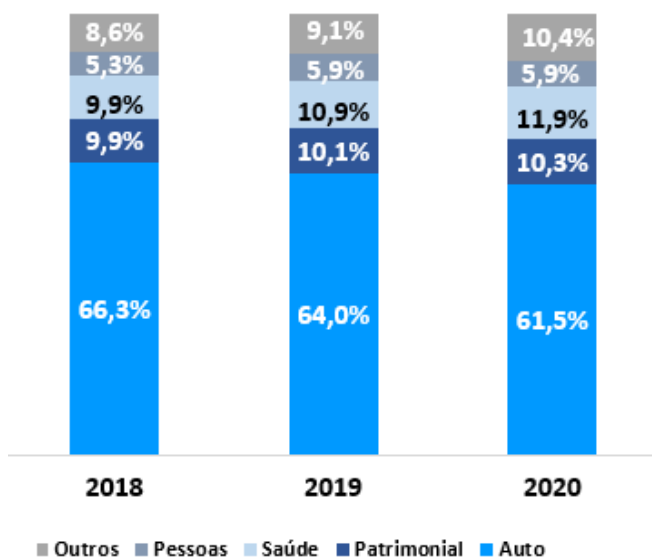
NOSSO DESEMPENHO

Principais Indicadores:

Distribuição Receita Total



Distribuição dos Prêmios de Seguro

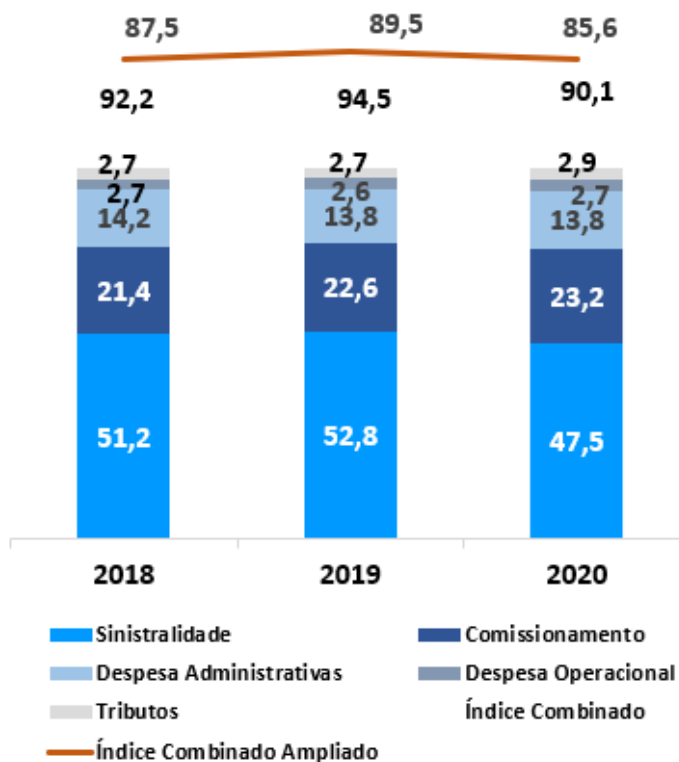


Relat

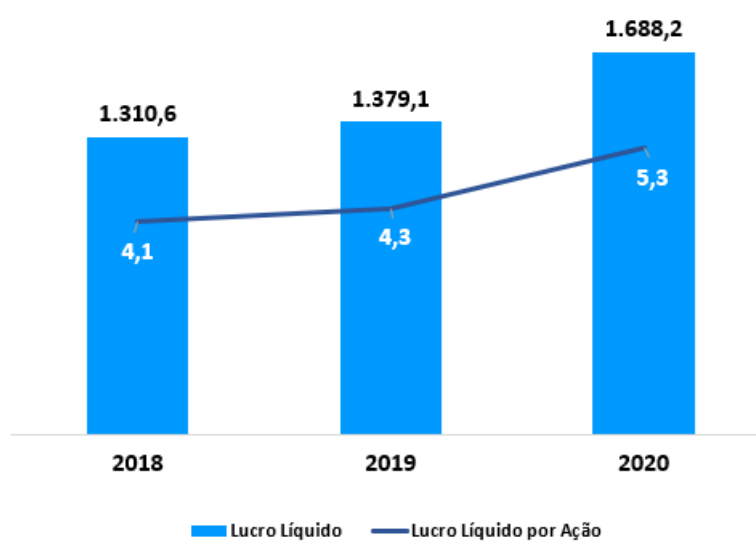
Relatório da Administração 2020



Índice Combinado de Seguros %



Lucro líquido com Business Combination



Relat

Relatório da Administração 2020



Nos títulos a seguir, as expressões "em 2020" e "em 2019" referem-se aos saldos e índices apurados pela Companhia nos períodos de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, respectivamente. Valores expressos em R\$ milhões, exceto quando indicado o contrário.

Detalhamento do resultado do exercício

Operacionais

SEGUROS

Auto consolidado	2020	2019	Variação %
Prêmios auferidos	9.716,0	9.836,2	(1,2)
Sinistralidade (%)	46,9	56,1	(9,2)
Veículos segurados - frota	5.462	5.426	0,7

- Segmento de Seguro Automóvel: os prêmios auferidos no segmento de seguro automóvel totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019, compensado pelo aumento de 0,7% da frota segurada para 5.462 mil veículos em 2020 em relação aos 5.426 mil em 2019.

Prêmios auferidos - Patrimonial	2020	2019	Variação %
Patrimoniais - Porto Seguro	1.151,2	1.075,3	7,1
Patrimoniais - Itaú	479,0	480,9	(0,4)
Total Patrimonial	1.630,2	1.556,2	4,8

Sinistralidade - Patrimonial	2020	2019	Variação p.p.
Patrimoniais - Porto Seguro	37,1	31,4	5,7
Patrimoniais - Itaú	25,4	29,6	(4,2)
Total Patrimonial	33,5	30,8	2,7

- As receitas com contribuições de planos de previdência e prêmios de VGBL totalizaram R\$ 439,6 milhões em 2020, redução de R\$ 72,1 milhões ou 14,1% em relação aos R\$ 511,7 milhões de 2019. A quantidade de participantes de Vida e Previdência (exceto Vida Prêmio) passou para 131,5 mil em 2020, uma queda de 7,0% em relação aos 141,4 mil em 2019.
- O índice de despesas administrativas e operacionais - seguros, no ano de 2020, atingiu 16,5% (em relação ao prêmio ganho), permanecendo estável em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão

Relat

Relatório da Administração 2020



contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes e corretores.

SAÚDE

Prêmios auferidos - Saúde	2020	2019	Variação %
Saúde empresarial	1.745,2	1.540,1	13,3
Saúde odontológico	139,4	129,1	8,0
Total Saúde	1.884,6	1.669,2	12,9

Sinistralidade - Saúde	2020	2019	Variação p.p.
Saúde empresarial	74,4	78,3	(3,9)
Saúde odontológico	42,1	44,3	(2,2)
Total Saúde	72,0	75,6	(3,6)

- Destaque para o aumento de 60 mil vidas cobertas nos negócios de Saúde consolidados, mesmo em um ano tão desafiador como foi 2020.

NEGÓCIOS FINANCEIROS

- As receitas com crédito e financiamento totalizaram R\$ 1.709,3 milhões em 2020, aumento de R\$ 132,7 milhões ou 8,4% em relação aos R\$ 1.576,6 milhões em 2019. A carteira de operações de créditos administradas aumentou 24,2%, passando para R\$ 10.019,6 milhões em 2020 em relação aos R\$ 8.065,6 milhões em 2019.
- As receitas de administração de consórcios totalizaram R\$ 384,0 milhões em 2020, com aumento de R\$ 59,9 milhões ou 18,5%, em relação aos R\$ 324,1 milhões em 2019. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 10,5% passando para 168 mil em 2020, em relação aos 152 mil em 2019.

SERVIÇOS

- Destaque para o Carro Fácil que cresceu 36,1% no ano e alcançou mais de 7 mil contratos ativos em 2020. As receitas recorrentes de serviços contam também com outros produtos sinérgicos aos negócios da Porto Seguro com potencial de expansão atrativo, como o Health for Pet, Porto Faz e Reppara.

Relat

Relatório da Administração 2020



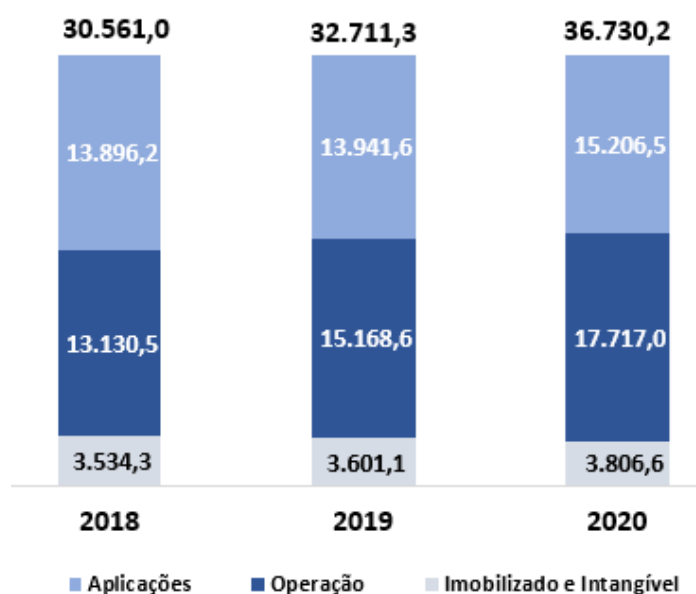
Resultado Financeiro

Resultado financeiro	2020	2019	Variação %
Resultado financeiro - seguros	779,3	823,5	(5,4)
Resultado financeiro - outros negócios	141,8	216,3	(34,4)
Total resultado financeiro	921,1	1.039,8	(11,4)

- O resultado financeiro decresceu 11,4% no ano, impactado principalmente pela queda na taxa básica de juros. Contudo, a rentabilidade sobre as aplicações financeiras superou o “benchmark”, atingindo 412% do CDI, explicado principalmente pelo desempenho das alocações em juros indexados à inflação e em renda variável.

Posições Patrimoniais

Ativos Totais

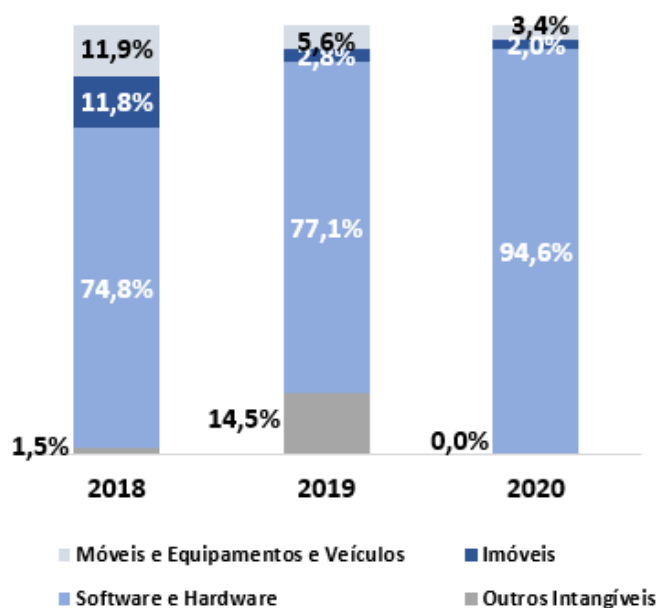


Relat

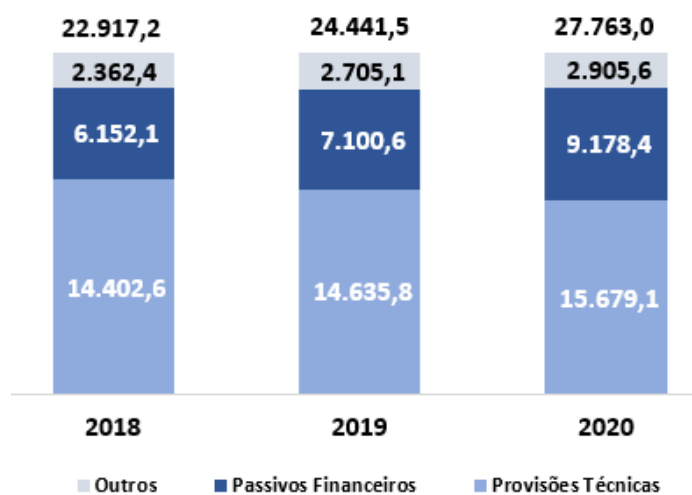
Relatório da Administração 2020



Investimentos (Capex)



Passivos Totais

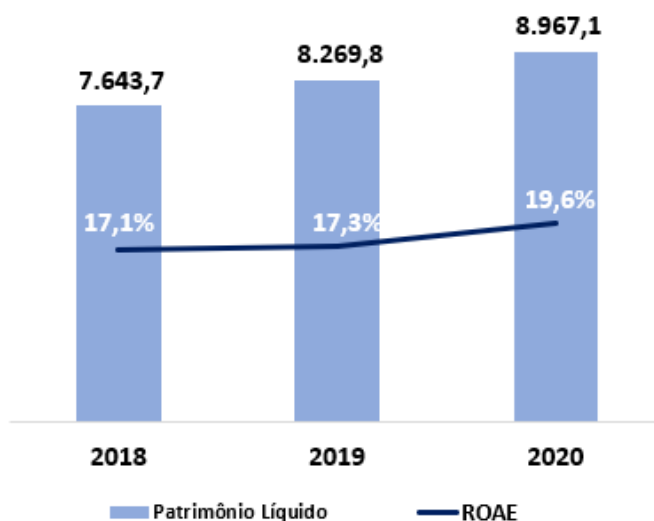


Relat

Relatório da Administração 2020

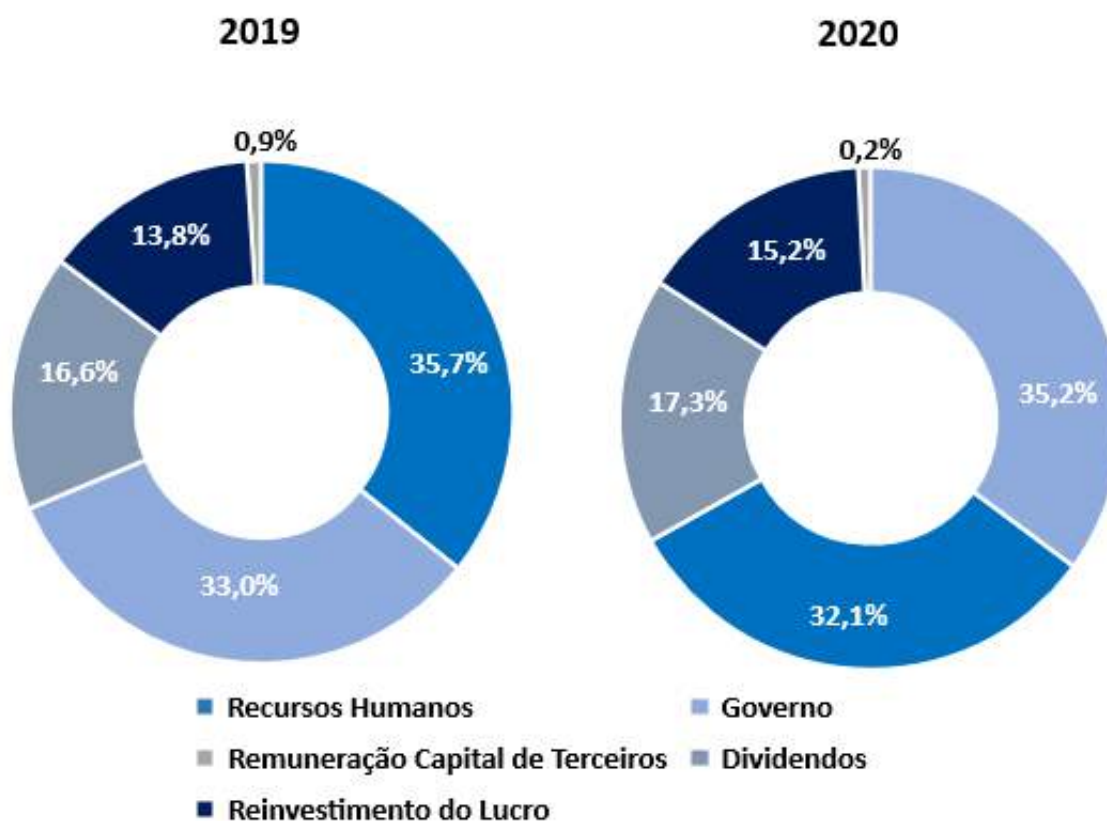


Patrimônio Líquido com Business Combination



VALOR ADICIONADO

Em 2020, o valor adicionado alcançado pela Companhia totalizou R\$ 5.193,4 milhões, com aumento de 14,5% sobre o montante de R\$ 4.535,2 milhões do ano de 2019, conforme distribuído abaixo:



Relat

Relatório da Administração 2020



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa, fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus acionistas, e que criam condições para o desenvolvimento e a manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores. Na busca pela melhoria constante de nossas ações, diversas áreas se dedicam a aprimorar o canal de comunicação permanente entre a Companhia e todas as partes interessadas no negócio: acionistas, órgãos reguladores, corretores, funcionários, comunidade, entre outros.

As ações da Companhia são negociadas no Novo Mercado (código PSSA3), um segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo B3 destinado exclusivamente a companhias que atendam a determinados requisitos mínimos e às regras diferenciadas de governança corporativa, de acordo com as práticas exigidas pelo Novo Mercado e recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ainda, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, se houver, obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

O Conselho de Administração da Companhia criou os Comitês de Assessoramentos, órgãos auxiliares com funções técnicas e consultivas (“Comitês”), com a finalidade de tornar a atuação dos órgãos de administração da Companhia mais eficientes, de forma a maximizar o valor da Companhia e o retorno dos acionistas, respeitadas as melhores práticas de transparência e governança corporativa. Atualmente, além do Comitê de Auditoria, que tem seu funcionamento permanente, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, estão instalados os seguintes Comitês:

Comitê de auditoria:

O Comitê de Auditoria é o órgão estatutário de assessoramento, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. O referido comitê tem como objetivo principal assessorar o Conselho de Administração, avaliando, acompanhando e recomendando, de forma independente: (i) o pleno atendimento aos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e às suas controladas, considerando as particularidades de cada empresa, além de regulamentos e políticas internas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iv) a contratação e os trabalhos

Relat

Relatório da Administração 2020



desenvolvidos pelas auditorias interna e externa; e (v) o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Comitê de Pessoas:

O Comitê de Pessoas tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes às estratégias e políticas de gestão de pessoas de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Remuneração:

O Comitê de Remuneração tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração para que as decisões sobre remuneração de administradores e colaboradores das sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro estejam alinhadas às políticas e normas internas que regulem o assunto, além da legislação e regulamentação aplicável.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado tem por objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta tem como objetivo orientar e disseminar, em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro, o Código de Ética e Conduta da Companhia, além de conduzir apurações e propor medidas corretivas relativas às infrações ao referido Código.

Comitê de Investimentos:

O Comitê de Investimento tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à gestão dos investimentos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

Relat

Relatório da Administração 2020



Comitê de Marketing:

O Comitê de Marketing tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas à estratégia de comunicação de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro para os seus diversos públicos.

Comitê Digital:

O Comitê Digital tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração da Companhia relacionadas às pesquisas e tendências tecnológicas, de mercado e inovações de novos produtos e processos em linha com os objetivos de todas as sociedades que compõem o Grupo Porto Seguro.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E “MARKETING”

Em 2020, a Porto Seguro ampliou sua linha de produtos e serviços, com destaques para:

Meu Porto Seguro: programa ofereceu 10 mil postos de trabalho, trazendo capacitação e geração de renda, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia.

Parceria com a Volkswagen: parceria entre Porto Seguro Auto e Volkswagen garante seguro gratuito por um ano para o automóvel Nivus e acesso ao app da Porto Seguro por meio do VW Play, disponível na central multimídia dos veículos Nivus e T-Cross.

Parceria com a Estapar: por meio do app Porto Seguro Auto, os clientes podem localizar os estacionamentos da Rede Estapar que possuem, até 40% de desconto.

Pix como meio de pagamento: o Porto Seguro Auto aceita o Pix, novo meio de pagamento eletrônico do Brasil, lançado em novembro de 2020, para pagamento do seguro automóvel.

Novas opções de parcelamento no Azul Seguro Auto: ao contratar ou renovar o Azul Seguro Auto, os clientes podem parcelar o valor do seguro em até 10 vezes sem juros em qualquer cartão ou em 12 vezes sem juros no Cartão de Crédito Porto Seguro.

Apólice Digital: priorizando a agilidade e a sustentabilidade, as apólices da Azul Seguros passaram a ser 100% digitais para novos clientes, renovações ou renovações congêneres.

Relat

Relatório da Administração 2020



Parceria Seguro Auto + financiamento: possibilidade de financiar um veículo e incluir o valor do Porto Seguro Auto ou Azul Seguro Auto na mesma parcela, no ato da contratação. A modalidade é exclusiva para pessoa física e automóveis de passeio com até 10 anos.

Guincho elétrico: A Porto Seguro passa a operar o primeiro e único guincho totalmente movido à energia elétrica, que emite 96% menos gases de efeito estufa.

PRÊMIOS DE 2020

A Porto Seguro recebeu diversos reconhecimentos em 2020, em categorias diferentes, destacando-se:

- Marcas Mais Valiosas do Brasil 2020 (Interbrand).
- Estadão Finanças Mais (O Estado de S. Paulo) - Seguro Auto.
- Marcas Mais (O Estado de S. Paulo) – Seguradoras.
- Top Of Mind (Folha de S. Paulo) – Seguros.
- Ranking Maiores e Melhores (Exame) – Ranking Geral e Seguradoras.
- Prêmio Mobilidade (O Estado de S. Paulo) – Auto.
- Melhores Serviços (O Estado de S. Paulo) – Seguros, Residencial e Auto.
- Marcas Mais Amadas pelos Cariocas (O Globo) – Melhor Seguradora.

PROJETOS INSTITUCIONAIS E CULTURAIS

Em 2020, o Teatro Porto Seguro apresentou 18 atrações entre shows e espetáculos presenciais e on-line, em 41 sessões, atraindo um público de mais de 18 mil espectadores.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo Porto Seguro encerrou o ano de 2020 com 12.081 funcionários, sendo 7.996 pessoas nas empresas seguradoras e 4.085 em outras empresas. Foram admitidos 1.963 funcionários, sendo 356 nos programas de diversidade: “Programa de Jovem Aprendiz” e “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência”. Fechamos 2020 com 2.126 funcionários de forma efetiva no “Programa Home Office” (17,6% do total de colaboradores), além disso, durante a pandemia da Covid-19 a Companhia adotou medidas para proteção dos colaboradores, através da implementação do regime de trabalho remoto para uma parcela substancial de funcionários, com altos índices de favorabilidade e produtividade.

Relatório da Administração 2020



Em 2020 foi lançada a Nova Temporada Porto Seguro 2020-2025 (Integrando Clientes e Negócios), que traz o direcionamento estratégico para os próximos 5 anos. Além disso, apresentamos a nossa Essência em ser cada vez mais um Porto Seguro para nossos clientes, e novas competências que compõem o Jeito Porto. Realizamos a disseminação para 100% do quadro de líderes e colaboradores, trazendo clareza e transparência sobre os objetivos da organização a serem alcançados nos próximos anos. Para aumentar a compreensão e engajamento de todos, realizamos ao longo do ano, ações de sustentação/desenvolvimento.

Nesse atípico ano de 2020, devido a pandemia foram necessárias adequações internas, reforço e o cuidado com a saúde e segurança de nossos colaboradores. Mantemos ao longo do ano menos de 5,0% do quadro realizando trabalho presencial nas dependências da Porto Seguro, seguindo todos os protocolos de segurança da OMS.

Uma das ações para contribuir com a segurança e saúde dos colaboradores que continuaram atuando presencialmente foi a estruturação do Centro de Testagem para Covid-19 em nosso Edifício Rosa Garfinkel. Também elaboramos protocolos sanitários, como aferição de temperaturas na recepção de nossas unidades, disponibilização de máscaras, álcool em gel e distanciamento seguro, de modo a atender as orientações do Ministério da Saúde e OMS sobre os cuidados com a pandemia. Realizamos rondas periódicas para garantir a efetividade das ações implementadas e também elaboramos boletins informativos semanais sobre prevenção e cuidado para os colaboradores e seus familiares sobre Covid-19.

Em paralelo às ações preventivas, também implementamos o cuidado através de tele monitoramento de nossos colaboradores, além de manter nosso time de saúde e segurança atuando de forma presencial para atendimentos ocupacionais e assistenciais.

Em abril de 2020, realizamos a campanha de vacinação da gripe para 4500 colaboradores, de maneira descentralizada e em diversos pontos para garantir o distanciamento social e segurança de nossos colaboradores. Também vacinamos dependentes através de parceria com custos reduzidos para prevenir agravos à saúde desses também.

A área de Qualidade de Vida promoveu ações com foco na saúde, bem-estar e integração para os colaboradores. Durante o ano, foram mais de 47 mil participações em projetos diversos, como: corridas de rua, aulas de dança, pilates, muay thai, violão, gaita, academia, acupuntura, festival de música e gastronomia, entre outros. Em 2020, duas novas atividades foram oferecidas aos colaboradores de forma remota: aulas de Dança do Ventre e Ukulele.

Foram investidos R\$ 129 mil/mês em programas de treinamento para funcionários promovidos pelo RH, totalizando 1.281 horas/mês. Dentre os programas, destaca-se as ações de desenvolvimento para a liderança, totalizando mais de 10 mil horas/ano.

O índice de rotatividade, que mede a relação entre funcionários contratados e desligados, foi de 16,85%.

Relat

Relatório da Administração 2020



Aderimos ao movimento #NãoDemita, pois, para nós da Porto Seguro, este problema precisa ser encarado com firmeza e serenidade, norteado por nossos valores e a certeza de que só chegamos à posição de uma das maiores companhias do setor foi graças ao nosso principal ativo: as pessoas.

No processo de transição de carreira, que apoia e prepara os funcionários para a aposentadoria, temos 122 funcionários elegíveis e 82% de comparecimento nas ações realizadas.

Foram realizados desenvolvimentos de sistemas visando melhorar a experiência do usuário para acesso às informações referente a gestão de pessoas, com foco em simplicidade, integração e cliente no centro.

Lançamos o projeto “Meu Porto Seguro”, que ofereceu 10 mil vagas para um programa de capacitação via EAD, e uma renda extra mensal no valor de R\$ 1.500,00 por pessoa, durante três meses. A iniciativa de impacto social teve o objetivo de gerar renda extra para as pessoas que perderam seus empregos devido à pandemia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos.

Os seguintes projetos sociais e ambientais se destacam:

Educação socioambiental

- Realizadas 44 ações de educação socioambiental para o público interno, com abordagens de consumo consciente, sustentabilidade, mudanças climáticas, resíduos, entre outras. No total, tivemos 1.721 participações dos funcionários.
- Realização da primeira Maratona da Sustentabilidade da Porto Seguro, da qual 34 Agentes Socioambientais participaram, construindo soluções para desafios reais de sustentabilidade da Porto Seguro. Ao final, a ideia vencedora de reformular a tradicional Campanha de Natal para o ambiente online, foi implantada na Porto Seguro. A Maratona contou também com 120 horas de formação técnica aos participantes e 406 funcionários presentes na apresentação final das ideias.
- Realização da Semana do Consumo Consciente, com palestras e oficinas para aos funcionários teve como tema central “Consumo Consciente em Casa”. O momento atual foi uma oportunidade para levarmos práticas mais sustentáveis para o dia a dia dos funcionários e suas famílias. O evento totalizou 480 participações e 223 visualizações no YouTube pós evento.

Relat

Relatório da Administração 2020



Ecoeficiência

- Iniciativas de redução do consumo de energia, como lâmpadas LED, sensores de presença nos espaços, instalação de placas solares e o Programa Hora da Terra - quando as luzes da Companhia são apagadas por uma hora e utilizamos iluminação natural. Em 2020 todas essas iniciativas, somadas à redução do consumo nos prédios em função da pandemia, garantiram economia de energia de 12.119.899 kwh, o que equivale a R\$ 7.399 milhões.
- Iniciativas de redução do consumo de água, como captação de água da chuva, estação de tratamento de água interna, água de reuso, sistema dual flush, descargas a vácuo. Em 2020, essas iniciativas representaram economia de 56.672.929 litros de água, o equivalente a R\$ 1.063 milhão.
- 31% dos resíduos descartados na matriz foram direcionados à reciclagem e finalizamos 2020 com uma eficiência de descarte de 69%.

Projetos sociais

O **Programa de Voluntariado Corporativo** tem como estratégia promover diversas formas de atuação voluntária, seja individual ou coletiva, dentro ou fora do horário de expediente, com crianças, adultos ou idosos. Em 2020, foram ofertadas aos funcionários 890 vagas voluntárias em 57 ações diferentes, envolvendo crianças, idosos, animais e o bairro. O destaque foi o lançamento de 20% das vagas do Porto Voluntário em ações online, permitindo assim, a atuação do funcionário mesmo em casa.

Doações que contemplam todos os projetos que incluam recebimento de donativos, como Estação Consumo Consciente, Campanhas de Arrecadação nas localidades e doações esporádicas. Em 2020, por conta da pandemia, a Porto Seguro organizou diversas campanhas na arrecadação para compra de alimentos, livros e kits de Natal. Foram realizadas 98 campanhas, totalizando a doação de 298.802 itens, para 133 instituições em todo Brasil.

O **Instituto Porto Seguro** tem como objetivo potencializar o desenvolvimento de projetos socioambientais e culturais da região e ampliar as atividades que inspiram e envolvem os públicos com as quais a Porto Seguro se relaciona, oferecendo mais de 10 tipos de cursos profissionalizantes. Em 2020, 605 alunos foram formados e 53% de alunos foram empregados por meio dos cursos de capacitação profissional.

A **Associação Crescer Sempre** se propõe a suprir a demanda de educação e capacitação profissional da comunidade de Paraisópolis realizando o atendimento a crianças em idade pré-escolar e ensino médio. Oferece cursos profissionalizantes com foco em trabalho e geração de renda. Em 2020, foram atendidas 325 crianças na educação infantil e 59 adolescentes formados no ensino médio.

Relat

Relatório da Administração 2020



AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2020 será lembrado por décadas em função da pandemia da Covid-19, que gerou imensa perda de vidas e um impacto econômico igualmente severo. A contração do PIB global no ano só não foi maior pois governos e bancos centrais ao redor do mundo lançaram mão de um conjunto de estímulos fiscais e monetários sem paralelo na história.

O ano termina, porém, com perspectivas promissoras no que diz respeito à disponibilidade de vacinas. Além do desenvolvimento em tempo recorde, algumas delas, cujos testes clínicos já foram concluídos, apontam para uma eficácia bastante elevada, o que sugere uma gradual retomada da normalidade econômica ao longo do primeiro semestre de 2021, à medida em que o processo de imunização avance.

Domesticamente, os efeitos econômicos da pandemia também foram bastante mitigados por uma importante redução da taxa básica de juros, a Selic, e principalmente, por um expressivo programa de transferência de renda para as camadas mais vulneráveis da população. O chamado *auxílio emergencial* contribuiu inegavelmente para a preservação de um patamar robusto do consumo de bens ao longo do ano.

Entretanto, o custo fiscal desse e de outros programas lançados ao longo de 2020 foi muito grande, um dos maiores entre o grupo dos países emergentes. Essa forte elevação do gasto público acentuou ainda mais a já frágil condição fiscal brasileira, que por sua vez pressionou a taxa de câmbio e contribuiu para a alta da inflação ao longo do segundo semestre de 2020.

Para 2021, espera-se que a vacinação da população ao longo da primeira metade do ano permita uma retomada da atividade em geral, e em particular do setor de serviços, o mais fortemente impactado pela pandemia.

Diante dessa perspectiva, espera-se o avanço da necessária e urgente agenda de ajuste fiscal em 2021, ao mesmo tempo em que a melhora da atividade deve levar o Copom a iniciar o ciclo de normalização da política monetária ainda na primeira metade do ano, reduzindo o grau atual de estímulo monetário.

Relat

Relatório da Administração 2020



COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Instrução CVM nº 381/03

No período de janeiro a dezembro de 2020, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2021

A Administração

Porto Seguro S.A. e Controladas**Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS**

A Porto Seguro S.A. (“Controladora”) é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (denominadas em conjunto com a Porto S.A. “Porto Seguro” ou “Companhia”), que podem explorar atividades: de seguros em todos os ramos; de instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; e atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente.

A seguir, estão descritas as empresas controladas e que são consolidadas:

- **Seguros, previdência complementar e capitalização:**

- (i) Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (ii) Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.
- (iii) Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. (“Porto Seguro Uruguai”), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.
- (iv) Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro saúde.
- (v) Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.
- (vi) Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.
- (vii) Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.

- **Financeiras e consórcio:**

- (viii) Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. (“Porto Consórcio”), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.
- (ix) Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Portoseg”), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.
- (x) Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Portopar”), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

- **Serviços e comércio:**

- (xi) Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

Notas Explicativas

- (xii) Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. ("Renova"), comercializa e distribui peças automotivas.
- (xiii) Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. ("Renova Peças Novas"), comercializa e distribui peças automotivas novas.
- (xiv) Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.
- (xv) Franco Corretagem de Seguros Ltda. ("Franco"), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.
- (xvi) Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. ("Serviços Médicos"), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.
- (xvii) Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. ("Portomed"), opera planos privados de assistência à saúde.
- (xviii) Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. ("Porto Odonto"), operará planos privados de assistência odontológica.
- (xix) Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Porto Serviços e Comércio"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros.
- (xx) Porto Seguro Atendimento Ltda. ("Porto Atendimento"), presta serviços de "telemarketing" e atendimento em geral.
- (xxi) Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta"), presta serviços de telecomunicações.
- (xxii) Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.
- (xxiii) Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. ("Porto Seguro Saúde Ocupacional"), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.
- (xxiv) Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Investimentos"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.
- (xxv) Porto Seguro Locadora de Veículos Ltda. ("Porto Locadora"), tem por atividades o aluguel e a terceirização de veículos ou frotas de veículos.
- (xxvi) Health For Pet Administradora de Planos de Saúde para Animais de Estimação S.A. ("Health For Pet" ou "H4P"), administra e oferece planos de saúde para animais domésticos, além de serviços e acessórios veterinários em geral.

Não houve durante o período alteração na relação de empresas controladas e que são consolidadas.

Os percentuais de participações estão demonstrados na nota explicativa 16.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES

1.1.1 COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Porto Seguro S.A. segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de Covid-19.

Continuamos monitorando os reflexos da pandemia, e destacamos os principais efeitos nos negócios do Grupo em 2020 por segmento de atuação:

Operação de seguros:

No segmento de Automóveis, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 9.716,0 milhões, redução de R\$ 120,2 milhões ou 1,2% sobre os R\$ 9.836,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 46,9%, uma redução de 9,2 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar de um primeiro semestre com reduções nas emissões por conta da pandemia da Covid-19, o seguro de Automóveis voltou a apresentar crescimento no volume de prêmios emitidos no segundo semestre de 2020, em razão de iniciativas relacionadas à proteção da carteira e da recuperação nas vendas de seguros novos, de ações adotadas para aumentar as cotações e a conversão de vendas. Na sinistralidade, a melhora deve-se principalmente ao baixo volume de circulação de veículos em grande parte do território nacional, em função do isolamento social.

Nas operações de Saúde, os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 1.884,6 milhões, aumento de R\$ 215,4 milhões ou 12,9% sobre os R\$ 1.669,2 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 72,0%, uma redução de 3,6 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe destacar que algumas cirurgias eletivas foram canceladas neste período de pandemia, podendo ser retomadas em períodos subsequentes.

No segmento Vida (Pessoas), os prêmios emitidos totalizaram em 2020 R\$ 928,5 milhões, aumento de R\$ 24,2 milhões ou 2,7% sobre os R\$ 904,3 milhões em 2019. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 37,7%, aumento de 7,1 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Cabe mencionar que dada as circunstâncias de calamidade e dificuldade de realização de diagnósticos precisos, a Companhia vem indenizando os casos relacionados e diagnosticados ao Covid-19 neste segmento.

No segmento Fiança, os prêmios emitidos permaneceram estáveis, em comparação ao ano anterior. Adicionalmente, a sinistralidade encerrou o ano em 52,9%, aumento de 24,8 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior.

Negócios financeiros e serviços:

A carteira de operações de cartão de crédito e CDC cresceu 24,4% no ano, em comparação com 2019. Adicionalmente, no ano de 2020, observamos uma degradação dos indicadores de inadimplência e por consequência, de forma a suportar o crescimento do risco de crédito, houve aumento de 27,8% nas

Notas Explicativas

provisões de perdas calculadas através de modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas.

Resultado financeiro:

O resultado financeiro sofreu oscilações ao longo do ano e encerrou o exercício com um resultado de R\$ 921,1 milhões, queda de 11,4% quando comparado com 2019. Essa redução no resultado financeiro também é reflexo da queda da taxa básica de juros ao longo de 2020.

Nos demais produtos e nas demais linhas das demonstrações financeiras não registramos até o fechamento do ano oscilações significativas em termos de resultado e saldos patrimoniais.

Cabe destacar que subsequentemente à data base, a Companhia continua monitorando diariamente os reflexos e impactos nos negócios relacionados ao Covid-19 e até a data da aprovação das demonstrações financeiras, os movimentos observados nas operações de seguros, negócios financeiros e serviços são semelhantes ao reportado acima.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

Continuamos com Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes, segurados e beneficiários, para minimizar o risco aos nossos colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade e qualidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime de “home office” para parte substancial dos nossos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por novas informações.

Quanto às iniciativas visando o bem estar social, destacamos o programa Meu Porto Seguro, iniciativa que tem por objetivo oferecer mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, que já estavam desempregadas ou em busca do primeiro emprego em todo o território nacional. O Programa teve início em julho de 2020, sendo contratado mais de 9 mil profissionais até dezembro de 2020.

Ressaltamos a confiança na solidez do balanço financeiro da Companhia e na qualidade e experiência de seus executivos e gestores para enfrentar a atual situação, com a certeza de que, ao fim desse período, estaremos ainda mais sólidos e melhor posicionados para continuar expandindo nossos negócios e entregando bons resultados financeiros e operacionais.

1.1.2 OUTRAS INFORMAÇÕES GERAIS

Destacamos para o exercício de 2020, a conclusão em agosto de 2020, do cronograma de migração dos clientes de alarmes e videomonitoramento da Porto Seguro Proteção e Monitoramento para a ADT Serviços de Monitoramento Ltda (ADT), aprovada no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 29 de janeiro de 2020. Esta operação de transferência de carteira resultou em uma receita bruta total no montante de R\$ 60.740 no exercício de 2020.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o “run-off” de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro em 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2020 alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos (“impairment”), (iv) da realização de tributos diferidos e (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal, exceto para a operação da Porto Conecta, que após o compromisso firmado com a TIM Celular S.A. em 2018, as atividades nesse segmento foram encerradas.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

2.1.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.3 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA

- IFRS 17 – Contrato de Seguros: a norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“BBA – Business Block Approach”); (ii) modelo de taxa variável (“VFA – Variable Fee Approach”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“PPA - Premium Allocation Approach”). Os modelos “i” e “ii” são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo “iii” é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação e espera impactos de baixos a moderados na mensuração de seus contratos, uma vez que parte substancial de seu portfólio é composto por seguros de curto prazo, por isso elegíveis para o modelo simplificado. Já na apresentação de suas demonstrações financeiras é esperado impacto relevante com a adoção de novos formatos, novos agrupamentos e nomenclaturas. Contudo, tais impactos até o momento não podem ser precisamente dimensionados.

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais (Controladora) e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”.

2.2 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir. Neste sentido, todas as sociedades apresentadas na nota explicativa nº 1 são controladas (diretas ou indiretas) e são consolidadas nas demonstrações financeiras da Porto Seguro.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para garantir a consistência na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRSs e os CPCs.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 6.

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 ATIVOS FINANCEIROS**(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Porto Seguro determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição da IFRS 9 / CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os

Notas Explicativas

juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) CUSTO AMORTIZADO

Utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.9.1).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**2.7.1 DERIVATIVOS EMBUTIDOS**

A Companhia, através de suas controladas, emite contratos de previdência complementar em que os participantes têm garantia de taxas de juros e opções de resgate de sua reserva. Essas garantias atendem à definição de um derivativo embutido, entretanto, é utilizada a isenção prevista na IFRS 4 -

Notas Explicativas

Contratos de Seguro, na qual, caso o derivativo embutido atenda à definição de um contrato de seguro por si só, não é efetuada a separação do derivativo embutido neste contrato. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.17.2, essas garantias embutidas são consideradas no Teste de Adequação do Passivo (TAP), pois modificam os fluxos de caixa estimados dos contratos.

2.7.2 INSTRUMENTOS DE “HEDGE”

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Porto Seguro, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; e (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício (em “Resultado financeiro”), simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº 4.3 e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada de forma líquida.

2.8 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.9.1). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

2.9 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)**2.9.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou

Notas Explicativas

“impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada para prêmios a receber considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

2.9.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como instrumento financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

2.9.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no

valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

2.10 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, veículos oriundos dos encerramentos dos contratos de locações e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

2.11 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.12 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) ÁGIO E INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

O ágio contabilizado na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios.

A Porto Seguro detém o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência”, registrada em uma combinação de negócio e reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil indefinida, uma vez que não há limite de tempo estimado da geração de benefícios futuros desta marca para a Companhia (baseado em pesquisa de mercado), avaliada segundo o método “Relief from Royalties”.

Anualmente, o ágio e o direito de uso da marca “Itaú Seguros de Auto e Residência” são testados com o intuito de avaliar a necessidade de “impairment”. Esse teste consiste em projetar com base em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da administração, do conjunto de condições econômicas que existirão na vida útil remanescente do ativo.

Para o período corrente, não foi identificada necessidade de provisionamento. Quaisquer perdas contabilizadas não são revertidas.

(c) INTANGÍVEL COM VIDA ÚTIL DEFINIDA - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Os demais ativos intangíveis adquiridos e identificados em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da combinação de negócios e amortizados conforme a vida útil estimada, segundo o método linear. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

2.13 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, através de suas controladas. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

2.14 ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

2.15 PROPRIEDADES IMÓBILIARIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período.

2.16 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO – CLASSIFICAÇÃO

A Porto Seguro emite diversos tipos de contratos de seguros gerais e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Nos contratos de seguro-saúde o segurado (exclusivamente pessoas jurídicas) tem a opção de cancelamento do contrato com aviso prévio de 60 dias para contratos de vigência mínima de 12 meses, sem obrigação de pagamento dos valores de sinistralidade devidos, perfazendo, assim, um cenário provável e com substância comercial de retenção de risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Porto Seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros de acordo com a IFRS 9.

2.17 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

2.17.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes da IFRS 4 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se às regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de ativos financeiros classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

- (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela

Notas Explicativas

destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

- (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.
- (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão IBNeR, com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.
- (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP e informações da Seguradora Líder do Consórcio.
- (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.
- (f) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) do ramo de seguro-saúde é constituída com base na expectativa de despesas médico-hospitalares futuras dos segurados que estão em gozo do benefício de remissão (falecimento do segurado titular com manutenção da cobertura aos segurados dependentes sem o respectivo pagamento de prêmios) e é calculada com base no valor presente das respectivas despesas esperadas.
- (g) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência.
- (h) A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é apurada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma premissa de expectativa de aumento na longevidade, sendo os fluxos futuros

descontados pela estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

- (i) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) do ramo de previdência é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes.
- (j) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais.

2.17.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou “Liability Adequacy Test” - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios da IFRS 4 e da SUSEP.

Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo.

Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP.

Para os produtos de previdência complementar, a Porto Seguro elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, como níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro),

opções de taxas de juros garantidas (índice de inflação-Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M) ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração desse índice para produtos tradicionais e opções de resgate.

2.18 PASSIVOS FINANCEIROS

2.18.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito e financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.18.2 PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (a)** A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (b)** As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).
- (c)** A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

2.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina os planos de previdência privada Portoprev, que são classificados como plano de contribuição definida e plano de contribuição variável. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

2.20 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Quando existem depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, essas provisões são apresentadas líquidas dos respectivos depósitos. Os demais depósitos judiciais são apresentados no ativo. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente.

2.21 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

2.22 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

2.23.1 PRÊMIOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.17.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.23.2 CONTRIBUIÇÕES DE PLANOS DE PREVIDÊNCIA

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

2.23.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 2.9.1) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

2.23.4 RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.18.2 (c)).

2.23.5 RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços, comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Porto Seguro. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

2.23.6 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.24 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.25 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.26 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para as demais empresas da Porto Seguro e para a Controladora, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Também são reconhecidos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudança de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, (exceto para a operação da Porto Conecta, que está em processo de encerramento operacional de suas atividades), uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR, IBNR e PCC também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela administração. O valor total dos passivos consolidados de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 15.679.083.

3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão

incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito no item 2.9.1.

O valor total consolidado dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis), em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 29.821.922 para os quais existem R\$ 699.669 de provisão para risco de crédito.

3.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de um grande número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios da IAS 37 / CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total consolidado das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 114.937, líquidas de depósitos judiciais.

3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (vide nota explicativa nº 11.3.3). O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 659.085.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Porto Seguro está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultramento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de

Notas Explicativas

riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem a Porto Seguro. Neste sentido destaca-se a revisão e aprovação anual da Política Corporativa de Gestão de Riscos, zelo pelo cumprimento das demais políticas de riscos e prover recomendações relacionadas ao apetite e limites de exposição por tipos de riscos.

Vale destacar que em decorrência da pandemia do Covid-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Porto Seguro, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, o acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operações, assim como a elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2020, 73,9% (80,3% em 31 de dezembro de 2019) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AA” e “A” de créditos privados.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

Notas Explicativas

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Risco soberano - Brasil	73,9%	80,3%
Instituições financeiras	2,5%	2,6%
Empresas elétricas e de telecomunicações	1,4%	1,2%
Outros	22,2%	15,9%

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). Do total da exposição máxima ao risco de crédito, em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (99,1% em 31 de dezembro de 2019) referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto a Porto Seguro, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

A tabela a seguir apresenta os vencimentos dos prêmios a receber da Companhia, através de suas controladas:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Não vencidos	4.584.772	3.871.787
Vencidos de 1 a 30	156.998	96.463
Vencidos de 31 a 60	34.183	24.875
Vencidos de 61 a 90	8.994	8.181
Vencidos de 91 a 180	8.147	15.569
Vencidos acima de 180	9.858	7.649
Provisão para risco de crédito	(42.160)	(25.998)
	4.760.792	3.998.526
Circulante	4.608.343	3.994.251
Não circulante	152.449	4.275

(c) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por

Notas Explicativas

dias de atraso; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
A vencer		
Até 30 dias	5.600.758	4.534.400
De 31 a 60 dias	8.471	8.070
Mais de 60 dias	1.015	1.151
Vencidos		
De 1 a 30	2.328.295	1.868.383
De 31 a 60	105.879	105.256
De 61 a 90	117.895	86.948
De 91 a 180	264.832	202.747
Acima de 180	383.670	277.176
Provisão para risco de crédito	(642.071)	(502.481)
	8.168.744	6.581.650
Garantias vinculadas às operações de crédito	1.798.485	1.272.758
Tipo de contraparte		
Pessoas físicas	85,3%	80,9%
Pessoas jurídicas	14,7%	19,1%

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

- (d) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco. Em 31 de dezembro de 2020, a exposição em resseguros a receber totalizava R\$ 58.515 (R\$ 20.384 em 31 de dezembro de 2019).

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há definição de caixa mínimo a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de “stress”); e medidas potenciais para contingenciamento.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Porto Seguro está exposta (i):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	1.702.345	23.391	1.812.441	24.900
Fluxo de 1 a 30 dias	8.505.762	3.057.660	7.634.546	2.652.863
Fluxo de 2 a 6 meses	3.340.806	6.200.983	2.882.934	5.291.617
Fluxo de 7 a 12 meses	1.194.935	4.094.653	1.709.901	3.375.032
Fluxo acima de 1 ano	13.268.929	13.585.850	11.908.318	13.581.856
Total	28.012.777	26.962.536	25.948.139	24.926.268

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes) e operação com resseguradoras. Do total de ativos financeiros, R\$ 5.314.586 (R\$ 5.513.154 em dezembro de 2019) referem-se a ativos vinculados aos planos de previdência complementar (ativos de terceiros).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto Seguro, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Inflação (IPCA/IGPM)	45,6%	42,0%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	37,3%	40,8%
Prefixados	8,4%	11,9%
Ações	5,4%	3,8%
Outros	3,3%	1,5%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos

Notas Explicativas

originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de “tracking error” e “Benchmark-VaR”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2020, nos termos das Instrução CVM nº 475/08:

Fator de Risco	Cenário (*)	Impacto na carteira de investimentos
Índices de preços	+ 50 b.p.	(509.284)
	+ 25 b.p.	(273.509)
	+ 10 b.p.	(114.470)
	- 10 b.p.	114.470
	- 25 b.p.	273.509
	- 50 b.p.	509.284
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(7.241)
	+ 25 b.p.	(3.704)
	+ 10 b.p.	(1.498)
	- 10 b.p.	1.498
	- 25 b.p.	3.704
	- 50 b.p.	7.241
Ações	± 34%	242.599
	± 17%	121.300
	± 9%	60.650
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	17.549
	± 25 b.p.	14.683
	± 10 b.p.	11.746

(*) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 14. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como “hedge” das operações.

4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

Notas Explicativas

A Porto Seguro emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

- (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.
- (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2).

Os resultados dos fluxos de pagamento futuros são sensíveis à oscilação das taxas de juros utilizadas como taxa de desconto, a ETTJ divulgada pela SUSEP. A seguir, são apresentados os efeitos das taxas de desconto e sua variação sobre os passivos de previdência em 31 de dezembro de 2020, considerando os resultados do LAT:

Aumento de 2,5% na taxa	2.794
Aumento de 3,0% na taxa	3.346
Aumento de 3,5% na taxa	3.896
Aumento de 4,0% na taxa	4.444
Aumento de 4,5% na taxa	4.990
Aumento de 5,0% na taxa	5.534

- (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.
- (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Porto Seguro, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

Notas Explicativas

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.17.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

4.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional e no Uruguai, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas.

Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Região Sudeste	64,8%	67,8%
Região Sul	14,6%	12,2%
Região Nordeste	10,3%	10,4%
Região Centro-Oeste	6,0%	6,1%
Uruguai	1,9%	2,2%
Região Norte	2,4%	1,4%

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(364.128)	(868.601)
Sinistros - aumento de 50,0%	(59.879)	(813.997)

4.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados.

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	Dezembro de 2020			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	61,9%	4,2%	14,9%	19,0%
Fiança locatícia	62,6%	11,3%	16,4%	9,7%
Residencial	46,4%	21,4%	0,1%	32,1%
Empresarial	51,1%	5,2%	14,4%	29,3%
Outros riscos	47,8%	5,1%	16,2%	30,9%

	Dezembro de 2019			
	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outros
Transportes	57,7%	14,4%	6,8%	21,0%
Fiança locatícia	65,7%	3,7%	12,8%	17,8%
Residencial	62,6%	11,8%	16,7%	8,9%
Empresarial	54,9%	8,7%	12,6%	23,7%
Outros riscos	60,8%	6,6%	10,3%	22,3%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(81.854)	(12.555)
Sinistros - aumento de 50,0%	103.910	119.242

Notas Explicativas

4.4.3 SAÚDE

A Companhia atua no mercado de saúde suplementar operando somente em planos empresariais de renovações anuais. O principal risco está relacionado aos modelos de prêmio de risco em seguro-saúde decorrente do potencial aumento nos custos dos tratamentos médicos durante o período de vigência dos contratos e o risco de ocorrência de eventos excepcionais de alto impacto (pandemias).

Em linha com as medidas de mitigação de riscos, os contratos são negociados com prestadores de serviços de saúde de forma a permitir uma moderação no aumento dos custos com os serviços de saúde. A rede referenciada está sujeita a monitoramento constante através de auditorias médicas, entrevistas e pesquisas com segurados.

Para os procedimentos de alta complexidade e internações, faz-se necessária a análise da equipe de auditoria médica. Essa equipe também revisa os procedimentos conduzidos por cada prestador de serviços de saúde com a finalidade de analisar a conformidade e a qualidade dos serviços prestados.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(7.653)	(8.160)
Sinistros - aumento de 50,0%	(8.227)	(7.295)

4.4.4 SEGURO DE VIDA E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

- **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva**

Compreendem produtos predominantemente de renovações anuais com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Para contratações coletivas existe o risco de anti seleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

- **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar**

Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelados ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular.

Notas Explicativas

• Plano de previdência complementar tradicional

Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 6.673 participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 810.271. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico.

Medidas para mitigação de risco

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM).

As tabelas a seguir apresentam as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

• Vida sem cobertura por sobrevivência:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(1.730)	25.978
Sinistros - aumento de 50,0%	46.618	82.113

• Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(120)	(117)
ETTJ-SUSEP - aumento de 5,0%	5.534	(4.660)

4.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as

Notas Explicativas

oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras e demais empresas e de 3 anos para as empresas financeiras da Companhia, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Porto Seguro possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital.

Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP, SUSEP, ANS, BACEN e BCU (Banco Central do Uruguai). Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. A tabela a seguir demonstra as parcelas das necessidades de capital da Companhia:

Seguros

Capital de risco de subscrição	2.318.451
Capital de risco de crédito	128.859
Capital de risco de mercado	534.580
Capital de risco operacional	92.205
Benefício da diversificação de riscos	(346.337)

Capital requerido - seguros (i)	2.727.758
--	------------------

Capital requerido - financeiras (ii)	965.210
---	----------------

Margem de solvência (iii)	417.993
----------------------------------	----------------

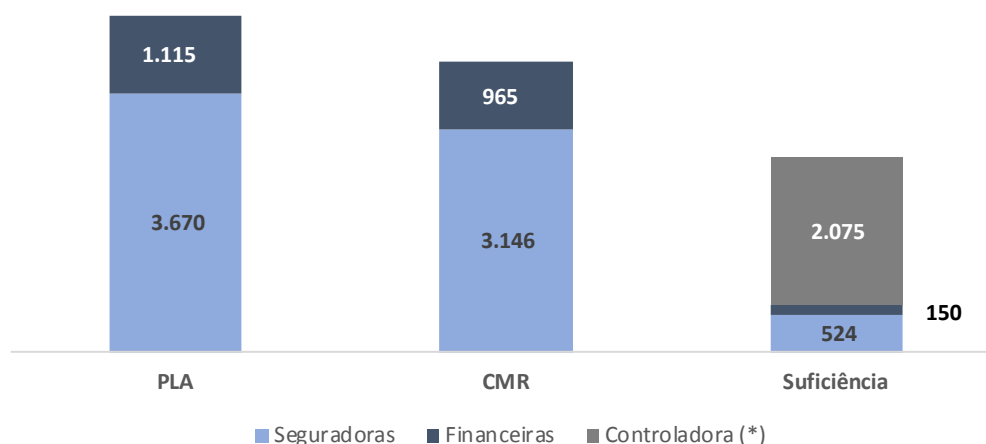
Notas Explicativas

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da Portoseg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.

A figura a seguir apresenta o Capital Mínimo Requerido (CMR), o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e as suficiências de capital, em 31 de dezembro de 2020 (em R\$ milhões):



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para a ela representa o montante de liquidez disponível nesta. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2020 das seguradoras e operadora de saúde face variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Notas Explicativas

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	15,8%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	21,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	11,3%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	4,7%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	25,2%
Margem de solvência	
Aumento dos prêmios emitidos e sinistros retidos conforme crescimento do último exercício	2,6%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência atual	10,6%
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	9,4%
Incremento de 50% na inadimplência da carteira como consequência da inadimplência no Sistema Financeiro Nacional	6,8%

6. SEGMENTOS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

A Porto Seguro oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais e designou os segmentos a seguir conforme critérios qualitativos e quantitativos, considerando-se as similaridades entre os serviços e produtos oferecidos, para determinação de segmentos reportáveis:

- Seguros de automóveis: compreendem os prêmios de seguros de automóveis emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro.
- Seguros e planos de saúde: compreendem os prêmios de seguros-saúde e odontológico emitidos pela Porto Saúde, líquidos de cancelamentos e restituições, e as contraprestações líquidas dos planos de saúde comercializados pela Portomed.

Notas Explicativas

- Seguros de pessoas e previdência complementar: compreendem (i) os prêmios de seguros de pessoas emitidos pela Porto Cia e Porto Vida e Previdência, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, e (ii) as receitas com taxas de gestão e das contribuições efetuadas mensalmente pelos participantes de planos de previdência operados pela Porto Vida.
- Seguros – demais ramos: compreendem os prêmios de seguros de danos (exceto automóvel) e DPVAT emitidos pela Porto Cia, Itaú Auto e Residência e Azul Seguros, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de resseguro, além dos seguros emitidos no Uruguai, pela Porto Seguro Uruguai.
- Financeiras e consórcio de bens: compreendem (a) as receitas com taxas de administração de grupos de consórcios operados pela Porto Consórcio; (b) as receitas da Portoseg de operações de crédito compostas pelos juros cobrados nos empréstimos, financiamentos e com cartão de crédito na utilização do crédito rotativo ou parcelamento da fatura e (c) as receitas de administração de fundos de investimentos e gestão de ativos financeiros da Portopar e Porto Investimentos.
- Outros: compreendem, principalmente, as receitas de prestação de serviços de todas as demais empresas da Companhia (inclusive as receitas de serviços prestados no Uruguai pela Porto Serviços Uruguai) e as receitas com títulos de capitalização.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2020, 98,0% (98,1% em 31 de dezembro de 2019) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

Porto Seguro S.A. e Controladas
Notas Explicativas


	Seguros de automóveis	Seguros e planos de saúde	Seguros de pessoas e previdência complementar	Seguros - demais ramos	Financeiras e consórcios de bens	Outros	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Prêmios de seguros emitidos e contraprestações líquidas	9.716.048	1.888.766	1.196.768	3.003.369	-	-	15.804.951	15.470.367
Variação das provisões técnicas de seguros e prêmios de resseguros cedidos	(70.511)	(230)	(312.561)	(446.372)	-	-	(829.674)	(563.685)
Prêmio ganho	9.645.537	1.888.536	884.207	2.556.997	-	-	14.975.277	14.906.682
Receitas de operações de crédito	-	-	-	-	1.638.920	-	1.638.920	1.476.427
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	480.355	654.050	1.134.405	1.029.215
Contribuição de plano de previdência	-	-	151.358	-	-	-	151.358	173.492
Receita com títulos de capitalização	-	-	-	-	-	49.858	49.858	45.731
Sinistros retidos e benefícios de previdência complementar - líquidos (i)	(4.520.139)	(1.361.874)	(346.459)	(892.790)	-	-	(7.121.262)	(7.925.366)
Custos de aquisição	(2.177.273)	(165.408)	(313.075)	(827.088)	(189.565)	(79.272)	(3.751.681)	(3.521.731)
Custos dos serviços prestados	-	-	-	-	-	(168.365)	(168.365)	(197.658)
Variação das provisões técnicas de previdência	-	-	(115.700)	-	-	-	(115.700)	(189.863)
Outras receitas/(despesas)	(1.842.125)	(237.343)	(208.798)	(837.996)	(1.548.729)	(433.663)	(5.108.654)	(4.808.975)
Resultado operacional	1.106.000	123.911	51.533	(877)	380.981	22.608	1.684.156	987.954
Resultado financeiro	140.012	55.430	(34.451)	618.258	37.012	104.811	921.072	1.039.102
Resultado antes dos impostos	1.246.012	179.341	17.082	617.381	417.993	127.419	2.605.228	2.027.056
Imposto de renda e contribuição social	(481.887)	(69.708)	(17.695)	(176.756)	(140.032)	(30.934)	(917.012)	(647.947)
Lucro líquido - Dezembro de 2020	764.125	109.633	(613)	440.625	277.961	96.485	1.688.216	1.379.109
Lucro líquido - Dezembro de 2019	435.970	73.191	85.055	354.916	313.299	116.678		
Ativos e passivos							Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Ativos relacionados aos segmentos	10.154.794	625.602	5.137.560	3.398.335	9.202.943	1.542.483	30.061.717	26.483.790
Ativo imobilizado e intangível (ii)	135.667	-	-	292.437	-	2.861.123	3.289.227	2.979.972
Ágio de combinação de negócios (iii)	109.902	-	-	236.898	-	28.322	375.122	375.122
Intangível com vida útil indefinida (iii)	77.958	-	-	168.042	-	-	246.000	246.000
Demais ativos (iv)	-	-	-	-	-	2.758.136	2.758.136	2.626.415
	10.478.321	625.602	5.137.560	4.095.712	9.202.943	7.190.064	36.730.202	32.711.299
Passivos relacionados aos segmentos	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	1.660.702	25.302.229	22.338.995
Demais passivos	-	-	-	-	-	2.460.843	2.460.843	2.102.520
	7.349.383	523.780	5.733.955	2.071.965	7.962.444	4.121.545	27.763.072	24.441.515

(i) Os valores de sinistros retidos são apresentados líquidos de recuperação de resseguro, cosseguro, salvados e ressarcimentos.

(ii) Os intangíveis alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos” referem-se, principalmente, àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18).

(iii) O ágio e o intangível com vida útil indefinida alocados aos segmentos “Seguros de automóveis” e “Seguros – demais ramos”, referem-se àqueles originados da aquisição da Itaú Auto e Residência (vide nota explicativa nº 18). O ágio alocado ao segmento “Outros” refere-se àquele originado da aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e da H4P.

(iv) Referem-se, principalmente, a ativos financeiros não vinculados às provisões técnicas, imposto de renda e contribuição social diferidos e impostos e contribuições a recuperar.

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Equivalentes de caixa (*)	145.678	213.995	576.305	721.326
Depósitos bancários	1.036	394	339.576	171.937
	146.714	214.389	915.881	893.263

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. ATIVOS FINANCEIROS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

					Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Controladora	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado	Total consolidado
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	787.232	140.371	-	927.603	772.491
Cotas de fundos de investimentos	35.301	182.759	-	281.251	499.311	148.006
Outras aplicações	29	1.587	-	-	1.616	1.828
	35.330	971.578	140.371	281.251	1.428.530	922.325
Fundos exclusivos						
LFTs	654.346	1.122.048	2.190.894	258.868	4.226.156	3.872.407
NTNs - B	382.513	104.019	816.273	14.856	1.317.661	1.727.939
Debêntures	172.364	97.293	483.249	7.373	760.279	652.048
Cotas de fundos	330.657	159.302	205.560	32.927	728.446	538.407
Ações de companhias abertas	310.620	160.391	166.393	-	637.404	257.696
Letras financeiras - privadas	39.358	45.509	213.623	1.684	300.174	317.208
DI	-	-	-	61.060	61.060	-
NTNs - C	-	23.100	31.573	-	54.673	71.495
CDBs	3.549	1.055	46.897	151	51.652	57.972
LTNs	-	-	-	-	-	166.696
	1.893.407	1.712.717	4.154.462	376.919	8.137.505	7.661.868
Carteira própria						
LFTs	-	-	-	-	-	36.610
Total	1.928.737	2.684.295	4.294.833	658.170	9.566.035	8.620.803
Circulante	1.928.737				9.564.448	8.619.251
Não circulante	-				1.587	1.552

Notas Explicativas

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
			Total	Total
	Seguros	Previdência	consolidado	consolidado
Carteira própria (*)				
NTNs - B	3.866.536	-	3.866.536	1.754.838
NTNs - F	430.647	-	430.647	-
NTNs - C	-	175.109	175.109	365.772
LTNs	-	-	-	685.511
Total	4.297.183	175.109	4.472.292	2.806.121
Circulante			-	685.511
Não circulante			4.472.292	2.120.610

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.335.269 (R\$ 2.583.898 em 31 de dezembro de 2019), gerando assim um ganho não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ 137.023 (R\$ 222.223 em 31 de dezembro de 2019), e um efeito de R\$ -85.200 (R\$ 73.680 em 31 de dezembro de 2019) na demonstração de resultado abrangente, brutos dos efeitos tributários.

8.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	5.598.491	2.539.015	8.137.506	7.661.870
Carteira própria	4.041.644	430.647	4.472.291	2.842.729
Fundos abertos	1.428.530	-	1.428.530	922.325
Total	11.068.665	2.969.662	14.038.327	11.426.924
Circulante			9.564.448	9.304.762
Não circulante			4.473.879	2.122.162

Notas Explicativas

8.2 MENSURADO AO CUSTO AMORTIZADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Seguros	Previdência	Outras atividades	Total consolidado
Fundos exclusivos (*)				
NTNs - C	-	715.022	-	715.022
NTNs - B	273.876	62.901	-	336.777
NTNs - F	-	-	116.094	116.094
LTN	-	-	-	-
	273.876	777.923	116.094	1.167.893
Outros investimentos				
Outros	-	-	312	312
	-	-	312	312
Total - não circulante	273.876	777.923	116.406	1.168.205

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 1.329.766 (R\$ 2.811.044 em 31 de dezembro de 2019).

8.3 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	13.941.621	13.896.202
Aplicações	29.290.990	18.515.073
Resgates	(29.196.100)	(19.859.345)
Rendimentos líquidos	1.255.221	1.316.011
Ajuste a valor de mercado	(85.200)	73.680
Saldo final	15.206.532	13.941.621
Circulante	9.564.448	9.304.762
Não circulante	5.642.084	4.636.859

Notas Explicativas

8.3.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Equivalentes de caixa (*)	1,88	1,89	4,38	4,44
Fundos exclusivos				
LTNs	-	-	6,15	7,72
LFTs	0,10	0,07	0,02	0,02
NTNs B - IPCA +	1,29	2,47	4,64	4,00
NTNs C - IGPM +	-	6,25	-	6,21
NTNs F - PRÉ	-	7,57	-	8,18
Letras financeiras %CDI	121,73	152,74	109,44	110,34
Carteira própria				
LTNs	-	-	-	11,34
NTNs B - IPCA +	-	2,18	-	4,92
NTNs C - IGPM +	-	5,99	-	5,66
NTNs F - PRÉ	-	6,99	-	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (AO CUSTO AMORTIZADO) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	5.610.244	(44.278)	5.565.966	4.543.622	(34.614)	4.509.008
Financiamentos (ii)	1.815.817	(75.223)	1.740.594	1.278.720	(44.564)	1.234.156
Operações de cartão de crédito (iii)	1.137.629	(489.264)	648.365	1.022.420	(397.819)	624.601
Empréstimos	247.125	(33.306)	213.819	239.369	(25.484)	213.885
	8.810.815	(642.071)	8.168.744	7.084.131	(502.481)	6.581.650
Provisão sobre o total da carteira			7,29%			7,09%
Circulante			7.192.576			5.900.861
Não circulante			976.168			680.789

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica "Operações com cartão de crédito" (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Referem-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

(iii) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

As informações de vencimento dos empréstimos e financiamentos estão demonstradas na nota explicativa nº 4.1 (c).

Notas Explicativas

9.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	137.064	73.237	253.351	463.652
Novas entradas	352.916	256.157	250.391	859.464
Melhora de estágio	40.309	(25.934)	(14.375)	-
Piora de estágio	(66.373)	(112.666)	179.039	-
Liquidações (total ou parcial)	(341.342)	(142.854)	(336.439)	(820.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	122.574	47.940	331.967	502.481
Novas entradas	379.404	251.143	393.232	1.023.779
Melhora de estágio	10.068	(2.736)	(7.332)	-
Piora de estágio	(75.777)	(154.912)	230.689	-
Liquidações (total ou parcial)	(309.787)	(83.975)	(490.427)	(884.189)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	126.482	57.460	458.129	642.071

(*) O montante reconhecido como prejuízo das operações de crédito foi de R\$ 350.040 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 363.664 em 31 de dezembro de 2019).

10. PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para riscos de créditos	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	3.075.649	(7.935)	3.067.714	2.652.401	(4.515)	2.647.886
Ramos elementares	987.560	(9.568)	977.992	666.320	(3.430)	662.890
Vida	471.101	(5.932)	465.169	465.085	(5.921)	459.164
Saúde	143.163	(9.806)	133.357	132.039	(3.378)	128.661
Porto Seguro Uruguai	100.152	(7.830)	92.322	81.907	(7.347)	74.560
Transportes	25.327	(1.089)	24.238	26.772	(1.407)	25.365
	4.802.952	(42.160)	4.760.792	4.024.524	(25.998)	3.998.526
Circulante			4.608.343			3.994.251
Não circulante			152.449			4.275

Notas Explicativas

10.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	3.998.526	3.629.846
Prêmios emitidos	16.834.251	16.167.055
IOF	907.816	872.305
Adicional de fracionamento	176.393	252.503
Prêmios cancelados	(1.170.944)	(1.093.676)
Recebimentos	(15.969.088)	(15.830.422)
Provisão para riscos de crédito	(16.162)	915
Saldo final	4.760.792	3.998.526

10.2 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE PRÊMIOS A RECEBER DE SEGURADOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	25.998	26.913
Constituições	76.487	23.311
Reversões	(56.825)	(18.240)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(3.500)	(5.986)
Saldo final	42.160	25.998

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta “Outras despesas operacionais” da Demonstração do Resultado.

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Imposto de renda	65.859	82.117
Contribuição social	22.263	35.974
PIS e COFINS	18.284	15.899
Impostos Uruguai	13.055	11.813
INSS	4.174	3.376
Outros	8.685	8.410
	132.320	157.589
Circulante	130.025	155.308
Não circulante	2.295	2.281

(*) Os saldos da Controladora referem-se ao imposto de renda e à contribuição social.

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
IOF sobre prêmios de seguros	285.585	234.648
PIS e COFINS	67.793	55.706
Contribuição social (ii)	49.316	67.535
Imposto de renda (ii)	41.258	89.474
INSS e FGTS	37.950	34.948
IRRF	29.893	24.510
ISS	11.001	9.182
Outros	24.409	28.175
	547.205	544.178
Circulante	536.800	543.892
Não circulante	10.405	286

(i) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, ao IR retido na fonte e PIS/COFINS sobre JCP.

(ii) Referem-se às provisões, líquidas dos valores antecipados.

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/ realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	15.123	171.515	(177.311)	9.327
	15.123	171.515	(177.311)	9.327
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	172.949	115.334	(47.128)	241.155
Provisão para obrigações legais	159.862	3.145	(12.086)	150.921
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	84.888	36.562	(21.222)	100.228
Provisão de participação de lucros	68.856	83.937	(79.956)	72.837
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	18.476	8.004	(6.346)	20.134
Outras provisões	79.865	93.292	(99.347)	73.810
	584.896	340.274	(266.085)	659.085
Compensação de ativo/passivo diferido (*)	(335.089)	-	-	(335.359)
	264.930	-	-	333.053

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

11.3.2 PASSIVO

	Controladora			Consolidado			
	Dezembro de 2019	Reversão/realização	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Constituição	Reversão/realização	Dezembro de 2020
IR e CS sobre combinação de negócios (*)	274.691	(5.049)	269.642	275.603	28	(5.050)	270.581
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	99.226	99.736	(133.816)	65.146
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	4.102	-	4.102	51.875	212	(1.094)	50.993
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	-	-	-	33.365	11.366	(5.230)	39.501
IR e CS sobre incentivo fiscal - provisão	-	-	-	36.023	-	(777)	35.246
Outros	8.102	-	8.102	10.127	5.012	-	15.139
	286.895	(5.049)	281.846	506.219	116.354	(145.967)	476.606
Compensação de ativo/passivo diferido	(13.679)	-	(13.679)	(214.080)	-	-	(192.080)
	273.216	-	268.167	292.139	-	-	284.526

(*) Vide nota explicativa nº 16.

11.3.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Montante
Ano de realização:	
2021	494.836
2022	122.053
2023	24.996
2024	4.888
2025	9.495
2026 a 2028	7.254
Após 2028	4.890
Total - ativo	668.412
Valor presente (*)	657.118

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

Notas Explicativas

11.4 RECONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) (A)	1.683.142	1.374.034	2.605.228	2.027.056
Alíquota vigente (*)	34%	34%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B)	(572.268)	(467.172)	(1.042.091)	(810.822)
Equivalência patrimonial	560.490	420.880	-	-
Dividendos e JCP	45.520	53.340	140.921	165.244
Incentivos fiscais	-	-	25.641	16.703
Participação nos lucros	-	(4.875)	(21.880)	(22.421)
Outros (**)	(28.693)	2.875	(19.603)	3.350
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	577.317	472.220	125.079	162.875
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	5.049	5.049	(917.012)	(647.947)
Taxa efetiva (D/-A)	-0,3%	-0,4%	35,2%	32,0%

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro refere-se à taxa nominal vigente das seguradoras e financeiras da Porto Seguro, que correspondem às empresas que mais contribuem para o lucro líquido consolidado.

(**) Refere-se principalmente a provisão para perda sobre prejuízos fiscais.

12. BENS À VENDA – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Salvados (*)	136.493	189.548
Veículos desativados de locações	11.214	9.756
Veículos recuperados de financiamentos	2.739	4.947
Provisão para redução ao valor recuperável	(42.547)	(25.561)
	107.899	178.690

(i) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

Notas Explicativas

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC) – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	1.277.535	1.256.457
Patrimonial	382.918	324.158
Pessoas	111.212	109.951
Riscos financeiros	110.439	68.715
Saúde	78.229	72.890
Responsabilidades	8.989	7.125
Transportes	2.461	2.290
Outros	26.475	21.230
	1.998.258	1.862.816
Circulante	1.924.421	1.815.191
Não circulante	73.837	47.625

O prazo médio de diferimento da DAC é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 2019.

13.1 MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO DA DAC – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	1.862.816	1.680.731
Constituição	2.970.419	3.004.496
Apropriação para despesa	(2.834.977)	(2.822.411)
Saldo final	1.998.258	1.862.816

Notas Explicativas

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONSOLIDADO

			Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
	Taxa média contratada (a.a.)	Valor nocional	Valor pela curva	Valor justo
"Swap" - ponta ativa: taxa prefixada + dólar	4,28% + USD	150.200	172.853	-
"Swap" - ponta passiva: taxa pós-fixada em CDI (i)	108,50%	(150.200)	(165.613)	-
Variação de ajuste a mercado			-	7.440
Contrato futuro de juros prefixados		(28.320)	-	-
Opção futuro de dólar		(920)	-	(1.001)
Opções de renda variável		2.658	-	858
Contrato de Futuro DI x IPCA		25.179	-	-
Contrato futuro de dólar		(106.264)	-	-
Contrato futuro de índice		(129.146)	-	-
Opções de IDI		469	-	-
Opções e contratos futuros (ii)			(143)	(4.072)
Total - ativo circulante			-	7.440
Total - passivo circulante			(143)	(4.072)

(i) Troca a diferença apurada entre a ponta ativa (variação do dólar + taxa prefixada) e a ponta passiva (variação do CDI), com objetivo de mitigação do risco de variação cambial nos contratos de captação em moeda estrangeira, liquidados em junho de 2020 (vide nota explicativa nº 22).

(ii) Instrumentos alocados nos fundos de investimentos da Companhia.

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

15. OUTROS ATIVOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Depósitos judiciais (i)	315.627	376.309
Despesas antecipadas (ii)	129.861	87.232
Comissões em processamento (iii)	93.674	75.387
Outros créditos a receber de cartão de crédito	64.787	82.953
Recebíveis de resseguro	58.515	20.384
Adiantamentos administrativos	37.370	24.915
Valores a receber - seguro	29.588	24.926
Almoxarifado	8.098	8.949
Convênio DPVAT	7.162	8.198
Cheques a depositar	2.107	19.895
Outros	53.104	61.211
Circulante	799.893	790.359
Circulante	441.381	356.155
Não circulante	358.512	434.204

(i) Vide nota explicativa 15.1.

(ii) O aumento do saldo deve se principalmente pela compra antecipada de milhas pela Portoseg para ser utilizados ao longo do ano, bem como despesas antecipadas com manutenção de sistemas.

(iii) Representam pagamentos de comissões a corretores sobre riscos vigentes e não emitidos.

15.1 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	189.321	235.764
Sinistros judiciais	54.761	84.312
PIS e COFINS	44.983	37.638
Outros	26.562	18.595
	315.627	376.309

(*) Refere-se à diferença entre o valor do depósito judicial e as provisões para obrigações legais oriunda dos benefícios previstos no REFIS. Vide nota explicativa nº 23 (a).

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

16. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Participação (%)	Saldos em dezembro de 2019	Resultado equivalência patrimonial	Aumento/ (redução) de capital	Ajustes Instrumentos financeiros	Ajuste de conversão/ outros	Dividendos	Saldos em dezembro de 2020
Porto Cia	99,99	4.056.488	996.605	-	(28.395)	13.168	(892.596)	4.145.270
Portoseg	99,99	823.173	191.328	45.000	-	235	(48.532)	1.011.204
Azul Seguros (i)	67,84	552.824	220.588	15.601	(18.028)	1.376	(184.445)	587.916
Porto Consórcio	99,99	140.653	66.830	-	-	105	(12.707)	194.881
Itaú Auto e Residência	99,99	165.201	109.952	-	(3.154)	579	(86.987)	185.591
Porto Serviços e Comércio	99,99	92.389	(7.456)	66.550	-	439	-	151.922
Serviços Médicos	99,99	59.809	8.523	(2.000)	-	58	(4.000)	62.390
Porto Investimentos	99,99	22.367	28.542	-	-	107	(28.997)	22.019
Portomed	99,99	30.938	2.588	(12.526)	(1.543)	-	-	19.457
Proteção e Monitoramento	99,96	26.840	35.218	(8.000)	-	146	(36.991)	17.213
Portopar	99,99	9.416	(3.606)	-	-	(13)	-	5.797
Renova	99,99	1.667	(549)	2.850	-	-	-	3.968
Crediporto	99,80	823	(21)	-	-	13	-	815
Porto Odonto	99,98	339	(41)	85	-	-	-	383
Combinação de negócios (ii)	-	1.033.526	-	-	-	(12.622)	-	1.020.904
		7.016.453	1.648.501	107.560	(51.120)	3.591	(1.295.255)	7.429.730

(i) A "Porto Cia" possui 32,17% de participação nessa sociedade.

(ii) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro. Dessa combinação de negócios, originaram-se ágio e outros intangíveis (vide nota explicativa nº 18).

Controladas indiretas	Participação %
Porto Vida e Previdência	99,97
Porto Saúde	99,99
Porto Capitalização	100,00
Porto Seguro Uruguai	100,00
Porto Serviços Uruguai	100,00
Porto Atendimento	99,99
Porto Conecta	100,00
Porto Seguro Saúde Ocupacional	100,00
Franco	100,00
Porto Locadora	100,00
Health For Pet	100,00
Renova Peças Novas	99,99

Notas Explicativas

16.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

A tabela a seguir apresenta informações financeiras resumidas das controladas da Porto Seguro S.A.

				Dezembro de 2020
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.495.700	8.439.716	9.915.904	764.020
Azul Seguros (ii)	3.281.910	2.508.250	3.501.789	324.594
Portoseg	10.026.907	8.997.201	1.722.433	191.337
Itaú Auto e Residência	774.221	590.438	578.080	109.952
Porto Saúde	1.247.828	772.339	1.942.969	107.045
Porto Consórcio	272.304	171.951	408.706	66.834
Proteção e Monitoramento	20.981	3.762	28.926	35.227
Porto Uruguai	349.379	253.480	386.387	26.464
Porto Capitalização	1.043.186	935.571	126.117	21.175
Porto Vida e Previdência	5.395.905	5.200.056	962.782	(26.041)
Porto Serviços e Comércio (ii)	157.050	5.126	46.196	(8.067)
Porto Conecta	9.640	4.615	893	4.079
Serviços Médicos	70.437	8.047	61.321	6.828
Demais empresas	967.483	757.712	955.334	25.080
	36.112.931	28.648.264	20.637.837	1.648.527
Participação de não controladores	-	-	-	(26)
Resultado de equivalência	-	-	-	1.648.501

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

	Dezembro de 2019		
	Total de ativos	Total de passivos	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	11.962.994	7.997.492	9.724.055
Portoseg	8.098.711	7.242.866	1.595.948
Porto Vida e Previdência	5.483.805	5.259.311	1.021.633
Azul Seguros (ii)	3.329.713	2.606.095	3.514.658
Itaú Auto e Residência	882.855	715.693	636.360
Porto Saúde	1.107.698	673.239	1.708.490
Porto Capitalização	830.332	792.487	95.348
Porto Seguro Uruguai	276.845	208.827	343.642
Porto Consórcio	239.486	168.753	334.986
Porto Serviços e Comércio (ii)	95.392	3.001	33.222
Porto Conecta	13.599	5.152	19.803
Serviços Médicos (ii)	69.705	9.895	60.374
Proteção e Monitoramento	35.949	9.103	68.763
Demais empresas	534.852	372.610	793.610
	32.961.936	26.064.524	19.950.892
			1.248.426
Participação de não controladores	-	-	-
			(26)
Resultado de equivalência	-	-	-
			1.248.400

(i) Incluem receitas financeiras.

(ii) Exclui o resultado de equivalência patrimonial.

16.2 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros pela utilização da estrutura física e de pessoal;
- (ii) Serviços do seguro e plano de saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
- (iii) Serviços de monitoramento efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (iv) Convênio de rateio de custos administrativos entre a Itaú Auto e Residência e as empresas do Grupo Itaú Unibanco, em razão da utilização de infraestrutura;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Investimentos e Portopar;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Serviços de clínicas médicas e convênio de rateio de custos administrativos e operacionais entre a Serviços Médicos, Porto Saúde e Portomed;

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

- (viii) Serviços de “call center” contratados da Porto Atendimento;
- (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (x) Captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco;

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Cia	835.432	768.442	195.175	239.384
Porto Atendimento	205.126	182.576	121.578	94.107
Porto Saúde	169.192	176.337	106.049	94.202
Crediporto	62.926	42.386	8.461	6.448
Porto Investimentos	12.021	11.066	6.660	4.725
Porto Capitalização	6.968	8.755	11.601	11.577
Portoseg	9.349	15.932	231.373	176.638
Porto Vida	2.214	4.417	30.317	25.760
Itaú Auto e Residência	1.414	6.830	50.539	73.178
Proteção e Monitoramento	1.043	3.606	15.548	22.383
Azul Seguros	-	-	356.307	329.190
Porto Consórcio	-	-	61.727	52.764
Demais	7.692	-	118.042	-
	1.313.377	1.243.996	1.313.377	1.243.996

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 13.333 (R\$ 19.900 em dezembro de 2019) e R\$ 900.754 no passivo da Portoseg (R\$ 330.425 em dezembro de 2019) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

	Controladora	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Passivo		
Dividendos e JCP a pagar (*)	398.739	322.669
	398.739	322.669

(*) Vide nota explicativa nº 26 (d).

Porto Seguro S.A. e Controladas
Notas Explicativas



16.3 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração, diretores, membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participação nos lucros - administradores	10.554	19.500	93.508	93.433
Honorários e encargos (*)	4.697	3.290	31.036	19.317
	15.251	22.790	124.544	112.750

(*) O aumento deve-se principalmente por 5 novos diretores no exercício atual, bem como abono único de saída pago para diretores desligados e bônus para diretores admitidos no período.

17. ATIVO IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros/ transferências	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (i)	711.866	127	(2.902)	(18.415)	(2.303)	806.572	(118.199)	688.373	2,0
Terrenos	257.910	-	(3.729)	-	2.789	256.970	-	256.970	-
Obras em andamento	35.701	-	(3.201)	-	-	32.500	-	32.500	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	139.398	11.163	(106)	(10.370)	468	195.784	(55.231)	140.553	5,0 a 33,3
	1.144.875	11.290	(9.938)	(28.785)	954	1.291.826	(173.430)	1.118.396	
Informática	68.190	41.207	(1.249)	(47.536)	746	369.793	(308.435)	61.358	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	20.607	967	(748)	(7.189)	46	94.396	(80.713)	13.683	10,0 a 50,0
Equipamentos	10.702	1.282	(5.146)	(2.450)	(507)	38.948	(35.067)	3.881	10,0 a 14,3
Rastreadores	5.364	3.963	(2.585)	(5.084)	-	3.734	(2.076)	1.658	100,0
Veículos	2.502	484	(414)	(1.000)	(112)	7.917	(6.457)	1.460	20,0 a 25,0
	107.365	47.903	(10.142)	(63.259)	173	514.788	(432.748)	82.040	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	3,0 a 20,0
	312.206	310.544	(159.146)	(11.323)	(2.212)	461.100	(11.031)	450.069	
	1.564.446	369.737	(179.226)	(103.367)	(1.085)	2.267.714	(617.209)	1.650.505	

(i) Para este item, foi utilizada taxa média ponderada.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos imobilizados em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

Porto Seguro S.A. e Controladas
Notas Explicativas



18. ATIVOS INTANGÍVEIS – CONSOLIDADO

	Saldo residual em dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020			Taxas anuais amortização (%)
		Aquisições	Baixas	Despesas de amortização	Outros/transferências	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Software	946.275	270.222	(26.150)	(105.558)	(78)	1.620.264	(535.553)	1.084.711	6,67 a 20,0
Outros intangíveis	28.497	-	-	(6.312)	-	55.135	(32.950)	22.185	20,0
	974.772	270.222	(26.150)	(111.870)	(78)	1.675.399	(568.503)	1.106.896	
Marca	246.000	-	-	-	-	246.000	-	246.000	-
Canal de distribuição	440.726	-	-	(12.622)	-	568.000	(139.896)	428.104	2,2
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	-	-	-	-	346.800	-	346.800	-
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência (*)	1.033.526	-	-	(12.622)	-	1.160.800	(139.896)	1.020.904	
Ágio na aquisição de investimentos	28.323	-	-	-	-	28.323	-	28.323	
Outros intangíveis	27	-	-	(27)	-	652	(652)	-	20,0
Outras combinações de negócios	28.350	-	-	(27)	-	28.975	(652)	28.323	
	2.036.648	270.222	(26.150)	(124.519)	(78)	2.865.174	(709.051)	2.156.123	

(*) Vide nota explicativa nº 16.

Não se observaram evidências objetivas de “impairment” para os ativos intangíveis em 2020 e não houve reconhecimento de perdas.

18.1 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS COM VIDAS ÚTEIS INDEFINIDAS

Em 31 de dezembro de 2020, a recuperação do valor contábil do ágio e dos intangíveis com vidas úteis indefinidas foram avaliados com base no seu valor em uso, utilizando-se o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC a que esses itens estão alocados.

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e não superior às médias passadas recentes, aprovada pela Administração. A metodologia consiste em projetar os resultados da empresa utilizando um horizonte predominantemente de até cinco anos e descontá-los a valor presente por uma taxa de desconto do custo de capital esperado para os próximos anos, com base em orçamentos financeiros, determinando, assim, o valor econômico do negócio para os acionistas.

O ágio e os intangíveis com vidas úteis indefinidas estão alocados às UGC dos segmentos operacionais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6: (i) “Seguros de automóvel” e “Seguros - demais ramos”, referente à aquisição da Itaú Auto e Residência; e (ii) “Outros”, referente à aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional e Health for Pet. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável (“impairment”).

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

19. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2019	Movimentações				Dezembro de 2020	
		Novos contratos/ reavaliações	Baixas/ cancelamentos de contratos	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721
	118.957	11.613	(4.464)	(22.385)	202.077	(98.356)	103.721

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

20. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros (20.1)	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Previdência complementar (20.2)	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
	15.679.083	15.492.601	14.635.782	14.517.305
Circulante	9.568.600		9.058.721	
Não circulante	6.110.483		5.577.061	

20.1 SEGUROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	7.268.073	7.199.335	6.824.813	6.777.926
Provisão matemática - seguros	2.231.882	2.231.882	2.277.791	2.277.791
Sinistros a liquidar (administrativos e judiciais)	1.703.813	1.605.791	1.450.538	1.385.752
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	926.536	926.536	770.229	770.229
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	482.535	462.813	414.682	407.878
Demais provisões	139.782	139.782	66.619	66.619
	12.752.621	12.566.139	11.804.672	11.686.195
Circulante	9.247.109		8.697.087	
Não circulante	3.505.512		3.107.585	

Notas Explicativas

20.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática de benefícios a conceder	2.643.756	2.643.756	2.568.911	2.568.911
Provisão matemática de benefícios concedidos	204.828	204.828	162.449	162.449
Provisão complementar de cobertura	63.311	63.311	76.128	76.128
Demais provisões	14.567	14.567	23.622	23.622
	2.926.462	2.926.462	2.831.110	2.831.110
Circulante	321.491		361.634	
Não circulante	2.604.971		2.469.476	

20.3 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E ATIVO DE RESSEGUROS – CONSOLIDADO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.402.642	104.737
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.188.197	95.076
Diferimento pelo risco decorrido	(15.486.838)	(88.850)
Aviso de sinistros	8.721.938	60.378
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.037.409)	(56.366)
Atualização monetária e juros	513.699	3.522
Resgates	(396.544)	-
Portabilidades líquidas	(325.211)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	55.308	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.635.782	118.477
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	15.644.249	126.959
Diferimento pelo risco decorrido	(15.272.805)	(106.439)
Aviso de sinistros	8.321.442	148.257
Pagamento de sinistros/benefícios	(7.313.018)	(107.422)
Atualização monetária e juros	465.215	7.492
Resgates	(454.534)	-
Portabilidades líquidas	(244.337)	-
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(102.911)	(842)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.679.083	186.482
Circulante	9.568.600	179.764
Não circulante	6.110.483	6.718

Notas Explicativas

20.4 ATIVOS GARANTIDORES – CONSOLIDADO

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP e à ANS os seguintes ativos:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Total dos passivos de seguro e previdência complementar (A)	15.679.083	14.635.782
Direitos creditórios (i)	3.934.059	3.257.104
Custos de aquisição diferidos pagos	976.872	809.535
Ativos de resseguro	117.209	71.472
Outros	9.751	8.988
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	5.037.891	4.147.099
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	10.641.192	10.488.683
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	522.151	535.923
Cotas de fundos de investimento	3.814.945	5.003.210
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.084.372	4.200.617
Títulos de renda fixa - públicos	4.474.874	2.827.030
Imóveis - Uruguai	19.174	20.131
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	12.393.365	12.050.988
Excedente (E - C - D)	1.230.022	1.026.382

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de segurados e de apólices de riscos a decorrer.

(ii) As empresas supervisionadas pela SUSEP devem oferecer, no mínimo, 20% de seu Capital de Risco em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

Porto Seguro S.A. e Controladas



Notas Explicativas

20.5 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Dezembro								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	1.186,4	1.238,4	1.230,9	1.192,7	1.235,8	1.466,7	1.648,9	1.798,5	2.086,5
Um ano mais tarde	1.128,3	1.221,7	1.230,2	1.141,3	1.334,5	1.339,4	1.368,5	1.475,5	-
Dois anos mais tarde	1.193,1	1.262,4	1.296,9	1.209,9	1.418,7	1.393,3	1.355,0	-	-
Três anos mais tarde	1.212,7	1.318,4	1.351,5	1.277,8	1.461,1	1.435,2	-	-	-
Quatro anos mais tarde	1.256,2	1.369,0	1.413,8	1.324,6	1.497,2	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	1.324,3	1.428,4	1.461,2	1.365,6	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	1.379,3	1.465,8	1.502,5	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	1.412,3	1.497,5	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	1.432,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa Corrente	1.432,2	1.497,5	1.502,5	1.365,6	1.497,2	1.435,2	1.355,0	1.475,5	2.086,5
Pagamentos acumulados até a data-base	(1.196,7)	(1.219,7)	(1.159,0)	(987,4)	(1.080,4)	(960,6)	(870,8)	(966,3)	-
Total	166,1	42,3	65,7	34,7	38,6	57,8	9,6	25,0	1.577,3
DPVAT, retrocessão e Porto Seguro Uruguai									1.026,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									3.113,0

21. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE SEGURO E RESSEGURO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Comissões sobre prêmios emitidos	404.709	321.091
Resseguradoras	80.594	52.862
Outros débitos de seguros (*)	16.851	24.412
	502.154	398.365

(*) Refere-se, principalmente, a valores a pagar de serviços de assistência oferecidos aos segurados.

22. PASSIVOS FINANCEIROS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Operações com cartão de crédito (i)	5.349.263	4.354.424
Depósitos interfinanceiros (ii)	1.185.557	108.742
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	990.100	1.337.087
Passivos de capitalização (iii)	917.486	783.496
Outros empréstimos e financiamentos (iv)	736.000	343.789
Total de passivo financeiro avaliado a custo amortizado	9.178.406	6.927.538
Captações e financiamentos em moeda estrangeira (v)	-	173.053
Total de passivo financeiro avaliado a valor justo	-	173.053
	9.178.406	7.100.591
Circulante	8.915.922	6.861.875
Não circulante	262.484	238.716

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,1% a 0,5% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Refere-se principalmente à captação de recursos da Porto Locadora no montante de R\$ 160.000, remunerada em CDI + 1,608% a.a., com vencimento em outubro de 2021.

(v) Captação de recursos em moeda estrangeira liquidada no segundo trimestre de 2020.

Os passivos financeiros avaliados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

22.1 MOVIMENTAÇÕES DO PASSIVO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	Operações com cartão de crédito	Demais passivos financeiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.687.084	2.465.063	6.152.147
Aquisição/constituição	35.293.588	1.234.275	36.527.863
Atualização monetária/juros	-	221.612	221.612
Liquidação/reversão	(34.626.248)	(1.174.783)	(35.801.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.354.424	2.746.167	7.100.591
Aquisição/constituição	24.316.382	2.637.109	26.953.491
Atualização monetária/juros	-	125.478	125.478
Liquidação/reversão	(23.321.543)	(1.679.611)	(25.001.154)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.349.263	3.829.143	9.178.406

23. PROVISÕES JUDICIAIS – CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões estão demonstrados a seguir:

	Fiscais (a)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.308.922	17.408	29.769	1.356.099
Constituições	185	9.391	32.916	42.492
Êxitos/reversões	-	(6.114)	(23.941)	(30.055)
Pagamentos	(49.461)	(5.303)	(7.746)	(62.510)
Atualização monetária	33.853	6.144	(431)	39.566
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.293.499	21.526	30.567	1.345.592
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.217.549)	(4.440)	(8.666)	(1.230.655)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2020	75.950	17.086	21.901	114.937
Quantidade de processos	68	689	2.085	2.842

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

Notas Explicativas

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
PIS	25.178	24.822	537.831	522.868
COFINS	116.864	115.213	309.085	294.678
Processos com adesão ao REFIS	-	-	373.854	416.988
Outros	-	-	72.729	74.388
Total	142.042	140.035	1.293.499	1.308.922
(-) Depósitos judiciais (*)	(142.042)	(140.035)	(1.217.549)	(1.197.150)
Provisão líquida	-	-	75.950	111.772

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros discutem a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, a Porto Vida e Previdência aderiu parcialmente ao REFIS e; para a parcela remanescente, aguardamos o levantamento dos depósitos realizados, em razão do reconhecimento da decadência. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União.

No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, a ação da Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelas sociedades. Na ação da sociedade Azul Seguros, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, os autos estão aguardando análise do pedido de conversão em renda parcial, e levantamento parcial dos depósitos judiciais. Na ação da Azul Seguros, aguarda cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, na ação movida pela Porto Cia e Porto Vida, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Em Execução Fiscal movida em face da Porto

Notas Explicativas

Cia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Porto Cia um crédito a recuperar perante a Receita Federal.

Na ação da sociedade Porto Saúde, aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação da Azul Seguros, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação dos pedidos de desistência das ações perante o Poder Judiciário. A ação que discutia a “CSLL (dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ)” foi homologada em junho de 2015 (Porto Cia e Portopar) e novembro de 2016 (Porto Saúde).

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas a alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e PortoPar questionam judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Nas ações movidas pela Porto Saúde, Portopar e Itaú Auto e Residência aguarda-se julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial, atualmente sobrestados até julgamento do Recurso Extraordinário 609.096, em sede de repercussão geral. Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(iv) PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre o capital próprio

A Controladora propôs ação visando discutir a legalidade e a constitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º do Decreto 5.164/04 que dispõe a respeito da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre o capital próprio. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Controladora.

(v) Outros tributos

As Controladas Azul Seguros, Itaú Auto e Residência, Porto Cia, Porto Consórcio e PortoSeg, mantêm discussões, relativas a (i) IPTU; (ii) Taxa de Licença; (iii) Taxa de Fiscalização; (iv) Taxa de Lixo; (v) Taxa de Localização Instalação e Funcionamento - TLIF; (vi) Taxa de Funcionamento e Anúncio - TFA; (vii) Multa por Falta de Limpeza/Conservação; (viii) Imposto sobre Serviços - ISS (ix) Multa de Trânsito e IPVA - decorrentes de veículos salvados, após pagamentos de indenizações por sinistros.

(b) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 1.531.123 (R\$ 1.104.977 de possível impacto no lucro líquido). As principais causas são: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 634.658 (R\$ 458.749 de possível impacto no lucro líquido); (ii) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 367.380 (R\$ 273.410 de possível impacto no lucro líquido) e (iii) discussão do INSS sobre programa de alimentação do trabalhador, com risco total estimado em R\$ 279.349 (R\$ 208.724 de possível impacto no lucro líquido).

(c) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 4.711 (R\$ 6.512 em dezembro de 2019) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

(d) PROVISÃO PARA PROCESSOS E CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses.

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R\$ 169.304 (R\$ 189.501 em dezembro de 2019), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Por orientação da SUSEP, a Companhia passou a tratar determinadas demandas judiciais (tais como danos morais, lucros cessantes, etc.) como processos cíveis, onde anteriormente eram classificadas na Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial, juntamente com os valores de coberturas reclamadas.

24. PASSIVO DE ARRENDAMENTO – CONSOLIDADO (*)

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	255.302	(111.204)	144.098
Apropriação dos juros	-	15.226	15.226
Constituições/reavaliações de contratos	8.669	-	8.669
Pagamentos	(32.957)	-	(32.957)
Outros/baixas	530	-	530
Saldos em 31 de dezembro de 2020	231.544	(95.978)	135.566
Circulante			20.227
Não circulante			115.339

Deve se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, calculado através de uma taxa incremental de financiamento considerando possíveis renovações e cancelamentos.

25. OUTROS PASSIVOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Participações nos lucros	261.364	246.178
Fornecedores	233.710	183.021
Provisão de férias e encargos	117.763	112.844
Devolução a consorciados	81.081	93.178
Programa de fidelidade - cartão de crédito	80.132	93.651
Benefícios pós emprego	57.943	63.907
Outros	82.948	56.749
	914.941	849.528
Circulante	856.650	785.271
Não circulante	58.291	64.257

(*) Os outros passivos da Controladora se referem, substancialmente, às participações nos lucros a pagar.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA**(a) CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 4.500.000, dividido em 323.293.030 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal, das quais 3.368.936 estavam mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

A AGO/E de 31 de março de 2020 aprovou o aumento de Capital Social no montante de R\$ 500.000, advindos das reservas estatutárias para adequação das reservas de lucros conforme limites estabelecidos pela Lei nº 6.404/76, sem alteração na quantidade de ações da Controladora.

(b) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 30 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas;
- Vigência do programa: entre 2 de fevereiro de 2020 e 31 de janeiro de 2021;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 5 milhões de ações;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

A movimentação das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R\$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.788	372.386	53,22	30
Recompras	141.196	3.013.400	46,86	-
Utilizadas no plano de remuneração e/ou comercializadas (i)	(923)	(16.850)	47,98	115
Saldo em 31 de dezembro de 2020	160.061	3.368.936	50,71	145

(i) Referem-se às ações utilizadas no exercício de outorga previsto no plano de remuneração em ações. Vide nota 26(e).

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 165.078 (R\$ 23.363 em 31 de dezembro de 2019). O preço mínimo das ações recompradas durante o ano de 2020 foi de R\$ 41,12 e o preço máximo foi de R\$ 52,25.

(c) RESERVAS DE LUCROS**(i) Reserva legal**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 seu saldo era de R\$ 703.270 (R\$ 618.860 em dezembro de 2019).

(ii) Reserva estatutária

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, seu saldo era de R\$ 3.340.201 (R\$ 3.135.105 em 31 de dezembro de 2019).

(d) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO/E de 31 de março de 2020 referendou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 no montante de R\$ 689.541, compostos por: (i) juros sobre o capital próprio (JCP) imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 371.796, líquidos de imposto de renda, desse montante R\$ 43.673 correspondem ao JCP adicional ao mínimo obrigatório; e (ii) dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2019, no valor de R\$ 317.745. A Companhia aprovou o pagamento dos referidos JCP no dia 9 de abril de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em 19 de agosto de 2020, a Companhia comunicou que, em complemento ao Aviso de Acionistas divulgado em 31 de março de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento dos dividendos adicionais ao mínimo obrigatório relativos ao exercício findo em 2019, no valor de R\$ 317.745. O pagamento foi realizado no dia 28 de agosto de 2020.

Conforme aviso aos acionistas em junho e em outubro de 2020, a Companhia creditou contabilmente em 29 de junho de 2020, R\$ 192.176 e em 30 de outubro de 2020, R\$ 180.206 (brutos de imposto de renda) em Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, relativos ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, a serem imputados aos dividendos deste exercício. A data de pagamento será fixada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se até 30 de abril de 2021.

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos (a serem aprovados na AGO de 31 de março de 2020 e pagos até 30 de abril de 2020) foram calculados como segue:

Notas Explicativas

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	1.688.191	1.379.083
(-) Reserva legal - 5%	(84.410)	(68.954)
Ajustes de IFRS	(591)	2.366
Lucro básico para determinação do dividendo	1.603.190	1.312.495
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (*)	400.798	328.124
JCP complementar - líquido	-	43.673
Dividendos complementares propostos	443.298	317.745
Total de dividendos/JCP complementares	443.298	361.418
Total de dividendos (B)	844.096	689.542
Total por ação (R\$)	2,61996	2,13426
Distribuição total (B/A)	50,0%	50,0%

(*) Composto em dezembro de 2020 por JCP líquido já creditado contabilmente e imputado aos dividendos mínimos provisionados. No montante de R\$ 454.798 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 400.798 e R\$ 54.000, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15% para acionistas residentes no país e alíquota diferenciada para acionistas residentes no exterior).

(e) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES (i)

A Companhia possui um plano de pagamento de remuneração em ações elegíveis aos diretores estatutários da Companhia e/ou das Controladas como parte de sua remuneração variável anual.

O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administradores e dos acionistas, da Companhia e de suas Controladas; o comprometimento, por parte dos administradores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e suas Controladas; e a criação de valor para os acionistas.

Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir:

- i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019): 7,50% (sete e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações;
- iii) Exercício social base de 2020 (remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e
- iv) Exercício social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações.

Notas Explicativas

O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração variável aos diretores, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte, deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Companhia, as quais apenas serão transferidas/ outorgadas aos diretores após o período de “vesting” (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cumpridas todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga. A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.931	-
Diferimento de "vesting" do período	6.306	2.297
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(923)	(366)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.314	1.931
Valor médio ponderado de direito por ação (R\$)	61,59	52,15

	Quantidade	
	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Saldo inicial	37.734	-
Diferimento de "vesting" do período	90.110	44.046
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(16.850)	(6.312)
Saldo final	110.994	37.734

Notas Explicativas

27. PRÊMIOS DE SEGUROS EMITIDOS E CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres e às contraprestações líquidas dos planos de saúde. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos	Prêmios emitidos	Prêmios cedidos (resseguro)	Prêmios emitidos líquidos
Automóvel	9.716.048	-	9.716.048	9.836.234	-	9.836.234
Saúde	1.888.766	-	1.888.766	1.676.348	-	1.676.348
Patrimonial	1.630.227	(63.560)	1.566.667	1.556.143	(59.287)	1.496.856
Pessoas	928.520	(16.445)	912.075	904.324	(13.467)	890.857
Riscos financeiros	666.454	(8.236)	658.218	444.836	(5.768)	439.068
Uruguai	358.829	(1.239)	357.590	322.138	(1.850)	320.288
VGBL	288.166	(65)	288.101	338.158	(1)	338.157
Transportes	183.452	(1.037)	182.415	102.243	-	102.243
DPVAT	-	-	-	185.875	-	185.875
Outros	144.489	(68.950)	75.539	104.068	(34.167)	69.901
	15.804.951	(159.532)	15.645.419	15.470.367	(114.540)	15.355.827

28. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Cartão de crédito	864.333	776.192
"Interchange" (*)	404.630	383.604
Financiamentos	268.733	203.200
Empréstimos	70.574	81.790
Outras	30.650	27.865
	1.638.920	1.472.651

(*) Refere-se às remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

Porto Seguro S.A. e Controladas**Notas Explicativas****29. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO**

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Porto Consórcio	383.981	324.079
Porto Atendimento	225.276	202.158
Porto Locadora	106.857	78.503
Portopar e Porto Investimentos	96.373	82.460
Crediporto	53.959	36.328
Serviços Médicos e Centros Médicos	60.648	59.820
Porto Saúde Ocupacional	53.996	61.830
Porto Serviços e Comércio	45.967	33.092
Proteção e Monitoramento	27.008	67.409
Outras	80.340	83.535
	1.134.405	1.029.215

30. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Venda de imóveis e Investimentos (i)	67.501	25.929
Seguros (ii)	38.589	70.890
Outras receitas com cartão de crédito	25.568	45.043
Previdência	18.609	19.014
Consórcio	13.750	13.357
Outras	22.946	10.875
	186.963	185.108

(i) Refere-se principalmente pela venda da carteira de alarmes monitorados da “PMO”.

(ii) Referem-se principalmente, às receitas de honorários do convênio DPVAT, oriundos de atendimento aos segurados do Consórcio.

31. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020		Dezembro de 2019	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão matemática	290.260	290.260	339.259	339.259
Provisão de prêmios não ganhos	351.116	382.263	97.346	106.998
Outras provisões	(2.381)	(2.381)	2.888	2.888
Variação das provisões técnicas - seguros	638.995	670.142	439.493	449.145
Provisão de plano de previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
Variação das provisões técnicas - previdência	115.700	115.700	189.863	189.863
	754.695	785.842	629.356	639.008

32. SINISTROS RETIDOS – CONSOLIDADO

Os sinistros retidos (despesas com sinistros) compreendem as indenizações avisadas e variação de IBNR. A tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos de salvados e ressarcimentos.

	Dezembro de 2020			Dezembro de 2019		
	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Recuperação de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	5.363.616	-	5.363.616	6.572.928	(2)	6.572.926
Saúde	1.361.099	-	1.361.099	1.264.423	-	1.264.423
Patrimonial	618.973	(84.903)	534.070	495.047	(34.722)	460.325
Pessoas	361.708	(26.692)	335.016	272.809	(10.497)	262.312
Riscos financeiros	289.666	(3.313)	286.353	176.626	(55)	176.571
Porto Uruguai	154.191	-	154.191	172.489	-	172.489
DPVAT	-	-	-	79.570	-	79.570
Outros	72.138	(22.296)	49.842	79.231	(9.705)	69.526
	8.221.391	(137.204)	8.084.187	9.113.123	(54.981)	9.058.142

Notas Explicativas

33. CUSTOS DE AQUISIÇÃO – SEGUROS (*) - Consolidado

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Automóvel	2.278.820	2.236.506
Patrimonial	469.774	446.161
Pessoas	302.241	270.579
Saúde	165.407	127.434
Riscos financeiros	109.650	113.777
Porto Seguro Uruguai	100.069	93.205
Outros	49.526	59.562
	3.475.487	3.347.224

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (nota explicativa nº 13) e as despesas de comercialização não diferidas.

34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS – CONSOLIDADO (i)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Pessoal e benefícios pós-emprego	1.600.745	1.578.216
Localização e funcionamento	431.072	492.883
Serviços de terceiros	618.618	538.371
Participação nos lucros	273.194	253.198
Publicidade	93.291	103.688
Donativos e contribuições	50.456	36.324
Programa Meu Porto Seguro (ii)	51.370	-
Outras	40.123	80.466
	3.158.869	3.083.146

(i) As despesas administrativas da Controladora referem-se, principalmente, às participações nos lucros, honorários e encargos. Vide nota explicativa nº 16.3.

(ii) Valores referente ao Programa Meu Porto Seguro, iniciativa que está oferecendo mais de 10 mil oportunidades de trabalho temporário e de capacitação, em todo o Brasil, para pessoas que perderam o emprego durante a pandemia, ou que já estavam desempregadas ou ainda, em busca do primeiro emprego em todo o Brasil. O Programa teve início no 2º semestre de 2020, sendo contratados mais de 9 mil profissionais até o momento.

Notas Explicativas

35. DESPESAS COM TRIBUTOS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
COFINS	458.455	407.770
PIS	77.218	69.190
Imposto sobre serviços	38.207	33.295
Outras	61.840	58.624
	635.720	568.879

(*) As despesas com tributos da Controladora referem-se, substancialmente, ao PIS/COFINS sobre JCP recebido.

36. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Captação de recursos	538.367	478.510
Provisão para riscos de créditos	489.629	402.492
Serviços de assistência	154.092	170.287
Cobranças e adm. de apólices e contratos	65.439	101.614
Encargos sociais de operações com seguros	37.860	38.164
Provisão para devedores duvidosos - seguros	16.162	(915)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	12.648	12.722
Outras	186.831	130.343
	1.501.028	1.333.217

37. RECEITAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	909.663	758.921
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	451.766	307.745
Rendimentos de operações de PGBL/VGBL	270.709	301.388
Operações de seguros	176.393	252.503
Variações monetárias dos depósitos judiciais	31.665	44.349
Outras	59.648	74.403
	1.899.844	1.739.309

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à valorização de títulos a valor justo.

38. DESPESAS FINANCEIRAS – CONSOLIDADO (*)

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	376.917	52.043
Atualização monetária - passivos de previdência	244.486	66.021
Atualização monetária - PGBL e VGBL	117.682	286.829
Atualização monetária - passivos de seguro	103.047	160.849
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	13.743	59.345
Outras	122.897	75.120
	978.772	700.207

(*) Os saldos da Controladora referem-se, principalmente, à desvalorização de títulos para negociação.

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO**39.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia patrocina 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de plano de contribuição variável e outro na modalidade de contribuição definida. Ambos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em dezembro de 2020 e 2019, os planos contavam com cerca de 5,6 mil participantes ativos. A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R\$ 19.180 em dezembro de 2020 (R\$ 17.379 em dezembro de 2019).

Notas Explicativas

39.2 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	63.907	61.211
Custo dos benefícios	3.685	4.044
Custo de juros	4.196	5.654
Benefícios pagos	(2.465)	(4.101)
Ganho atuarial sobre a obrigação	(11.393)	(2.901)
Outros	13	-
Saldo final do passivo	57.943	63.907

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2020, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	3,30%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	1,0%
Inflação econômica (ao ano)	4,0%
Inflação médica (ao ano)	4,0%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,5%

39.3 OUTROS BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Vales-alimentação e refeição	173.791	171.411
Assistências médica e odontológica	154.207	141.268
Vale-transporte	20.533	32.258
Auxílio-creche	6.557	7.441
Instrução	4.824	5.525
	359.912	357.903

40. LUCRO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O lucro por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas durante o período de divulgação e que foram classificadas como ações em tesouraria como um componente redutor do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

A Porto Seguro não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo (conforme definido pela IAS 33 – Lucro por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.688.191	1.379.083
Média ponderada do número de ações durante o período	322.179	323.083
Lucro por ação básico e diluído (R\$)	5,23992	4,26851

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Porto Seguro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro S.A. e da Porto Seguro S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para riscos de crédito (impairment) de Empréstimos e Financiamentos (Notas 2.9.1., 4.1, 9 e 9.1)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo bruto consolidado das operações de concessão de empréstimos, financiamentos e operações de cartão de crédito era de R\$ 8.810.815 mil.

A Companhia através de sua controlada, mensurou a provisão para riscos de crédito por meio do estabelecimento de metodologias, que capturaram, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos em consonância com o IFRS9/CPC 48, totalizando o valor de R\$ 642.071 mil.

A provisão para risco de crédito (impairment) continua sendo área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9/CPC 48, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização de garantias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes desenvolvidos pela administração da sua controlada relacionados ao modelo e premissas adotadas pela administração na determinação do valor recuperável da carteira de créditos, processo de classificação dos graus de risco, de monitoramento das garantias recebidas, da totalidade e integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para riscos de crédito.

Testamos, com o auxílio de nossos especialistas a aderência aos requisitos da referida norma, bem como em bases amostrais: (i) as premissas utilizadas para apuração da probabilidade de inadimplência atribuída no cálculo da provisão, utilizando como base a perda esperada para grupos com características de risco de créditos; (ii) a razoabilidade e consistência das premissas adotadas pela administração; (iii) recálculo da referida provisão utilizando as premissas da administração; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento aos requisitos do IFRS 9/CPC 48.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração para determinação da provisão para risco de crédito de empréstimos e financiamentos são razoáveis em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros (PSL, IBNR, IBNeR)

e Previdência Complementar (PCC) (Notas 2.17, 4.4, 20, 20.1 e 20.2)

A Companhia através de suas controladas, registrou determinadas provisões técnicas, com destaque para: (i) sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), no valor de R\$ 482.535 mil, (ii) sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), que somada à provisão de sinistros a liquidar (PSL) totalizam R\$ 1.703.813 mil e (iii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC) no valor de R\$ 63.311 mil.

A determinação dos valores dessas provisões técnicas de contratos de seguros e previdência envolve julgamento da administração na elaboração de metodologias para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e dos prêmios emitidos, bem como na definição de premissas para os seus cálculos.

Em nossa avaliação continuamos a considerar essa uma área de foco de auditoria pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas de sinistros da Companhia.

Consideramos, ainda, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais pelos responsáveis técnicos, bem como inspecionamos se esses técnicos tinham a qualificação e a experiência apropriada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos as metodologias e as premissas financeiras e atuariais utilizadas pela administração na determinação dessas provisões técnicas, com destaque para o IBNR, IBNeR, PSL e PCC, em relação à experiência histórica da Companhia por meio de suas controladas e/ou às práticas utilizadas pelo mercado e procedemos ao recálculo em base de testes dessas provisões técnicas em 31 de dezembro de 2020.

Adicionalmente, testamos a totalidade e a integridade das bases de dados de emissão de apólices e de sinistros utilizadas para mensuração dessas provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Testamos também as análises de sensibilidade preparadas pela administração para consideração dos potenciais impactos decorrentes das variações na taxa de desconto no cálculo da PCC, na sinistralidade e despesas administrativas. Essas análises de sensibilidade encontram-se descritas na Nota 4.4 às demonstrações financeiras.

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como a integridade das bases de dados, os controles de aprovação das notas técnicas atuariais, os cálculos e as análises de sensibilidade são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Porto Seguros S.A. e suas controladas são dependentes de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança.

A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes, o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers Carlos Eduardo Sá da Matta

Auditores Independentes Contador CRC 1SP216397/O-5

CRC 2SP000160/O-5

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Porto Seguro S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas (Consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como a proposta da Diretoria da Companhia para destinação do resultado do exercício. Com base nos documentos analisados, no relatório emitido pela empresa de auditoria independente, apresentado em 1º de fevereiro de 2021 e a ser entregue assinado em 3 de fevereiro de 2021, do qual não constam ressalvas, as informações e os esclarecimentos recebidos em reuniões realizadas, no decorrer do exercício, com diretores da Companhia, auditores externos e Comitê de Auditoria, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo as declarações de juros sobre o capital próprio, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 1 de fevereiro de 2021.

Edson Frizzarim

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

Andréa Noceto Degli Oddi

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

O Comitê de Auditoria foi instituído pelo Conselho de Administração da Porto Seguro S.A., em reunião realizada em 16 de dezembro de 2005. É um órgão estatutário, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. É composto por três membros, dentre eles um profissional de comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria dos mercados em que a Companhia e suas controladas atuam. Para a eleição dos membros, foram considerados os critérios de independência constantes na legislação e regulamentação aplicáveis. Trata-se de Comitê de Auditoria único, instalado na Porto Seguro S.A., supervisionando todas as sociedades por ela controladas.

Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, avaliar, acompanhar e recomendar, de forma independente, os seguintes assuntos relevantes: (i) as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (ii) os sistemas de controles internos da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; (iii) o atendimento a dispositivos legais e normativos aplicáveis à Porto Seguro S.A. e às suas controladas, considerando as particularidades afetas a cada sociedade, além de regulamentos e políticas internas; (iv) os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias Interna e Independente; e (v) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de sua atuação.

Cabe à Administração da Porto Seguro S.A. a responsabilidade pela elaboração, apresentação e integridade das demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. e de suas controladas, bem como pela implementação e manutenção de controles internos adequados à complexidade das operações, com estrita observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS – emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB).

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes audita as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais aplicáveis.

Tomando por base o disposto no seu Regulamento, no segundo semestre de 2020, o Comitê de Auditoria desenvolveu, dentre outras, as seguintes atividades e tratou de assuntos relevantes, inclusive para as sociedades supervisionadas pela SUSEP: (a) análise e acompanhamento das atividades de Auditoria Interna e Auditoria Independente e aprovação do plano anual da Auditoria Interna; (b) análise e acompanhamento das atividades de Controles Internos e de Gestão de Riscos; (c) realização de reuniões com diversas áreas da organização; (d) avaliação do nível dos trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente, bem como da política de independência mantida; (e) solicitação e análise dos principais aspectos contábeis e da evolução dos principais processos judiciais em andamento; (f) análise do cumprimento das normas especificamente aplicáveis aos setores de atuação da Porto Seguro S.A. e de suas controladas; e (g) análise e acompanhamento dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pelo Comitê de Crise, em decorrência do cenário da crise ocasionado pela COVID-19.

O Comitê reuniu-se com os Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado).

Assim, baseando suas conclusões nas atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Porto Seguro S.A. (individual) e da Porto Seguro S.A. e de suas controladas (consolidado), inclusive as sociedades supervisionadas pela SUSEP, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2021.

Fernando Kasinski Lottenberg

Cynthia Nesanovis Catlett

Guy Almeida Andrade

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021.

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente

CELSON DAMADI Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos e Diretor de Relações com Investidores

LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional

MARCELO BARROSO PISCANÇO Diretor Vice-Presidente – Seguros

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 29, § 1º, inciso II, e do artigo 25, § 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2021.

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente

CELSON DAMADI Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos e Diretor de Relações com Investidores

LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente – Corporativo e Institucional

MARCELO BARROSO PISCANÇO Diretor Vice-Presidente – Seguros

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente – Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros e Serviços



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 61.198.164/0001-60 DUNS®: 898661095
Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2021
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	27/04/2021
FGTS	Validade:	15/02/2021
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	16/07/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/06/2021
Receita Municipal	Validade:	13/04/2021

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2021

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 18/01/2021 17:44

CPF: 205.408.568-51 Nome: NEIDE OLIVEIRA SOUZA

Ass: _____

1 de 1

9º TABELIÃO DE NOTAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
PAULO ROBERTO FERNANDES



Livro: 11044
Página: 345

3208173

= LIVRO Nº 11.044 - PÁG. Nº 345 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e outras.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos dois (02) dias do mês de **julho** do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta Cidade e Comarca da Capital, do Estado de São Paulo, em diligência, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 2º andar, Campos Elíseos, perante mim escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentaram-se como OUTORGANTES: **1) PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 2.595/19-9, aos 07/01/2019, que fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1414/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada emitida aos 04/06/2019, autenticidade 118258174, neste ato representada de acordo com o artigo 9º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, Srs. **LENE ARAÚJO DE LIMA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 118.454.608-80 e **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B – 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, eleitos conforme última deliberação em AGE realizada aos 20/08/2018, registrada na JUCESP sob o nº 2.595/19-9, aos 07/01/2019, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; **2) ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.816.067/0001-00, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634 – Torre B – 2º andar, Campos Elíseos, nesta Capital, com seu Estatuto Social consolidado registrado na JUCESP sob o nº 426.249/18-5, aos 06/09/2018, que fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1417/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 04/06/2019, autenticidade 118259210, neste ato representada de acordo com o artigo 9º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, Srs. **LENE ARAÚJO DE LIMA** e **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**, acima qualificados, eleitos conforme última deliberação em AGE realizada aos 28/03/2018, registrada na JUCESP sob o nº 426.249/18-5, aos 06/09/2018, arquivada nestas notas na pasta anteriormente mencionada, os quais declaram sob responsabilidade civil e criminal não ter ocorrido mudança na representação; **3) PORTO SEGURO PROTEÇÃO E MONITORAMENTO LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, torre B, 2º andar, lado B, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.340.041/0001-52, com seu contrato social consolidado em 10/08/2018, registrado na JUCESP sob o nº 478.504/18-4 aos 09/10/2018, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1517/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118818649, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, **LENE ARAÚJO DE LIMA** e **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA**, acima qualificados, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; **4) PORTO SEGURO LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, torre A, 5º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob o nº 19.091.996/0001-16, com seu contrato social consolidado em 18/04/2019, registrado na JUCESP sob o nº 247.898/19-3 aos 14/05/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1518/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118821046, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º, do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. **JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA** e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, acima qualificados, eleitos por prazo



R Marconi 124 Republica - Sao Paulo - SP

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. <https://azevedobastos.not.br/documento/102272506207856633103>

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102272506207856633103-1
Data: 25/06/2020 11:09:37
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD21226-TAY4;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Váber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

indeterminado conforme § 1º da referida cláusula; **5) PORTO SEGURO – SEGURO SAÚDE S.A.**, sociedade com sede nesta Capital, na Rua Guaianases, nº 1238, Mezanino/parte, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 04.540.010/0001-70, com seu estatuto social consolidado, através da AGE realizada em 29/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 255.984/19-4 aos 14/05/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1519/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118821822, neste ato neste ato representada de acordo com artigo 6º, § 4º do referido Estatuto Social por seus Diretores, os Srs. **JOSE RIVALDO LEITE DA SILVA** e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, acima qualificados, eleitos até 31/03/2022 e, **6) PORTO SEGURO –SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, sociedade com sede nesta Capital, na Avenida Rio Branco, nº 1489, 9º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ sob nº 00.568.696/0001-57, com seu contrato social consolidado em 07/03/2019, registrado na JUCESP sob nº 151.866/19-3 aos 21/03/2019, cuja cópia autenticada fica arquivado neste Tabelião na **pasta 1520/2019**, juntamente com a Ficha Cadastral Simplificada, emitida aos 14/06/2019, autenticidade 118822516, neste ato neste ato representada de acordo com a Cláusula 10ª, § 6º do referido contrato social por seus Diretores, **MARCELO ZORZO**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 702.331.385-6 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 412.391.640-68 e **LENE ARAÚJO DE LIMA**, acima qualificado, eleitos por prazo indeterminado conforme § 1º da referida cláusula, os presentes capazes, e face a documentação apresentada, foram identificados como os próprios por mim Escrevente, do que dou fé. E perante mim, pelas OUTORGANTES, na forma representadas, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus bastantes procuradores os Srs. **EMERSON PINHEIRO VALENTIM**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 176.684.738-23; **EDUARDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.956.567-7-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 023.080.959-62; **NEIDE OLIVEIRA SOUZA**, brasileira, solteira, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 28.543.390-8-SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 205.408.568-51; **ROQUE ANTÔNIO TRONDI JUNIOR**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.543.236 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 325.150.918-73; **ROBERTO DE SOUZA DIAS**, brasileiro, divorciado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.304.552-X SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 115.838.468-83, estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Ribeiro da Silva, nº 740, torre A, 2º andar, Campos Elíseos; **EDUARDO WEBER NETO**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.911.905-5 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 085.648.608-64; **MAURO JOSÉ**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.959.422 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 031.287.378-60; **ANGELO AUGUSTO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.142.418-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 108.762.208-55; **LUCIA MONIZ LIBORIO SERPEJANTE**, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 15.989.127 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 089.790.588-10; **RENATO HENRIQUE PINTO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.641.713 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 359.649.998-40; **ANDREZA CRISTINA DE OLIVEIRA VALDES**, brasileira, casada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 29.916.899-2 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 226.772.278-00; **VICTOR HUGO ROMIO**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.725.337 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 213.081.258-95; e, **LUANA OLIVEIRA CERRI**, brasileira, divorciada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.857.887 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 276.973.488-10, estes com domicílio profissional nesta Capital, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 8º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP nº 01216-012, aos quais conferem poderes especiais e específicos para, **SEMPRE EM CONJUNTO COM UM DIRETOR DA OUTORGANTE OU COM OUTRO PROCURADOR INVESTIDO DE IGUAIS E EXPRESSOS PODERES**, representá-las perante quaisquer empresas estatais e privadas, Órgãos e Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, bem como quaisquer outros Órgãos da Administração Pública em geral, requerendo, promovendo e assinando tudo o que for de interesse das Outorgantes para participação e formalização de processos licitatórios, podendo para tanto formular ofertas e lances de preços, realizar credenciamentos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame, inclusive negociar e firmar contratos relativos aos processos licitatórios; apresentar defesas, recursos e impugnações nos respectivos processos licitatório; emissão de cartas propostas e declarações, bem como quaisquer outros documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel desempenho dos poderes aqui outorgados.- **O PRESENTE MANDATO PODERÁ SER SUBSTABELECIDO, NO**



9º TABELIÃO DE NOTAS
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO - SP
PAULO ROBERTO FERNANDES



TODO OU EM PARTE, DESDE QUE COM RESERVA DE IGUAIS PODERES PARA SI, E TERÁ VALIDADE POR 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DESTA DATA. O Outorgado ora constituído fica ciente de que ao se desligar do Conglomerado Porto Seguro do qual faz parte, não mais poderá exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após sua saída, sendo inclusive responsável por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados. Assim o disseram, do que dou fé, me pediram e eu lhes lavrei o presente instrumento, que depois de lido e achado conforme, aceitam, outorgam e assinam. Eu, (a) TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO, Escrevente autorizada o lavrei e conferi. Eu, (a) HOMERO CAIRES FRIAS, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.a) //// HOMERO CAIRES FRIAS //// MARCELO ZORZO //// LENE ARAÚJO DE LIMA //// JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA //// Nada mais: Traslada na mesma data, dou fé. Eu, *Paulo Roberto Fernandes*, (Homero Caires Frias), Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.º *Paulo Roberto Fernandes* DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO

Bel. JOSÉ SOLON NETO
TABELIÃO SUBSTITUTO

Bel. AIRTON FERNANDO POLETTI
TABELIÃO SUBSTITUTO

HOMERO CAIRES FRIAS
TABELIÃO SUBSTITUTO

Rua Marconi, 124 - S. Paulo

EMOLUMENTOS	R\$.	404,82
ESTADO	R\$.	115,06
SEC. FAZ.	R\$.	78,68
IMP. MUNIC	R\$.	8,64
MIN. PÚBLICO	R\$.	19,44
REG. CIVIL	R\$.	21,32
TRIB. JUSTIÇA	R\$.	27,80
SANTA CASA	R\$.	4,06



1137871TR0000000027380197

Total 0,00

ISS 0,00

Consulte o selo no site

<https://selodigital.tjsp.jus.br>



R Marconi 124 Republica - Sao Paulo - SP
Fax: 11-2174-6858 Fone: 11-2174-6872



5
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/06/2020 14:57:16 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102272506207856633103-1 102272506207856633103-3

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946a8bf95384bd519f473e88c3ca921ac466ab9f6efc0415cc8666d9e4ee0b4edc0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



...continuação contábeis, avaliando seus impactos nas demonstrações financeiras do Conglomerado Porto Seguro e submetendo-se à aprovação do Conselho de Administração. **Capítulo VI - Assembleia Geral. Artigo 19** - A Assembleia Geral reunir-se-á anualmente até o dia 31 (trinta e um) de março, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único** - O presidente da Assembleia convocará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 20** - As Assembleias Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 21** - Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único** - As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 22** - Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 23** - As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único** - A cada ação corresponde um voto. **Artigo 24** - Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 25** - Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 26** - Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia em, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VII - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados. Artigo 27** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único** - A diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 28** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanecer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 29** - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (artigo 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 30** - O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (artigo 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado,

e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (artigo 202, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanecer após as deduções e adições referidas nos artigos 29 e 30 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 31 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 31** - A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º** - Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 31 deste estatuto social. **Parágrafo 2º** - O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a assembleia geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a assembleia geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 32** - Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da Diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existente no último balanço anual aprovado em assembleia geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos à conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipeção do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 33** - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apresentação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Circulante									
		não auditado		não auditado	Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	155	52	Fornecedores	15	-	19.360	295
Outros créditos	-	2	3.074	64	Impostos a pagar	-	-	67	6
	5	3	3.229	116	Derivativos contratados	-	-	2.725	5
Não Circulante									
					Não circulante	15	-	22.152	306
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	17.817	-	-	-	Adiantamentos para futuros aumentos de capital	17.827	-	17.827	6.279
	17.817	-	-	-	Provisão para perda de investimento	451	5	-	-
Imobilizado	-	-	33.554	6.531	Derivativos contratados	-	-	-	115
	-	-	33.554	6.531					
Total do ativo	17.822	3	36.783	6.647					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	—	—	—
Aumento de capital conforme AGE	1	—	1
Prejuízo do exercício	—	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	1	(3)	(2)
Prejuízo do exercício	—	(469)	(469)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1	(472)	(471)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
		não auditado		não auditado	Caixa gerado pelas atividades operacionais	1	(3)	15.578	304
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	1	(3)	15.578	304
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (Resultado das participações societárias)	(469)	(3)	(469)	(3)	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
	453	—	—	—	Aumento de capital em controladas	(7)	4	—	—
	(16)	(3)	(469)	(3)	Adiantamento para futuro aumento de capital	(17.817)	—	—	—
Variação em:					Adições ao imobilizado	—	—	(27.023)	(6.531)
Outros créditos	2	—	(3.010)	(64)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.824)	4	(27.023)	(6.531)
Fornecedores	15	—	19.065	295					
Impostos a pagar	—	—	61	6					
Outras contas a pagar	—	—	(69)	70					

DIRETORIA

Filipe Domingues
Diretor PresidenteJusto Valle
Gerente Financeiro

As Demonstrações Financeiras Auditadas na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
não auditado				
Receita operacional líquida	—	—	—	—
Custo do serviço de energia elétrica	—	—	—	—
Custo com energia elétrica	—	—	—	—
Custo de operação	—	—	—	—
Lucro bruto	—	—	—	—
Despesas e receitas	—	—	—	—
Despesas gerais e administrativas	(16)	—	(469)	(3)
	(16)	—	(469)	(3)
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias	(16)	—	(469)	(3)
Resultado das participações societárias	(453)	(3)	—	—
Resultado financeiro	—	—	—	—
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(469)	(3)	(469)	(3)
Resultado líquido do exercício	(469)	(3)	(469)	(3)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O PERÍODO DE SETE MESES FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
não auditado				
Resultado líquido do exercício	(469)	(3)	(469)	(3)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	—	(2.674)	(51)
Resultado abrangente do exercício	(469)	(3)	(3.143)	(54)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
não auditado				
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.827	—	11.548	6.279
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	17.827	—	11.548	6.279
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1	103	52
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1	155	52
	4	1	103	52

CONTADORA

Liliane Mendes Leguizamón
CRC 1SP279192/O-3

Enovafoods Participações S.A.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)					
Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício	
	2019	2018		2019	2018
Ativo I Investimentos	10.276	15.280	Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.349	20.869
Não Circulante	10.276	15.280	Prejuízos Acumulados	(56.169)	(52.589)
Total do Ativo	10.276	15.280	Patrimônio Líquido	10.276	15.280
Passivo e Patrimônio Líquido I Não Circulante			Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	10.276	15.280
Capital social	43.993	42.897	As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia		
Reserva de Capital	4.103	4.103			



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 102272406201255714915-2
Data: 24/06/2020 18:00:43
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKD20193-05YC;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevedo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br

Bel. Válder Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Barroso Picanço

Diretor Geral – Seguros e Investimentos



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Celso Damadi

Diretor Geral – Financeiro, Controladoria e Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

[Assinatura]
Lene Araújo de Lima

Diretor Geral – Corporativo



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

José Rivaldo Leite da Silva
Diretor Geral – Comercial



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcos Roberto Loução

Diretor Geral – Negócios Financeiros e Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Jaime Soares Batista

Diretor de Produto – Automóvel



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

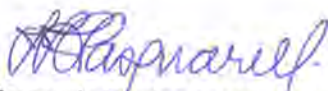
TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fernanda Haydee Pasquarelli

Diretora de Produto – Seguros de Pessoas



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Fabio Ohara Morita

Diretor Técnico



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Eva Vazquez Montenegro Miguel
Diretora de Produção



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

A administradora que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Sônia Aparecida Belezi Rica
Diretora de Atendimento



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9


TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Marcos Rogério Sirelli

Diretor de Tecnologia da Informação



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.



Marcelo Sebastião da Silva
Diretor de Serviços



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretor de Marketing e Clientes



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ nº 61.198.164/0001-60****NIRE 35.3.0004108.9****TERMO DE POSSE E DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, compareceu o membro da Diretoria, eleito na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, para formalização da investidura no respectivo cargo, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possui amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

O administrador que firma o presente termo de posse declara que possui domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberá todas as citações e intimações relativas aos atos de sua gestão, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 29 de março de 2019.


Marcelo Zorzo
Diretor



PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/ME nº 61.198.164/0001-60

NIRE 35.3.0004108.9

TERMO DE POSSE

Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às 08h30, em sua sede social na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, compareceram os senhores membros da Diretoria, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada nesta data, para formalização da investidura nos respectivos cargos, através da assinatura do presente Termo de Posse.

Declararam, para todos os fins e efeitos de direito, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis e/ou empresariais e possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei 6.404/76.

Os administradores que firmam o presente termo de posse declaram que possuem domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, local este em que receberão todas as citações e intimações relativas aos atos de suas gestões, em conformidade com o parágrafo segundo do artigo 149 da lei nº 6.404 de 1976.

São Paulo, 21 de janeiro de 2020.


ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
 Diretora Jurídica


CAROLINA HELENA ZWARG
 Diretora de Recursos Humanos


TIAGO VIOLIN
 Diretor Financeiro


JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
 Diretor de Produto – Ramos Elementares


RAFAEL VENEZIANI KOZMA
 Diretor de Controladoria e Riscos


24
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **25/06/2020 10:14:34 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102272406201255714915-1 102272406201255714915-18

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bcac4b18582d41ef02d5394a8231bf2946d4689cf654133f0d6a85b1f01a9f28f82d537d8c0de3d6a11253d41de0e40bac0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 61.198.164/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/02/1966
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	------------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO AV RIO BRANCO	NÚMERO 1489	COMPLEMENTO RUA GUAIANASES, 1238
------------------------------------	-----------------------	--

CEP 01.205-001	BAIRRO/DISTRITO CAMPOS ELISEOS	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
--------------------------	--	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO SOLICITACOES.SOCIETARIO@PORTOSEGURO.COM.BR	TELEFONE (11) 2393-6762
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/01/2021** às **16:08:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61198164000160, está autorizada a operar, conforme DECRETO Nº20138, publicado(a) no D.O.U. de 13/12/1945, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05886_13012021_161150_688**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 13 de Janeiro de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES	Diretor
CAROLINA HELENA ZWARG	Diretor
CELSO DAMADI	Diretor
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL	Diretor
FÁBIO OHARA MORITA	Diretor
FERNANDA HAYDEE PASQUARELLI	Diretor
JAIME SOARES BATISTA	Diretor
JARBAS DE MEDEIROS BACIANO	Diretor
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA	Diretor
LENE ARAUJO DE LIMA	Diretor
LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA	Diretor
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES	Diretor
MARCELO BARROSO PICANÇO	Diretor
MARCELO SEBASTIAO DA SILVA	Diretor
MARCELO ZORZO	Diretor
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO	Diretor
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI	Diretor
RAFAEL VENEZIANI KOZMA	Diretor
ROBERTO DE SOUZA SANTOS	Presidente
TIAGO VIOLIN	Diretor

Código da Certidão: **CA05886_13012021_161237_873**

Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

SES - SISTEMA DE ESTATÍSTICAS DA SUSEP**versão 4.0****Opção escolhida: Seguradoras: Limite de Retenção****Empresa: 05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Valores válidos para o período de fevereiro até abril de 2021**[Exporta para Ms Excel®](#)**Voltar**

Obs: O arquivo exportado terá terminação .xls, mas por dentro será escrito em html. Esse fato poderá gerar uma mensagem de erro do Ms Excel®, que deverá ser ignorada.

Ramo	Limite de Retenção (R\$)
0111 - INCÊNDIO TRADICIONAL	1.606.066
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.606.066
0114 - Compreensivo Residencial	6.424.265
0115 - ROUBO	1.606.066
0116 - Compreensivo Condomínio	6.424.265
0118 - Compreensivo Empresarial	13.000.000
0141 - LUCROS CESSANTES	10.000.000
0167 - RISCOS DE ENGENHARIA	5.283.705
0171 - RISCOS DIVERSOS	6.424.265
0173 - GLOBAL DE BANCOS	1.606.066
0195 - Garantia Est./Ext.Gar-Bens em Geral	1.606.066
0196 - Riscos Nomeados e Operacionais	1.606.066
0234 - RISCOS DE PETRÓLEO	1.606.066
0310 - R.C.Administradores e Diretores-D&O	1.606.066
0313 - R. C. Riscos Ambientais	1.606.066
0327 - Compreensivo Riscos Cibernéticos	2.000.000
0351 - R. C. Geral	10.000.000
0378 - R. C. Profissional	6.424.265
0433 - Marítimos	1.606.066
0435 - AERONÁUTICOS	1.606.066
0437 - RESPONSABILIDADE CIVIL HANGAR	1.606.066
0457 - D. P. E. M.	1.606.066
0520 - Acidentes Pessoais Passageiros-APP	6.424.265
0524 - Garantia Est./ Exten. Garantia-Auto	1.606.066
0525 - Carta Verde	2.442.200
0531 - Automóvel - Casco	6.424.265
0542 - Assistência e Outras Cobert. - Auto	6.424.265
0544 - R.C.T.Viagem Intern-Pes Trans ou ã	1.606.066
0553 - R. C. Facultativa Veículos - RCFV	6.424.265
0621 - TRANSPORTE NACIONAL	40.000.000
0622 - TRANSPORTE INTERNACIONAL	40.000.000

0627 - Resp. Civil do Transp. Intermodal	1.606.066
0628 - RCTR-P Municipal/Intermunicipal	6.424.265
0632 - R.C.Trans.Carga Viag.Int.-RCTR-VI-C	40.000.000
0638 - R.C.Trans. Ferroviário Carga-RCTF-C	1.606.066
0644 - R.C. Viag.Int. Pessoas - Carta Azul	40.000.000
0652 - R. C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	40.000.000
0654 - R.C. Trans. Rodoviário Carga-RCTR-C	40.000.000
0655 - R.C. Trans. Desvio de Carga-RCF-DC	40.000.000
0656 - R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	40.000.000
0658 - R.C.Operador Transp. Multi.-RCOTM-C	1.606.066
0711 - RISCOS DIVERSOS FINANCEIROS	64.242.649
0739 - Garantia Financeira	2.600.000
0740 - Garantia de Obrigações Privadas	2.600.000
0745 - Garantia de Obrigações Públicas	2.600.000
0746 - FIANÇA LOCATÍCIA	21.000.000
0747 - Garantia de Concessões Públicas	2.600.000
0750 - Garantia Judicial	2.600.000
0775 - Garantia Segurado - Setor Público	2.600.000
0776 - Garantia Segurado - Setor Privado	2.600.000
0860 - Crédito Doméstico Risco Comercial	1.606.066
0870 - Crédito Doméstico Risco P.Física	1.606.066
0929 - Funeral	6.424.265
0969 - Viagem	1.606.066
0977 - Prestamista (exceto Habit e Rural)	6.424.265
0980 - Educacional	1.606.066
0981 - ACIDENTES PESSOAIS - INDIVIDUAL	1.606.066
0982 - Acidentes Pessoais	6.424.265
0987 - Desemprego/Perda de Renda	5.283.705
0990 - Eventos Aleatórios	6.424.265
0991 - Vida	5.283.705
0993 - VIDA EM GRUPO	6.424.265
1101 - Seguro Agrícola sem cob. do FESR	5.000.000
1102 - Seguro Agrícola com cob. do FESR	5.000.000
1103 - Seguro Pecuário sem cob. do FESR	5.000.000
1104 - Seguro Pecuário com cob. do FESR	5.000.000
1107 - Seguro Florestas sem cob. do FESR	5.000.000
1108 - Seguro Florestas com cob. do FESR	5.000.000
1130 - Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	5.000.000
1162 - Penhor Rural	5.000.000
1164 - Seguros Animais	1.606.066
1329 - Funeral	6.424.265
1369 - Viagem	6.424.265

1377 - Prestamista (exceto Habit. E Rural) ³¹	6.424.265
1380 - Educacional	1.606.066
1381 - Acidentes Pessoais	6.424.265
1384 - Doenças Graves ou Doença Terminal	6.424.265
1390 - Eventos Aleatórios	6.424.265
1391 - Vida	6.424.265
1433 - Marítimos (Cascos)	1.606.066
1457 - DPEM	1.606.066
1528 - R. C. Facult. para Aeronaves - RCF	1.562.534
1535 - Aeronáuticos (cascos)	1.562.534
1597 - Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-RETA	1.562.534
Total	699.696.917

Empresas selecionadas	05886
Mês	202011



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA
 Esplanada dos Ministérios, s/nº, BL M, Anexo, Térreo
 Brasília – DF – CEP 70045-900
 Tel: (61)2023-2609 / FAX (61)2023-2802 / e-mail: protocolo.gapbr@fab.mil.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo – Capital, foi contratada, por meio de Processo Licitatório, Ata de Registro de Preços Nº 035/GAP-BR/2014, Processo Nº 67284.007640/2014-96, para fornecer seguro veicular para 147 viaturas oficiais pertencentes à dotação do GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA (GAP-BR), com vigência da apólice, referente ao 3º Termo Aditivo, do dia 11/12/2016 ao dia 10/12/2017, cujo pagamento foi realizado conforme Nota de Empenho Nº 2016NE801339, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços e quanto a liberação da garantia contratual até a presente data.

Brasília-DF, 17 de setembro de 2018.

Marcondes
 e OUTROS DE NOTAS 10/18

Alex Sandro de Oliveira
ALEX SANDRO DE OLIVEIRA – 2º Ten Esp Aer SVE
 Fiscal do Contrato

De acordo:

Alex Orçay Reis
ALEX ORÇAY REIS – Cel Int
 Chefe do GAP-BR





CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102270906203031661084-2
Data: 09/06/2020 17:07:09
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKC25645-ZZA5;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



34
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **09/06/2020 17:08:30 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102270906203031661084-1 102270906203031661084-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b343a20e7d1f684b866fd7d723be57b0d15cdf9407c39fa482e0018ce3b153699539c4b900eaada4406fba699ab
a352f2c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE PINHAIS**, inscrita no CNPJ **95.423.000/0001-00**, com sede na Rua Wanda dos Santos Mallmann nº 536, Pinhais/PR, CEP 83.323-400, email: pregao@pinhais.pr.gov.br, esmeraldacn@pinhais.pr.gov.br, fone: (41) 3912-5075, **DECLARA**, que a empresa **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 61.198.164/0001-60, sediada à Rua Guaianazes, 1234/38/82, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, prestou os serviços de seguro para um total de **283 automóveis e 43 máquinas**, com vigência de **11/03/2015 a 11/03/2016**, e cumpriu satisfatoriamente os compromissos assumidos na prestação dos serviços acordados no contrato do Pregão Presencial 133/2014, contrato nº 057/2015, bem como foram cumpridos todos prazos de execução, e a qualidade dos serviços.

Pinhais, 07 de Março de 2019.


Assinatura
Sandro Marcio Vieck
RG: 7R32011864
Gerente de Frota
Departamento de Bens e Serviços
PREFEITURA DE PINHAIS-PR



TABELIONATO DE NOTAS DE PINHAIS-PR
TELEFONE-FAX (41) 3033-3000

Reconheço a(s) firma(s) de:
CSPJLREVOJ-SANDRO MARCIO VIECK.....
por SEMELHANÇA.
Em testemunho da verdade.
Pinhais, 07 de Março de 2019

031-CRISTIANE DE FÁTIMA BORBELLA
FERREIRA
ESCRIVENTE JURAMENTADA - UJ: ANDA
IFUNARPEN - SELO DIGITAL
IKFWrQ . 67HUI . Yvo2a - VeMmN . L8r9P
Consulte o selo digital em
<http://funarpen.com.br>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 102271805201806686828-1
Data: 18/05/2020 17:18:51
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Selo Digital Tipo Normal C: AKB15977-FRTG;



CNPJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti
Titular

TJPB



36
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **19/05/2020 13:23:46 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102271805201806686828-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b77dc0943091bb2f5d1c7d222950d2902d3226a6be28bbf931299e10d4a123617612d9ca8f650f98aabaee6573b719b6c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 61.198.164/0001-60

Razão Social: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Endereço: AV RIO BRANCO 1485/9 R GUAIANAZES 1238 / CAMPOS ELISEOS / SAO PAULO / SP / 01205-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/01/2021 a 15/02/2021

Certificação Número: 2021011706095162740431

Informação obtida em 19/01/2021 14:59:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:44:12 do dia 01/10/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/03/2021.

Código de controle da certidão: **6DD9.2349.5410.BD54**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN: decisão judicial nos autos do MS 5021097-18.2019.4.03.6100



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

39

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a: IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 61.198.164/0001-60

IE:

Situação: Inscrito / Suspensão

CDA

1.048.425.343,1.046.425.365,1.046.425.376,1.046.425.387,1.046.425.398,1.046.425.432,1.046.425.443,1.046.425.498,1.046.425.510,1.046.425.521,1.046.425.532,1.046.425.543,1.046.425.598,1.046.425.810,1.046.425.821,1.046.425.832,1.046.425.843,1.046.425.854,1.046.425.865,1.046.425.876,1.046.425.887,1.046.427.608,1.046.427.620,1.046.834.052,1.056.095.414,1.066.893.642,1.066.893.731,1.066.896.883,1.066.896.950,1.066.897.127,1.066.897.193,1.066.897.493,1.066.932.396,1.066.932.519,1.066.932.641,1.066.932.685,1.066.932.730,1.066.932.908,1.066.932.941,1.066.932.952,1.066.932.963,1.066.933.007,1.066.933.230,1.066.933.351,1.066.933.362,1.066.933.451,1.066.933.618,1.066.933.630,1.066.933.784,1.066.934.028,1.066.934.039,1.066.934.250,1.066.934.383,1.066.934.428,1.066.934.450,1.066.934.617,1.066.934.661,1.066.934.672,1.066.934.717,1.066.934.772,1.072.115.400,1.072.115.433,1.072.115.455,1.072.115.466,1.072.115.588,1.072.115.600,1.072.115.633,1.072.115.644,1.072.115.700,1.072.115.711,1.072.115.733,1.072.115.766,1.072.115.800,1.072.115.844,1.072.115.977,1.072.115.988,1.072.115.999,1.072.116.043,1.072.116.165,1.072.116.210,1.072.116.454,1.072.116.465,1.072.116.600,1.072.116.665,1.072.116.676,1.072.116.721,1.072.116.798,1.072.116.821,1.072.116.832,1.072.116.921,1.072.116.954,1.072.116.976,1.072.117.031,1.072.117.064,1.072.117.086,1.072.117.153,1.072.117.397,1.072.117.609,1.072.117.820,1.072.117.897,1.072.117.953,1.072.118.285,1.072.118.296,1.072.118.320,1.072.118.341,1.072.118.352,1.072.118.374,1.072.118.563,1.072.118.630,1.072.118.708,1.072.118.730,1.072.118.741,1.072.118.896,1.072.118.985,1.072.118.996,1.072.119.030,1.072.119.195,1.072.119.229,1.072.119.295,1.072.119.307,1.072.119.407,1.072.119.440,1.072.119.473,1.072.119.562,1.072.119.640,1.072.119.718,1.072.119.751,1.072.119.762,1.072.119.818,1.072.120.036,1.072.120.280,1.072.120.591,1.072.120.769,1.072.120.814,1.072.120.858,1.072.120.869,1.072.121.124,1.072.121.313,1.072.134.496,1.072.134.796,1.072.134.830,1.072.134.896,1.072.134.919,1.072.135.151,1.072.135.162,1.072.135.195,1.072.135.251,1.072.135.473,1.072.135.540,1.072.135.618,1.072.135.730,1.072.135.762,1.072.136.040,1.072.136.161,1.080.865.760,1.080.866.070,1.080.866.081,1.080.866.104,1.080.867.858,1.080.867.869,1.080.867.870,1.080.868.246,1.083.718.547,1.091.673.568,1.091.673.579,1.091.673.590,1.128.134.703,1.128.134.714,1.128.681.258,1.128.681.269,1.128.681.270,1.129.415.015,1.129.415.059,1.130.614.141,1.130.616.561,1.132.229.171,1.132.229.182,1.132.229.205,1.132.229.216,1.132.229.238,1.132.229.249,1.132.229.250,1.133.495.451,1.133.495.462,1.133.495.473,1.136.598.444,1.136.598.544,1.136.598.555,1.136.598.588,1.138.881.170,1.138.881.180,1.156.047.071,1.157.283.624

Relativos a: IPVA

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 61.198.164/0155-15

IE:

Situação: Inscrito / Suspensão

CDA

1.058.096.668,1.063.678.081

Relativos a: Multa Ipca

Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

CNPJ: 61.198.164/0001-60

IE: 108377122112

Situação: Inscrito / Suspensão

CDA

1.269.649.133

Local de emissão:

DRTC - I

Responsável: MARCELO RIBEIRO DA SILVA
Assessor da Procuradoria II
RG: 27.402.232-9

CRDA nº 27745553

Folha 1 de 2

Data e hora da emissão 16/12/2020 11:34:37 (horário de Brasília)

Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).



CNJ: 06.870-0

TJPB





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 61198164

Anotação SEFAZ:

Para os débitos na situação de suspenso / parcelado / garantidos judicialmente por carta de fiança, seguro garantia ou depósito judicial, esta certidão tem os mesmos efeitos que a negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional

PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO, FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

Final da Certidão

Local de emissão : DRTC - I	Responsável : MARCELO RIBEIRO DA SILVA Assessor de Apoio Previdenciário II RG: 27.402.222-9
CRDA nº 27745553 Data e hora da emissão 16/12/2020 11:34:37 (horário de Brasília) Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) meses(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	Folha 2 de 2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **17/12/2020 08:38:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102271612207043958412-1 a 102271612207043958412-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05beb58b24a71155449ae60b351e078f9cc9492065b3fd00e69023ba9ce86fdeeee48ddeedff4956a67a2b6f543fb7d0ca6c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº SFP-CER-2020/05249

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Inscrição Estadual: 108.377.122.112 **CNPJ:** 61.198.164/0001-60
Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, 1489, CAMPOS ELÍSEOS, SÃO PAULO - SP, CEP: 01205-001
Situação Cadastral: Ativo
Posto Fiscal de vinculação: DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

REF. PROTOCOLO SFP-EXP-2020/221547

Não constam débitos fiscais não inscritos em dívida ativa relativos a **ICMS** até a presente data.

OBSERVAÇÕES:

Este documento **não pode ser considerado como certidão negativa para todos os tributos estaduais**, uma vez que o contribuinte solicitou a realização de pesquisa apenas para débitos relativos ao tributo **ICMS**. Assim, **débitos relativos ao IPVA e ITCMD não foram objeto de pesquisa** para esta certidão.

Finalidade: Licitação | Concorrência Pública

Avisos:

- 1 - Esta certidão NÃO versa sobre: (a) Eventuais débitos fiscais de outros estabelecimentos do interessado; (b) Outros débitos de tributos eventualmente não mencionados acima;
- 2 - Esta certidão só se aplica ao estabelecimento (matriz ou filial) acima indicado, não incluindo outros estabelecimentos da mesma empresa, ficando ressalvado o direito da Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. Tratando-se de certidão emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados a existência de débito para pessoa jurídica da qual o interessado possa ser sócio.
- 3 - A taxa de fiscalização e serviços diversos foi devidamente recolhida nos termos da legislação vigente.
- 4 - Prazo de validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT nr. 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98).

Local:
DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Data:
17 de novembro de 2020.

Responsável:

TOMAS BOLOGNANI MARTINS
AGENTE FISCAL DE RENDAS

Certidão emitida nos termos das Portarias CAT 20 de 01/04/98 (DOE de 02/04/98) e CAT 135 de 18/12/2014 (DOE de 19/12/2014).

EMITIDO POR:

TOMAS BOLOGNANI MARTINS
CHEFE
DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA

Classif. documental 018.02.02.071



Assinado com senha por CELSO ESPINDOLA PINHEIRO - 17/11/20 às 11:36:08 e TOMAS BOLOGNANI MARTINS - 17/11/20 às 15:42:13.
Documento Nº: 10557395-5909 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=10557395-5909>



CELSO ESPINDOLA PINHEIRO
AGENTE FISCAL DE RENDAS
DRTC II/PFC - POSTO FISCAL DA CAPITAL LAPA





**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0891945 - 2020

CPF/CNPJ Raiz: 61.198.164/

Contribuinte: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Liberação: 15/10/2020

Validade: 13/04/2021

Tributos Abrangidos:

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.204.467-9- Início atv :21/12/1945 (AV RIO BRANCO, 1489 - CEP: 01205-001)

CCM 8.258.319-6- Início atv :14/03/1974 (R PIRACUNUNGA, 01024 - CEP: 03187-010 - Cancelado em: 27/04/1994)

CCM 2.006.668-6- Início atv :15/10/1991 (R ANTONIO GIL, 00050 - CEP: 04655-000 - Cancelado em: 15/05/2018)

CCM 2.426.705-8- Início atv :02/10/1995 (AV IBIRAPUERA, 00730 - CEP: 04028-000 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 9.660.535-9- Início atv :16/08/1989 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00500 - CEP: 05106-010 - Cancelado em: 24/03/1994)

CCM 3.414.141-3- Início atv :27/04/2005 (AV CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES, 05090 - CEP: 05340-002)

CCM 2.240.455-4- Início atv :29/04/1993 (R VERENA, 99999 - CEP: 03614-010)

CCM 9.713.239-0- Início atv :31/01/1990 (R AZEVEDO SOARES, 01043 - CEP: 03322-001)

CCM 9.566.847-0- Início atv :11/10/1988 (R ESTADO DE ISRAEL, 00289 - CEP: 04022-001 - Cancelado em: 31/10/2001)

CCM 2.103.343-9- Início atv :10/09/1992 (AL GABRIEL M.DA SILVA, 00075 - CEP: 01441-000 - Cancelado em: 01/06/2010)

CCM 9.713.176-8- Início atv :31/01/1990 (AV REBOUCAS, 01669 - CEP: 05401-250 - Cancelado em: 12/06/2015)

CCM 9.713.175-0- Início atv :31/01/1990 (AV PACAEMBU, 00035 - CEP: 01155-000)

CCM 9.772.192-1- Início atv :11/07/1990 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)

CCM 9.796.356-9- Início atv :17/09/1990 (R GAVEA, 00616 - CEP: 02121-020)

CCM 9.324.577-7- Início atv :14/07/1986 (R BOM PASTOR, 00975 - CEP: 04203-051)

CCM 9.324.581-5- Início atv :14/07/1986 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00387 - CEP: 05078-000 - Cancelado em: 27/07/2018)

CCM 2.424.702-2- Início atv :22/12/1995 (R NESTOR PESTANA, 00101 - CEP: 01303-010)

CCM 9.412.797-2- Início atv :16/02/1987 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-001)

CCM 2.196.364-9- Início atv :27/08/1993 (R VIEIRA DE MORAIS, 00410 - CEP: 04617-000 - Cancelado em: 10/07/2001)

CCM 9.403.257-2- Início atv :16/02/1987 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01264 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 15:10:32 horas do dia 15/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: AE958244

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 9.507.503-8- Início atv :14/04/1988 (R DA MOOCA, 01291 - CEP: 03103-001)
CCM 9.511.680-0- Início atv :11/04/1988 (AV NOVE DE JULHO, 04443 - CEP: 01407-100)
CCM 2.024.555-6- Início atv :21/11/1991 (AV SAO MIGUEL, 06259 - CEP: 08070-002 - Cancelado em: 03/11/2015)
CCM 2.031.982-7- Início atv :22/01/1992 (LG DA MISERICORDIA, 00024 - CEP: 01012-020)
CCM 2.420.487-0- Início atv :22/11/1995 (AV NOVA CANTAREIRA, 00746 - CEP: 02330-001)
CCM 9.545.153-6- Início atv :08/08/1988 (R IBITINGA, 00549 - CEP: 03186-020 - Cancelado em: 27/04/1994)
CCM 2.196.358-4- Início atv :02/09/1993 (R CARLOS STEINEN, 00059 - CEP: 04004-010 - Cancelado em: 24/09/1999)
CCM 9.566.850-0- Início atv :18/07/1988 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 9.550.197-5- Início atv :18/08/1988 (R GUAIANASES, 01041 - CEP: 01204-001 - Cancelado em: 19/09/2002)
CCM 9.550.192-4- Início atv :18/08/1988 (R CONSELHEIRO NEBIAS, 01144 - CEP: 01203-002 - Cancelado em: 02/12/1992)
CCM 2.243.010-5- Início atv :30/03/1994 (R DO BOSQUE, 00964 - CEP: 01136-000 - Cancelado em: 21/11/1997)
CCM 2.437.324-9- Início atv :02/10/1995 (AV DOS BANDEIRANTES, 01851 - CEP: 04553-011 - Cancelado em: 31/01/2017)
CCM 2.499.542-8- Início atv :01/07/1996 (R BARAO DE ITAPETININGA, 00215 - CEP: 01042-001 - Cancelado em: 13/05/1998)
CCM 2.532.515-9- Início atv :15/11/1996 (R BRIGADEIRO GAVIAO PEIXOTO, 00383 - CEP: 05078-000)
CCM 2.531.864-0- Início atv :15/11/1996 (AL NOTHMANN, 00563 - CEP: 01216-000)
CCM 2.531.867-5- Início atv :15/11/1996 (R GUAIANASES, 01087 - CEP: 01204-001)
CCM 2.531.869-1- Início atv :15/11/1996 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-011)
CCM 2.597.485-8- Início atv :30/04/1997 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 2.681.522-2- Início atv :05/03/1998 (AV DOMINGOS DE SOUZA MARQUES, 00164 - CEP: 05106-010)
CCM 2.705.146-3- Início atv :16/04/1998 (VIA RAPOSO TAVARES, 99999 - CEP: 05576-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.692.501-0- Início atv :16/04/1998 (AV DAS NACOES UNIDAS, 04406 - CEP: 05477-000 - Cancelado em: 30/12/1998)
CCM 2.711.762-6- Início atv :25/06/1998 (R CONSELHEIRO CRISPINIANO, 00105 - CEP: 01037-001)
CCM 2.850.825-4- Início atv :09/09/1999 (AV PROF LUIZ IGNACIO ANHAIA MELLO, 02655 - CEP: 03155-100 - Cancelado em: 22/10/2015)
CCM 2.851.979-5- Início atv :29/09/1999 (AV GIOVANNI GRONCHI, 05420 - CEP: 05724-002)
CCM 2.878.007-8- Início atv :29/11/1999 (AV RIO DAS PEDRAS, 03597 - CEP: 03930-310)
CCM 2.911.318-0- Início atv :09/05/2000 (AL Barão de Piracicaba, 00618 - CEP: 01216-012)
CCM 2.924.848-5- Início atv :09/05/2000 (R TIBURCIO DE SOUSA, 01407 - CEP: 08140-000 - Cancelado em: 10/07/2001)
CCM 2.942.029-6- Início atv :21/07/2000 (AV RIO BRANCO, 01489 - CEP: 01205-001)
CCM 2.942.053-9- Início atv :21/07/2000 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00275 - CEP: 01217-010)
CCM 3.005.872-4- Início atv :28/03/2001 (AV INDIANOPOLIS, 01267 - CEP: 04063-002)
CCM 3.057.201-0- Início atv :06/08/2001 (AV ATLANTICA, 00646 - CEP: 04768-000 - Cancelado em: 23/08/2019)
CCM 3.065.489-0- Início atv :01/10/2001 (AV GENERAL EDGAR FACO, 00777 - CEP: 02924-000 - Cancelado em: 22/07/2015)
CCM 3.097.288-4- Início atv :15/01/2002 (AV LIDER, 03263 - CEP: 08285-000)
CCM 3.140.905-9- Início atv :04/06/2002 (AV SAPOPEMBA, 21743 - CEP: 03989-010 - Cancelado em: 13/11/2003)
CCM 3.149.170-7- Início atv :21/06/2002 (AV RIO BRANCO, 01448 - CEP: 01206-001)
CCM 3.466.062-3- Início atv :25/08/2005 (R CARLOS SAMPAIO, 00053 - CEP: 01333-021)
CCM 3.671.260-4- Início atv :03/07/2007 (AV JABAQUARA, 00798 - CEP: 04046-100)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 15:10:32 horas do dia 15/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: AE958244

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 3.722.285-6- Início atv :16/01/2008 (AL BR DE PIRACICABA, 00618 - CEP: 01216-010)
CCM 3.737.075-8- Início atv :08/02/2008 (AL DINO BUENO, 00266 - CEP: 01217-000)
CCM 3.782.376-0- Início atv :12/06/2008 (R GUAIANASES, 01239 - CEP: 01204-001)
CCM 3.793.695-6- Início atv :27/06/2008 (AV BRIGADEIRO FARIA LIMA, 00493 - CEP: 05426-100 - Cancelado em: 26/09/2013)
CCM 3.798.860-3- Início atv :05/08/2008 (AV NORDESTINA, 00910 - CEP: 08021-000 - Cancelado em: 24/09/2012)
CCM 3.846.507-8- Início atv :10/11/2008 (R GAL NESTOR PASSOS, 00226 - CEP: 02417-140)
CCM 3.856.884-5- Início atv :06/01/2009 (R BARRA FUNDA, 00301 - CEP: 01152-000)
CCM 3.886.857-1- Início atv :12/02/2009 (R ESTADOS UNIDOS, 00367 - CEP: 05212-060 - Cancelado em: 04/07/2012)
CCM 3.910.998-4- Início atv :04/03/2009 (AL BARAO DE LIMEIRA, 01175 - CEP: 01202-003)
CCM 3.967.729-0- Início atv :11/05/2009 (AV IPIRANGA, 00324 - CEP: 01046-010)
CCM 3.970.662-1- Início atv :16/09/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00717 - CEP: 01217-010)
CCM 3.992.228-6- Início atv :21/10/2009 (AV INDIANOPOLIS, 01307 - CEP: 04063-002)
CCM 3.992.225-1- Início atv :21/10/2009 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00777 - CEP: 01217-010)
CCM 3.992.218-9- Início atv :21/10/2009 (R DAS CAMELIAS, 00644 - CEP: 04048-061)
CCM 3.992.220-0- Início atv :21/10/2009 (R BANDIM, 00031 - CEP: 05470-040 - Cancelado em: 03/07/2013)
CCM 3.992.223-5- Início atv :21/10/2009 (AV ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 05411 - CEP: 02413-100)
CCM 3.992.219-7- Início atv :21/10/2009 (R CONDE DE PORTO ALEGRE, 01884 - CEP: 04608-003)
CCM 3.994.203-1- Início atv :21/10/2009 (AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 00290 - CEP: 03568-010)
CCM 4.043.011-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 4.043.008-1- Início atv :16/03/2010 (AL BARAO DE PIRACICABA, 00874 - CEP: 01216-012)
CCM 4.101.634-3- Início atv :01/06/2010 (R TURIASSU, 00770 - CEP: 05005-000)
CCM 4.105.384-2- Início atv :01/06/2010 (AV REPUBLICA DO LIBANO, 02200 - CEP: 04502-200)
CCM 4.101.631-9- Início atv :01/06/2010 (R ALVARENGA, 01653 - CEP: 05509-003 - Cancelado em: 12/12/2012)
CCM 4.237.676-9- Início atv :21/01/2011 (R ALFREDO PUJOL, 00369 - CEP: 02017-010 - Cancelado em: 15/05/2018)
CCM 4.237.670-0- Início atv :21/01/2011 (R TIJUCO PRETO, 01248 - CEP: 03316-000)
CCM 4.294.695-6- Início atv :19/05/2011 (AL BR DE LIMEIRA, 00621 - CEP: 01202-001)
CCM 4.332.047-3- Início atv :08/07/2011 (R TAGIPURU, 00906 - CEP: 01156-000 - Cancelado em: 01/08/2018)
CCM 4.464.247-4- Início atv :18/01/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 4.577.624-5- Início atv :04/07/2012 (AL NOTHMANN, 00380 - CEP: 01216-000 - Cancelado em: 28/08/2018)
CCM 4.577.625-3- Início atv :04/07/2012 (AV S JOAO, 00313 - CEP: 01035-000)
CCM 4.578.935-5- Início atv :13/07/2012 (R DR ALFREDO DE CASTRO, 00299 - CEP: 01155-060)
CCM 4.599.172-3- Início atv :06/08/2012 (R BOM PASTOR, 01029 - CEP: 04203-051)
CCM 4.599.169-3- Início atv :06/08/2012 (R GUAIANASES, 01227 - CEP: 01204-001)
CCM 4.660.688-2- Início atv :03/12/2012 (R SANTANA DO PARAISO, 00062 - CEP: 01504-030)
CCM 4.685.191-7- Início atv :16/01/2013 (R GUAIANASES, 01446 - CEP: 01204-002)
CCM 4.719.551-7- Início atv :08/03/2013 (R ALVARES PENTEADO, 00231 - CEP: 01012-001)
CCM 6.443.965-8- Início atv :17/10/2014 (AV RIO BRANCO, 01457 - CEP: 01205-001)

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 15:10:32 horas do dia 15/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: AE958244

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

CCM 5.686.992-4- Início atv :22/12/2014 (R Alvarenga, 01653 - CEP: 05509-003)
CCM 5.252.452-3- Início atv :08/05/2015 (R GUAIANASES, 01238 - CEP: 01204-002)
CCM 5.774.569-2- Início atv :14/12/2015 (PC RAMOS DE AZEVEDO, 00206 - CEP: 01037-010)
CCM 5.686.986-0- Início atv :22/01/2016 (R Nestor Pestana, 00101 - CEP: 01303-010)
CCM 5.483.272-1- Início atv :09/03/2016 (R GUAIANASES, 1238 - CEP: 01204-001)
CCM 5.610.121-0- Início atv :02/01/2017 (AL Barão de Piracicaba, 00653 - CEP: 01216-012)
CCM 6.437.282-0- Início atv :07/02/2019 (AL BR DE PIRACICABA, 00740 - CEP: 01216-012)
CCM 6.530.316-4- Início atv :20/08/2019 (AL RIBEIRO DA SILVA, 00115 - CEP: 01217-011)
CCM 6.438.562-0- Início atv :05/09/2019 (AV BRASIL, 1640 - CEP: 01430-001)
CCM 6.438.561-2- Início atv :05/09/2019 (AV IBIRAPUERA, 02033 - CEP: 04029-901)
CCM 6.573.036-4- Início atv :02/10/2019 (AV SAO MIGUEL, 6257 - CEP: 08070-002)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. CERTIFICO MAIS QUE A PRESENTE CERTIDÃO FOI EMITIDA POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL (MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO Nº 1049943-09.2020.8.26.0053 - 5ª VFP), INFORMADA PELO MEMORANDO SF/SUREM/DEJUG/DICAJ SEI Nº 6021.2020/0039998-1.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 15:10:32 horas do dia 15/10/2020 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: AE958244

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000788189-2020
Número do Contribuinte: 008.016.0054-5
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV RIO BRANCO, 1475, CAMPOS ELISIOS - CEP:
01205-001
Cep: 01205-001
Liberação: 16/09/2020
Validade: 15/03/2021

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR. . Os débitos de 2014 a 2019 estão com a exigibilidade suspensa conforme manifestação da PGM/FISC pelo memorando 6017.2020/0039874-6..**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 17:35:30 horas do dia 16/09/2020 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: E9B40052

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 6426047

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 26/01/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 27 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:

0005488647



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 / Em anexo ao relatório anual, quando aplicável, conforme exigido pelo regulamento da CVM.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

BALANÇO	
AMREV S.A.	1
PORTE SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	20

CRC 1SP 269235/O-9

[Signature]

 Diário Oficial

Imprensa Oficial

Andreza C. de O
Procura

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJY62599-R1KQ;
Valor Total do Ato: R\$ 4,56



543,390-8
568-57

1. ~~Final~~



Andreza C. de Oliveira

CPF: 226.772.7

UNIT: Z20.11/2015/1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de reais (milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma)

7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

7.3 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.4 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.5 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.6 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.7 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.8 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.9 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.10 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.11 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.12 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.13 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.14 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.15 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.16 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.17 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.18 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.19 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.20 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.54 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.55 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.56 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.57 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.58 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.59 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.60 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.61 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.62 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.63 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.64 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.65 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.66 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.67 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.68 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.69 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.70 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.71 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.21 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.22 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.23 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.24 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.25 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.26 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.27 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.28 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.29 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.30 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.31 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.32 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.33 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.34 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.35 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.36 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.37 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.38 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.39 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.40 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.41 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.42 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.43 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.44 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.45 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.46 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.47 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.48 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.49 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.50 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.51 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.52 TRIBUTOS DIFERIDOS

7.53 TRIBUTOS DIFERIDOS

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO		
AMREV S.A.		9
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS		24
PORTO SEGURO S/A		16

Rodrigo Veronezzi Miqueletti
Contador
CRC 1SP 269235/O-9

1



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 38 Página 26
São Paulo, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2020

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO E TABELAMENTO

Autenticação
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente

do documento apresentado e conferido neste

Autenticação: 102273103201035360

Selo Digital de Fiscalização

Valor Tot

Azevedo de Miranda Cavalcanti

Titular

Confira os dados do ato

	Saldo residual em dezembro de 2019	Modificações				Debitos de 2019		Taxas anuais de depreciação %	
		Adições	Despesa de depreciação	Quota transferida	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido		
Edificações (*)	437.583	178 (3.791)	(11.090)	-	184.579	(22.696)	422.880	2,4	
Imóveis de aluguel	128.587	3.738	(9.494)	-	15.762	(176.912)	138.649	20,0 a 30,3	
Ferros	59.028	-	(0.320)	-	1.167	87.915	87.915	-	
Obras em andamento	20.375	-	(1.178)	-	(1.187)	32.500	32.500	-	
Total	665.563	3.917	(20.494)	-	15.762	272.380	601.844		
Móveis	193.256	12.684	(45.213)	12	291.255	(227.221)	64.024	20,0 a 33,3	
Móveis, máquinas e utensílios	33.635	3.120	(8.145)	(16.143)	121	86.656	(72.466)	10,0 a 50,0	
Receptores	14.275	2.899	(6.608)	(10.673)	1.771	217.281	(211.817)	5,364	25,0 a 50,0
Equipamentos	18.146	3.805	(4.409)	(8.146)	(1.771)	62.430	(53.863)	8,627	10,0 a 14,3
Veículos	2.118	1.051	(8)	-	8.832	(8.832)	2.224	20,0	
Total	241.429	20.559	(70.184)	(17.111)	39.774	(172.454)	69.319		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	840.250	22.475	(20.498)	(59.611)	15.762	1.044.632	791.645		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1

RG: 29.916.899-2
CSE: 226.772.2

Figure 1

RG: 29.916.899-2
CSE: 226.772.2

Figure 1

RG: 29.916.899-2
CSE: 226.772.2

continuação

alternativa prevista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos trabalhos são realizados segundo o nível de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Seguimos o nível de risco aceitável, mas não uma garantia de que a auditoria realizada nos termos das normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser resultado de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria adequada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e reportamos divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe significação em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nossa relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se não houver divulgação adequada, se as divulgações forem inadequadas, nossas conclusões podem ser modificadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam

PARER DO AUDITOR INDEPENDENTE

com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as áreas apresentadas no parágrafo de escopo da auditoria estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos itens de risco definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos controles internos relevantes independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para o cálculo e a manutenção dos itens de risco do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que não são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acrescentamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e o ativo de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e as demonstrações do capital mínimo, dos valores reduzidos da recatenação de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da relevância e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (data vertida denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte do escopo da auditoria atuarial independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Ass. Acadêmicos e Administrativos da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e o ativo de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e as demonstrações do capital mínimo, dos valores reduzidos da recatenação de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da relevância e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (data vertida denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte do escopo da auditoria atuarial independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas bases de dados e registros contábeis internos que ela detém, mas não assumimos responsabilidade por permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

PWC

PricewaterhouseCoopers
Auditoria Independente
CRC 259/031630-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 15P/16307-5

PWC

PricewaterhouseCoopers
Auditoria Independente
CRC 259/031630-5

PWC

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torre
São Paulo - SP - CEP 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIB 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MBA 729

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ANEXO 1-A	3
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	24
PORTO SEGURO S/A	16

Rodrigo Veronezzi Miqueletti
Contador
CRC 1SP 269235/O-9

[Assinatura]

certificadodigital

um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 130 • Número 38

Página 28

São Paulo, quinta-feira, 27 de fevereiro de 2020

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1161 - Bairro dos Estados - CEP 06030-000 - São Paulo/SP - Tel: (11) 2444-1441 - Fax: (11) 2444-1442

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

Cód. Autenticação: 102273103201035360447-5; Data: 31/03/2020 10:36:35

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJY62596-TZTE;
Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti
Titular

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-57

Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.916.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

55
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **31/03/2020 10:47:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1494476

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **31/03/2021 10:36:36 (hora local)**.

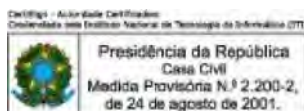
¹**Código de Autenticação Digital:** 102273103201035360447-1 a 102273103201035360447-5

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be3a787311737b18078e8d1abd01520e775dc5fe8650d28979214a4743a30e3f7c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e4a250b4080247d452c64568b27324f79



(valores em milhares de reais)

Ativo

Ativo Circulante – A C (*)	6.901.612
Realizável a Longo Prazo – R L P	2.360.494
Investimentos, Imobilizado e Intangível	2.703.674
Ativo Total – AT	11.965.780

Passivo

Passivo Circulante – P C	6.297.232
Passivo Não Circulante – P N C	1.703.046
Patrimônio Líquido – P L	3.965.502
Passivo Total – PT	11.965.780

Indicador de Análise Econômico-Financeiro**Índice de Liquidez Geral (ILG):**

$$\frac{A C + R L P}{P C + P N C} = \frac{9.262.106}{8.000.278} = 1,16$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$\frac{A T}{P C + P N C} = \frac{11.965.780}{8.000.278} = 1,50$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\frac{A C}{P C} = \frac{6.901.612}{6.297.232} = 1,10$$

Grau de Endividamento (GE):

$$\frac{P C + P N C}{A T} = \frac{8.000.278}{11.965.780} = 0,67$$

Gerência de Capital de Terceiros (GCT)

$$\frac{P L}{P C + P N C} = \frac{3.965.502}{8.000.278} = 0,50$$

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-48
CPF: 385.408.548-51Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.915.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00Rodrigo Veronezi Miqueletti
Contador
CRC 1SP 269235/O-9

(*) A Companhia considera, para efeito do cálculo de índice de liquidez, que as aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento no ativo não circulante, no montante de R\$ 1.359.644 em dezembro de 2019 são ativos de liquidez imediata, devido principalmente por suas características, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais (NTN), sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada.

A classificação contábil do montante acima no ativo não circulante deve-se apenas por questão de vencimento desses papéis.

Por fim, declaramos que esta empresa proponente encontra-se em boa situação financeira e que os índices demonstrados correspondendo à real situação da empresa. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.



Rodrigo Veronezzi Miqueletti
Contabilidade
CRC 1SP 269235/O-9



NEIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-6
CPF: 205.408.568-51



Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.916.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00



58
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **12/06/2020 15:55:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 102271206202738862859-1 102271206202738862859-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b114ad36d706b8bf86b026ccffa119d208c6e29b17068ab282b2b8158f4ad65f59d1f843d75d15ad205cf309f403e3b72c0a0756dd0a93eb7c840fdeb3c65808e




Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO		
	Certidão nº: 2020/103145		
	Nome: RODRIGO VERONEZZI MIQUELETTI		
	Registro: SP-269235/O-9	Categoria: CONTADOR	CPF/CNPJ: 346.009.028-66
	Validade: 16/03/2021		
	Finalidade: Licitações e Concorrência		

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 6595.7882.5820.7986





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 61.198.164/0001-60
Certidão nº: 30698143/2020
Expedição: 18/11/2020, às 11:23:19
Validade: 16/05/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **61.198.164/0001-60**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**DECLARAÇÃO DE NÃO
ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, sob as penas da Lei que **Não se enquadra** na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura



RENATA OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.568-51

Assinatura



Andreza C. de Oliveira Valdes
 Procurador(a)
 RG: 28.918.899-2 SSP/SP
 CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 Av. Rio Branco, 1489
 Rua Guaianazes, 1238
 Campos Elíseos - CEP 01.205-905
 SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
 Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
 CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES
DE HABILITAÇÃO**

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, sob as penalidades cabíveis, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

 Assinatura NEIVE OLIVEIRA SOUZA PROCURADORA RG: 28.543.390-8 CPF: 205.408.565-51	 Assinatura Andreza C. de Oliveira Valdes Procurador(a) RG: 29.916.899-2 SSP/SP CPF: 226.772.278-00
---	--

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianazes, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a. A proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante acima identificado (Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b. A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação antes da adjudicação do objeto da mesma;
- e. Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas; e

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guainases, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

SEGUROS

- f. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura 
 FELIPE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.568-51

Assinatura 
 Andreza C. de Oliveira Valdes
 Procurador(a)
 RG: 29.918.899-2 SSP/SP
 CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 Av. Rio Branco, 1489
 Rua Guaianases, 1238
 Campos Elíseos - CEP 01.205-905
 SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
 Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
 CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

**Modalidade de Licitação
Pregão eletrônico**

**Número
02/2021**

A(o)

CODEVASF

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79**

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação e contratação com a administração pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura 
NELIDE OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.408.568-51

Assinatura 
Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.918.899-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

**PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianases, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, expressamente que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos objeto do certame em epígrafe e assumimos total responsabilidade por esse fato e não alegaremos o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência deste Pregão ou que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este contratante.

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura 
RENATA OLIVEIRA SOUZA
PROCURADORA
RG: 28.543.390-8
CPF: 205.405.566-51

Assinatura 
Andreza C. de Oliveira Valdes
Procurador(a)
RG: 29.918.699-2 SSP/SP
CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Av. Rio Branco, 1489
Rua Guaianazes, 1238
Campos Elíseos - CEP 01.205-905
SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR
PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Modalidade de Licitação Pregão eletrônico	Número 02/2021
--	---------------------------

A(o)

CODEVASF

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Número Processo Adm / Licitatório: 59500.001519/2020-79

Prezados Senhores,

A empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n ° 61.198.164/0001-60, sediada à Avenida Rio Branco, 1489 e Rua Guaianazes, 1238, Campos Elíseos, São Paulo - Capital, telefone (11) 3366-3258, e-mail: edital.licitacoes@portoseguro.com.br, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, interessada em participar do certame **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, nos termos do § 6º do Art. 27 da Lei Federal n° 6.544 de 22 de Novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz (X).

Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2021

Assinatura



NEIDE OLIVEIRA SOUZA
 PROCURADORA
 RG: 28.543.390-8
 CPF: 205.408.565-51

Assinatura



Andreza C. de Oliveira Valdes
 Procurador(a)
 RG: 29.918.899-2 SSP/SP
 CPF: 226.772.278-00

61.198.164/0001-60

PORTO SEGURO
COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 Av. Rio Branco, 1489
 Rua Guainases, 1238
 Campos Elíseos - CEP 01.205-905
 SÃO PAULO

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
 Av. Rio Branco, 1489 São Paulo SP 01205-905
 R. Guaianases, 1238 São Paulo SP 01204-001
 CNPJ 61.198.164/0001-60
www.portoseguro.com.br

Escolha o Estado:

Todos ▼

Escolha o Tipo de Empresa:

Todos ▼

Procurar

Limpar

Empresa(s) encontrada(s): 1

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Código FIP: 05886

Endereço: AVENIDA RIO BRANCO, 1489 E RUA GUAIANASES, 1238 - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01205001

DDD: 11 - Tel: 23935199 - Fax: 23937010

Data Autorização/Cadastramento: 06/12/1945

+ Informações sobre Seguradora

+ Informações sobre Dependências e Representações



INFORMAÇÕES DE SEGURADORAS

05886 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Grupos de Ramos:

05 - AUTOMÓVEL

- 20 - ACIDENTES PESSOAIS PASSAGEIROS-APP
- 24 - GARANTIA EST./ EXTEN. GARANTIA-AUTO
- 25 - CARTA VERDE
- 31 - AUTOMÓVEL - CASCO
- 42 - ASSISTÊNCIA E OUTRAS COBERT. - AUTO
- 44 - R.C.T.VIAGEM INTERN-PES TRANS OU Ñ
- 53 - R. C. FACULTATIVA VEÍCULOS - RCFV
- 88 - DPVAT
- 89 - DPVAT RUN OFF

INFORMAÇÕES SOBRE DEPENDÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES

05886 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0093-88

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. NOVE DE JULHO, 3966/3994 - JD. PAULISTA

SÃO PAULO - Cep: 01406100

DDD: (11) - Tel: 2162-4100 - Fax: 2162-4120

CNPJ: 61.198.164/0152-72

Tipo: Filial

Endereço: AV. BARÃO DE ITAPURA, 1846/1866 - GUANABARA

CAMPINAS - Cep: 13020433

DDD: (19) - Tel: 37317100 - Fax: 37317110

CNPJ: 61.198.164/0002-40

Tipo: Sucursal

Endereço: R. OUVIDOR, 54 - CENTRO

RIO DE JANEIRO - Cep: 20040030

DDD: (21) - Tel: 2538-5252 - Fax: 25385117

CNPJ: 61.198.164/0259-01

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA BRASIL OESTE, 1823 - BOQUEIRÃO

PASSO FUNDO - Cep: 99025004

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0258-20

Tipo: Filial

Endereço: RUA PADRE ELOY, 326 - ACUPE DE BROTAS

SALVADOR - Cep: 40290190

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0257-40

Tipo: Filial

Endereço: RUA TIJUCO PRETO, 1248 - TATUAPÉ

SÃO PAULO - Cep: 03316000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0256-69

Tipo: Filial

Endereço: RUA ALFREDO PUJOL, 369 - SANTANA

SÃO PAULO - Cep: 02017010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0255-88

Tipo: Filial

Endereço: RUA OTAVIO PITALUNGA, 2 - COHAB RIO VERMELHO

RONDONÓPOLIS - Cep: 78740321

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0254-05

Tipo: Filial

Endereço: AV SENADOR VIRGILIO TAVORA Nº 1770 PARTE - DIONISIO TORRES

FORTALEZA - Cep: 60170251

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0253-16

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA PERIMETRAL BRUNO SEGALLA,11033 - SÃO LEOPOLDO

CAXIAS DO SUL - Cep: 95096112

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0251-54

Tipo: Filial

Endereço: AV. PRAIA DE ITAPOAN, 612 - QUADRA 4 LOTE 17 - VILAS DO ATLANTICO

LAURO DE FREITAS - Cep: 42700000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0250-73

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA ALVARENGA, 1653 - TÉRREO - BUTANTÃ

SÃO PAULO - Cep: 05509003

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0249-30

Tipo: Filial

Endereço: AV. DONA ANA COSTA, 14 - 1º ANDAR E NUM. 20 - VILA MATHIAS

SANTOS - Cep: 11060000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0248-59

Tipo: Filial

Endereço: AV. AQUIDABÃ, 591 - 1º ANDAR - CENTRO

CAMPINAS - Cep: 13015210

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0247-78

Tipo: Filial

Endereço: AV. REPUBLICA DO LÍBANO, 2200 - 1º ANDAR - INDIANÓPOLIS

SÃO PAULO - Cep: 04502200

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0245-06

Tipo: Filial

Endereço: RUA TURIASSÚ, 770 - 784 - 1º E 2º ANDAR - PERDIZES

SÃO PAULO - Cep: 05005000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0244-25

Tipo: Filial

Endereço: RUA BORDA DO CAMPO, 11/15 - VILA SONIA

SÃO BERNARDO CAMPO - Cep: 09750230

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0243-44

Tipo: Filial

Endereço: AL. BARÃO DE PIRACICABA, 874/876 - TÉRREO MEZANINO - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01216012

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0242-63

Tipo: Filial

Endereço: AL. BARÃO DE PIRACICABA, 740 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01216012

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0241-82

Tipo: Filial

Endereço: RUA ALFÂNDEGA, 91 - 10 ANDAR SL 1001 À 1016 - CENTRO

RIO DE JANEIRO - Cep: 20070003

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0239-68

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA CEL. JOSÉ GALDINO, 183 - BOSQUE

RIO BRANCO - Cep: 69909760

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0238-87

Tipo: Filial

Endereço: RUA DIOGO DE FARIAS, 278 - CENTRO

GUARULHOS - Cep: 07110090

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0237-04

Tipo: Filial

Endereço: AV DOUTOR CAMPOS MOURA, 290 - ARTUR ALVIM

SÃO PAULO - Cep: 03568010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0236-15

Tipo: Filial

Endereço: RUA CONDE DE PORTO ALEGRE, 1884 - CAMPO BELO

SÃO PAULO - Cep: 04608003

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0035-09

Tipo: Filial

Endereço: TRAV. PRUDENTE DE MORAIS, 11 - TIROL

NATAL - Cep: 59020400

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0074-15

Tipo: Filial

Endereço: RUA ANFILÓFIO DE CARVALHO,29 - 12ºANDAR SL. 1216 - CENTRO

RIO DE JANEIRO - Cep: 20030060

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0086-59

Tipo: Filial

Endereço: AL. NOTHMANN, 563 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01216000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0087-30

Tipo: Filial

Endereço: RUA GUAIANAZES, 1087 - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01204001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0088-10

Tipo: Filial

Endereço: ALAMEDA RIBEIRO DA SILVA, 275 - TERREO/PARTE - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01217011

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0117-90

Tipo: Filial

Endereço: RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 105 CJS, 63,72 E 73 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01037001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0128-42

Tipo: Filial

Endereço: EXPEDIC. PAULO MENDONÇA, 12 - FONSECA

NITERÓI - Cep: 24020320

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0149-77

Tipo: Filial

Endereço: AV. RIO BRANCO, 1489, 9ºANDAR - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01205001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0150-00

Tipo: Filial

Endereço: AL. RIBEIRO DA SILVA, 275 - 2ºANDAR/PARTE - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01217010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0206-08

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA DE CILLO, 606 - VILA FREZZARIM

AMERICANA - Cep: 13468590

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0235-34

Tipo: Filial

Endereço: AV. ENGENHEIRO CAETANO ALVARES, 5411 - IMIRIM

SÃO PAULO - Cep: 02413100

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0213-29

Tipo: Filial

Endereço: RUA GUAIANASES, 1239 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01204001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0234-53

Tipo: Filial

Endereço: RUA BANDIM, 31 - BOAÇAVA

SÃO PAULO - Cep: 05470040

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0233-72

Tipo: Filial

Endereço: RUA DAS CAMÉLIAS, 644 - MIRANDÓPOLIS

SÃO PAULO - Cep: 04048061

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0232-91

Tipo: Filial

Endereço: AL. RIBEIRO DA SILVA, 777 / 779 E 789 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01217010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0231-00

Tipo: Filial

Endereço: AV. INDIANÓPOLIS, 1307 - INDIANÓPOLIS

SÃO PAULO - Cep: 04063002

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0220-58

Tipo: Filial

Endereço: AV. SENADOR LACERDA FRANCO, 860/70 LOTE 4 E 5 - JD. SALESSI

ITATIBA - Cep: 13250400

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0221-39

Tipo: Filial

Endereço: RUA GENERAL NESTOR PASSOS, 226 - CHACARA DO ENCOSTO

SÃO PAULO - Cep: 02417140

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0223-09

Tipo: Filial

Endereço: AV. ESTADOS UNIDOS, 528 - ED. JOAQUIM 2º ANDAR SALA 201 - SALVADOR

SALVADOR - Cep: 40010020

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0224-81

Tipo: Filial

Endereço: RUA DR. ADHEMAR DE BARROS, 105 - JD. EUROPA

VALINHOS - Cep: 13270600

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0225-62

Tipo: Filial

Endereço: RUA ESTADOS UNIDOS, 367 - JD. PAULISTA

SÃO PAULO - Cep: 05212060

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0226-43

Tipo: Filial

Endereço: AL. BARÃO DE LIMEIRA, 1175/1185 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01202003

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0227-24

Tipo: Filial

Endereço: AV. RIO MADEIRA, 20 QUADRA 37 - NOSSA SENHORA DAS GR

MANAUS - Cep: 69053030

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0228-05

Tipo: Filial

Endereço: R. FORMOSA, 367 CONJ. 750/760 - PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO, 206 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01409000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0229-96

Tipo: Filial

Endereço: AL. RIBEIRO DA SILVA, 717 E 721. - CAMPOS ELISEOS

SAO PAULO - Cep: 01217010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0284-12

Tipo: Filial

Endereço: RUA VOLUNTÁRIOS DA PATRIA, 40 - BOTAFOGO

RIO DE JANEIRO - Cep: 22270010

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0283-31

Tipo: Filial

Endereço: RUA ALVARES PENTEADO, 231 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01012001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0260-45

Tipo: Filial

Endereço: RUA ARARIBOIA , 333 - CENTRO

VILA VELHA - Cep: 29100340

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0261-26

Tipo: Filial

Endereço: RUA PINTO BANDEIRA, 475 - CENTRO

PORTO ALEGRE - Cep: 90030150

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0262-07

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA BRASIL, 770 - ZONA 8 - CENTRO

MARINGA - Cep: 87050465

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0282-50

Tipo: Filial

Endereço: AV. TENENTE JOSE GERONIMO DE MESQUITA, 402 - PQ NOVO MUNDO

SÃO PAULO - Cep: 02146000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0263-98

Tipo: Filial

Endereço: RUA CARLOS DE CARVALHO, 4290 - CENTRO

CASCADEL - Cep: 85810080

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0281-70

Tipo: Filial

Endereço: RUA SANTANA DO PARAISO, 62 - LIBERDADE

SÃO PAULO - Cep: 01504030

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0264-79

Tipo: Filial

Endereço: ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 621 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01202001

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0280-99

Tipo: Filial

Endereço: RUA GUAIANASES, 1227 - CAMPOS ELISEOS

SÃO PAULO - Cep: 01204003

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0279-55

Tipo: Filial

Endereço: RUA BOM PASTOR, 1029 - IPIRANGA

SÃO PAULO - Cep: 04203051

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0278-74

Tipo: Filial

Endereço: RUA JULIO GONZALES, 132 - BARRA FUNDA

SÃO PAULO - Cep: 01156060

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0277-93

Tipo: Filial

Endereço: RUA CINCO DE NOVEMBRO, 678 - VILA RUBENS

ITAPETININGA - Cep: 18207320

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0276-02

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA 13 DE MAIO, 901 - JARDIM LOYOLA

SÃO JOÃO DA BOA VIST - Cep: 13874622

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0275-21

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA SÃO JOÃO, 313 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01035000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0274-40

Tipo: Filial

Endereço: ALAMEDA NOTHMANN, 380 - SANTA CECILIA

SÃO PAULO - Cep: 01126000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0265-50

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA RICARDO BRANDÃO , 646 - JARDIM SANTA CATARIN

CAMPO GRANDE - Cep: 79003027

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0266-30

Tipo: Filial

Endereço: RUA TAGIPURU, 906 - TORRE A - BARRA FUNDA

SÃO PAULO - Cep: 01156000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0273-60

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA AFONSO PENA, 1700 - CENTRO

BELO HORIZONTE - Cep: 30130005

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0272-89

Tipo: Filial

Endereço: RUA SERGIPE, 1034 - SAVASSI

BELO HORIZONTE - Cep: 30130171

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0271-06

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA ANTONIO SALES - DIONISIO TORRES

FORTALEZA - Cep: 60135102

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0270-17

Tipo: Filial

Endereço: RUA TAGIPURU, 906 - BARRA FUNDA

SÃO PAULO - Cep: 01156000

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0269-83

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA ALFREDO MALUF, Nº 277 - SANTO ANTONIO

SANTO ANDRE - Cep: 09240410

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0268-00

Tipo: Filial

Endereço: RUA 14, Nº 350 , COMPLEM - ENTRADA AVENIDA 31,1426 - ESTADIO

RIO CLARO - Cep: 13501310

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0267-11

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA JUNDIAÍ, Nº 1400 - JARDIM ANA MARIA

JUNDIAÍ - Cep: 13208710

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0218-33

Tipo: Filial

Endereço: RUA MARCELO LODETTI, 465 - CENTRO

CRICIÚMA - Cep: 88801510

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0240-00

Tipo: Filial

Endereço: AVENIDA MARCELINO PIRES, 3066 - SALA 04 - VILA HELENA

DOURADOS - Cep: 79801004

DDD: - - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0222-10

Tipo: Filial

Endereço: RUA BARRA FUNDA, 301 - BARRA FUNDA

SÃO PAULO - Cep: 01152000

DDD: 011 - Tel: - - Fax: -

CNPJ: 61.198.164/0211-67

Tipo: Filial

Endereço: RUA IMPERADOR DOM PEDRO II, 159 - NOVA PETROPOLIS

SÃO BERNARDO DO CAMP - Cep: 09770420

DDD: 011 - Tel: 4331-5353 - Fax: 4331-5310

CNPJ: 61.198.164/0019-99

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. CORIFEU DE AZEVEDO MARQUES 5090 - JAGUARÉ

SÃO PAULO - Cep: 05340002

DDD: 011 - Tel: 21626000 - Fax: 21626050

CNPJ: 61.198.164/0020-22

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA VERENA, S/N - VL. SANTANA

SÃO PAULO - Cep: 03614010

DDD: 011 - Tel: 34564500 - Fax: 34564511

CNPJ: 61.198.164/0044-08

Tipo: Filial

Endereço: AL. CLEVELAND, 397/415 - CAMPOS ELISEOS - CAMPOS ELÍSEOS

SÃO PAULO - Cep: 01218000

DDD: 011 - Tel: 3366-5199 - Fax: 33665199

CNPJ: 61.198.164/0023-75

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA AZEVEDO SOARES, 1043 - TATUAPÉ

SÃO PAULO - Cep: 03322001

DDD: 011 - Tel: 21623800 - Fax: 21623810

CNPJ: 61.198.164/0028-80

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. REBOUÇAS, 1669 - PINHEIROS

SÃO PAULO - Cep: 05401250

DDD: 011 - Tel: 3087-6000 - Fax: 3087-6010

CNPJ: 61.198.164/0085-78

Tipo: Filial

Endereço: R. BRIGADEIRO GAVIÃO PEIXOTO, 383 - LAPA

SÃO PAULO - Cep: 05078000

DDD: 011 - Tel: 68384444 - Fax: 66384425

CNPJ: 61.198.164/0052-00

Tipo: Filial

Endereço: AV. NOVE DE JULHO, 4443 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01407100

DDD: 011 - Tel: 21624100 - Fax: 21624120

CNPJ: 61.198.164/0029-60

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PACAEMBÚ, 35 - BARRA FUNDA

SÃO PAULO - Cep: 01234001

DDD: 011 - Tel: 33667000 - Fax: 33667030

CNPJ: 61.198.164/0108-07

Tipo: Filial

Endereço: RUA MANOEL MONTEIRO DE ARAÚJO 505,509 E 555 - VILA JAGUARA

SÃO PAULO - Cep: 05113020

DDD: 011 - Tel: 36238900 - Fax: 36238900

CNPJ: 61.198.164/0030-02

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA BOM PASTOR, 975 / 985 - IPIRANGA

SÃO PAULO - Cep: 04203051

DDD: 011 - Tel: 21621900 - Fax: 21621910

CNPJ: 61.198.164/0033-47

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA GÁVEA, 616 - VILA MARIA

SÃO PAULO - Cep: 02121020

DDD: 011 - Tel: 21629000 - Fax: 69555885

CNPJ: 61.198.164/0034-28

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. DR. RENATO DE ANDRADE MAIA, 1325 - PARQUE RENATO MAIA

GUARULHOS - Cep: 07191000

DDD: 011 - Tel: 64639444 - Fax: 64639440

CNPJ: 61.198.164/0054-71

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA ATLÂNTICA 561 E RUA BANDA 556/585 - JD. DO MAR

SÃO BERNARDO DO CAMP - Cep: 09750480

DDD: 011 - Tel: 21623660 - Fax: 21623670

CNPJ: 61.198.164/0039-32

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PAULISTA, 91 - CERQUEIRA CÉSAR

SÃO PAULO - Cep: 01311000

DDD: 011 - Tel: 30164500 - Fax: 30168510

CNPJ: 61.198.164/0011-31

Tipo: Filial

Endereço: RUA ANTONIO GIL, 50 - VILA INGLESA

SÃO PAULO - Cep: 04655000

DDD: 011 - Tel: 55649042 - Fax: 55649037

CNPJ: 61.198.164/0040-76

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA BRIGADEIRO GAVIÃO PEIXOTO, 387 - LAPA

SÃO PAULO - Cep: 05078000

DDD: 011 - Tel: 68384444 - Fax: 68384425

CNPJ: 61.198.164/0166-78

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. INDIANÓPOLIS, 1267 - INDIANÓPOLIS

SÃO PAULO - Cep: 04063002

DDD: 011 - Tel: 55914900 - Fax: 55914911

CNPJ: 61.198.164/0155-15

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. ANTONIO PIRANGA, 887 - CENTRO

DIADEMA - Cep: 09911160

DDD: 011 - Tel: 40557000 - Fax: 40557010

CNPJ: 61.198.164/0041-57

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA NESTOR PESTANA, 101 - CONSOLAÇÃO

SÃO PAULO - Cep: 01301000

DDD: 011 - Tel: 21629901 - Fax: 21629911

CNPJ: 61.198.164/0142-09

Tipo: Sucursal

Endereço: R. DR. PENAFORTE MENDES, 132/186 - BELA VISTA

SÃO PAULO - Cep: 01308010

DDD: 011 - Tel: 34726500 - Fax: 34726505

CNPJ: 61.198.164/0139-03

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA SENADOR CESAR LACERDA DE VERGUEIRO, 1300 - 1º ANDAR - JD. ANA MARIA

JUNDIAÍ - Cep: 13208780

DDD: 011 - Tel: 45885900 - Fax: 45868166

CNPJ: 61.198.164/0133-00

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. RIO DAS PEDRAS, 3597 - JD. ARICANDUVA

SÃO PAULO - Cep: 03930310

DDD: 011 - Tel: 67238700 - Fax: 67238700

CNPJ: 61.198.164/0132-29

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. GIOVANNI GRONCHI, 5420 - MORUMBI

SÃO PAULO - Cep: 05724002

DDD: 011 - Tel: 37717000 - Fax: 37717030

CNPJ: 61.198.164/0131-48

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PROFESSOR LUIS IGNÁCIO ANHAIA MELLO, 2655 - VILA PRUDENTE

SÃO PAULO - Cep: 03155100

DDD: 011 - Tel: 21622323 - Fax: 21622313

CNPJ: 61.198.164/0050-48

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA PORTUGAL, 1285 - CENTRO

SANTO ANDRÉ - Cep: 90740001

DDD: 011 - Tel: 44339100 - Fax: 44339111

CNPJ: 61.198.164/0051-29

Tipo: Sucursal

Endereço: R. DA MOÓCA, 1291 - MOÓCA

SÃO PAULO - Cep: 03103001

DDD: 011 - Tel: 21624000 - Fax: 21624010

CNPJ: 61.198.164/0055-52

Tipo: Filial

Endereço: AV.DR.JOVIANO ALVIM,144 - ALVINÓPOLIS - JD. SAMAMBAIA

ATIBAIA - Cep: 12942001

DDD: 011 - Tel: 44146100 - Fax: 44133763

CNPJ: 61.198.164/0056-33

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. SÃO MIGUEL, 6257/6259 - SÃO MIGUEL

SÃO PAULO - Cep: 08070002

DDD: 011 - Tel: 65424242 - Fax: 65424244

CNPJ: 61.198.164/0057-14

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA DOM JOSÉ DE BARROS, 31 - CENTRO

SÃO PAULO - Cep: 01038100

DDD: 011 - Tel: 31242200 - Fax: 32558422

CNPJ: 61.198.164/0058-03

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. NOVA CANTAREIRA, 764/766 - TUCURUVI

SÃO PAULO - Cep: 02330001

DDD: 011 - Tel: 21214100 - Fax: 21214110

CNPJ: 61.198.164/0084-97

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. FRANCISCO FERREIRA LOPES, 600 - VILA RUBENS

MOGI DAS CRUZES - Cep: 08735200

DDD: 011 - Tel: 21623300 - Fax: 21623315

CNPJ: 61.198.164/0079-20

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. JURUÁ, 390 - CENTRO

BARUERI - Cep: 06455000

DDD: 011 - Tel: 42081500 - Fax: 42081510

CNPJ: 61.198.164/0071-72

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. DOS BANDEIRANTES, 1851 - VILA OLÍMPIA

SÃO PAULO - Cep: 04553011

DDD: 011 - Tel: 38476200 - Fax: 38476210

CNPJ: 61.198.164/0070-91

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. GOIÁS, 2621 - BARCELONA

SÃO CAETANO DO SUL - Cep: 09550051

DDD: 011 - Tel: 28338022 - Fax: 28338030

CNPJ: 61.198.164/0135-71

Tipo: Filial

Endereço: AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1260 - CAMPO DO GALVÃO

GUARATINGUETÁ - Cep: 12505300

DDD: 012 - Tel: 31288000 - Fax: 31327876

CNPJ: 61.198.164/0134-90

Tipo: Filial

Endereço: AV. DESEMBARGADOR PAULO DE OLIVEIRA COSTA, 553 - CENTRO

TAUBATÉ - Cep: 12010230

DDD: 012 - Tel: 36347200 - Fax: 36347210

CNPJ: 61.198.164/0042-38

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA LUÍS JACINTO, 128 - CENTRO

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - Cep: 12245710

DDD: 012 - Tel: 39243800 - Fax: 39243818

CNPJ: 61.198.164/0102-03

Tipo: Filial

Endereço: AV. FREI PACÍFICO WAGNER, 163 - TÉRREO - CENTRO

CARAGUATATUBA - Cep: 11660280

DDD: 012 - Tel: 38978000 - Fax: 38978010

CNPJ: 61.198.164/0037-70

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. GENERAL FRANCISCO GLICERIO, 641/43/PARTE - CENTRO

SANTOS - Cep: 11065405

DDD: 013 - Tel: 32572000 - Fax: 32572019

CNPJ: 61.198.164/0125-08

Tipo: Filial

Endereço: RUA MONTENEGRO, 255 - VILA MARIA

GUARUJÁ - Cep: 11410040

DDD: 013 - Tel: 33086000 - Fax: 33086010

CNPJ: 61.198.164/0116-09

Tipo: Filial

Endereço: RUA JAÚ, 1254 QD M, LOTE 23 - BOQUEIRÃO

PRAIA GRANDE - Cep: 11701190

DDD: 013 - Tel: 34765000 - Fax: 34732428

CNPJ: 61.198.164/0046-61

Tipo: Filial

Endereço: AV. CASTRO ALVES, 1745 - POLON

MARÍLIA - Cep: 17504000

DDD: 014 - Tel: 34029100 - Fax: 34029110

CNPJ: 61.198.164/0005-93

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 19 - VILA CARDIA

BAURU - Cep: 17011066

DDD: 014 - Tel: 21061100 - Fax: 21061110

CNPJ: 61.198.164/0004-02

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. GENERAL OSÓRIO, 825 - VILA TRUGILLO

SOROCABA - Cep: 18060501

DDD: 015 - Tel: 32247400 - Fax: 32247410

CNPJ: 61.198.164/0017-27

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PORTUGAL, 1013 - JD CRISTINA

RIBEIRÃO PRETO - Cep: 14020380

DDD: 016 - Tel: 39139666 - Fax: 39113990

CNPJ: 61.198.164/0031-85

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA JACI, 3447 - VILA REDENTORA

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Cep: 15015810

DDD: 017 - Tel: 2344112 - Fax: 2343037

CNPJ: 61.198.164/0091-16

Tipo: Filial

Endereço: RUA HUMAITÁ, 835 - VILA MENDONÇA

ARAÇATUBA - Cep: 16015090

DDD: 018 - Tel: 36237277 - Fax: 36234794

CNPJ: 61.198.164/0083-06

Tipo: Filial

Endereço: AV. CEL. JOSÉ SOARES MARCONDES, 3245 - JD. BONGIOVANI

PRESIDENTE PRUDENTE - Cep: 19013050

DDD: 018 - Tel: 39180900 - Fax: 39180910

CNPJ: 61.198.164/0168-30

Tipo: Filial

Endereço: AV. BRASIL, 664/680 - CENTRO

MOGI MIRIM - Cep: 13806001

DDD: 019 - Tel: 38149500 - Fax: 38149500

CNPJ: 61.198.164/0153-53

Tipo: Filial

Endereço: AV. BARÃO DE ITAPURA, 1846/1866 - GUANABARA

CAMPINAS - Cep: 13020433

DDD: 019 - Tel: 37317100 - Fax: 37317110

CNPJ: 61.198.164/0038-51

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. DOUTOR MORAES SALLES, 2494 - NOVA CAMPINAS

CAMPINAS - Cep: 13024500

DDD: 019 - Tel: 37552666 - Fax: 37552650

CNPJ: 61.198.164/0089-00

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. COMENDADOR LUCIANO GUIODOTTI, 1070 - CAXAMBU

PIRACICABA - Cep: 13425000

DDD: 019 - Tel: 34148500 - Fax: 34148517

CNPJ: 61.198.164/0061-09

Tipo: Filial

Endereço: AV. DONA RENATA, 5099 - JD. SANTA CRUZ

ARARAS - Cep: 13601000

DDD: 019 - Tel: 35414299 - Fax: 35448355

CNPJ: 61.198.164/0032-66

Tipo: Filial

Endereço: RUA ANFILÓFIO DE CARVALHO, 29 - SALAS 1211 - CENTRO

RIO DE JANEIRO - Cep: 20030060

DDD: 021 - Tel: 25385252 - Fax: 25385117

CNPJ: 61.198.164/0120-95

Tipo: Filial

Endereço: AV. LOBO JÚNIOR, 1603 - PENHA

RIO DE JANEIRO - Cep: 20720300

DDD: 021 - Tel: 25902059 - Fax: 25902059

CNPJ: 61.198.164/0119-51

Tipo: Filial

Endereço: ESTRADA DO TINDIBA, 2545 - JACAREPAGUÁ

RIO DE JANEIRO - Cep: 22730261

DDD: 021 - Tel: 21076750 - Fax: 21076753

CNPJ: 61.198.164/0118-70

Tipo: Filial

Endereço: RUA AMARAL COSTA, 257 - CAMPO GRANDE

RIO DE JANEIRO - Cep: 23050260

DDD: 021 - Tel: 30785100 - Fax: 30785110

CNPJ: 61.198.164/0008-36

Tipo: Filial

Endereço: AV.RIO BRANCO, 147 - 15º ANDAR - CENTRO

RIO DE JANEIRO - Cep: 20040006

DDD: 021 - Tel: 21255200 - Fax: 21255227

CNPJ: 61.198.164/0072-53

Tipo: Filial

Endereço: RUA DR. ATHAIDE PIMENTA DE MORAIS, 715 - LT21 - CENTRO

NOVA IGUAÇU - Cep: 26210190

DDD: 021 - Tel: 31253400 - Fax: 31253410

CNPJ: 61.198.164/0069-58

Tipo: Filial

Endereço: AL. SÃO BOAVENTURA, 173 - FONSECA

NITERÓI - Cep: 24130005

DDD: 021 - Tel: 21098400 - Fax: 21098410

CNPJ: 61.198.164/0077-68

Tipo: Filial

Endereço: RUA BENJAMIM CONSTANT, 222 - CENTRO

PETRÓPOLIS - Cep: 25610130

DDD: 024 - Tel: 21031000 - Fax: 21031010

CNPJ: 61.198.164/0015-65

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. DESEMBARGADOR SANTOS NEVES, 753 - PRAIA DO CANTO

VITORIA - Cep: 29055180

DDD: 027 - Tel: 33348700 - Fax: 33348718

CNPJ: 61.198.164/0003-21

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. NOSSA SENHORA DO CARMO, 651 - SION

BELO HORIZONTE - Cep: 30310000

DDD: 031 - Tel: 32478500 - Fax: 32478543

CNPJ: 61.198.164/0064-43

Tipo: Filial

Endereço: AV. BARÃO DO RIO BRANCO, 3859 - PASSOS

JUIZ DE FORA - Cep: 36021630

DDD: 032 - Tel: 21022400 - Fax: 21012410

CNPJ: 61.198.164/0076-87

Tipo: Filial

Endereço: R. BENJAMIN CONSTANT, 356 LOJA - CENTRO

GOVERNADOR VALADARES - Cep: 35010060

DDD: 033 - Tel: 21013400 - Fax: 21013410

CNPJ: 61.198.164/0049-04

Tipo: Filial

Endereço: RUA AUGUSTO CÉSAR, 641 - ALTAMIRA

UBERLÂNDIA - Cep: 38400162

DDD: 034 - Tel: 4009-3000 - Fax: 4009-3010

CNPJ: 61.198.164/0073-34

Tipo: Filial

Endereço: R. SANTA CATARINA, 184, SLA. 1, 1º ANDAR - CENTRO

POÇOS DE CALDAS - Cep: 37701015

DDD: 035 - Tel: 21013800 - Fax: 21013810

CNPJ: 61.198.164/0092-05

Tipo: Filial

Endereço: RUA MARANHÃO, 921 - JARDIM NOVA AMÉRICA

DIVINÓPOLIS - Cep: 35500029

DDD: 037 - Tel: 21010900 - Fax: 21010910

CNPJ: 61.198.164/0013-01

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA COMENDADOR ARAÚJO, 1014 - BATEL

CURITIBA - Cep: 80420000

DDD: 041 - Tel: 32196700 - Fax: 32196798

CNPJ: 61.198.164/0065-24

Tipo: Filial

Endereço: AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1180 - JARDIM LOS ANGELES

LONDRINA - Cep: 86020530

DDD: 043 - Tel: 21039000 - Fax: 21039002

CNPJ: 61.198.164/0066-05

Tipo: Filial

Endereço: RUA BLUMENAU, 2628 - SALA 1 - SANTO ANTONIO

JOINVILLE - Cep: 89218055

DDD: 047 - Tel: 21054100 - Fax: 21054110

CNPJ: 61.198.164/0047-42

Tipo: Filial

Endereço: R. DR. AMADEU DA LUZ,60 - CENTRO

BLUMENAU - Cep: 89010160

DDD: 047 - Tel: 21025300 - Fax: 21025310

CNPJ: 61.198.164/0022-94

Tipo: Sucursal

Endereço: AV.GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 2499 - CAPOEIRAS

FLORIANOPOLIS - Cep: 88085001

DDD: 048 - Tel: 21060600 - Fax: 21060610

CNPJ: 61.198.164/0098-92

Tipo: Filial

Endereço: RUA RUI BARBOSA, 474 - E - CENTRO

CHAPECÓ - Cep: 89801040

DDD: 049 - Tel: 33283006 - Fax: 33239702

CNPJ: 61.198.164/0021-03

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA IPIRANGA, 5790 - JARDIM BOTANICO

PORTO ALEGRE - Cep: 90610000

DDD: 051 - Tel: 32844500 - Fax: 32844582

CNPJ: 61.198.164/0101-22

Tipo: Filial

Endereço: RUA BENJAMIN CONSTANT, 374 - IDEAL-RIO BRANCO

NOVO HAMBURGO - Cep: 93336140

DDD: 051 - Tel: 40097200 - Fax: 40097212

CNPJ: 61.198.164/0010-50

Tipo: Sucursal

Endereço: SETOR COMERCIAL NORTE 2, BLOCO B LJ 120 - ASA NORTE

BRASILIA - Cep: 70310500

DDD: 061 - Tel: 30353535 - Fax: 33273517

CNPJ: 61.198.164/0016-46

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. MEIA PONTE, 410 - SANTA GENOVEVA

GOIANIA - Cep: 74670010

DDD: 062 - Tel: 40066800 - Fax: 40066820

CNPJ: 61.198.164/0147-05

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA NE 05 COM AV. NS 02, Nº02 - SALA 01 E 02 - CENTRO

PALMAS - Cep: 77006022

DDD: 063 - Tel: 40098000 - Fax: 40098010

CNPJ: 61.198.164/0036-90

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 7707 - DUQUE DE CAXIAS

CUIABÁ - Cep: 78048000

DDD: 065 - Tel: 21217700 - Fax: 21217710

CNPJ: 61.198.164/0048-23

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA DOM AQUINO, 1641 - CENTRO

CAMPO GRANDE - Cep: 79002184

DDD: 067 - Tel: 21061100 - Fax: 21611110

CNPJ: 61.198.164/0100-41

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA DUQUE DE CAXIAS, 1213 - CENTRO-SÃO CRISTOVÃO

PORTO VELHO - Cep: 78900040

DDD: 069 - Tel: 2181-7700 - Fax: 2181-7710

CNPJ: 61.198.164/0006-74

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, 2719 - BROTAS

SALVADOR - Cep: 40280000

DDD: 071 - Tel: 3350-2900 - Fax: 33502901

CNPJ: 61.198.164/0026-18

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA IVO DO PRADO, 904 - SÃO JOSE

ARACAJU - Cep: 49015070

DDD: 079 - Tel: 40097400 - Fax: 40097410

CNPJ: 61.198.164/0007-55

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA ANTONIO GOES, 617 - PINA

RECIFE - Cep: 51110000

DDD: 081 - Tel: 21266800 - Fax: 21266800

CNPJ: 61.198.164/0027-07

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. FERNANDES LIMA, 461 - FAROL

MACEIÓ - Cep: 57055000

DDD: 082 - Tel: 21218500 - Fax: 21218510

CNPJ: 61.198.164/0014-84

Tipo: Sucursal

Endereço: RUA JOÃO BERNARDO DE ALBUQUERQUE, 62 - TAMBIA

JOÃO PESSOA - Cep: 58020565

DDD: 083 - Tel: 21077900 - Fax: 21077901

CNPJ: 61.198.164/0043-19

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PRUDENTE DE MORAIS, 4055 - LAGOA NOVA

NATAL - Cep: 59056200

DDD: 084 - Tel: 30872800 - Fax: 30872813

CNPJ: 61.198.164/0198-55

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. JOÃO XXIII, 1979 - SÃO CRISTÓVÃO

TERESINA - Cep: 64049010

DDD: 086 - Tel: 32313232 - Fax: 32321536

CNPJ: 61.198.164/0009-17

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 425 - SÃO BRÁS

BELÉM - Cep: 66093020

DDD: 091 - Tel: 30399200 - Fax: 30399210

CNPJ: 61.198.164/0103-94

Tipo: Sucursal

Endereço: AVENIDA MÁRIO YPIRANGA, 1906 - ADRIANÓPOLIS

MANAUS - Cep: 69057002

DDD: 092 - Tel: 36335257 - Fax: 36335257

CNPJ: 61.198.164/0175-69

Tipo: Sucursal

Endereço: AV. PROFESSOR CARLOS CUNHA, 3000 - JARACATY

SAO LUIS - Cep: 65076820

DDD: 098 - Tel: 32263778 - Fax: 32263854

CNPJ: 61.198.164/0214-00

Tipo: Filial

Endereço: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 493 - PINHEIROS

SÃO PAULO - Cep: 05426100

DDD: 11 - Tel: 2898-0200 - Fax: 2898-0210

CNPJ: 61.198.164/0215-90

Tipo: Filial

Endereço: AV. NORDESTINA, 910 - SÃO MIGUEL PAULISTA

SÃO PAULO - Cep: 08021000

DDD: 11 - Tel: 2030-2900 - Fax: 2030-291

CNPJ: 61.198.164/0216-71

Tipo: Filial

Endereço: AV. MAJOR ACÁCIO FERREIRA, 648 - JARDIM PARAÍBA

JACAREÍ - Cep: 12327070

DDD: 12 - Tel: 2127-3300 - Fax: 2127-3310

CNPJ: 61.198.164/0217-52

Tipo: Filial

Endereço: AV. MARIA QUITÉRIA, 2026 - 1º E 2º ANDAR - KAILÂNDIA

FEIRA DE SANTANA - Cep: 44025250

DDD: 75 - Tel: 3322-5600 - Fax: 3322-5610

CNPJ: 61.198.164/0210-86

Tipo: Filial

Endereço: RUA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES, 1481 - IMBIRIBEIRA

RECIFE - Cep: 51150000

DDD: 81 - Tel: 33163900 - Fax: 33163910



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, com sede na cidade São Paulo, CNPJ 61198164000160, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES	Diretor
CAROLINA HELENA ZWARG	Diretor
CELSO DAMADI	Diretor
EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL	Diretor
FÁBIO OHARA MORITA	Diretor
FERNANDA HAYDEE PASQUARELLI	Diretor
JAIME SOARES BATISTA	Diretor
JARBAS DE MEDEIROS BACIANO	Diretor
JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA	Diretor
LENE ARAUJO DE LIMA	Diretor
LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA	Diretor
LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES	Diretor
MARCELO BARROSO PICANÇO	Diretor
MARCELO SEBASTIAO DA SILVA	Diretor
MARCELO ZORZO	Diretor
MARCOS ROBERTO LOUÇÃO	Diretor
MARCOS ROGÉRIO SIRELLI	Diretor
RAFAEL VENEZIANI KOZMA	Diretor
ROBERTO DE SOUZA SANTOS	Presidente
TIAGO VIOLIN	Diretor

Código da Certidão: **CA05886_08022021_182955_527**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ 61198164000160, está autorizada a operar, conforme DECRETO Nº20138, publicado(a) no D.O.U. de 13/12/1945, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05886_08022021_182921_280**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 08 de Fevereiro de 2021.